

**MARIA CRISTINA CARDOSO PEREIRA**

**“GRAMSCI E A RESISTÊNCIA DOS CONSELHOS OPERÁRIOS  
NA ITÁLIA NO LIMIAR DO TAYLORISMO (1918-1920)”**

Dissertação apresentada ao Departamento  
de Sociologia do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas sob a orientação do  
Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias para a  
obtenção do título de Mestre em Sociologia

**CAMPINAS  
ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL  
FEVEREIRO/2001**

**UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE**



MARIA CRISTINA CARDOSO PEREIRA

**“GRAMSCI E A RESISTÊNCIA DOS CONSELHOS OPERÁRIOS  
NA ITÁLIA NO LIMIAR DO TAYLORISMO (1918-1920)”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas sob a  
orientação do Prof. Dr. Edmundo Fernandes  
Dias

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese defendida  
e aprovada pela Comissão  
Julgadora em 22/02/2001

BANCA

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias (Orientador)



Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (DS – IFCH)



Prof. Dr. José Roberto Zan (IA)



FEVEREIRO/2001

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

6617100

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**P.414g** **Pereira, Maria Cristina Cardoso**  
**Gramsci e a resistência dos Conselhos Operários na Itália no**  
**limiar do Taylorismo (1918-1920)./ Maria Cristina Cardoso Pereira.**  
**-- Campinas, SP : [s.n.], 2001**  
**Orientador: Edmundo Fernandes Dias.**  
**Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Taylorismo.**  
**3. Hegemonia. 4. Liberalismo. 5. Facismo. 6. Socialismo**  
**7. Movimento operário – Turim. I. Dias, Edmundo Fernandes**  
**II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e**  
**Ciências Humanas. III. Título.**

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da abordagem de Antônio Gramsci ao movimento dos Conselhos operários na Itália do ponto de vista da resistência oferecida por este às novas formas ideológicas tayloristas. Através da análise dos artigos de jornal publicados pelo autor no período de 1917 a 1920 (*L'Ordine Nuovo*, *Avanti!* e *Il Grido del Popolo*), analisamos as rápidas mudanças sofridas pelas classes operárias italianas, especialmente o setor operário do ramo metal-mecânico de Turim, e a forma como as classes dominantes nacionais reagiram à organização dos trabalhadores em um Estado operário em potência. Verificamos como as classes dominantes internacionais, tendo em vista a fase imperialista do capitalismo, necessitavam do apoio das classes subalternas para o sucesso de seu projeto político-ideológico, e que este deveria ser obtido não pelo uso majoritário da força, e sim do consenso. Finalmente, procuramos demonstrar como, para Gramsci, a reorganização produtiva representava um ideário, um projeto de inserção dos trabalhadores na política e no universo da produção, que afirmava que a substância da liberdade dos homens não estava na sua capacidade de construir formas novas de sociabilidade, mas sim no fato de serem abstratamente livres e iguais, apesar da profunda desigualdade no plano da economia.

## ABSTRACT

The objective of this work is to make an analysis of Antônio Gramsci view of the workers Councils movement in Italy from the point of view of the resistance offered by them against the new taylorist ideologic forms. Using the analysis of the paper articles published by the author in the period from 1917 to 1920 (*L'Ordine Nuovo*, *Avanti!* and *Il Grido del Popolo*), we make the analysis of italian work classes fast changes, specially the worker sector of the Turim metal-mechanic branch, and the way the dominant classes reacted to the workers organization in a potential workers State. We check how the dominant international classes, having as background the capitalism imperialist phase, needed the support of the smaller classes to have success on their ideologic-politic project, and that this should be obtained not by the majoritary use of strenght, but using the consensus. Finally, we try to demonstrate how, according to Gramsci, the productive reorganization represented an ideary and insertion project of the workers on the politics and production universe, to affirm that men liberty substance wasn't on their capacity to build new forms of sociability, but in the fact that all are abstractly free and equal, even with the economy plane deep inequality.

## RIASSUNTO

Lo scopo di questo lavoro é quello di analizzare il trattamento che Gramsci riserva al movimento dei consigli di fabbrica in Italia, dal punto di vista della resistenza opposta da questi contro le nuove forme ideologiche tayloriste. Attraverso l'analisi degli articoli di giornale pubblicati dall'autore nel periodo che vá dal 1917 al 1920 (L'ON, Avanti! e Il grido del popolo), sono state analizzate le rapide trasformazioni attraversate dalla classe operaia italiana, specialmente il settore operaio del ramo metalmeccanico di Torino, e la maniera in cui le classi dominanti nazionali reagirono contro l'organizzazione dei lavoratori in uno stato potenzialmente operaio. Si verifica che le classi dominanti internazionali, nel contesto della fase imperialista del capitalismo, avevano bisogno dell'appoggio delle classi subalterne per raggiungere il successo nel loro progetto politico e ideologico, appoggio che doveva essere ottenuto non con l'uso maggioritario della forza, ma con il consenso. Finalmente, si é cercato di dimostrare come, per Gramsci, la riorganizzazione produttiva rappresentava un ideale, un progetto di inserimento dei lavoratori nella politica e nell'universo produttivo, che affermava che la sostanza delle libert  degli uomini non risiedeva nella sua capacit  di costruire nuove forme di sociabilit , bens  nel fatto di essere liberi e uguali in maniera astratta, nonostante la disegualianza sul piano economico.

**Para Edmundo Fernandes Dias**

**UNICAMP**  
**BIBLIOTECA CENTRAL**  
**SEÇÃO CIRCULANTE**

## AGRADECIMENTOS

No caso desse trabalho, agradecer a todas as pessoas que ajudaram direta ou indiretamente na sua finalização não é só uma obrigação, mas um imenso prazer. Foram elas que tornaram essa dissertação de mestrado não apenas possível, mas também mais amena – fosse lendo os manuscritos, fazendo observações pertinentes (ou pegando “impertinentemente” no meu pé), sempre com muita disposição a ajudar.

Aos meus pais, pelo carinho e amizade que sempre demonstraram e pelo valor que atribuem a esse trabalho e ao estudo.

Ao César Mendes, que tem sido um exemplo de seriedade e dedicação ao trabalho, pela paciência imensa que tem tido comigo nesses 5 anos de convívio.

Aos meus queridos amigos, em especial Suzana Asquith, Cláudia Ribera e Sylvio Deutche, que leram pacientemente os originais.

Aos meus alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, cujo interesse por Gramsci faz renovar minha disposição em aprofundar os meus estudos.

A Ruth Joffily, pela revisão justa e competente e a Liliana, minha aluna na Sociologia e Política, que se prontificou a passar as revisões para o computador.

Ao pessoal da biblioteca do IFCH e da Secretaria da Pós, especialmente Esmeralda, Lourdinha, Christina e Júnior.

Por fim, meu reconhecimento a Edmundo Fernandes Dias, meu orientador. Sou-lhe imensamente grata pela imensa paciência demonstrada na leitura de meus originais e comigo, que nem sempre fui uma orientanda muito disciplinada. Com Edmundo aprendi o valor do princípio gramsciano que afirma que os socialistas devem ser intransigentes na defesa de seus princípios e convicções, mas tolerantes para ouvir argumentações e debater, com o coração aberto, pontos de vista diferentes.

## TABELA DE ABREVIACÕES

<b>CF</b>	<b>La città futura</b>
<b>CGL</b>	<b>Confederazione Generale del Lavoro</b>
<b>CI</b>	<b>Comiso Interna</b>
<b>CMI</b>	<b>Comitato di Mobilitazione Industriale</b>
<b>CO</b>	<b>Conselho Operário</b>
<b>CRMI</b>	<b>Comitato Regionale di Mobilitazione Industriale</b>
<b>FIOM</b>	<b>Federazione Italiana degli Operai Metalurgici</b>
<b>g.a.</b>	<b>Grifo da autora</b>
<b>ON</b>	<b>L'Ordine Nuovo</b>
<b>PSI</b>	<b>Partito Socialista Italiano</b>
<b>SP</b>	<b>Scritti Politici</b>
<b>SG</b>	<b>Scritti Giovanili</b>
<b>SLM</b>	<b>Sotto la Mole</b>
<b>SP</b>	<b>Scritti Politici</b>
<b>UIL</b>	<b>Unione Italiana del Lavoro</b>
<b>USI</b>	<b>Unione Sindacale Italiana</b>

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
<b>RESUMO e ABSTRACT</b>	- 5 -
<b>RIASSUNTO</b>	- 6 -
<b>TABELA DE ABREVIACÕES</b>	- 11 -
<b>INTRODUÇÃO</b>	- 17 -
<b>CAPÍTULO 1 – REVOLUÇÕES BURGUESAS E IDEOLOGIA</b>	
1.1 – O contexto da produção de Gramsci	- 20 -
1.2 – A reação das classes trabalhadoras	- 22 -
1.3 – Revolução burguesa, costume e organização jurídica	- 29 -
1.4 – Liberalismo, liberismo, Estado e luta de classes	- 36 -
1.5 – Liberalismo e jacobinismo	- 43 -
1.6 – O “messianismo jacobino” italiano	- 47 -
1.7 – Jacobinismo italiano e imperialismo	- 51 -
1.8 – Guerra e crise de direção na Itália	- 56 -
<b>CAPÍTULO 2 – INDÚSTRIA ITALIANA NO LIMAR DO TAYLORISMO</b>	
2.1 – Panorama da indústria italiana no início do século	- 62 -
2.2 – Regulamentos internos e Juizados Especiais	- 64 -
2.3 – O sistema de pagamento por jornada e por tarefa	- 70 -
2.4 – O taylorismo italiano – a justificativa das classes proprietárias	- 80 -
2.5 – O significado “científico” do trabalho	- 84 -
<b>CAPÍTULO 3 – TURIM E AS COMISSÕES INTERNAS</b>	
3.1 – Turim!	- 88 -
3.2 – Comissões internas, equipes de trabalho e resistência operária	- 96 -
<b>CAPÍTULO 4 – A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA OPERÁRIA</b>	
4.1 – O contexto da luta	- 103 -
4.2 – O problema da revolução e o PSI	- 110 -
4.3 – Organizações econômicas e a experiência consiliar	- 115 -

4.4 – Cidadania burguesa e participação política	- 120 -
4.5 – Burocracia sindical	- 125 -

## **CAPÍTULO 5 – TAYLORISMO, DISCIPLINA OPERÁRIA E REAÇÃO PATRONAL**

5.1 – Os Conselhos operários	- 127 -
5.2 – Os sistemas de produção e a organização operária	- 133 -
5.3 – A reação da burguesia: a organização de um “soviete capitalista”	- 141 -
5.4 – Taylorismo e disciplina operária	- 151 -
5.5 – Os problemas da luta de classes e a questão do conhecimento técnico	- 154 -
5.6 – Escola, técnica e ruptura com o taylorismo	- 157 -

## **CAPÍTULO 6 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA CONSILIAR**

6.1 – Legalidade burguesa e operária	- 162 -
6.2 – Organização dos trabalhadores no Sistema dos Conselhos	- 169 -
6.3 – Conselhos urbanos	- 178 -
6.4 – Os fatos de abril	- 188 -

## **CAPÍTULO 7 – DAS COOPERATIVAS À FUNDAÇÃO DO PCI**

7.1 – A reação à ocupação das fábricas	- 196 -
7.2 – O controle sindical da CGL e o PSI	- 211 -
7.3 – Do controle sindical aos conselhos de administração	- 219 -

## **CAPÍTULO 8 – AUTORITARISMO ITALIANO: TAYLORISMO E FASCISMO**

8.1 – A proposta de cooperativização da Fiat e o controle operário	- 228 -
8.2 – A mentalidade taylorista e a cooperativização da Fiat	- 241 -
8.3 – A ruptura do Movimento Consiliar com o PSI	- 245 -
8.4 – O contexto da fundação do Partido Comunista Italiano	- 257 -

<b>CONCLUSÃO</b>	- 264 -
------------------	---------

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	- 276 -
---------------------	---------

## **APÊNDICES**

<b>Apêndice ao capítulo 1</b>	- 280 -
Sobre liberalismo e liberismo	
<b>Apêndice ao capítulo 2</b>	- 285 -
Observações sobre a indústria têxtil na Itália	
<b>Apêndices ao capítulo 7</b>	- 288 -
a - Declaração de motivos de D'Aragona	
b - Conversa telefônica entre Albertini e Amendola	

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo abordar a questão da resposta oferecida pelos Conselhos operários ao taylorismo na perspectiva Gramsciana. O período compreendido na pesquisa vai dos primeiros escritos de Gramsci, em 1916-7, até o final de 1920/início de 1921, quando o movimento consiliar é duramente reprimido pelas forças fascistas e pelo Estado italiano.

O material abordado consiste de fontes primárias – exclusivamente os artigos publicados pelo autor nos Jornais *Avanti!*, *Il Grido del Popolo* e *L'Ordine Nuovo*, reunidas em coletâneas de artigos. O trabalho de análise dos textos está acompanhado do levantamento do contexto histórico em que se deu o surgimento do taylorismo na Itália. Assim, o leitor encontrará os oito capítulos da dissertação divididos entre aqueles em que alternamos análise teórica com exposição/análise histórica. Procuramos tratar da abordagem gramsciana sobre os Conselhos e o contexto de seu aparecimento, mas também foi nossa preocupação nos aprofundar no estudo das condições históricas que permitem a compreensão das respostas das classes dominantes italianas diante da fase imperialista do capitalismo.

A grande maioria da bibliografia foi obtida junto ao professor Edmundo Fernandes Dias, que gentilmente emprestou uma infinidade de volumes e foi quem me apresentou Gramsci nos seus cursos durante os anos de 1988 e 1989. A ele eu agradeço profundamente e dedico este trabalho.

Utilizei basicamente três edições diferentes do *L'Ordine Nuovo*: duas da Riuniti e uma da Giulio Einaudi, já que alguns textos que aparecem em

uma versão nem sempre estão contidos na outra. As edições da Riuniti assim como uma dezena de outros livros, (entre *eles* *Nascita e avvento del fascismo* de Angelo Tasca, *Ideologia e società*, de Lucio Colletti, *Il socialismo nella storia d'Italia*, de Gastone Manacorda, *Sotto la Mole* e os *Quaderni del Carcere*), foram gentilmente doadas a mim por amigos italianos, Remo Maiolli, Patrizia e Giulia Crippa, além de Nicola Centrone, que garimpou em sebos algumas preciosidades. A eles eu agradeço muitíssimo. Não posso deixar de mencionar também Sérgio Tonello, cujo apoio psicológico e simpatia pelo tema foram inestimáveis para a conclusão dessa dissertação.

Gostaria, por último, de registrar um agradecimento especial a Cesar Augusto Mendes, companheiro e amigo, pelo apoio e carinho dedicados a mim nesses últimos 5 anos e, principalmente, nos últimos meses, em que a determinação de finalizar a dissertação dominava o meu cotidiano.

# CAPÍTULO 1

## REVOLUÇÕES BURGUESAS E IDEOLOGIA

“Quereis que aquele que até ontem era um escravo se torne um homem? Comeceis a tratá-lo, sempre, como um homem e o maior passo à frente já terá sido dado”.

GRAMSCI, A. – XXII. 10 de janeiro de 1920. ON, p. 470

“O individualismo econômico do regime capitalista determina o associacionismo político. Esta necessidade imanente do regime, Marx havia sintetizado no grito ‘Proletários de todo o mundo, uni-vos’. Marx fez dessa necessidade uma volição, da obscura e vaga necessidade uma consciência crítica: o instituto tornou-se e se torna, por meio da propaganda socialista, espiritualidade, vontade. A ‘união’ não é apenas aproximação de corpos físicos: é comunhão dos espíritos, é colaboração do pensamento, é sustentação mútua no trabalho de aperfeiçoamento individual, é educação recíproca e controle recíproco.”

GRAMSCI, A. - Prima Liberi. SG. p.301.

## 1.1 – O contexto da produção de Gramsci

Nos artigos publicados no início do século XX, Gramsci demonstrava uma preocupação especial com a acentuação do caráter violento e radical da dominação burguesa sobre as classes trabalhadoras, tendo em vista a deflagração da Primeira Guerra Mundial.

A guerra favorecia a divisão do mundo em grandes blocos e a concentração dos capitais nas mãos das burguesias de países de ponta do capitalismo, que passavam a definir para o resto do mundo o quê, como e para quê se produzia. Tal situação abria a possibilidade das classes dominantes internacionais controlarem os movimentos de resistência das classes trabalhadoras mediante a militarização das relações civis e de um aumento da repressão às suas manifestações, fossem elas organizadas ou não. Com isso, procuravam diminuir os entraves à elevação dos níveis de exploração econômica que a resistência dos trabalhadores conseguia realizar. Além disso, a situação gerada pelo conflito mundial representava um ônus bastante severo, especialmente às classes trabalhadoras de países de industrialização recente, que careciam da coesão organizativa e de disciplina militante, já parcialmente consolidadas entre as classes trabalhadoras dos países capitalistas dominantes.

Gramsci afirmava que, em um país como a Itália, a luta contra a guerra não era apenas luta contra o despotismo crescente das classes dominantes, mas também luta pela ampliação da capacidade organizativa das classes trabalhadoras: *“É necessário impedir que a guerra, em nome da chamada liberdade política, produza como resultado a tirania econômica, opressora das forças produtivas”*<sup>1</sup>.

---

1 - GRAMSCI, A. - Il mezzogiorno e la guerra. 1º de abril de 1916. *Scritti Giovanili* (1914-1918). (SG). Torino: Giulio Einaudi Editore, 1975. p.32.

Por meio de seus artigos jornalísticos, Gramsci dirigia-se às classes trabalhadoras, tentando esclarecer como as burguesias de diferentes matizes e processos históricos de organização procuravam criar um consenso nacional sobre a necessidade das populações aderirem à guerra.

Na Itália, em especial, as classes dominantes empenhavam-se em duas frentes em relação aos que se opunham ao conflito. De um lado, partiam para a mais desapiadada repressão: utilizando-se do aparelho coercitivo do Estado, aprofundavam a censura e submetiam as relações civis a uma legislação militar. De outro, buscavam criar um consenso ideológico em torno da necessidade de defender a grande nação italiana contra os inimigos externos e internos, que representassem uma ameaça à soberania nacional e à estabilidade do governo burguês.

Para absorver as classes subalternas, as classes dominantes organizavam “conferências patrióticas”, como eram denominadas as pregações pró-guerra, e faziam publicar artigos na imprensa que tinham em comum o fato de explicarem o conflito justificando ser fundamental enfrentar os inimigos estrangeiros. Estes discursos divulgavam idéias de fácil assimilação e, segundo Gramsci, corrompiam o passado, para afirmar posições que interessavam às classes dominantes em relação aos seus interesses imediatos. Alteravam fatos da história e construíam interpretações em que opunham as nações “aliadas” contra as “inimigas”, para demonstrar a inevitabilidade dos acontecimentos envolvidos com a guerra e a naturalidade da defesa da ordem capitalista:

*“Os jornais (...) tomam como motivo um ou outro fato interessante, a cultura ou a história, os recheiam bem de palavras de ocasião e os servem quentes ao público, para que (este) seja persuadido de uma tese e (tenha) alívio espiritual para este terrível período que atravessamos. (...) Percebemos que esta guerra conferiu forma à democracia superficial, (...) que coloca em circulação e intoxica os*

*espíritos com todos aqueles lugares comuns que os socialistas haviam dedicado tanto trabalho para expulsar e erradicar.*<sup>2</sup>

Apesar de todas as dificuldades impostas pela censura, Gramsci entendia que os socialistas deveriam manter o espírito crítico e a capacidade de analisar fatos, sem se deixar corromper pelas explicações fáceis e maniqueístas dos defensores do conflito. Escrevendo artigos jornalísticos, o autor se empenhava, particularmente, em denunciar como as classes dominantes distorciam os fatos e violavam a história, transformando-a em um instrumento a serviço da legitimação do seu poder econômico.

*“Estamos persuadidos de que os fatos devem permanecer como tais mesmo no tempo de guerra, e que a história e a cultura são coisas que devem ser muito respeitadas para serem deformadas e modeladas às necessidades contingentes do momento. A verdade deve ser respeitada sempre, qualquer que seja a consequência que possa trazer, e as próprias convicções, se são vivas, devem encontrar em si mesmas, na própria lógica, a justificação dos atos que se acredita serem necessários.”*<sup>3</sup>

## **1.2 - A Reação das Classes Trabalhadoras**

Gramsci via no posicionamento das classes trabalhadoras internacionais em relação à guerra a exteriorização de duas grandes tendências. A primeira, presente em países centrais do capitalismo, como Inglaterra e Alemanha, caracterizava-se pelo apoio oferecido pelas classes trabalhadoras ao Conflito Mundial. Nesses países, a tradição das classes trabalhadoras era de grande combatividade em relação às classes dominantes. Porém, neste momento, a luta de classes perdia fôlego. Para

---

2 - GRAMSCI, A. - La conferenza e la verità. 19 de fevereiro de 1916. *Sotto la Mole* (1916-1920). (SLM) Torino: Giulio Einaudi Editore, 1975. p. 43.

3 - GRAMSCI, A. – Idem, Ibid.

Gramsci isto significava um sinal de aproximação entre as classes fundamentais, e apontava na direção de um enfraquecimento da luta nesses países.

A segunda tendência referia-se à posição majoritária de resistência à guerra entre as classes subalternas, como ocorria na Itália<sup>4</sup>. Gramsci entendia que apesar da escassa penetração da teoria marxista e da existência de um proletariado relativamente jovem (até então considerado pouco passível de empenhar-se em um processo de radicalização da luta entre capital e trabalho), a recusa de grande parte das classes trabalhadoras italianas em aderir à guerra e a resistência apresentada à política econômica do governo Giolitti<sup>5</sup> sinalizava que a luta de classes poderia tender a se acentuar ali, ao mesmo tempo que se enfraquecia em países considerados até então de vanguarda do socialismo.

A luta entre as classes fundamentais aparecia para o autor como o critério para verificar a permanência ou não do impulso revolucionário e da capacidade dos trabalhadores em manter uma postura crítica em relação às políticas impostas pelas classes dominantes. Este antagonismo tendia a se acentuar no momento em que as classes trabalhadoras desenvolviam a consciência de que sua condição de subalternidade era intrínseca e insuperável no capitalismo. Tendia a se tornar menos agudo quando as classes dominantes assumiam a direção espiritual e ideológica

---

4 - Segundo Spriano, "*Quando a Primeira Guerra Mundial estourou, os socialistas italianos estavam claramente diferenciados da abordagem que havia caracterizado as maiores seções da II Internacional, a francesa e a alemã, em primeiro lugar. Os socialistas dos países em guerra, na sua imensa maioria, haviam votado os créditos militares, haviam adotado a causa da guerra de nações, aderiam menos ao compromisso solene feito no congresso de Basileia de 1912, quando uma moção votada por mais de 500 delegados (representando 1 milhão de associados), declarara que teria sido um crime se os trabalhadores dos diversos países disparassem uns contra os outros para aumentar os lucros dos capitalistas*". SPRIANO, P. - *Storia del Partito comunista italiano*. Parte 1, da Bordiga a Gramsci. Torino: L'unità Editori, 1990. p.4.

5 - Giolitti foi presidente do Conselho dos Ministros entre 1892 e 93, e depois entre 1903 a 1913, com afastamentos entre 1905-6 e 1909-11.

das classes subalternas, como acontecera na Inglaterra e Alemanha. A luta de classes e o grau de confronto entre as classes fundamentais eram para o autor indicadores do quanto as classes trabalhadoras já haviam sido absorvidas na esfera da dominação burguesa.

*"A luta de classes é imanente na sociedade capitalista, isto é, é um modo de ser da sociedade atual. (...) Quem diz que a luta de classes pode ser suspensa, que pode existir uma trégua de classe, afirma apenas uma tolice. Não é o proletariado que quer a luta de classes, ela é uma condição de sua vida (...)."*<sup>6</sup>

Ela deveria constituir-se, portanto, em critério político a orientar a ação das organizações revolucionárias. Estas deveriam assumir como tarefa imediata revelar e acentuar a oposição entre as classes fundamentais, empenhar-se em desmascarar a todo momento qualquer tentativa das burguesias de absorção das classes subalternas às explicações fáceis, que procuravam contrapor trabalhadores a trabalhadores, em nível internacional ou nacional, explicando e interpretando a história e a condição de subalternidade das classes trabalhadoras como naturais:

*"(...) os proletários não fazem a luta de classes somente para aumentar os salários, (...) mas especialmente para substituir a própria classe que trabalha no lugar dos capitalistas que a fazem trabalhar. (...) Assim como a burguesia francesa (...) lutou pela sua autonomia econômica e atingiu contemporaneamente a realização da autonomia nacional, que antes não existia, agora o proletariado internacional luta por uma coisa que ainda não existe, porque se luta sempre para obter alguma coisa que não se possui ainda."*<sup>7</sup>

Uma segunda ordem de problemas que se colocavam para os socialistas neste período da guerra era uma postura assumida por setores do próprio partido socialista. Os reformistas italianos acreditavam que,

---

6 - GRAMSCI, A. – La lotta di classe. 1º de dezembro de 1917. *La Città Futura* 1917-1918 (CF). Torino: Giulio Einaudi Editori. p. 462.

7 - GRAMSCI, A. - Lotta di classe e guerra. 19 de agosto de 1916. *SLM*, op. cit., p.222-3.

ainda que se recusassem a aceitar a guerra, as classes trabalhadoras italianas não possuíam cultura e preparo intelectual suficiente para intervir nos destinos políticos da nação, para agir ativamente sobre sua própria história. Isolavam as classes trabalhadoras, desqualificando-as como sujeitos da história, capazes de agir e organizar-se nacional e internacionalmente<sup>8</sup>. Tais idéias favoreciam as classes dominantes ao acentuarem, cada vez mais, a condição de subalternidade intelectual e política das classes trabalhadoras.

Para Gramsci, a guerra indicava um aumento violento da acumulação capitalista em escala mundial: a produção e distribuição de riqueza passavam a ser concentradas em trustes e cartéis, reunidos em países centrais do capitalismo. Essa tese, desenvolvida por Lênin, não era patrimônio, àquele tempo, do pensamento social majoritário. A crítica à guerra deveria levar em conta esse novo caráter do capitalismo e também a necessidade das classes subalternas se organizarem e determinarem seus próprios destinos. A oposição à guerra deveria ser ativa, isto é,

---

8 - Para se ter um exemplo, que aliás motivou a primeira intervenção de Gramsci contra a guerra, Mussolini defendia a tese de que o proletariado estava despreparado e ainda não era capaz de "dominar a história": "a neutralidade era a única ação possível" porque o proletariado não tinha capacidade de julgar e agir autonomamente. A neutralidade aparecia, assim, como a única atitude possível, de não ação, para um proletariado despreparado e incapaz de agir – e que, portanto, deveria ter seus interesses tutelados. Gramsci questionava essa visão. Ele dizia que a posição neutra em relação à guerra deveria ser acompanhada de uma posição ativa das direções socialistas e dos trabalhadores. Em um primeiro momento, quando a situação estava caótica e as opiniões eram desencontradas, a neutralidade havia sido uma posição possível (*"A fórmula da neutralidade absoluta foi útil no primeiro momento da crise, quando os acontecimentos nos pegaram de surpresa, e estávamos relativamente despreparados para suas proporções (...)"*). Porém, dado o caráter imperialista do conflito, se esta tese fosse levada adiante, implicava um reforço à subalternidade das classes trabalhadoras e jogar fora uma oportunidade de organizá-las em torno de uma crítica comum às classes dominantes. *"Agora que (a situação está mais clara), e cada um deve assumir as próprias responsabilidades, (a neutralidade absoluta) tem valor apenas para os reformistas (...) que gostariam que o proletariado assistisse como espectador imparcial os acontecimentos."* A tarefa dos socialistas era justamente estimular as classes trabalhadoras a reagir contra os argumentos da autoridade de setores do socialismo, que excluía as classes trabalhadoras da esfera da luta política. - GRAMSCI, A. - Neutralità attiva ed operante. 31 de outubro de 1914. SG, op. cit., p. 3.

ampla, ao implicar também uma oposição radical à nova fase imperialista do capitalismo, e coletiva, incorporando as classes subalternas como sujeitos capazes de gerir a própria sociedade.<sup>9</sup>

Dissemos que ele criticava os que afirmavam a incapacidade das classes trabalhadoras intervirem na luta política. Este juízo estava diretamente vinculado à concepção de cultura em Gramsci, para quem todos os indivíduos eram capazes de compreender a história, pensar, avaliar e propor soluções para seus próprios destinos. Esta capacidade, entretanto, nem sempre se estendia à vida política, limitando-se ao cotidiano e às necessidades imediatas dos indivíduos.

Cultura era, para ele, a capacidade de qualquer indivíduo de compreender a história e relacionar entre si fatos vivenciados no seu dia a dia, assumindo, em relação a eles, posições ativas. Neste sentido, a cultura não era um privilégio de um grupo de indivíduos eruditos, mas a capacidade de uma classe organizar-se para agir politicamente e tornar-se protagonista da própria história.

*“Para mim todos já são cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente (...) não organicamente (...). E assim como sei que a cultura é também um*

---

9 - Às vésperas da guerra, Gramsci repropunha a neutralidade tendo em vista o critério marxista de luta de classes: ela deveria ser interpretada de forma revolucionária, deveria assumir um caráter positivo, de revelar e aprofundar o caráter do confronto de classes. Para o autor, os socialistas deveriam substituir a forma vaga e imprecisa do “neutralidade absoluta” e imprimir-lhe direção, isto é, um sentido “ativo e operante”: deveriam estimular às classes trabalhadoras a participar de forma cada vez mais ativa da luta política, expondo suas opiniões publicamente.

*“Os revolucionários (...) devem transformar a fórmula provisória ‘neutralidade absoluta’ em ‘neutralidade ativa e operante’. Isso significa dar novamente à vida da nação o seu genuíno e estrito caráter de luta de classes, ao passo que a classe trabalhadora, obrigando a classe detentora do poder a assumir a sua responsabilidade, obrigando-a a levar até o absoluto as premissas das quais retira sua razão de existir (...) obriga-a a reconhecer que faliu completamente na sua finalidade, pois conduziu a nação, da qual se proclamava a única representante, a um beco sem saída. (...) Somente assim será restabelecido o dualismo entre as classes (...) (somente assim se poderá) preparar o proletariado para substituir (a classe dominante), para operar aquele salto máximo que assinala o transbordar da civilidade de uma forma imperfeita para uma outra, mais perfeita”. Idem, p.4-5*

*conceito basilar do socialismo, porque integra e concretiza o vago conceito de liberdade de pensamento, assim gostaria também que ele fosse vivificado por outro. Pelo de organização. Organizemos a cultura, assim como buscamos organizar toda a atividade prática”<sup>10</sup>*

Traçando um paralelo com os processos de transformação da cultura do dia a dia em uma cultura orgânica, de classe, Gramsci afirmava que, modernamente, a burguesia teve sucesso em tornar-se classe dirigente porque, pela ação de seus intelectuais, ampliou a capacidade de criticar o *status quo* dominante. Articulando-se nacional e internacionalmente, elaborou soluções em que fez prevalecer os seus interesses sobre as outras classes. Por isso pôde estabelecer finalidades que ultrapassaram os interesses imediatos de grupos que a compunham e chegou até o governo e o Estado. Essa ruptura com o ordenamento medieval, entretanto,

*“não se deu sob o golpe brutal da necessidade fisiológica, mas por meio da reflexão inteligente, primeiro de alguns, depois de toda uma classe, sobre as razões de certos fatos e sobre os melhores meios para convertê-los de ocasião de vassalagem em símbolo de rebelião e reconstrução social.”<sup>11</sup>*

A análise deste caráter histórico e ideológico das revoluções burguesas marcou a reflexão de Gramsci sobre as tarefas dos socialistas. As revoluções precisariam ser preparadas ideológica e politicamente, pois não se tratava, meramente, de assaltar o poder. Era fundamental ampliar a cultura desenvolvida no cotidiano das classes subalternas, atribuindo-lhe um sentido de classe para além do dia a dia, da sobrevivência, das finalidades imediatas. Para isso se viabilizar, as classes subalternas deveriam “tomar posse da própria personalidade”, isto é, assumir como

---

10 - GRAMSCI, A. – Filantropia, buona volontà e organizzazione. 18 de dezembro de 1917. SG, op. cit., p.144.

11 - GRAMSCI, A. - Socialismo e cultura. 29 de janeiro de 1916. SG, op. cit., p.24.

tarifa sua a auto-determinação como classe econômica, ideológica e politicamente ativa, construir uma disciplina que é a

*“tomada de posse da própria personalidade (...) conquista da consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e deveres. (...) O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza.”<sup>12</sup>*

Para as classes trabalhadoras tornarem-se revolucionárias, deveriam conquistar consciência de si por meio do conhecimento das suas determinações históricas, dos processos que as reduziam à condição de subalternidade. Deveriam também empreender a tarefa de analisar os processos históricos de dominação em nível internacional. Só elas poderiam vir a se diferenciar e adquirir consciência da própria força e unidade.

Este passo, entretanto, deveria vir associado a um intenso trabalho de preparação ideológica, de estudo e divulgação de explicações sobre a realidade e a história, que avivassem o espírito crítico do homem comum e o fizesse, tal como havia ocorrido durante os processos revolucionários burgueses, aderir à idéia de uma nova ordem. Este processo não ocorreria espontaneamente, mas por meio de uma vanguarda intelectual, como acontecera também com a burguesia.

O primeiro passo para se alcançar esse objetivo consistia em ampliar entre as classes subalternas a consciência de que seu próprio poder e força derivava de sua posição econômica no mundo da produção, do fato de operarem e gerarem coletivamente riquezas apropriadas pelas classes dominantes.

*“A classe que detém o instrumento de produção conhece já, necessariamente, a si mesma, tem a consciência, ainda que confusa e fragmentária, da sua potência e missão. Possui as finalidades individuais e as realiza por intermédio de sua*

---

12 - Idem, Ibid.

*organização, fria e objetivamente, sem se preocupar se a sua estrada é cimentada por corpos de trabalhadores extenuados pela fome ou pelos cadáveres nos campos de batalha. A sistematização da real causalidade histórica adquire valor de revelação para a outra classe, torna-se princípio de ordem para o interminável rebanho sem pastor. O rebanho conquista consciência de si, da tarefa que atualmente deve desenvolver para que outra classe se afirme, conquista consciência de que suas finalidades individuais permanecerão puro arbítrio, pura palavra, veleidade vazia e enfática, enquanto não possuir os instrumentos, enquanto a veleidade não se transformar em vontade.”<sup>13</sup>*

A organização da vontade das classes trabalhadoras passava, necessariamente, pelo conhecimento das reais causalidades históricas que determinaram a sua condição de subalternidade. Neste sentido, Gramsci se lançava à análise das formas como as classes dominantes de várias nacionalidades absorveram os subalternos para a esfera da legalidade burguesa, ou procuraram suprimir a sua oposição por meio do uso majoritário da força.

*“Se é verdade que a história universal é uma cadeia de esforços que o homem fez para libertar a si dos privilégios, preconceitos e idolatria, não se entende porque o proletariado, que um outro elo quer adicionar a esta cadeia, não deva saber como, porquê e por quem foi precedido, e qual renovação este saber pode trazer.”<sup>14</sup>*

### **1.3 - Revolução burguesa, costume e organização jurídica**

Para compreender como as classes dominantes de países capitalistas organizaram suas formas de absorção e/ou dominação sobre as classes subalternas em um período precedente à fase imperialista, Gramsci voltou-se para a análise dos processos de formação da institucionalidade burguesa nos ordenamentos modernos. Naqueles

---

13 - GRAMSCI, A. - Il nostro Marx. 4 de maio de 1918. SG, op. cit., p. 219-220.

14 - GRAMSCI, A. – Socialismo e cultura, op. cit., p.26.

países em que a burguesia revelou-se mais empreendedora e a concorrência entre seus grupos mais acentuada, o privilégio feudal representou um imenso entrave ao livre desenvolvimento das novas forças econômicas.

Era fundamental que houvesse uma redução no papel do Estado sobre o mercado e uma maior liberdade dos direitos individuais, uma uniformização dos códigos e das barreiras legais, e que a propriedade privada fosse liberada dos vínculos anti-econômicos. Por sua vez, a ausência de liberdade individual constituía uma grave limitação à disponibilização máxima da força de trabalho e ao pleno aproveitamento dos meios de produção disponíveis.

A luta da burguesia desdobrou-se em várias frentes: luta contra as classes tradicionais, contra setores da própria burguesia apegados ao *status quo* dominante e, especialmente, luta contra a mentalidade feudal que predominava em todas as classes.<sup>15</sup>

*"A classe burguesa, sucedendo à classe feudal na ditadura da produção, introduziu uma modificação no regime da propriedade privada. Esta era inalienável, transmitia-se apenas em linha direta, de pai para filho, era ligada a vínculos antieconômicos que obstruíam a via para os rápidos incrementos, tornando, portanto, necessária a exploração iníqua da grande maioria, com exclusão*

---

15 - Gramsci observava que a luta dessa burguesia moderna foi também contra setores da própria burguesa. Estes temiam ser esmagados pelas forças desencadeadas pela livre concorrência, e viam nas antigas formas de privilégio, na associação com grupos tradicionais e no protecionismo, a possibilidade de se colocarem a salvo em relação à economia de mercado: *"a liberdade de concorrência foi, assim, se intensificando pelo contínuo aperfeiçoamento da técnica industrial e agrícola. A classe burguesa se dividiu em camadas e grupos que entraram em luta pelo domínio político e representaram estratos mais ou menos desenvolvidos da produção. Alguns deles, seguros do sucesso da concorrência, querem liberdade para eliminar os adversários; outros, débeis e incertos quanto ao amanhã, querem a conservação de leis restritivas das liberdades políticas e econômicas, ser protegidos, um mínimo de segurança para não sucumbirem, para não serem eliminados do campo das competições."* (g.a.) GRAMSCI, A. - Individualismo e collettivismo. 9 de março de 1918. SG, op. cit., P. 187.

*absoluta de toda concorrência na mão-de-obra, obtida com a servidão da gleba e com as corporações de artesãos.*<sup>16</sup>

A burguesia, entretanto, não conseguiria romper sozinha com o ordenamento feudal. Ela somente poderia fazer frente às classes dominantes se pudesse se organizar como Estado. Para isso precisava contar com a participação das classes subalternas, os artesãos, o povo miúdo, os camponeses, que compunham a grande massa da população. Gramsci ressaltava, entretanto, que para ter as classes subalternas como aliadas, a burguesia precisaria incorporá-las ideologicamente às novas relações civis exigidas pelo novo ordenamento, na crítica às formas tradicionais de dominação.

As massas populares possuíam, tal como as classes dominantes, um universo mental em que o privilégio - a lei privada, isto é, a possibilidade de ter um tratamento distinto e particular em relação a outros grupos e classes - era sinônimo de liberdade, e em que ideais como liberdade civil, igualdade perante a lei e soberania eram absolutamente estranhos e vistos como pouco naturais<sup>17</sup>.

Gramsci observava que esse caráter das massas populares, que ele denominava de “mentalidade camponesa”, representava um entrave à aliança desejada pela burguesia. Sob o manto ideológico do antigo regime, o homem comum, o camponês, era um espírito indiferente, imerso em um universo mental limitado e alheio à idéia de Estado, justiça ou universalidade da lei:

*“Na produção agrícola (...) perduram os institutos e hábitos mentais feudais. Subsistem as castas, as trocas têm um caráter que não as diferencia das primitivas trocas. (...) O conceito de ‘lei’, abstraído*

---

16 - Idem, p. 188.

17 - A respeito do privilégio como critério de organização da sociedade, ver o artigo *La tua eredità*, 1º de maio de 1918. SG. op. cit., p.116.

*das pessoas do rei e seus enviados, (...) não é muito difundido e não se estende em toda a sua abrangência política e social.*"<sup>18</sup>

Para empreender a crítica radical à cultura feudal, a burguesia voltou-se para a modificação da mentalidade de seus próprios grupos. Lançou mão de "*um exército invisível de livros, de opúsculos (...) que prepararam homens e instituições para a revolução necessária*"<sup>19</sup>, e organizou um movimento de idéias, o iluminismo. Com isso estimulou a divulgação das idéias dos melhores quadros de sua intelectualidade e mobilizou, também, as massas populares, tomando por base as idéias abstratas e universalmente válidas de liberdade e igualdade. Com isso logrou que as massas se opusessem à velha ordem, ainda que essas, em 1789, não tivessem consciência nem do que isso representaria em termos do seu papel na nova ordem, e nem do fato de que, passada a agitação inicial, sua presença se tornaria indesejável para a burguesia.

*"As ordens atuais foram suscitadas pela vontade de realizar totalmente um princípio jurídico. Os revolucionários de 1789 não previram a ordem capitalista. Queriam realizar os direitos do homem, queriam que fossem reconhecidos aos componentes, à coletividade, determinados direitos. Estes (direitos) (...) foram se concretizando e se tornaram força operante sobre os fatos, os plasmaram, caracterizaram e desabrochou a civilidade burguesa, a única que poderia desabrochar (...). Realizou-se o princípio, e deste floresceram os ordenamentos atuais, as ordens atuais.*"<sup>20</sup>

Mesmo que o exercício político dos direitos apregoados pela burguesia estivesse vetado à maioria da população, Gramsci afirmava que eles adquiriram um significado ideológico forte o suficiente para derrubar o ordenamento feudal e se tornar força ativa na história. Essas idéias deram forma plástica aos fatos e fizeram da burguesia a classe dominante.

---

18 - GRAMSCI, A. - I contadini e lo stato. 6 de junho de 1918. SG, op. cit., p. 249.

19 - GRAMSCI, A. - Socialismo e cultura. 29 de janeiro de 1916. SG, op. cit., p. 25.

20 - GRAMSCI, A. - Tre principi, tre ordini. 11 de fevereiro de 1917. SG, op. cit., p. 74.

Entretanto, se o iluminismo era o movimento típico de burguesias que procuravam se opor ao *status quo* dominante, o liberalismo não foi a sua conseqüência natural. Passada a movimentação inicial, a política e a economia permaneceram cindidas – porém, agora, o privilégio dava lugar a um discurso em que a burguesia procurava justificar a desigualdade econômica afirmando-a como condição natural da humanidade, e exaltava a liberdade e a igualdade no plano político, como a grande conquista da modernidade.

*“Era um princípio universal aquele afirmado na história por meio da revolução burguesa? Certamente que sim. (...) (mas) universal não significa absoluto. (...) eram idéias limites que, reconhecidas racionalmente como necessárias, se tornaram idéias-força, se realizaram no Estado burguês (...). Eram universais para a burguesia, mas não o suficiente para o proletariado”.*<sup>21</sup>

Olhando para os países que realizaram sua revolução burguesa com base em processos históricos de tipo iluminista, Gramsci dizia que a ruptura com o ordenamento medieval foi muito mais radical e violenta naqueles países onde houve uma luta real entre as formas de dominação baseadas no privilégio e centradas no livre desenvolvimento das forças de mercado, como ocorreu na Inglaterra, do que em relação a países como a França. Dependendo do grau de ruptura entre a burguesia e as classes tradicionais, e a correlação de forças entre as classes fundamentais, desenvolveu-se a via liberal ou liberista do capitalismo.

*“O capitalismo desenvolveu-se de forma mais ou menos intensa de acordo com a nação, com as condições naturais e históricas dos vários países. Onde é mais antigo e atingiu o máximo de produção, obteve, no plano político: a redução ao mínimo das funções do Estado, uma ampla liberdade de reunião, de imprensa, de propaganda, a segurança dos cidadãos perante os poderes, a difusão dos ideais de paz e de fraternidade internacional. Não é necessário acreditar que tais princípios foram afirmados por razões*

---

21 - Idem, *ibid.*

*sentimentais. Eles são a garantia necessária da atividade individual em regime de livre concorrência.*<sup>22</sup>

Segundo Gramsci, assim que fez sua revolução na França, as liberdades política e econômica tornaram-se privilégios dos burgueses e não mais patrimônio de todos, como apregoava o discurso liberal. A liberdade, igualdade e fraternidade eram bastante concretas para a burguesia, mas continuavam inacessíveis à grande massa das classes trabalhadoras. Porém, nos países anglo-saxônicos, após a acomodação inicial, a burguesia não apelou apenas para o pulso forte da lei e da polícia para conter as classes subalternas.

Para garantir a permanência do regime da livre concorrência, e diante da resistência das classes subalternas, a burguesia inglesa teve que ampliar as liberdades à expressão e à livre associação. Estas, até então restritas aos grupos dominantes foram estendidas. Conferiu-se forma concreta, ainda que limitada, aos conceitos abstratos como igualdade, liberdade e soberania popular. Instituições como a escola, a extensão do sufrágio, a participação, ainda que indireta e limitada ao gênero masculino – que educaram a opinião pública a rejeitar o privilégio medieval e a aderir à ordem burguesa - foram ampliadas. Com isso a burguesia absorveu boa parte das classes trabalhadoras ainda apegadas à mentalidade medieval, disciplinando-as a ver na concorrência de mercado e na competição entre outros grupos pelo poder de Estado, a forma mais justa de fazer prevalecer seus interesses de classe ou grupo:

*"A concorrência dos grupos, conservando a possibilidade do retorno ao poder daqueles (grupos) atrasados e parasitários, requer que seja garantida a maior liberdade de imprensa, de*

---

22 - GRAMSCI, A. – Individualismo e collettivismo. 9 de março de 1918. SG, op. cit., p. 187.

*reunião, de propaganda, por meio das quais pode-se educar a opinião pública a repelir todo assalto do passado*<sup>23</sup>.

Ela sabia que de nada adiantaria sistematizar um conjunto de leis e novas formas de convivência civil se estas não correspondessem a um costume amparado socialmente. Um ordenamento jurídico que não se fundasse no costume estava destinado a garantir o privilégio de poucos.

*“As leis (...) são inúteis se a elas não corresponde o costume; são um equívoco, em sentido de classe, porque não estando o costume difundido, se tornam privilégios de categorias”*.<sup>24</sup>

Os direitos e os novos hábitos de convivência civil, até então restritos à burguesia, foram universalizados por intermédio de um trabalho ideológico-político, de absorção das outras classes para a esfera do Estado-governo burguês. Como veremos adiante, a democracia burguesa representou um papel fundamental nesta tarefa das burguesias anglo-saxônicas de disciplinar as classes subalternas a viver sob um novo costume.

*“Dizem que lei é a liberdade. Admitimos isso em sentido absoluto, isto é, admitimos como hipótese possível e provável que a lei seja a liberdade. A liberdade na verdade está no costume, nos hábitos de vida. (...) O costume corresponde, na história do direito, ao instrumento de trabalho na história da civilidade, na história do complexo desenvolvimento político dos homens.(...)”*<sup>25</sup>

Porém, passado o momento inicial, as burguesias anglo-saxônicas se deram conta que uma transformação social que se fundasse apenas no costume tenderia a fracassar. Isso porque o costume, os novos hábitos de

---

23 - Idem, ibid.

24 - GRAMSCI, A. – Astrattismo e intransigenza. 11 de maio de 1918. *Scritti Politici*. Org. Paolo Spriano. Le idee, Editori Riuniti. Roma. 1978. p. 127.

25 - GRAMSCI, A. - Astrattismo e intransigenza. 11 de maio de 1918. SG, op. cit., p. 378-9. E continua: “*não se iludam (que) a lei tenha valor sem o controle inteligente dos representantes, que a idéia (possa se fazer) história sem a força organizada. As idéias, os princípios, a intransigência ideal tornam-se, assim, concretização histórica, ainda que imediatamente não se possa abdicar um monarca ou vencer uma batalha*”.

relacionamento civil entre os indivíduos e entre eles e as instituições, deveria ser organizado segundo um aparato jurídico que lhes conferisse forma e sentido, os definisse e universalizasse (criando sanções para o caso de descumprimento). Este aparato atuaria na limitação da ação dos grupos que porventura quisessem alterar o fundamento da vida civil e econômica. Isto se aplicava, especialmente, aos grupos subalternos que quisessem se opor à ordem moderna e ao controle sobre as formas de organização do Estado estabelecidas pelos dominantes. Gramsci observava que, nesta relação entre costume e lei, a recíproca também era verdadeira: da mesma forma que a lei que não se baseasse em um costume generalizado tornava-se privilégio, o costume que não se sistematizasse em leis e um sistema jurídico implicava um costume desorganizado e não garantido.

*“(A liberdade baseada apenas no costume) é liberdade desorganizada, porque não é garantida: o costume não é ‘de todos’ e basta ‘um’ (indivíduo) ludibriador, violento, falsário, para perturbar a liberdade desorganizada. A lei não é nada mais do que a limitação necessária do máximo de liberdade que se possa garantir.”<sup>26</sup>*

Assumir o Estado representava, para esta burguesia, a possibilidade de governar e organizar juridicamente os conflitos surgidos pelo entrelaçamento de forças concorrentes, além de refrear as forças que ameaçassem a continuidade do *status quo* burguês.

#### **1.4 - Liberalismo, liberismo, Estado e luta de classes**

Sob a égide do capitalismo instaurou-se o regime da livre concorrência e a burguesia inglesa se organizou como classe dominante. Segundo Gramsci, o que a caracterizou historicamente foi a ausência de

unidade e a constante concorrência entre seus grupos para assumir o papel de grupo legitimamente reconhecido como detentor do poder de regular o Estado e organizar a sociedade segundo seus critérios.

*“Em virtude do princípio e pela ação da livre concorrência, surgem e se constituem continuamente novos grupos de produtores capitalistas que integram incessantemente a capacidade econômica do regime. Cada grupo gostaria de sair fora da dilacerante luta da concorrência impondo o monopólio. (...) O governo, o poder, é o ponto no qual se afirma a concorrência dos grupos. O governo é o prêmio do partido, do grupo burguês mais forte que, por meio desta força, conquista o direito de regular o poder de Estado, de dirigi-lo para determinados fins, de plasmá-lo predominantemente de acordo com seus programas econômicos e políticos”.*<sup>27</sup>

A burguesia inglesa levou até o limite o princípio da livre concorrência ao pressionar para que as divergências entre seus grupos também fossem reguladas pelas leis do mercado. Concorrendo entre si, os grupos burgueses poderiam conquistar o poder de Estado e, imbuídos da autoridade de governo, regular as relações econômicas, influenciar na organização jurídica e administrar os conflitos entre as classes sociais prevalentemente de acordo com seus interesses. A possibilidade de exercer esse poder agregou os grupos burgueses, conferiu unidade à própria classe e limitou as iniciativas de setores que, para fugir da concorrência, procuravam se unir às classes dominantes tradicionais e, instituindo-se privilégios, assenhorear-se indefinidamente do controle sobre a sociedade.

Ao lançar o Estado – e a administração pública - para a esfera da concorrência de mercado, setores da burguesia opuseram-se ao privilégio de determinados grupos de seu próprio interior e afirmaram a competição no regime da livre concorrência. Foram além da doutrina ideológica e limitaram, na prática econômica, o privilégio de setores identificados com

---

26 - GRAMSCI, A. – L'individuo e la legge. 24 de abril de 1918. SG, op. cit., p. 376.

a velha ordem. Gramsci utilizava as denominações “liberal” e “liberista” para as burguesias anglo-saxônicas, identificando a aproximação entre o discurso político e a prática econômica de seus grupos.

*“(O liberalismo) é a verdadeira doutrina de classe, não somente nacional, mas também internacional, (...) tende a realizar uma unidade econômica entre todas as burguesias nacionais, a aumentar a riqueza capitalista internacional por intermédio do liberismo”<sup>28</sup>.*

O liberalismo era visto por Gramsci como o conjunto de princípios que serviu para que tanto a burguesia inglesa quanto as classes dominantes de países cujas práticas econômicas e tratamento destinado às classes subalternas estavam muito longe da ordem anglo-saxônica, se afirmassem em relação aos seus próprios grupos e às classes subalternas. O liberalismo disseminou-se como um discurso supranacional, afirmador de um conjunto de princípios políticos e econômicos abstratos, baseados na livre concorrência e na liberdade comercial. Por ser genérico, pôde ser utilizado como programa por setores das classes dominantes que precisavam se legitimar perante a população mas que, na verdade, se opunham radicalmente a deixar de servir-se do Estado e entrar em concorrência com outros grupos pelo exercício do governo.

O liberalismo, entretanto, não confundia-se com o liberismo, movimento desenvolvido de forma típica na Inglaterra. O liberismo foi a resposta articulada pelas burguesias nacionais para fazer cumprir o programa liberal com base em cada conjuntura e no embate interno de forças entre a burguesia, seus grupos, as classes tradicionais e as classes subalternas, desenvolvida não apenas no plano econômico, mas moral e ideológico. Marcado pela luta contra o privilégio do Estado, oferecido a determinados grupos e setores da economia nacional, foi a resposta aos

---

27 - GRAMSCI, A. – L'intransigenza di classe e la storia italiana. SP, op. cit., p. 180.

28 - GRAMSCI, A. – Per chiarire le idee sul riformismo borghese, de 11 de dezembro de 1917. SP, op. cit., 141.

conflitos que se verificavam no cotidiano do embate entre os grupos defensores da livre concorrência e aqueles vinculados às velhas mentalidades protecionistas. Tal embate tinha que levar em consideração os setores das classes trabalhadoras que poderiam vir a organizar um projeto de sociedade ameaçador da ordem capitalista.

*“A idéia que serviu como motriz das forças internas, paralelas, para a Inglaterra, pode ser resumida na palavra: liberismo; (...) O liberismo é a fórmula que compreende toda uma história de lutas, de movimentos revolucionários para a conquista das liberdades individuais. É a forma mentis que foi-se criando por meio destes movimentos. É a convicção que foi se formando em um número cada vez maior de cidadãos que, por meio destas lutas foram participando da atividade pública que, na livre manifestação das próprias convicções, no livre desenvolvimento das forças produtivas e legislativas do país, estava o segredo da felicidade.”<sup>29</sup>*

Desta forma, o liberismo representou a atualização prática, de caráter político-econômico-institucional, assumida pelos grupos de ideologia liberal. Implicava, como já afirmamos, de um lado a criação de um aparato jurídico-político que conferia forma concreta às práticas econômicas e às novas regras de convivência civil entre os cidadãos. De outro, a ampliação das formas de participação dessa mesma população na esfera do Estado por intermédio da democracia. O liberalismo-liberismo de países anglo-saxônicos efetivou um projeto de construção de uma ordem cujos eixos centrais foram uma doutrina ideológica fortemente ancorada nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade e, no plano político-institucional-econômico, na ruptura com as instituições políticas conservadoras e a garantia de segurança do regime da livre concorrência, inclusive entre grupos da própria burguesia. Segundo Dias,

*“A idéia de uma evolução inevitável e sempre positiva marca essa forma mentis. Ela não é, entretanto, genérica para todos os países:*

---

29 - GRAMSCI, A. – Tre principi, tre ordine, In: SG, op. cit., p. 74.

*ela requer a idéia de liberdade, de cidadania, não apenas passiva, mas principalmente ativa, ainda que não de todos.*<sup>30</sup>

Gramsci afirmava que, historicamente, a burguesia nunca teve unidade de classe. Ao contrário e internacionalmente ela era o resultado da correlação de interesses de grupos que defendiam posições econômicas particulares e concorriam entre si. Porém a classe burguesa se unifica pela conquista do governo, ponto central da concorrência dos seus grupos. Isto porque o exercício do governo permite administrar as riquezas produzidas socialmente, assim como administrar os conflitos que ameaçam a ordem:

*“Estado é a organização econômico-política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa na sua força concreta, atual. (...) O Estado compõe juridicamente os dissídios internos da classe, os atritos dos interesses contrastantes, unifica as frações e dá a imagem plástica da classe como um todo. O governo, o poder, é o ponto no qual se afirma a concorrência das frações.”*<sup>31</sup>

Para que o exercício do governo não aparecesse como o meio do grupo burguês mais forte de fazer valer seus interesses para o resto da sociedade, a burguesia forjou a idéia de que o Estado era a instituição suprema da sociedade - porque ético e neutro, supra-classista, guardião dos interesses gerais e do bem comum. Seu objetivo, com isso, era absorver as classes subalternas para a esfera da legalidade burguesa e de uma institucionalidade aparentemente acima dos interesses individuais, particulares e de grupos:

*“(o Estado ético) é uma aspiração política (...); existe apenas como modelo utópico, mas é precisamente o fato de ser uma miragem que o fortalece e faz dele força de conservação. Na esperança de que, finalmente, ele se realize na sua perfeição completa, muitos*

---

30 - DIAS, Edmundo F. – *Democracia operária*. Campinas: Editora da Unicamp. 1987. V.1. p.48.

31 - GRAMSCI, A. – *L'intransigenza di classe e la storia italiana*. SG, op. cit., p. 180.

*encontram a força para não renegá-lo e não procurar então substituí-lo*".<sup>32</sup>

A participação popular no processo político se reduzia ao puro mecanismo do voto, fechando, assim, o círculo dos meios de absorção das classes subalternas nestes países de tradição anglo-saxônica. Segundo Gramsci, esta participação caracterizava a participação exclusivamente numérica, tanto nas instituições legislativas quanto executivas, e gerava a aparência de que os antagonismos entre as classes fundamentais poderiam ser superados pelo participacionismo e pela capacidade de todo e qualquer grupo tornar-se maioria. Dirigindo-se aos socialistas, afirmava:

*"A democracia é nossa pior inimiga, porque entorpece a clara separação das classes, e quer (...) tornar-se as molas da carroça que servem para fazer pesar menos sobre as rodas a bagagem dos passageiros e evitar os solavancos que podem jogar tudo para o ar. Não que as conquistas democráticas não sejam desejáveis, mas devem servir somente como meio e possibilidade de um rápido desenvolvimento e não como fim último da história. Devem, em resumo, tornar-se instrumento da luta de classes, e não motivo para o enfraquecimento e aceitação geral."*<sup>33</sup>

Diminuído o radicalismo do confronto entre as classes pela absorção das classes trabalhadoras, as relações entre as suas instituições e as classes dominantes adquiriam um caráter mais tolerante. Os princípios e práticas liberais passavam a ser aceitos com naturalidade, e as regras da democracia burguesa eram reproduzidas tautologicamente nas instituições das classes trabalhadoras, ganhando, com isso, a condição de senso comum.

As classes trabalhadoras desses países liberais e liberistas iam, assim, se deixando organizar por uma civilidade baseada na construção do consenso entre as classes e na noção de que a finalidade da ação dos

---

32 - GRAMSCI, A. – Tre principi, tre ordini. 11 de fevereiro de 1917. SG, op. cit., p. 74.

homens na sociedade (independente de sua posição social e da classe a que pertenciam) residia não na elaboração de novas formas de civilidade cada vez menos excludentes, mas na convivência dentro da violenta ambigüidade que os unia no capitalismo. Esta ambigüidade se caracterizava, por um lado, pela desigualdade em nível econômico, no cotidiano das relações de produção e, por outro lado, pela proximidade entre os “cidadãos” na esfera política. A contradição era amenizada pela idéia de que todos deveriam empenhar-se na realização de uma finalidade superior: a busca de um bem comum, supra-histórica e supra-classista.

Submetendo-se passivamente a essa ideologia, as classes trabalhadoras afastavam-se da convicção de que a sua condição de subalternidade era intrínseca ao capitalismo – distanciavam-se, portando, da crítica à ordem capitalista. As lutas e bandeiras levantadas pelas classes trabalhadoras acabavam sendo impregnadas por princípios tipicamente burgueses, pela crença de que, por intermédio do cumprimento das normas jurídico-morais, típicas da legalidade burguesa, estariam se organizando autonomamente, poderiam conquistar o governo e, por seu intermédio, alterar a forma do Estado. Foi o sucesso deste projeto que implicou na Inglaterra, EUA e Alemanha a aceitação, por parte das classes trabalhadoras, da ideologia pró-conflito mundial.

*“Esta mentalidade, contida no esquema burguês da harmonia do Estado, conquista uma grande força quando se torna mentalidade de massa, senso comum: tarefa do proletariado é, portanto, criticar seu caráter absoluto, reduzir o seu poder de condicionamento ideológico com base na reafirmação da historicidade da sociedade burguesa capitalista.”<sup>34</sup>*

---

33 - GRAMSCI, A. - La conferenza e la verità. 19 fev. de 1916. *SLM*, op. cit., p.43.

34 - SUPPA, S. - *Il primo Gramsci*. Bari. 1972. p.107.

## 1.5 – Liberalismo e jacobinismo

Observamos no item anterior que o ordenamento liberal/liberista fortaleceu entre as classes subalternas a idéia de que somente por meio da expressão livre da vontade individual seria possível participar da vida política e pública. A idéia de liberdade implicava, por um prisma ideológico, a convicção presente no conjunto da população de que a participação política e a cidadania limitavam-se ao exercício do voto, e que a democracia era a única forma de participação na vida pública, o único meio de um grupo vir a fazer valer sua vontade à maioria da sociedade. Segundo Gramsci, a burguesia procurou fazer crer que *“todos podem tornar-se capitalistas”* – porém, como observava com ironia, - *“um de cada vez, com a circulação das minorias: todos os homens podem ser capitalistas, mas não todos ao mesmo tempo, e sim uma minoria por vez”*<sup>35</sup>.

O liberalismo-liberismo, entretanto, não foi a única via possível para as burguesias tornarem-se dirigentes<sup>36</sup>.

---

35 - GRAMSCI, A. – *Repubblica e proletariato in Francia*, de 20 de abril de 1918. SG, op. cit., p. 206.

36 - O liberismo se desenvolveu na Inglaterra. Na Alemanha o liberalismo desdobrou-se na forma da “autoridade com uso da razão” Com relação à forma como o Estado burguês se afirmou na história, Gramsci desenvolve o conceito de ordem, profundamente vinculado às formas de articulação particulares de cada nacionalidade. O liberalismo e o liberismo não foram, para o autor, as únicas formas possíveis de articulação das burguesias no desenvolvimento do capitalismo. Assim, ao passo que na Inglaterra aflorou a ordem liberista, na Alemanha predominou o que o autor denomina de “autoridade com (o uso) da razão”:

*“A idéia que serviu como motriz das forças internas, paralelas, para a Inglaterra pode ser resumida na palavra: liberismo, para a Alemanha, nas palavras: autoridade com (o uso da) razão. (...)”*. (grifos do autor).

Com relação à organização do Estado Alemão, Gramsci dizia:

*“Fichte forneceu o código do Estado fechado. Isto é, dirigido pela razão. Do Estado que não deve ser deixado à mercê das forças livres e espontâneas do homem, mas deve, em cada coisa, em cada ato, imprimir o timbre de uma vontade, de um programa estabelecido, pré-ordenado pela razão. E, por isto, o Parlamento não tem os mesmos poderes que em outros lugares. É simplesmente consultivo (...). O Ministério (o Imperador) permanece o árbitro que julga e escolhe, e só é substituído pela vontade*

A burguesia francesa, quando fez sua revolução, defendia um programa centrado nas idéias de liberdade, igualdade e participação popular no nível do Estado. Entretanto, ao contrário da Inglaterra, a iniciativa da burguesia francesa não se desdobrou como liberismo, mas assumiu um caráter autoritário, que caracterizou o jacobinismo.

Segundo Gramsci, historicamente as idéias iluministas foram consubstanciadas exemplarmente na forma de princípios jurídicos universais, que afirmavam o dever-ser da sociedade. Estes eram princípios abstratos, destinados a abranger o maior número possível de cidadãos.

Porém, após ter assumido o governo, e passada a acomodação inicial, a burguesia francesa não iniciou o trabalho de concretização dos ideais que haviam mobilizado as massas populares. Ao contrário, lançou mão da legislação repressiva e, posteriormente, do terror, evitando, assim, o liberismo. Apegou-se ao Estado e ao protecionismo, e recusou-se a atualizar os princípios abstratos em formas políticas e econômicas concretas, que previssem a participação popular. Segundo Gramsci, a França,

*“(é) protecionista. Não é uma classe que detém o poder, mas são pequenos grupos políticos, representantes de negociações, mais do que de vigorosa e potente economia burguesa”.*<sup>37</sup>

Economicamente, os setores triunfantes da burguesia francesa não foram os vinculados à produção, mas sim à especulação e à atividade improdutiva. Ali *“prevaleceram as categorias burguesas comerciais e*

---

*imperial. Mas as classes têm a convicção, não retórica, não servil, mas formada por décadas de experiência de administração proba, da observação da justiça distributiva, que os seus direitos à vida são tutelados. Para os socialistas, que sua atividade deve consistir em tentar tornar-se maioria, e para os conservadores demonstrar continuamente a sua necessidade histórica”.* GRAMSCI, A. – Tre principi, tre ordine. SG, op. cit., p. 74-78.

37 - GRAMSCI, A. – La lega delle nazioni. 19 de janeiro de 1918. SG, op. cit., p. 157.

*bancárias, e não as categorias diretamente produtivas*<sup>38</sup>. A propriedade não circulou, e, para se manter, os grupos burgueses tiveram que eliminar a concorrência, apegando-se à proteção do Estado e das classes dominantes tradicionais. As idéias divulgadas durante o iluminismo tornaram-se, assim, obviamente incompatíveis com suas práticas econômicas. Era necessário sufocar as energias que os próprios grupos burgueses haviam desencadeado no período iluminista. Desta forma, não se completou o trabalho de preparação cultural e ideológica para que as classes subalternas aceitassem o domínio burguês de classe e reconhecessem no Estado *“a fonte e o fim de todo o direito, de todo dever, que é a garantia de permanência e de sucesso de toda atividade social. A revolução proletária é tal quando dá vida e se encarna em um Estado tipicamente proletário, custódia do direito proletário, que desenvolva suas funções essenciais como emanção da vida e da potência proletária*<sup>39</sup>, tal como ocorreria na Inglaterra e EUA, países liberais e liberistas.

Descartado o momento de universalização do costume e consolidação deste em um Estado de direito, as classes populares, antes aliadas, tornaram-se resistentes às ordens dos novos governos burgueses. Não reconheceram o novo Estado, mas viram na autoridade constituída uma violação àquilo que concebiam como seus direitos legítimos e inexpropriáveis. Desta forma, recorreram também ao uso da força para obter um tratamento privilegiado por parte dos dominantes.<sup>40</sup>

---

38 - GRAMSCI, A. – Per chiarire le idee sul riformismo borghese. 11 de dezembro de 1917. SG, op. cit., p. 141.

39 - GRAMSCI, A. – La Taglia della storia, 7 de junho de 1919. ON, op. cit., p. 57.

40 - Gramsci deixava isso claro ao analisar um fato ocorrido poucos anos após a Queda da Bastilha, em 1794 (portanto, durante o Regime do Terror). Naquele ano, ainda combatendo contra os exércitos dos grandes proprietários, os jacobinos solicitaram da população camponesa que entregasse mantimentos e animais para a manutenção do exército francês e para a defesa do regime recém instaurado. Os camponeses se rebelaram e buscaram apoio junto ao clero. Amotinaram-se em Igrejas e foram cercados pelo exército. Encurralados, atacaram e mataram soldados do exército nacional em quem deveriam, pelo contrário, depositar a sua confiança, já que

É importante ressaltar que, para Gramsci, o jacobinismo francês, a despeito de ter se caracterizado predominantemente como um fenômeno de força, não estava de forma alguma desprovido de conteúdo ideológico. Este conteúdo expressou-se na “mentalidade jacobina” e caracterizou-se pela apologia das capacidades e qualidades de indivíduos de conduzir a política, e a expectativa de que a história dos homens pudesse ser determinada por fatores e ações individuais, alheios às formas assumidas pelas classes sociais.

O messianismo jacobino desenvolveu-se sobre o terreno das mentalidades medievais e camponesas já existentes, aproveitando-se do seu conteúdo religioso e de sua tendência protecionista. Tal mentalidade era intolerante com as diferenças. Os grupos sociais não afinados com o *status quo* burguês, que ameaçassem o Estado ou procurassem aparecer como alternativa, eram vistos como um mal que deveria ser combatido.

*“o jacobinismo retira do seu espírito messiânico, da fé na vontade revelada, a pretensão política de suprimir violentamente toda oposição, toda vontade que se recuse a aderir ao contrato social. E cai nas contradições, comuns nos regimes democráticos, entre as*

---

encarregados de zelar pela defesa dos ideais da revolução. Para Gramsci, esse acontecimento mostrava que os camponeses não se identificavam completamente com os poderes institucionais, não tinham incorporado a idéia de que a justiça, com o novo ordenamento, estava intimamente vinculada à idéia de que caberia ao Estado zelar e tutelar os interesses nacionais – ainda que isso envolvesse sacrifícios para as classes subalternas. *“Os camponeses não reconheciam o Estado moderno quando esse solicitava solidariedade econômica, além de votos e demonstrações políticas”*. Os camponeses, vinculados ideologicamente à mentalidade medieval, ainda esperavam do Estado que os tratasse como súditos, concedendo-lhes o benefício da exclusão do cumprimento de uma lei - o confisco de parte de seus bens - da mesma forma como apelavam à benevolência divina, esperando que uma força superior intercedesse em seu favor. Esse momento de conflito foi exemplar para compreender as razões que levaram a burguesia jacobina a se distanciar das práticas típicas dos liberais: se, por um lado, a burguesia havia defendido que a instauração de um Estado de direito seria a única forma de eliminar os privilégios e as concessões medievais que criavam leis “particulares” - e portanto, um tratamento desigual à população - por outro lado, e concretamente, o Estado de direito ainda era ideologicamente uma realidade não compreendida pelos camponeses e setores da população trabalhadora em geral. GRAMSCI, A. - I contadini e lo stato. 6 de junho de 1918. SG, op. cit., p. 247.

*profissões de fé que exaltam a liberdade sem limites e a prática de tirania e intolerância brutais.*<sup>41</sup>

O jacobinismo foi a forma assumida pelo ordenamento burguês na França, vista por Gramsci como particular, historicamente determinada pelo fato de que as idéias liberais, apesar de assumirem forma concreta para a burguesia dominante, continuavam a ser princípios abstratos, desprovidos de atualização política e institucional para as classes subalternas. Representou o período de ascensão de uma burguesia que usou largamente o recurso à força, à violência policial, à intolerância com as opiniões divergentes. Distanciou-se do Estado de direito e afirmou o privilégio de uma nova classe no poder sem realizar a absorção das classes subalternas à institucionalidade burguesa pela via liberista.

## **1.6 - O “messianismo jacobino” italiano**

Ao contrário dos ordenamentos liberais clássicos, na Itália a burguesia não elaborou uma ruptura com as velhas formas de conceber o Estado e a organização jurídica da sociedade. Antes, o que houve foi um rearranjo das forças sociais em favor da política protecionista. O que caracterizou historicamente o domínio de classe burguês foi o fato desta classe ter desenvolvido sua atividade econômica sem romper com as classes dominantes tradicionais, e ter se articulado em torno da proteção do Estado.

A despeito das iniciativas iluministas e liberais durante o *Risorgimento*, prevaleceu entre as classes dominantes uma mentalidade de profunda intolerância no tratamento das manifestações contrárias ao regime político e à dominação das classes tradicionais. No lugar do liberalismo/liberismo, desenvolveu-se o que Gramsci denominou de

---

41 - GRAMSCI, A. - La politica del 'Se'. 29 de junho e 1918. SG, op. cit., p.271.

jacobinismo italiano: um movimento que, embora afirmasse inicialmente uma nova ordem jurídica-ideológica, não se materializou em uma classe disposta a romper com o velho ordenamento feudal.

*“(os liberais) colocaram-se a serviço do parasitismo capitalista; nem ao menos tentaram iniciar a obra educativa entre as massas que os liberistas ingleses desenvolveram no seu país, sacrificando-se, excitando as energias sãs da produção burguesa a mover-se, despendendo dinheiro para fazer triunfar o endereço social que possui o seu valor revolucionário (na destruição) dos velhos institutos e das formas decrépitas de produção”<sup>42</sup>.*

Grupos da burguesia italiana aliaram-se às classes dominantes tradicionais e assenhorearam-se do Estado. Para evitar a concorrência, as classes dominantes sufocaram os setores de vanguarda de sua própria classe, compuseram ideológica e politicamente com as classes proprietárias tradicionais e, em especial, vetaram, por meio da censura, da perseguição e da repressão violenta, os movimentos de contestação à ordem dominante.

A idéia do Estado ético moderno não floresceu porque o Estado continuava a servir aos interesses particularísticos das classes proprietárias e das burguesias nacionais emergentes. O jacobinismo italiano refletia a forma de ser das classes dominantes, que *“concebem a liberdade somente para si, para as próprias opiniões, de modo exclusivista e tirânico.”<sup>43</sup>*

O processo de consolidação das burguesias italianas ocorreu com o aprofundamento do individualismo ao associar-se à mentalidade feudal e ao catolicismo. Distanciou-se da idéia de Estado de direito e gerou uma classe economicamente dependente do financiamento do Estado e dos benefícios fiscais, que recusava uma moral liberista porque dependia do protecionismo e não podia compartilhar o governo.

---

42 - GRAMSCI, A. - I liberali italiani. 12 de setembro de 1918. SG, op. cit., p. 307.

A burguesia italiana não foi, portanto, revolucionária nem no plano econômico nem no plano das idéias, ainda que defendesse formalmente o liberalismo: não empreendeu a tarefa de educar as massas de trabalhadores a assumir uma responsabilidade política, a adquirir um senso de participação que, nos países liberais/liberistas, empurrava o homem comum a interessar-se pela própria história. Esta atitude das burguesias aprofundou na Itália a cultura popular da indiferença e do imobilismo, e, como afirma Dias, constituiu a base da cidadania burguesa italiana

*"Os fatos amadurecem na sombra, porque mãos não vigiadas por controle algum tecem a teia da vida coletiva, e a massa ignora. Os destinos são manipulados por visões restritas, finalidades imediatas de pequenos grupos ativos, e a massa dos cidadãos ignora. Tudo tem que parecer mecânico, fatalidade, pois a indiferença é o peso morto da história. (...) O que ocorre não ocorre tanto porque alguns queiram que ocorra, quanto porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa dar os nós que depois só a espada poderá cortar."*<sup>44</sup>

Os direitos abstratos e universais do homem, defendidos pelos revolucionários franceses não se estenderam a todas as classes, mas tornaram-se privilégio da burguesia. O sistema jurídico, que deveria garantir o cumprimento dos direitos fundamentais, subordinou-se ao regime autoritário e tornou-se presa dos acordos políticos e das contingências do lucro e das necessidades das classes dominantes. O contratualismo, manifestação da vontade e autonomia individual, foi suprimido porque colocaria em risco a sobrevivência do regime econômico ao conferir às oposições a capacidade de organizar-se livremente - e de, conseqüentemente, procurar "fazer-se maioria", influenciando na composição

---

43 - GRAMSCI, A. - Libero pensiero e pensiero libero. 15 de junho de 1918. SG, op. cit., p.260.

44 - GRAMSCI, A. - Indiferenti. 11 de fevereiro de 1917. SG, op. cit., p. 79.

política do governo e no Estado. Na Itália, as classes dominantes concebiam a liberdade como “propriedade privada, como privilégio”<sup>45</sup>,

*"a idéia de justiça dissocia-se da idéia de garantia, a idéia de cultura política dissocia-se daquela de organização econômica e política, de ação e eficácia da ação em virtude das condições gerais de cultura e de força."*<sup>46</sup>

Essa forma de organização do Estado refletiu-se diretamente no ordenamento jurídico: o costume moderno não se generalizou; a legislação permaneceu como um “enfeite”, um “modelo”, um “figurino da moda anglo-americana”<sup>47</sup>, como ironizava Gramsci; representava um instrumento do privilégio de grupos restritos das classes dominantes. O favorecimento a determinados grupos (entre eles, também setores das classes subalternas) por intermédio do Estado, representou a forma de desdobramento do protecionismo, tanto na política quanto na economia; o privilégio foi transformado em princípio geral na administração da sociedade italiana.

*"Na Itália, o capitalismo ainda está no seu início; não há, de forma alguma, adequação entre a lei exterior e a realidade. A lei é uma incrustação moderna sobre um edifício antiquado, não é o produto de uma evolução econômica, é um produto do mimetismo político internacional, de uma evolução intelectual do júri, não do instrumento de trabalho."*<sup>48</sup>

---

45 - GRAMSCI, A. - Libero pensiero e pensiero libero. 15 de junho de 1918. SG, op. cit., p.260.

46 - GRAMSCI, A. - La politica del se. 29 de junho e 1918. SG, op. cit., p.275.

47 - GRAMSCI, A. - La democrazia italiana. 7 de setembro de 1918. SG, op. cit., p. 302.

48 - GRAMSCI, A. - L'intransigenza di classe e la storia italiana. 18 de maio de 1918. SG, op. cit., p.231.

## 1.7 – Jacobinismo italiano e imperialismo

Gramsci afirmava que a concorrência internacional entre as nações de capitalismo mais desenvolvido levou a um agravamento da situação de crise na Itália nos primeiros anos do século XX. A capacidade concorrencial de suas indústrias de ponta (como têxtil, agrária e siderurgia), estruturalmente limitadas pela ausência histórica de investimentos, se agravou pelo fato de que, no quadro da política nacional, a burguesia se encontrava cada vez mais acossada pelo crescimento das manifestações das classes trabalhadoras, que ela não conseguia mais conter pela violência policial. No final do século XIX e primeiros anos do século XX, greves e conflitos de rua se sucediam de forma a agudizar o confronto entre as classes fundamentais.

Parcelas da burguesia nacional, especialmente dos setores de ponta de economia, como era o caso do metal-mecânico, se davam conta de que os movimentos de resistência das classes trabalhadoras comprometiam cada vez mais a continuidade da produção nacional e a inserção da Itália nos mercados internacionais.

Dada a impossibilidade de responder a estas pressões internas levando até o limite os princípios liberais e adotando uma política liberista, Gramsci afirmava que a saída escolhida pela burguesia italiana foi associar o aprofundamento do uso da força policial com a elaboração de uma justificativa orgânica, e de caráter ideológico, que legitimasse sua dominação e o caráter autoritário do Estado.

A burguesia lançou mão da propaganda nacionalista, de “defesa da grande nação italiana”, para justificar a defesa da guerra e, ao mesmo tempo, aprofundou o “caráter messiânico” do jacobinismo. Para essa última tarefa, empenhou-se em difundir o discurso de que as classes subalternas estavam excluídas da participação no governo e no Estado porque este deveria ser entregue aos mais capazes: àqueles que já

havia provado a competência na gerência dos próprios negócios e eram espertos na tarefa de administrar. Utilizava-se, para isso, do discurso tecnocrático – literalmente, o discurso apologético do domínio dos técnicos e “competentes” em administrar o Estado.

A idéia de um Estado que deveria ser dirigido por “competentes” era completamente antagônica à concorrência pregada pela discurso liberal, à possibilidade de qualquer grupo vir a se apossar do governo. Afirmava a incapacidade das massas subalternas de disputar com os “sábios” o governo. Tratava-se, assim, do germe de um Estado profissional, corporativo, que se organizava como um sindicato dos doutos e sábios, numa clara aproximação do Estado fascista, dos “escolhidos”.

*“Os competentes e técnicos não eram aqueles tais na arte de governo: eram os grandes industriais, os agrários que tinham demonstrado, com os milhões ganhos, saber administrar bem a sua empresa privada. Estava-se cumprindo uma campanha pedagógica, peremptoriamente jacobina, para impor um Estado profissional, uma espécie de sindicalismo capitalista. A administração estatal dos interesses coletivos deveria ser confiada, nas suas múltiplas atividades, aos capitalistas que, naquelas atividades, em virtude dos próprios interesses, provaram ser bons”<sup>49</sup>*

Desta forma, procurava-se justificar a entrega da administração e condução política da sociedade para a esfera dos interesses privados mediante o argumento da autoridade técnica, da “competência”, as quais, certamente, as classes subalternas não possuíam. Ao mesmo tempo, afirmava-se que a administração dos interesses públicos deveria coincidir necessariamente com os interesses privados e que, entre público e privado, assim como entre as classes fundamentais, não haveria nenhum antagonismo insuperável ou que inviabilizasse uma aliança de classes, desde que os destinos da nação fossem geridos “corretamente”, pelos setores competentes.

Configurava-se, assim, segundo Gramsci, um projeto das classes dominantes italianas cujo objetivo era substituir o governo exercido pelas classes sociais – como ocorria nos países liberais/liberistas – pelo governo de grupos burgueses que tinham como objetivo aprofundar as formas protecionistas e os privilégios. Para preparar essa forma de dominação, assenhoreando-se totalmente do Estado e do governo, a burguesia empenhava-se em uma campanha de justificativa da função histórica das classes dominantes, que Gramsci entendia estar ocorrendo naquele momento. Gramsci tratava de desmascarar a farsa operada pela cisão ideológica do discurso capitalista-nacional, que afirmava ser possível ser especulador na atividade privada e, ao mesmo tempo, administrador na atividade político-governativa, em uma clara (e proposital) confusão entre público e privado.

*“Era a preparação pedagógica para tentar impor um governo de categorias capitalistas organizadas, que têm pavor do governo dos partidos, da livre concorrência em política, assim como do liberalismo comercial. A experiência atual deveria ensinar a nação italiana sobre as boas intenções ‘coletivas’ dos competentes: os industriais técnicos permanecem especuladores, sempre; ainda que participem do governo do Estado, colocam sempre seus interesses privados na frente dos interesses coletivos”<sup>50</sup>*

Por sua vez, o discurso nacionalista afirmava a urgência da união entre os grupos que se opunham internamente na Itália para fazer frente à acentuação da concorrência internacional entre as nações. Completava-se, desta forma, o discurso: tratava-se de ressaltar a necessidade de que as classes trabalhadoras se curvassem às classes proprietárias tanto em virtude de sua competência intrínseca quanto da necessidade de garantir a unidade interna para barrar o avanço de nações inimigas que

---

49 - GRAMSCI, A. - Il culto della competenza. 13 de maio de 1918. SG, op. cit., p. 223.

50 - Idem, ibid. p. 223.

ameaçassem a ordem, a economia e a soberania nacional, ainda que o preço desta unidade fosse a guerra.

*"O nacionalismo buscou modernizar o preconceito protecionista, dando-lhe um conteúdo necessariamente nacional; dado o fato concreto da formação de um proletariado extremamente forte e orgânico, buscou acertar as contas com esse."<sup>51</sup>*

O nacionalismo, associado ao discurso tecnocrático, foi uma doutrina voltada ao refreamento da oposição entre burguesia e classes trabalhadoras.

*"O nacionalismo vai se aproximando do reformismo de direita, buscando determinar as solidariedades dos interesses constituídos que soldam a estrutura e se tornam a espinha dorsal do Estado almejado."<sup>52</sup>*

Do ponto de vista das formas de convivência civil, esta ideologia burguesa, que Gramsci classificava como um tipo de jacobinismo, contribuía para acentuar a mentalidade individualista e intolerante com as diferenças, exaltadora da censura como forma de banir as opiniões divergentes. A burguesia procurava estimular, entre a população, a desconfiança com relação a tudo aquilo que pudesse ser classificado como ameaçador à soberania italiana e não fosse legitimado pelos grupos preparados para a gerência do governo e do Estado.

O convencimento sobre determinadas idéias não se baseava, assim, em debates e na livre exposição dos juízos das partes envolvidas. Diante da inexorabilidade da razão dos gestores do Estado, não se abria espaço para opiniões divergentes. Negando-se o debate, a argumentação lógica e racional, estimulava-se a subserviência à razão de poucos, "sábios", imbuídos do poder de julgar e decidir. Do ponto de vista da formação das opiniões, o "pensamento livre", isto é, desenvolvido de

---

51 - GRAMSCI, A. - La funzione sociale del Partito nazionalista. 26 de janeiro de 1918. SG, op. cit., p.159.

52 - Idem, p. 159.

forma independente dos grupos mais fortes, cedia lugar ao “livre pensamento”, ou seja, as opiniões são fruto de concepções baseadas no atendimento aos interesses pessoais.

*"Um indivíduo tem uma opinião, sobre uma certa atividade humana: esta opinião é para ele a verdade. Ele raciocina assim: se esta é a verdade, todos devem aceitá-la, todos devem pensá-la. Porque não a aceitam nem a pensam instantaneamente, assim que ouvem a sua enunciação? Porque o seu pensamento é escravo: então viva o livre pensamento! O livre pensador é um utopista, isto é, seu pensamento é escravo, não saiu ainda do caos da convencionalidade e do preconceito. Concebe a liberdade de modo estreito e limitado: a liberdade somente para determinadas opiniões, determinados nexos de pensamento. Pode-se dizer que, no fundo, concebe a liberdade somente para si, para as próprias opiniões, de modo exclusivista e tirânico. Por isso se pode dizer que o livre pensamento é trazido pelo jacobinismo burguês, pelo individualismo burguês."<sup>53</sup>*

Na Itália, o jacobinismo aprofundou-se como antítese do Estado de direito, refletindo-se no ordenamento legal. A norma penal, arbitrariamente estabelecida e aplicada pelas autoridades executivas locais, adquiriu um poder imenso, em detrimento das formas de resolução de conflitos baseadas na decisão judicial e nos códigos, aplicadas indiscriminadamente. Em síntese, o jacobinismo procurava fazer que a cidadania, como capacidade política das classes subalternas de julgar e participar politicamente, fosse vetada à maior parte da população.

Como afirma Dias, a cidadania desejada pela burguesia italiana caracterizava-se pelo espírito da indiferença, pela abdicação, por parte do homem comum, de qualquer iniciativa no plano político-organizativo:

*"(Na Itália), a cidadania foi caracterizada somente pelo fato de alguém nascer em um dado território, para ser realizável, exige das massas uma postura de absoluta indiferença."<sup>54</sup>*

---

53 - GRAMSCI, A. - *Libero pensiero e pensiero libero*. 15 de junho de 1918. SG, op. cit., p.260.

54 - DIAS, E. - op. cit. p.52.

Esta cidadania encontrava-se em oposição direta à cidadania do liberalismo/liberismo – muito mais eficiente e sofisticada no que dizia respeito à absorção das classes subalternas. Ela resultou, na Itália, numa população de indiferentes, numa identidade nacional construída com base na idéia do território de nascimento, dos hábitos locais, do indivíduo preso e limitado ao seu local de origem. Forjou na Itália a cultura do imobilismo e da indiferença, ao mesmo tempo que fazia a apologia da idéia de “grande nação italiana”. Com isso negava-se a idéia de classe, de criação de laços nacionais de solidariedade, baseados em outros critérios de unidade, como o trabalho e o Estado.

Segundo Gramsci, a cidadania que deveria ser construída pelos socialistas era o oposto dessa postura de absoluta indiferença. A elaboração de um projeto de sociedade deveria passar, necessariamente, por uma dupla crítica: crítica da mentalidade liberal/liberista e da mentalidade tecnocrática, que isolava, separava e estraçalhava a unidade construída pelas classes subalternas no cotidiano de suas lutas.

## **1.8 – Guerra e crise de direção na Itália**

Até meados do início do século o atraso do desenvolvimento das forças produtivas não havia significado um entrave para a valorização do capital. Por meio da ação protecionista do Estado e da violência contra os trabalhadores, a burguesia italiana pôde prescindir de um proletariado moderno e de uma indústria que pudesse concorrer em condições similares às de países de desenvolvimento avançado das forças produtivas.

Entretanto, a partir dos primeiros anos do século xx, a Itália passou a enfrentar uma situação de crise em que se acentuava a baixa produtividade da força de trabalho, fruto do desenvolvimento precário das

forças produtivas. Para Gramsci, essa situação era a consequência da forma pela qual a produção e industrialização italianas haviam se processado historicamente: as burguesias, por meio do protecionismo, haviam gerado uma situação em que impediu-se, historicamente, a estruturação de um proletariado moderno e de uma indústria que pudesse, agora, concorrer em condições similares à de países de desenvolvimento avançado das forças produtivas.

Este quadro tenderia a se agravar no período imediatamente anterior à guerra. Setores da indústria nacional, especialmente os de ponta da concorrência internacional, como o metal-mecânico, encontravam-se com imensas dificuldades para acompanhar o grau de mecanização, produtividade e sofisticação das forças produtivas de países como Inglaterra e EUA. O protecionismo do Estado revelava-se insuficiente para garantir a manutenção dos níveis de acumulação em relação à concorrência internacional.

Paralelamente, seriam as classes trabalhadoras desses setores (metal-mecânico e têxtil), que colocariam na ordem do dia as discussões sobre a política de favorecimento que o governo italiano executava em relação a grupos privados<sup>55</sup>. À medida que se aproximava o segundo

---

55 - É importante mencionar que, para Gramsci, esta forma de ser das classes dominantes italianas foi determinada desde o período relativo à unificação italiana – denominado “rissorgimento” e que culminou com a unificação italiana. O protecionismo inviabilizava a concorrência entre grupos, assim como o desenvolvimento de um capitalismo de tipo liberal: “A burguesia, o Estado italiano atual, recebera uma herança a ser liquidada pelos homens do Rissorgimento (...). O confisco dos bens eclesiásticos e a conversão destes em fundos de cultura não passou de uma medida transitória, um compromisso entre a necessidade burguesa de dissolver o instituto medieval da propriedade eclesiástica e a necessidade contingente de não provocar imediatamente inimigos muito perigosos ao Estado de formação recente. Mas quando o novo regime se consolidou, o compromisso teria que ter cessado: todo vínculo feudal entre Estados e entes morais eclesiásticos, seus hipotéticos credores, deveria ter cessado. Ao contrário, a burguesia, inclusive seus grupos especificamente anticlericais, renunciou à sua tarefa. O privilégio feudal perpetuou-se, agravando-se em prejuízo da economia nacional, porque foi colocado para reparar o ataque das forças liberais sociais e tornar-se um tributo ao Estado, um ‘dízimo’, um pagamento feito com as finanças nacionais, (...) não

decênio do século, setores cada vez mais amplos das classes subalternas se mobilizavam contra a guerra. Elevava-se o número de greves e cresciam os movimentos que não reconheciam a representatividade de lideranças sindicais e recusavam as políticas praticadas pelas classes dominantes.

Desta forma, grupos dos setores de ponta das classes economicamente dominantes viam-se diante de uma dupla dificuldade: de um lado, a resistência em geral dos setores das classes trabalhadoras à condução política burguesa. De outro, a forte oposição de setores das classes trabalhadoras à iniciativa de reformular os processos industriais, com métodos de produção e uma condução dos processos de trabalho incompatíveis com as formas de organização da produção estabelecidas pelos trabalhadores no interior das fábricas.

A modificação exigida para elevar-se no mesmo nível das nações imperialistas implicava aumentar os níveis de exploração do trabalhador, o que, nos EUA, vinha sendo realizado por meio da imposição de uma nova disciplina do trabalho, especialmente o taylorismo e o regime de pagamento por produtividade. Porém, diante do grau de combatividade, especialmente dos operários do setor metal-mecânico, isso seria impossível de ser obtido de forma não violenta e não autoritária. As resistências dos trabalhadores representavam uma ameaça à inserção da indústria italiana na concorrência internacional na fase do capitalismo monopolista e imperialista.

A guerra permitia, com mais facilidade, efetivar-se a transição em direção a uma adequação da indústria nacional. A passagem se daria por intermédio da ampliação da exploração econômica e rebaixamento de salários, completada pela imposição de um estado de exceção.

---

*exposto às falências comerciais.*” GRAMSCI, A. - I caroviveri ai parroci. 31 de janeiro de 1918. SG, op. cit., p.165.

É assim que, para justificar a entrada da Itália no conflito e a militarização da vida civil, a propaganda xenófoba e nacionalista era dirigida para os setores operários das classes subalternas. Concentrava-se, em especial, nos grupos que estavam sendo incorporados recentemente às fábricas:

*“A burguesia está conquistando confiança na virtude persuasiva da palavra. Esclareçamos: virtude persuasiva (sobre o) povo, daqueles estratos de população que não são burgueses, e não são ainda nem mesmo proletários: matéria amorfa, caos social, ainda não discriminado e ordenado pela produção capitalista, pela fábrica.”<sup>56</sup>*

Utilizando o apelo da necessidade de defesa da nação italiana diante dos países inimigos, a burguesia mirava os grupos que ainda não haviam sido sensibilizados pelas idéias dos socialistas e dirigia sua ação a fim de antecipar-se ao discurso da luta de classes, defendendo a exaltação da união social e política entre as classes fundamentais como o único meio para a conquista da liberdade e da democracia. Pretendia *“despertar e organizar, sob a pressão de uma finalidade imediata (travestido de finalidade universal de classe) indivíduos que começam a sentir a solidariedade de casta, de corpo”*.<sup>57</sup> Porém, sob a aparência de um movimento revolucionário, escondia-se um movimento de caráter neoburguês, em que seus grupos apegados ao Estado procuravam se reorganizar e atribuir ao velho protecionismo uma roupagem moderna, ampliando o discurso a massas até então desprezadas por essas mesmas burguesias:

*“O nacionalismo econômico corresponde ao reformismo; tem a aparência revolucionária (...) porque toda doutrina que atinge*

---

56 - GRAMSCI, A. - Equilibrio. 8 de fevereiro de 1918. SG, op. cit., p.168

57 - GRAMSCI, A. - Per chiarire le idee sul riformismo borghese. 11 de dezembro de 1917. SG, op. cit., p. 140.

*sedimentos sociais amorfos e inertes até então, tem aparência revolucionária (...).*<sup>58</sup>

O fato destes grupos burgueses escolherem as fábricas como alvo preferencial de sua ação justificava-se pelo fato de que ali se concentrava toda uma nova geração de jovens trabalhadores e trabalhadoras de perfil cultural e psicológico profundamente heterogêneos, que mantinham traços fortes de uma consciência política de base individualista:

*“As fábricas há alguns dias estão se transformando em sessões acadêmicas (...). A burguesia tem fé na palavra. Pena que tenha conquistado esta fé após ter decepado os meios de divulgação da nossa fé. (...) Os burgueses se fiavam na autoridade, nos policiais, nas algemas. (...) Detenções, denúncias, decretões, encarceramento. Mas essas armas mostraram-se ineficazes: não se aniquila uma idéia aprisionando um adepto. A burguesia começa a se dar conta. E agora entrega-se ao frenesi oratório, ao cultivo intensivo dos cérebros populares”*<sup>59</sup>

Além disso, Gramsci salientava que a estratégia destes grupos burgueses de consolidação de bases entre as classes trabalhadoras envolvia a ampliação de privilégios políticos a todos os grupos que se mostrassem receptivos a um tratamento diferenciado de suas reivindicações econômicas: a burguesia *“escolhe, na classe, os núcleos já formados e consolidados, e tenta perpetuar o seu domínio e privilégio (...)*<sup>60</sup>. O objetivo era atrair, por intermédio de concessões especiais, grupos das classes trabalhadoras, na tentativa de diminuir o prestígio dos setores mais combativos. Gramsci definia a política das classes dominantes como a de *“colaboracionismo entre grupos privilegiados”*. Estes grupos eram, assim, compostos de um lado pela burguesia, e de outro por trabalhadores recém incorporados ao universo da produção e,

---

58 - GRAMSCI, A. - Per chiarire le idee sul riformismo borghese. 11 de dezembro de 1917. SG, op. cit., p.140.

59 - GRAMSCI, A. -. Equilibrio. 8 de fevereiro de 1918. SG, op. cit., p.168.

especialmente, por institutos tradicionais das classes trabalhadoras que se revelassem mais receptivos às benesses oferecidas.

*“O nacionalismo, como doutrina política e econômica, restringe-se, necessariamente aos interesses das categorias individuais de produtores, escolhe na classe os núcleos já formados e consolidados e tenta perpetuar o seu domínio e privilégio. (...) Teoriza, assim, a colaboração de grupos privilegiados: fornece ao Estado e associações capitalistas a tarefa de elaborar reformas e leis socialistas que sirvam para desagregar o movimento de organização dos trabalhadores, atirando no círculo do favorecimento os núcleos melhor constituídos e mais ameaçadores.<sup>61</sup>”*

Paralelamente, seriam as classes trabalhadoras desses setores (metal-mecânico e têxtil), que colocariam na ordem do dia as discussões sobre a política de favorecimento que o governo italiano executava em relação a grupos privados.

---

60 - GRAMSCI, A. - La funzione storica del Partito nazionalista. 26 de maio de 1918. SG, op. cit., p. 159.

61 - GRAMSCI, A. - La funzione sociale del partito nazionalista. 26 de janeiro de 1918. SG, op. cit., p.159.

## CAPÍTULO 2

### INDÚSTRIA ITALIANA NO LIMIAR DO TAYLORISMO

#### 2.1 - Panorama da indústria italiana no início do século

Até fins do século passado os principais ramos da indústria italiana, têxtil e metal-mecânico, encontravam-se organizados sobre bases ainda manufatureiras. Neste setores, o controle sobre os processos de trabalho era realizado por operários qualificados, com autonomia para distribuir tarefas, estabelecer rotinas e definir ferramentas<sup>1</sup>. Como as metodologias e processos eram escassamente padronizados, o produto final tendia a possuir características únicas, refletindo o *savoir-faire* e os procedimentos adotados pelos operários-mestres de ofício, que lideravam equipes.

O processo de produção se organizava com base em equipes que se formavam tendo como base o tipo de trabalho executado e o grau de especialização requerido na atividade<sup>2</sup>. A autoridade do mestre era inquestionável e legitimava-se por causa do conhecimento que havia adquirido sobre o processo produtivo: da confecção e manutenção de ferramentas até os critérios para selecionar os trabalhadores mais habilidosos para fazer parte da equipe.

O grau de especialização e dependência do conhecimento do mestre de ofício e das equipes de trabalho atingiu seu ponto máximo na indústria

---

1 - Gramsci tratava quase exclusivamente do setor metal-mecânico. Entretanto, há referências às lutas dos têxteis, como no artigo *I ricordi delle storie e le vicende delle cotoniere*, de 9 de dezembro de 1916, SG, op. cit., p. 50. Entendemos que o panorama da indústria têxtil deve ser mencionado nesse trabalho para que o leitor tenha maior clareza das diferenças entre o proletariado das indústrias metal-mecânica e têxtil, no tocante ao perfil, organização, condições de trabalho e relações com o patronato. Ver, a esse respeito, o apêndice a este capítulo.

automobilística e metalúrgica. Ali, até os primeiros anos deste século, era comum que os sistemas variassem não só de fábrica a fábrica, mas que no próprio interior de uma mesma unidade produtiva duas equipes não seguissem o mesmo padrão de operação<sup>3</sup>. Assim, em uma mesma oficina era comum existir grandes disparidades de formação, remuneração e mesmo de procedimentos técnicos entre uma equipe e outra. Trabalhadores não treinados ou pouco qualificados para atividades rotineiras e que não estivessem inseridos desde muito jovens em equipes, como era o caso de camponeses migrados, jovens e mulheres, tinham poucas chances de se tornarem operários nas grandes indústrias, ou obter, como os trabalhadores mais experientes e com perfil tradicional, remunerações mais elevadas.

A organização das Câmaras do Trabalho<sup>4</sup> na Itália, em que os trabalhadores se reuniam em virtude do ofício desempenhado, refletia a separação entre os trabalhadores já incorporados aos processos de trabalho e às equipes, e os aspirantes ou recém-chegados ao mundo do trabalho industrial. Segundo Pepe, de acordo com as dimensões das empresas, era comum que, até os primeiros anos do século, os trabalhadores menos qualificados fossem exclusivamente responsáveis pelos serviços gerais, mais pesados e mais expostos aos desmandos patronais. Os melhor qualificados, até pela dependência do patrão em relação às suas habilidades, recebiam salários mais altos e seus vínculos com aqueles que se encontravam em condições de trabalho consideradas

---

2 - Ver, a esse respeito, PALLOIX, C. – O processo de trabalho. *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Zahar. 1976. p. 11-12.

3 - Tal forma de organização da produção afetava o padrão do produto final, assim como levava a produtividade a oscilar constantemente. O fluxo da produção tendia a ser descontínuo e variável. Ver, a esse respeito, Sérgio Bologna - A composição de classe e a teoria do partido na origem do movimento dos conselhos dos trabalhadores . PALLOIX, C. – *Processo de trabalho e estratégias de classe*. op. cit..

4 - As Câmaras do trabalho italianas eram inspiradas nas *Bourses du Travail* francesas e apareceram por volta de 1891, concentrando-se no Norte italiano. A esse respeito, ver G.D.H. Cole - *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Economica.1956. vol IV, p. 180-181.

subalternas ou menos refinadas limitavam-se à instrução sobre os processos de trabalho. Segundo Pepe,

*“Tudo isso contribuiu para tornar extremamente variadas as causas das greves, a sua duração relativamente breve e geralmente de desfecho desfavorável, sem que houvesse qualquer mediação. No que diz respeito a estas condições objetivas e subjetivas de dificuldade, deve-se sublinhar a importância das greves metalúrgicas nos centros menores, ao passo que testemunhava-se uma radicalização no fronte das relações de classe, até mesmo onde os trabalhadores estavam mais expostos à chantagem brutal dos patrões e possuíam uma menor capacidade de organização e resistência.”<sup>5</sup>*

## **2.2 – Regulamentos internos e Juizados Especiais**

Este perfil das classes trabalhadoras italianas e a sua forma de inserção no processo produtivo seriam objeto de intensos ataques a partir da Segunda década do século XX. Neste período, ocorreu na Itália um processo de financiamento público do setor metal-mecânico que expandiu a produção e beneficiou algumas empresas, como Ilva, Ansaldo, Breda, Fiat, Pirelli e algumas outras, concentradas na Região do Piemonte, Lombardia e Liguria. Estas passaram a monopolizar os recursos financeiros, materiais e quadros técnicos necessários para a sua operação, contando, para isso, com a intervenção ativa do Estado italiano. O resultado foi uma intensa concentração industrial que consolidou o predomínio do norte industrial sobre o sul, agrícola, por meio da drenagem do dinheiro público para o financiamento da indústria do norte. Assim, quando a Primeira Guerra eclodiu, as indústrias que receberiam os maiores benefícios fiscais e forneceriam o material bélico para o Estado militar já estavam definidas pela política fiscal dos anos anteriores.

---

5 - PEPE, A. – *Lotta di classe e crisi industriale in Italia*. La svolta del 1913. Milano: Feltrinelli Editore. 1978. p. 119.

Esta intensa intervenção do Estado estendeu-se para as relações entre as classes fundamentais, e o aparato burocrático, militar e judiciário nacional foram colocados para evitar que as classes trabalhadoras se mobilizassem a ponto de ameaçar os interesses das classes proprietárias que coincidiam, claramente, com os interesses do Estado. O controle mirava tanto os setores melhor organizados quando os menos mobilizados das classes trabalhadoras que, diante da recusa patronal em negociar ou aceitar seus termos, apelavam para o Estado. Para compreendê-lo, é necessário observarmos a forma como os patrões procuravam regulamentar os conflitos com os empregados.

A partir de início do século, começou a ganhar força entre o patronato italiano tanto do metal-mecânico quanto do setor têxtil, a adoção de um conjunto de normas internas de conduta e punições denominados genericamente de “regulamentos internos”. A iniciativa era apoiada pelo Estado, que reconhecia aos patrões o direito indiscutível de estabelecer as regras trabalhistas unilateralmente, assim como implementar as modificações nas plantas e nos processos de trabalho que julgassem necessárias, sem precisar consultar os trabalhadores.

Como pontos em comum a todas as fábricas, continham cláusulas limitadoras do direito de greve que, se praticadas, o varreria do cotidiano das lutas, assim como previam punições pesadíssimas às lideranças operárias locais que tomassem a iniciativa de definir com as bases, e independente de consulta e/ou comunicação à empresa ou aos sindicatos, por greves, assembléias no local de trabalho e todo o gênero de manifestações. Os regulamentos também estabeleciam normas rígidas sobre horários de trabalho, concessão de descanso e afastamento. No caso de desobediência às cláusulas, previam multas extremamente elevadas, que chegavam a comprometer todo o salário do mês e eram aplicadas sem reciprocidade no caso de falta por parte dos patrões. Funcionavam como

uma Constituição privada e particularista sobre as classes trabalhadoras.

Quando observamos a forma como o aparato burocrático do Estado estava colocado a serviço do cumprimento dos regulamentos internos, uma das características que nos chama a atenção diz respeito às mudanças operadas no poder judiciário para garantir que os trabalhadores sempre estivessem em desvantagem nos dissídios levados à justiça.

Não havia na Itália um juizado responsável pela análise de conflitos trabalhistas até praticamente 1893. Até então, a justiça civil era a única competente para julgar os dissídios individuais ou coletivos. A partir daquele ano surgiu na Itália uma justiça conciliatória, os *provibiri*, destinados a servir como instância oficial de mediação de conflitos.

Os *provibiri* eram compostos por representação de patrões e empregados - estes últimos eleitos, até 1918, de forma direta pelos companheiros. Entretanto, a sua estrutura era paritária somente na aparência. Um último membro, nomeado por decreto Real, era quem deveria desempenhar o papel de mediador, além de presidir as sessões e proferir o “voto de Minerva”, no caso de empate. Na prática, representava sempre o setor patronal.

Segundo Gian Carlo Jocteau, a competência dos *provibiri* dizia respeito a controvérsias derivadas do contrato de trabalho (e não de questões disciplinares). Limitavam-se a causas de valor não superior a 1000 Liras, o que impedia que questões coletivas fossem apresentadas, já que seu valor tendia sempre a ser superior a essa cifra. Para valores que excedessem essa quantia, era competente a magistratura ordinária (civil), de rito muito mais burocrático e demorado. Contra as sentenças dos juizados especiais não havia recurso, a não ser por incompetência (erro ou duplicidade de foro) ou excesso de valor<sup>6</sup>.

---

6 - JOCTEAU, Gian C. – *La magistratura e i conflitti di lavoro durante il fascismo*. Milano: Feltrinelli Editore, 1978. Especialmente a Segunda parte, capítulo primeiro – *La legislazione*, em que faz uma retrospectiva dos conflitos de trabalho desde início do século.

Segundo Bruno Bezza, os juizes chegavam a atribuir aos regulamentos um caráter vinculante, ou seja, independente do grau ou qualidade das limitações impostas aos operários, os regulamentos deveriam prevalecer *ad doc* sobre quaisquer outras interpretações.

*“(...) o regulamento da empresa sempre foi um ato unilateral do empreendedor que tendia a regular a execução e disciplina do trabalho na fábrica. Nos vários compêndios da jurisprudência dos *proviviri*, sempre foi dada particular importância ao regulamento. (...) Na verdade, as sentenças *provivirais* do primeiro decênio do século se pronunciaram sempre com a finalidade de indicar que, da parte do operário, a aceitação do regulamento deveria ser vinculante e que (suas cláusulas) deveriam ser escritas ou então claras e inequívocas. Consequentemente, as modificações só ocorrem com a força do conflito ou então valendo-se do contencioso. Então o regulamento poderia ser aceito, e então estariam estabelecidas as relações de trabalho, ou não aceito, quando estas relações não teriam lugar.”<sup>7</sup>*

A partir de 1914, e até março de 1919, o tratamento dos conflitos que envolvessem questões “disciplinares” (leia-se políticas), que até então eram de competência da justiça ordinária (os *proviviri* tratavam das questões individuais, limitadas a 1000 liras), passaram para a *Mobilizzazione Industriale* (MI), um organismo civil mas com competência jurisdicional, vinculado diretamente ao Ministério de Armas e Munições.

Segundo Martin Clark, a MI foi fundamental para o controle das classes trabalhadoras em especial durante o período de guerra, quando suas funções se ampliaram imensamente, e permite compreender o alcance da intervenção do Estado italiano sobre a sociedade italiana.

A organização da MI estava reunida em Roma, em um Comitê Central composto pelas lideranças patronais: Agnelli da Fiat, Breda, Pio Perrone da Ansaldo, Caproni. Além do Comitê Central, havia os Comitês Regionais da MI (*Comitati Regionali di Mobilizzazione Industrial* - CRMI), estes com função

---

7 - BEZZA, Bruno. Gli aspetti normativi nelle relazioni industriali del periodo bellico (1915-18). In: PROCACCI, G. *Stato e classe operaia In Italia durante la prima guerra mondiale*. Milano: Franco Angelo Editori. 1983. p.105.

de negociação nos conflitos entre patrões e empregados. Eram presididos por um alto oficial da marinha ou do exército e sua composição era: dois representantes dos empregadores, dois representantes dos trabalhadores e dois civis, 'experts' em economia. Um decreto de 16 de julho de 1917 aumentou a Composição dos Comitês Regionais para um presidente, 4 a 6 'experts' civis, 2 a 5 representantes de cada lado. Segundo Clark,

*“Os vários comitês negociavam os contratos (de compra e venda) de armas, distribuíam o carvão e matérias primas para as empresas, e asseguravam o transporte para as entregas.”<sup>8</sup>”*

O principal feito da MI se deu sobre as relações de trabalho, já que tinha autonomia para militarizar individualmente as fábricas e impor a necessária disciplinarização dos trabalhadores à máquina e às ordens patronais, preparando o terreno para o taylorismo. Pelos regulamentos da MI, os contramestres e engenheiros se tornavam oficiais do exército, e os operários, seus soldados. Qualquer empresa que produzisse direta ou indiretamente materiais para a guerra poderia ser declarada um estabelecimento “auxiliar”, tornando-se, assim, equivalente a uma base militar. Os trabalhadores ficavam sujeitos a uma disciplina de guerra e em muitos casos os trabalhadores eram supervisionados diretamente por soldados armados. Assim, as autoridades militares poderiam ser chamadas para disciplinar os trabalhadores, caso isso fosse julgado necessário pelos patrões.

Durante a guerra a composição da MI tornou-se mais burocrática: havia os Comitati de Mobilitazione Industriale (CMI) e sua subdivisão regional, os Comitati Regionali di Mobilitazione Industriale (CRMI), que funcionavam como uma espécie de Segunda Instância. Estes últimos órgãos eram responsáveis pelas questões relativas a conflitos econômicos -

---

8 - CLARK, Martin – *Gramsci and the revolution that failed*. London: Yale University Press, 1977. p. 15.

em especial as matérias relativas a regime de pagamento, horas-extras, descanso etc.

A participação de operários organizados em comissões constituídas e eleitas por operários – as Comissões Internas (CI) - era tolerada na mesa de negociações, assim como na própria composição da CMI, desde que os patrões pudessem indicar um número de operários de “sua confiança”. A partir de meados da Primeira Guerra, as questões consideradas “disciplinares” - comportamento dos operários nas fábricas, abandono de emprego, greves, manifestações políticas etc, passaram a ser reguladas diretamente pelos “Comandos Militares” (CM). Estes eram compostos exclusivamente por membros indicados pelo Governo, que zelavam pelo cumprimento de um conjunto de normas disciplinares extremamente rígido, com imposição de multas - que, na prática, equívaliam a reduções salariais - e punições que chegavam à prisão dos operários e cassação de seus direitos políticos. Com o fim da guerra, entretanto, ocorreu forçosamente um processo de desmilitarização da força de trabalho.

As questões relativas ao controle e disciplina operária foram novamente remetidas ao interior das fábricas, e, segundo normatização legislativa, deveriam concentrar-se nos conflitos entre patrões e empregados, colocando novamente na ordem do dia a questão dos regulamentos internos. Desta forma, onde a resistência operária era mais forte, menor o arbítrio patronal. Este é um dos motivos pelos quais o patronato de Turim e das indústrias do ramo metal-mecânico do norte italiano assumiram como bandeira a regulamentação das Comissões Internas e a unificação dos regulamentos internos (ao menos relativos ao setor metal-mecânico Turinês) por meio de uma legislação unificada, reconhecida pelo Estado. Ressalte-se que, especialmente no tocante à composição das comissões, além dos limites que já mencionamos, o patronato de Turim procurava impor outros, como a limitação do número de

membros, indicação majoritariamente patronal, imposições quanto à autonomia das direções com relação às bases e proibição de organizações “estranhas” à fábrica - leia-se de caráter político-partidário - de participarem das eleições e atividades.

### 2.3 – O sistema de pagamento por jornada e por tarefa

Foi no contexto da MI e da legislação de exceção que foram deflagrados dois grandes ataques contra as classes trabalhadoras: a elevação do custo de vida e a modificação do sistema de pagamento dos operários.

No início da Segunda década do século, as jornadas de trabalho elevaram-se brutalmente: era normal que se trabalhasse entre 10 a 14 horas por dia<sup>9</sup>, e em alguns casos os turnos chegavam quase a se encontrar. Desta forma, *“a hora-extra, os prêmios e incentivos individuais, os ‘extras’, ganhos acima dos salários estipulados, concorriam imensamente na determinação da composição salarial do trabalhador”*<sup>10</sup>. Os patrões, por sua vez, se recusavam a aumentar os turnos de revezamento, limitando-os a apenas dois (as jornadas de trabalho de 70 horas tornaram-

---

9 - Esta jornada equivalia a 6 dias por semana, com um mínimo de 10 horas estabelecidas contratualmente. Em geral a jornada semanal variava de 60 a 72 horas, ou mais. A Fiat de Turim, entretanto, foi uma das primeiras fábricas a conquistar, em 1911, a jornada de 8 horas e o “sábado inglês”, isto é, a jornada de meio período no Sábado. Entretanto, o sábado foi novamente abolida a partir de março de 1916, em pleno período do Conflito Mundial, quando foram retomadas as jornadas anteriores. A jornada de 8 horas retornaria em 1919, com o fim da Guerra. Apesar de ter sido o resultado de um acordo elaborado entre o patronato e os representantes da Fiom em um contexto em que a MI havia sido extinta e a resistência operária era forte, especialmente na forma de greves e protestos, a nova jornada trouxe mais motivos para o acentuação da oposição dos trabalhadores. No acordo das 8 horas, de 1919, as horas-extras se tornavam obrigatórias, a tolerância na entrada (de 5 ou 10 minutos) abolida e o aumento em 16% do pagamento por peça era praticamente anulado pela diminuição a níveis praticamente nulos da parte fixa dos salários. Além disso, as Comissões Internas, pelo acordo, eram proibidas de funcionar durante o horário de trabalho, o que as tornava inoperantes na prática. Ver a esse respeito PEPE, A. – op.cit., p. 135-6 e CLARK, op. cit., p. 42.

se compulsórias na Fiat, a partir de março de 1916, chegando a 75 horas no final da guerra<sup>11</sup>), ao passo que os salários não acompanhavam o custo de vida - e ficaram congelados durante todo o período da guerra.

A elevação do custo de vida e da jornada de trabalho dos operários veio acompanhada de uma outra novidade: um novo tipo de cálculo salarial, imposto pelos patrões, em que se reduzia o salário fixo a um percentual ínfimo e, em seu lugar, se estabelecia como principal a remuneração por produtividade. Este novo tipo de cálculo era denominado *Cottimo Rowan*<sup>12</sup>, ou salário por tarefa.

Para a composição do salário no novo sistema era elaborado um cálculo em que a remuneração total era o resultado de uma equação formada pelas horas trabalhadas associada com a produtividade (ou a quantidade de peças produzidas). A forma de estabelecimento dessa equação poderia ser individual ou coletiva. Nos ofícios que requeriam trabalho em equipe, como a metalurgia e mecânica, ela foi inicialmente aplicada entre os trabalhadores menos qualificados, gerando, prontamente, uma alteração na forma de remuneração em relação aos operários “qualificados”<sup>13</sup>.

---

10 - PEPE, A. - op. cit., p. 40.

11 - CLARK, M. - op. cit., p. 22.

12 - Segundo Musso, havia vários tipos de *cottimo*, ou pagamento por cotas de produtividade, todos baseados na experiência americana taylorista ou adotada, nos EUA, como uma forma de passagem ao pagamento por produtividade individual típico do taylorismo. O Rowan, utilizado nos EUA no início do Taylorismo e antes da introdução propriamente dita do controle dos tempos e movimentos, havia sido concebido como a sistemática sob medida para uma fase em que a produtividade tendia a aumentar conforme a produção cada vez mais se tornava em série, evitando com isso que o trabalhador conseguisse obter salários mais elevados graças ao aumento de produtividade gerados proporcionalmente às modificações implantadas no processo de trabalho. De acordo com o autor, “O Rowan é considerado um sistema aplicável imediatamente, adaptado a uma fase ainda não avançada do estudo dos tempos, já que o prêmio, que diminui proporcionalmente (à produção), corrige os efeitos negativos das despesas excessivamente elevadas com salários tendo em vista os erros de fixação de tempos muito amplos.” Este tipo de cálculo de salários teve sua primeira aplicação em 1906, na Itália, indústria metalúrgica. MUSSO, S. *Cottimo e razionalizzazione tra guerra e dopoguerra*. In: PROCACCI, G. - op. cit., p. 184.

13 - O problema no nivelamento técnico dos operários não passa despercebido para os patrões. É nesse momento, conforme lembra Camarda, que é colocada pelos patrões a

Segundo Camarda, o regime de cotas representava uma redistribuição de salários que atingia negativa e genericamente os operários. Isto é, o efeito desse rebaixamento ocorria tanto entre os operários melhor qualificados quanto aqueles que realizavam ofícios passíveis de um pronto parcelamento em funções mais simples, recém incorporados à fábrica e denominados de “genéricos”.

*“(...) não são mais os operários qualificados que têm, garantido, o privilégio dos salários mais elevados. Exceção são aqueles aos quais, tendo sido atribuídas tarefas de enquadramento, são remunerados como chefes de equipe, chefes de operários etc., e aqueles que, em função das tarefas especializadas não podem ser beneficiados pelo sistema de cotas (e portanto obtém um percentual fixo em relação ao índice médio de produtividade da seção), é possível afirmar que todos os outros se encontram na maior parte das vezes em condições de inferioridade em relação às oportunidades de ganho dos trabalhadores ‘improvisados’ ”.*<sup>14</sup>

Assim, o regime de cotas golpeava duramente os trabalhadores tradicionais organizados em equipes de trabalho. Tendo em vista que vinha acompanhado de uma reorganização das tarefas (já que o novo sistema exigia um parcelamento, por mínimo que fosse, para que os tempos e a produtividade pudessem ser medidos), retirava do trabalhador as competências tradicionais e sua autoridade e prestígio sobre os outros trabalhadores, assim como desmantelava a velha organização por equipes de trabalho.

*“a desclassificação em termos de retribuição da grande parte dos operários qualificados é, de fato, determinada por critérios que regulam o uso do regime de cotas. (...) O sistema de cotas é difuso e aplicado ininterruptamente naquelas produções nas quais os*

---

problemática do financiamento e criação de “escolas profissionais”. CAMARDA, Alessandro - Salari, organizzazione e condizioni di lavoro. In: ORTAGGI, G. - op. cit., 167-169.

14 - Idem, p. 175. Camarda também denomina de “improvisados” aqueles trabalhadores recém incorporados ao universo fabril, sem nenhuma tradição ou experiência com a vida ou cotidiano de trabalho urbano.

*procedimentos de simplificação, de parcelização, foram mais radicais.*<sup>15</sup>

Na composição do salário tanto de um operário tradicional, quanto do recém-incorporado ao ambiente fabril ou que fizesse trabalhos repetitivos e/ou cuja produtividade fosse possível de ser medida com facilidade, o cálculo do salário era resultado da soma entre uma parte variável e uma parte fixa. A *parte variável* correspondia a um percentual sobre a variação de produtividade ou o número de peças produzidas (que poderia ser calculado por hora ou por dia de trabalho). A *parte fixa* equivalia a um percentual calculado tomando-se por base a média de produtividade coletiva, normalmente estabelecido por períodos prolongados. Porém, na maior parte dos casos não havia nenhuma operação matemática por trás da parte fixa: ela era um valor estabelecido unilateralmente pelo patrão, imposto ao operário.

Ocorre que, neste cálculo, e para evitar o crescimento proporcional da massa salarial, os patrões estabeleciam que, à proporção que elevava-se a produtividade, o pagamento mínimo poderia decrescer. Ou seja, não importava o quanto se trabalhasse, o acréscimo da produtividade era compensado pelo decréscimo da parcela fixa dos salários, o que significava não apenas um comprometimento da massa salarial, mas também uma elevação do nível de dependência do trabalhador em relação às horas extras, que era obrigado a cumprir para conseguir aumentar ou manter sua remuneração.

*“... os sistemas comumente aplicados (...) consistem em avaliar o trabalho com um determinado preço (um tanto por peça), do qual subtrai-se o pagamento horário para conhecer o ganho por hora (ou por cota). É esta, entre outras, a forma aplicada na Fiat.”*<sup>16</sup>

---

15 - Idem, *ibid.*

16 - MUSSO, S. - *op. cit.*, p. 186/7.

Musso demonstra como a forma de pagamento era estabelecida de forma diferenciada, de acordo com o ramo industrial e o grau de mobilização e qualificação dos trabalhadores:

*“O pagamento horário desenvolve a função de simples indicador do nível mínimo de rendimento solicitado pelo empreendedor, e serve para retribuir, a um preço fixo, as horas de trabalho. Na indústria mecânica o pagamento horário representa, normalmente, um papel mais importante do que na indústria siderúrgica; (ele) é tomado como base para a contratação do sistema de cotas, na medida que reflete o nível de qualificação do operário e, portanto, (o grau de) dificuldade do trabalho que lhe é confiado. Na indústria siderúrgica, o pagamento horário é um simples preenchimento para os períodos de parada da produção ou para (medir) trabalhos conexos; as tarifas são fixadas independente (da produtividade), e baseadas na potencialidade produtiva de cada planta. Na indústria siderúrgica se usa, normalmente, retribuir os operários com um valor em centésimos por tonelada de produto, cifra que varia de acordo com a tarefa desenvolvida individualmente pelos operários da equipe. Por exemplo, 10 centésimos para o mestre de forno e 2 centésimos, para o servente gasista. No sistema em que as cotas prevalecem, são as tarifas que desempenham papel fundamental na determinação dos níveis salariais, e o problema da regulamentação contratual do (regime de) cotas desempenha uma importância central: simples aumentos de pagamento horário não acompanhados de aumentos correspondentes das tarifas deixam inalteradas as retribuições.”<sup>18</sup>*

Na composição do salário era computada a média dos rendimentos da equipe de trabalho, somada a um pagamento mínimo por jornada que decrescia conforme se elevavam os percentuais de produtividade. Apenas os ofícios muito especializados, como ocorria majoritariamente na indústria mecânica, especialmente a de montagem, que não podiam ser (ainda) mensurados com base na produção diária (como calibradores,

---

17 - A função de mestre de forno existe até hoje nas fábricas de processamento de aço e ferro. Ele é o responsável pela mistura ideal para garantir a correta liga dos materiais. Já o servente gasista é responsável pela limpeza dos resíduos gerados pela queima de combustíveis e materiais.

18 - MUSSO, S. - op. cit., p. 187. No texto original, Musso oferece, ainda, um exemplo bastante detalhado de como essa nova sistemática de retribuição representava um decréscimo considerável do salário individual do operário.

ferramenteiros, inspeção final), continuavam a ser pagos exclusivamente com a parcela fixa (denominada *rettribuzione ad economia*).

Este sistema de cálculo apresentava grandes vantagens para os patrões: o trabalho retribuído pela produtividade aferida era uma forma de legalizar as horas-extras. Ele significava, também, um aumento dos vínculos de dependência do trabalhador à fábrica, em uma época caracterizada pela intensificação do número de greves espontâneas e pela crescente tensão entre as classes sociais. Uma vez que o trabalhador ganhava agora de acordo com sua “produtividade”, um decréscimo individual tenderia a comprometer toda a equipe. Neste sentido, a participação em greves ou paralisações significaria uma variação brutal nos seus rendimentos, que se somaria às pesadas multas a que estava sujeito no caso das faltas consideradas disciplinares.

Além disso, a vinculação entre produtividade, constância e rendimento obrigava o trabalhador a conferir ritmo e regularidade à produção, dispensando, assim, o controle externo exercido pelo “capitão de indústria” (que tenderia a desaparecer do dia a dia da produção). Segundo Musso,

*“isso vale especialmente para as empresas de maior dimensão, nas quais falta a relação direta entre patrões e operários, e torna-se necessário um controle disciplinar capilar, de alto custo. Nesta situação, a introdução das cotas surge como uma escolha tanto irrenunciável para o empreendedor quanto hostilizada pelos operários”.*<sup>19</sup>

Em um tal quadro, e como aponta S. Musso, a forma de cálculo do salário era objeto de crescente conflitualidade entre patrões e empregados. Especialmente em relação ao *Cottimo Rowan*, os aumentos de ganho tendiam a esbarrar nos limites decorrentes da forma como eram estabelecidas as proporções entre a parte variável e fixa dos salários<sup>20</sup>. Em

---

19 - Idem, p. 184.

20 - Além disso, dependendo do setor da indústria, os ganhos de produtividade também esbarravam no caráter obsoleto das plantas, como aponta o próprio Musso. É importante

geral, isso ocorreria também no sistema de salário a peça nos EUA, onde os melhores tempos (chamados “tempos totais”) acabavam sendo tomados como referência para o estabelecimento do piso salarial, a partir do qual eram gradativamente somados os percentuais de produtividade individuais. Assim, os ganhos de produtividade tendiam a ocorrer durante algum tempo, até serem incorporados, na média, ao salário base. Conseqüentemente, o operário tinha como resultado, a médio prazo, uma intensificação do trabalho, com um aumento ínfimo ou, o que era mais comum, um decréscimo do salário<sup>21</sup>.

Podemos dizer que, ao contrário do afirmado pela burguesia, o sistema de cotas não era uma decorrência do avanço tecnológico ou uma exigência da técnica e sim mais um dos tantos procedimentos de caráter disciplinar e econômico que, aliado ao controle policial, tinha como objetivo dividir e opor os trabalhadores, além de impor-lhes uma brutal expropriação da mais valia. Exemplo disso é o fato de que, apesar do sistema de cotas estar amplamente disseminado em 1914 em quase todos os ramos da indústria italiana, o recurso à forma de pagamento baseada em salário fixo continuava a ser amplamente utilizado na Itália, e alternava-se com a sistemática Rowan não somente dentro de uma mesma empresa, como dentro de um mesmo dia, em um mesmo setor. Segundo Camarda,

---

mencionar que o sistema Rowan seria completado, nos anos que antecederam o fascismo, pelo sistema Bedoux, que procurava se contrapor ao sistema Taylor – sem, entretanto, como atesta a bibliografia que lemos, representar uma inovação em relação a esse.

21 - Alessandro Camarda observa que o sistema de cotas era aplicado conjunta e alternadamente com o salário fixo no interior de uma mesma empresa. “O *cottimo* era aplicado irregularmente, sempre que se referia ao setor mecânico-metalúrgico. No siderúrgico e têxtil, a história é diferente. Particularmente, conjunturas favoráveis, quando se tratava de abreviar os tempos de execução de um determinado trabalho, faziam que somente alguns operários ou uma parte da mão de obra, individualmente, fossem retribuídos com o *cottimo*; uma vez encerrado o trabalho, ou quando se exauria a feliz conjuntura, se retornava ao tradicional sistema de retribuição, ao trabalho “ad economia”. O *cottimo*, pago a estes operários, em geral mais diligentes (e não somente de acordo com o perfil profissional), constituía um importante tipo de prêmio oferecido em troca da garantia de atingir um nível de produtividade estabelecido.” CAMARDA, op. cit., p. 174.

*“Podem ser citadas infinitas ocasiões, denunciadas pelos operários, nas quais a suspensão do trabalho por cotas não corresponde a exigências técnicas, mas a uma decisão (seja) porque foi apresentado um memorial, se verificou uma falta no trabalho, um aumento do absenteísmo etc.”<sup>22</sup>*

Com base nos exemplos de Camarda, percebe-se que os patrões buscavam, entre os próprios operários, motivos para substituir e alternar o sistema de cotas pelo sistema de pagamento fixo, e que isto não se baseava nem em uma suposta racionalidade técnica nem muito menos favorecia os trabalhadores: na maior parte das vezes, ao se passar de um sistema para o outro, os patrões não levavam em conta que o pagamento fixo, estabelecido unilateralmente, variava de acordo com o trabalho desempenhado pelo operário, seu sexo e idade, e que portanto a cota fixa poderia garantir o salário de certos grupos de trabalhadores, mas comprometer a sobrevivência de outros, como era o caso de mulheres e jovens<sup>23</sup>.

*“Conclui-se, portanto, que as categorias enquadradas nas tabelas podem trabalhar sem interrupção no sistema de cotas, independente do que signifique ou tenha significado no passado, em termos da profissão ou da atividade. Com um determinante importante: uma vez que o sistema de cotas, nas fórmulas utilizadas, está sempre em relação com a tarifa horária, poucos entre os operários ‘improvisados’ podem conseguir salários suficientes. As mulheres, e não somente elas, uma vez que são remuneradas*

---

Como podemos observar, o sistema de cotas (*cottimo*) é um fator de desagregação e, especialmente, de garantia de um incremento sempre maior dos lucros do capitalista.

22 - Idem, p. 21.

23 - Segundo Camarda, para mulheres e jovens não se tratava de recuperar o controle perdido, mas sim de construir uma dignidade no confronto com patrões e os próprios companheiros de trabalho. *“Isto vale, especialmente, para as mulheres, sobretudo em função da maior precariedade das condições (e do fato) de que elas eram, freqüentemente, a única fonte de sustento do próprio núcleo familiar. As mulheres (...) muitas vezes assumem o papel de protagonista de greves duríssimas e de agitações prolongadas. A sua espontaneidade não é considerada, de fato, um ‘valor’; ao contrário, é o reflexo direto, muitas vezes raivoso, do isolamento sindical contra o qual se chocam, da incapacidade de conferir a si um mínimo de organização funcional e duradoura, da aspereza da vida de fábrica, sobretudo pelo fato de estarem imediatamente excluídas, do momento do seu ingresso na fábrica, de qualquer circuito de solidariedade que constitui, tradicionalmente, a força, o recurso fundamental dos operários homens.”* Idem, p. 178.

*predominantemente com o sistema de cotas, obtém salários totais baixíssimos. Isto porque, não podendo receber nada além de tarifas irrisórias, mesmo quando atingem índices de cotas elevadas não conseguem diminuir a distância de pagamento que as separa dos outros, muitas vezes também trabalhadores 'improvisados', mas com pagamento horário sensivelmente mais elevado.*<sup>24</sup>

Desta forma, caía por terra o discurso de que o sistema de cotas era uma forma de escolher e premiar operários de confiança dos patrões. Tratava-se, ao contrário, de oprimir, humilhar e dividir os operários que procuravam se organizar nas Comissões Internas. Existiriam, assim, os “diligentes”, que ganhavam algumas Liras acima da média em virtude da fidelidade demonstrada aos patrões, e os “outros”, os não adaptados e rebeldes. “O sistema de cotas é um instrumento de discriminação, de divisão”<sup>25</sup>, que tinha como resultante um refluxo na unidade da luta das classes operárias na Itália, e, ao mesmo tempo, um denominador comum nas reivindicações dos setores ainda combativos: a luta pelo aumento de remuneração por produtividade e um maior controle operário sobre a forma como se organizava o sistema.

Assim, a introdução do taylorismo na Itália iniciou-se com o controle sobre o ritmo de trabalho e da tentativa de desagregação das estruturas tradicionais organização dos operários nas fábricas, acompanhada de um novo sistema de pagamentos. Constituiu-se, à semelhança do correlato americano, em uma tentativa de quebrar a espinha dorsal dos trabalhadores, dividindo-os e opondo-os entre si, além de se revelar uma forma para a obtenção de maior produtividade – porém sem a realização de grandes investimentos em máquinas, controles gerenciais ou modificações das plantas<sup>26</sup>.

---

24 - Idem, p. 175/176.

25 - Idem, p. 175.

26 - Em 1907, a FIOM colocaria como pauta de reivindicação o salário mínimo por categoria. Entretanto, seria apenas em 1918 que se efetivaria o acordo que estabeleceria um pagamento e um percentual mínimos de 35% sobre o pagamento-base como tarifa do sistema de cotas.

São essas as condições que propiciariam, na Itália, o surgimento de um operariado de massa tipicamente industrial, obrigado ao trabalho fabril, submetido a salários baixíssimos e que seria rapidamente incorporado à disciplina do ritmo metódico imposto pelo maquinário, especialmente nas funções menos qualificadas.

*“O reagrupamento de diferentes operários favorecia a formação, no interior das maiores indústrias, de grandes massas de trabalhadores que se encontravam nas mesmas condições de trabalho, tornava mais elevada e dinâmica a mobilidade de mão de obra no interior dos setores a reboque (dos setores principais) e mais forte a atração destes sobre os setores marginais.”<sup>27</sup>*

A absorção de trabalhadores com diferentes tradições geraria associações bastante peculiares, que, como afirma S. Ortaggi, não se definiam apenas sobre as relações entre os operários mais antigos e qualificados e os novos, mas tinham por base uma identidade de condições de vida e trabalho:

*“com a introdução na fábrica de massas de operários desqualificados, jovens e mulheres, somavam-se novos motivos de divisão (da classe). Entretanto, o fator profissional, associando-se com outros elementos (a orientação política, o sexo e a idade), produzia alianças e convergências que não se apoiavam totalmente na estrutura dos ofícios e qualificações.”<sup>28</sup>*

Tratava-se, portanto, de uma classe trabalhadora que passava, no início do século, por uma grande transformação em relação ao seu papel no mundo do trabalho: eram jovens, mulheres, trabalhadores tradicionais e recém incorporados, submetidos à rígida disciplina exigida pela produtividade, convivendo sob condições cada vez piores com trabalhadores tradicionais que, por sua vez, se viam expulsos dos seus antigos postos e forçados a aceitar as novas condições impostas pelo capital. Em ambos os casos, evidenciava-se uma tendência da etapa

---

27 - Sull ordinamento scientifico del lavoro. *Rivista delle società commerciali*. Fasc. V, maio de 1913. P. 476. Citado por PEPE, A. – op. cit., p. 42.

28 - ORTAGGI, S. - op. cit., 215.

monopolista do capitalismo: a de estimular o surgimento de um operariado tipicamente industrial que tendia à homogeneização em termos político, psicológico e econômico. Passava-se da divisão tradicional das formas de organização do trabalho a uma nova composição das classes trabalhadoras, em que o perfil, a cultura e, especialmente, a psicologia de massa as diferenciava radicalmente do artesão comum e do operário-camponês, típicos do período manufatureiro.

## **2.4 - O taylorismo italiano – a justificativa das classes proprietárias**

A introdução do pagamento por cotas se deu em um momento de aprofundamento do controle autoritário e repressivo sobre as classes trabalhadoras, favorecido pela institucionalização dos Regulamentos Internos e, notadamente, pelo avanço da militarização da vida civil proporcionado pela guerra<sup>29</sup>.

Entretanto, o arbítrio das relações de força não foi o único elemento a garantir a aplicação das novas formas de organização do trabalho e a disciplina imposta à classe operária. Parcelas da burguesia demonstraram, desde o início do século, uma intensa preocupação em justificar a nova sistemática de cálculo de salário e a necessidade de operar transformações radicais na organização dos processos de trabalho utilizando argumentos ideológicos.

---

29 - Os efeitos na indústria da militarização da força de trabalho, proporcionada pela legislação de exceção da guerra, foram, de fato, notáveis. Segundo CLARK, *“um mercado garantido, com preços garantidos, levou a um rápido crescimento das indústrias da guerra. Uma estimativa é que a Itália gastou 13.761 milhões de Liras antes da guerra em armas, munições e meios de transporte. A indústria italiana produziu seis vezes mais peças de artilharia durante a guerra do que o exército italiano possuía quando a guerra começou. No dia do armistício, havia 7.709 canhões em campo, mais do que os britânicos tinham. A produção de aviões começou virtualmente do zero, e em 1918, 6.523 aviões tinham sido construídos e 14.820 máquinas (muitos exportados para a Inglaterra).”* CLARK, Martin. op. cit., p. 13.

Nos artigos publicados a partir de 1913 na *Rivista delle società commerciali*, periódico destinado aos industriais italianos, destacava-se a análise dos novos sistemas de cálculo de salários e produtividade como síntese de uma nova concepção, “científica e revolucionária”, de gerenciamento da produção. Afirmava-se que com métodos e técnicas adequadas de cálculo seria possível chegar a um termo satisfatório tanto para patrões quanto empregados para solucionar a situação de conflitualidade que ameaçava o desenvolvimento econômico.

A revista apresentava uma “solução” para o caos e a desordem da produção – leia-se, as greves, manifestações e insatisfação crescente dos trabalhadores, além do fato destes apresentarem-se organizados autonomamente em ramos estratégicos da produção. Incorporando as novas teorias americanas, “produtivistas”, setores do patronato italiano afirmavam ser necessário introduzir uma nova ordem, baseada em critérios científicos, para eliminar de uma vez por todas o conflito. Esta nova ordem seria estabelecida a partir de critérios de organização da produção estabelecidos por uma gerência especializada na análise dos processos de trabalho. A “solução para o conflito era identificada com o taylorismo:

*“compreendido como o melhor sistema para reorganizar as fábricas segundo critérios de racionalidade produtiva, de eficiência disciplinar nas relações internas, de produtividade crescente [que] começou a ser aplicado na Itália justamente nesses anos, inserindo-se no robusto tronco do despotismo patronal na gestão das fábricas, tornando-se, progressivamente, um utilíssimo instrumento de concretização da vocação autoritária, profundamente radicada na classe industrial italiana.”<sup>30</sup>*

Para vencer as resistências, a burguesia o vinculava à boa vontade dos operários de “cooperarem” com os patrões e ao seu “indiscutível” caráter científico. Reduzia o conflito entre as classes sociais, negando que este ocorresse em nível da luta econômica e política: a unidade do capital e trabalho era uma consequência lógica da produção – e não uma

impossibilidade. Para alcançar essa unidade era fundamental garantir a elevação crescente dos níveis de produtividade, com o que o operário seria conseqüentemente beneficiado. Portanto, a racionalização, afirmava a burguesia, era uma “exigência” da produção e da concorrência, que demandava eficiência e produtividade, e era atravancada pela ameaça crescente que as classes trabalhadoras organizadas impunham à produtividade. Por isso a resposta ao conflito só poderia ser encontrada no terreno “neutro” da ciência (o Taylorismo) capaz de fornecer uma solução comum tanto para patrões quanto para empregados:

*“podemos afirmar que o ordenamento científico serve ao interesse do operário, permitindo a ele vender suas melhores qualidades de trabalho, assim como (aos interesses) do industrial, que pode utilizar todo o valor deste trabalho. Este é, sem dúvida, o único terreno sobre o qual capital e trabalho podem se encontrar para a manutenção da paz industrial. É claro que, neste acordo, tanto um quanto o outro tem tudo a ganhar e nada a perder.”<sup>31</sup>*

Desta forma, o processo de trabalho, as equipes, a organização prévia dos trabalhadores de acordo com suas qualificações e seu saber e, especialmente, a luta de classes, o socialismo, tudo isso era interpretado como um retrocesso, já que só se as classes trabalhadoras se unissem aos *experts*, sucumbissem à ciência, à tecnologia e aos avanços da gestão empresarial seria possível reduzir os custos, aumentar a produção e satisfazer as demandas econômicas das classes subalternas<sup>32</sup>. Como observa Pepe

---

30 - PEPE, A. - op. cit., p. 41.

31 - Idem, p. 42-43.

32 - Segundo Clark, Mussolini foi um dos primeiros “socialistas” a enxergar as imensas possibilidades abertas pelo taylorismo e a ideologia produtivista: “Seu jornal, o *Popolo D’Italia*”, apresentou, em 1º de agosto de 1918, o subtítulo ‘O cotidiano dos combatentes e produtores’, assinalando que “as idéias produtivistas eram mais ‘progressistas’ que o socialismo e oferecendo um campo de ação para a propaganda entre os trabalhadores, inclusive para o Trade Unionismo de novo tipo”. É interessante observar que a idéia de Estado corporativista está presente aqui: tratava-se de aproximar as organizações dos trabalhadores ao Estado e aos patrões, distribuindo as tarefas na organização de uma sociedade do trabalho e da produção: ao Estado caberia planejar as linhas gerais,

*“A condição de tudo isso estava na aceitação, por parte dos operários, de um modo diverso de trabalhar, um modo cientificamente mais correto e pré-ordenado, cujos elementos essenciais eram: a decomposição e simplificação máxima das operações a serem cumpridas, até reduzi-las àquelas exclusivamente necessárias ao funcionamento máximo das máquinas”<sup>33</sup>*

Para os trabalhadores, entretanto, o método científico implicava a renúncia ao seu poder e conhecimento sobre a produção, entregando-o nas mãos dos “técnicos”, portadores do saber científico e da capacidade de realizar as alterações necessárias que “beneficiariam toda a sociedade”.

Entre as justificativas dos patrões para o afastamento dos operários e sua subsunção à gerência patronal estava o fato de que os trabalhadores em geral seriam incapazes ou incompetentes para organizar a produção. O discurso burguês reconhecia essas capacidades nos técnicos, capazes de elaborar o conhecimento científico necessário para realizar as transformações exigidas pela produção. Os “técnicos”, a gerência e os contramestres, apareciam, assim, destituídos de uma função disciplinar e política e eram elevados à condição de portadores de um conhecimento técnico-científico neutro, acima dos interesses das classes fundamentais, que os habilitava a intervir na produção. Tratava-se de uma iniciativa de criar uma mentalidade de elite entre os trabalhadores qualificados.

Os patrões defendiam a idéia de que, por suas “naturais” habilidades e capacidade de organizar a produção, se aproximavam mais das classes proprietárias do que das classes trabalhadoras, e deveriam assumir posições de comando e direção, sobre os companheiros de fábrica. Era, sem dúvida, uma estratégia para dividir os trabalhadores, criando operários de primeira e de segunda categorias.

---

auxiliados pelos técnicos e *experts*, e aos trabalhadores e patrões, encontrar as melhores formas de implementá-las. Citado por CLARK, op. cit., p. 18.

33 - PEPE, A. – op. cit., p. 41

É interessante observar que ao mesmo tempo que retirava a autonomia dos trabalhadores, a burguesia afirmava que a administração científica poderia oferecer aos operários um novo conhecimento, organizado de forma muito mais racional, porque proporcional às habilidades e capacidades de cada um. Além disso, tendo em vista a forma como os trabalhadores se organizavam em equipes e a articulação destas entre si, o conhecimento só se transmitia por um processo lento e oneroso – e, segundo a burguesia, nem todos seriam capazes, estariam interessados e/ou teriam a habilidade necessária para aprendê-lo. A “racionalidade da produção” (que no discurso tomava o lugar do lucro e do patrão) exigia, como um deus *ex-machina*, que a unidade e o saber fossem varridos do cotidiano da fábrica e “racionalizados”. ou seja, reunidos nas mãos da gerência e depois distribuídos, de forma fragmentada, para os de baixo.

Objetivava-se, assim, convencer o trabalhador que a relação entre produtores deveria ser substituída pela relação entre indivíduos que, isoladamente, produziram muito melhor. Neste sentido, a articulação em equipes de trabalho aparecia como supérflua: a fonte da disciplina e conhecimento necessários e essenciais à produção estaria no contato entre o trabalhador e a gerência, na operação direta das máquinas, e não mais no convívio cotidiano do trabalho em equipes.

## **2.5 – O significado “científico” do trabalho**

O comentador da *Rivista delle società commerciali* utilizava o exemplo americano para justificar a validade da administração científica aplicada às relações de trabalho na Itália e desqualificar o trabalho realizado em equipes e administrado pelos próprios trabalhadores, associando-o ao desperdício econômico de energias individuais:

*“para elevar ao máximo de rendimento das máquinas e dos operários de uma fábrica, (os americanos) entreviram a necessidade*

*de introduzir a subdivisão das tarefas de forma que ninguém fosse chamado a realizar uma tarefa para a qual existisse um outro, melhor adaptado (...) e que cada um pudesse, portanto, tornar-se cientificamente capaz, na própria atribuição, por esta especialização. A primeira e mais importante subdivisão foi aquela de atribuir à direção a tarefa de escolher os instrumentos para cada operação e não deixá-la ao arbítrio dos operários, não somente porque os operários não possuem nem tempo nem capacidade de julgar com olho científico o próprio trabalho, mas também porque todos os instrumentos e métodos de trabalho devem se tornar típicos de cada operação. Após isto, a direção é dividida em duas espécies de homens: os encarregados de preparar os planos de cada processo de trabalho e os encarregados de vigiar pela sua correta execução.*<sup>34</sup>

O “ordenamento científico” justificava também a mudança dos salários fixos por salários pagos por cotas de produtividade. É importante observar que a explicação sobre as vantagens do sistema de cotas não se limitava a afirmar que este refletia o empenho e laboriosidade do trabalhador – apesar desta ser uma componente importante do discurso. Havia também uma nova concepção do significado do trabalho: o patronato assumia explicitamente a atividade laborativa como um fardo, desprovido de qualquer função social e coletiva, a não ser a sobrevivência do trabalhador (e o lucro do capitalista, é claro). Por esse motivo, entendia-se que o trabalhador só atingiria os níveis de produtividade exigidos se fosse estimulado do ponto de vista do mercado e do consumo, isto é, se recebesse proporcionalmente mais de acordo com o aumento e continuidade de seu esforço.

O discurso patronal reconhecia, também, que os estímulos, por si só, não seriam suficientes para garantir o empenho do trabalhador: haveria uma componente “natural” ao trabalho humano, alternadamente denominado de “melhores qualidades”, “valor”, “esforço” e, finalmente, “capacidade”. Assim, existiriam os mais aptos, melhor treináveis - enfim, “os operários mais adaptados” - e, conseqüentemente, os menos adaptados. Como a

---

34 - Idem, p. 42.

adaptação dependeria de habilidades individuais, ficava caracterizada a existência (natural) de operários que ganhariam mais e operários que ganhariam menos, de operários mais “atraentes” à contratação patronal e os operários menos atraentes (porque não adaptados/dispostos ou simplesmente não capazes de trabalhar da forma requerida). O discurso era bastante explícito quando mencionava esta graduação e as desigualdades que seriam aprofundadas, de acordo com as formas de pagamento e também de acordo com a vontade e disposição patronal de contratar “os mais aptos, os melhores”.

A proposta patronal destinava-se a dividir a classe trabalhadora em diferentes setores como decorrência do ordenamento científico: os melhores e os piores, os que iriam ganhar mais ou menos. A diferenciação, desta forma, não era apresentada como um efeito perverso da luta de classes, do despotismo fabril, da vigilância patronal, mas decorrência do ordenamento científico – este, afinal de contas, o melhor, o mais adaptado às exigências humanas e do capital:

*“Pode-se observar que, no fundo, o ordenamento científico repousa em um sistema de trabalho por tarefas e por prêmios; o princípio econômico é que os salários ordinariamente pagos sejam recompensas no mesmo nível do caráter da produção, e que o pagamento extra, acordado pelo esforço extra, é justamente o que induz o trabalhador a cumprir com continuidade este esforço extra. O operário pode obter este pagamento extra de dois modos diferentes: com o trabalho por cotas diferenciadas ou por meio de um prêmio propriamente dito. (...) tanto em um sistema quanto no outro os trabalhadores têm assegurado o seu ganho único; oferece-se a mais a possibilidade de ganhar um pagamento extra no caso em que façam todo o trabalho que lhes foi atribuído. Em muitos casos, os salários principais chegaram a aumentar 10%, de forma a atrair os melhores (operários). (...) o ordenamento científico não reagrupa os operários de acordo com o gênero de trabalho que cumprem, mas eleva singularmente os mais qualificados com quantias de salário mais elevadas que a média.”<sup>35</sup>*

E concluía o articulista da *Rivista delle società commerciali* afirmando que também os operários tenderiam a entender que este sistema seria o melhor, já que isso lhes garantiria salários mais elevados:

*“Resumindo, em breve poderemos dizer que o ordenamento científico serve aos interesses do operário, permitindo-lhe ver suas melhores qualidades de trabalho, e os interesses do industrial, que pode utilizar todo o valor deste trabalho. Este é, sem dúvida, o único terreno sobre o qual capital e trabalho podem se encontrar para a manutenção da paz industrial e, é claro, que tanto um quando o outro possuem, neste acordo, tudo a ganhar e nada a perder.”<sup>36</sup>*

---

36 - Idem, *ibid.*

## CAPÍTULO 3

### TURIM E AS COMISSÕES INTERNAS

#### 3.1 - Turim!

Em contraste com a indústria têxtil<sup>37</sup>, que durante as duas primeiras décadas desse século ainda apresentava um baixo grau de mecanização e capitalização, os ramos vinculados direta (como montagem de equipamentos) ou indiretamente (metalurgia) à indústria mecânica sofreram investimentos pesados provenientes de bancos alemães e franceses, além de benefícios fiscais e alfandegários oferecidos pelo Estado italiano.

A partir de início do século XX, especialmente na região do Piemonte, o capital havia destruído e absorvido pequenas empresas, e aquelas que resistiram à incorporação se encontravam sob a coordenação produtiva das grandes. Na cidade de Turim esse processo de concentração de capitais tinha ocorrido de forma mais acabada: desde início deste século ela era, por excelência, a cidade das mais modernas indústrias italianas no campo da montagem de motores, manipulação e beneficiamento de metais<sup>38</sup>.

As técnicas modernas, aplicadas à produção em série nas grandes plantas, varreram as pequenas fábricas de motores, peças, metalúrgicas e siderurgias, promovendo uma padronização dos produtos, impondo a utilização em massa de ferramentas e máquinas e eliminando sistemas de

---

37 - Ver, a respeito da indústria têxtil na Itália e a luta dos trabalhadores desse setor, o apêndice ao capítulo 2.

38 - Segundo CLARK, "a Fiat de Turim elevou seu capital para 25,5 milhões de liras, em 1914, para 125 milhões de liras no final da guerra, absorvendo muitas das pequenas metalúrgicas da cidade, incluindo as fábricas de manufatura de carros como a Diatto. Por volta de 1918, A Fiat produzia cerca de 90% de toda a produção de veículos da Europa, cerca de 75 veículos de 4 rodas por dia – 25.000 por ano (...). Em 1914, a Fiat produziu cerca de 3.300 veículos; durante os quatro anos de guerra, a empresa produziu 70.862 veículos dos quais mais de 60.000 eram das Forças Armadas da Itália ou de seus aliados." A Fiat produzia, portanto, cerca de 75 veículos por dia, em 1918. CLARK, Martin – *Gramsci and the revolution that failed*. London: Yale University Press, 1977. p. 14.

trabalho ultrapassados, de baixa produtividade e alto custo. Além disso, as grandes empresas, que podiam pagar salários mais elevados, haviam absorvido toda a mão de obra especializada das localidades, promovendo uma verdadeira devastação da força de trabalho nas empresas menores.

Em Turim se agrupavam as principais indústrias do ramo mecânico, metalurgia e siderurgia, e era ali que se encontrava a maior delas, a fábrica da Fiat motores. Fundada em 1899, em 1910 a Fiat era uma das 3 maiores empresas italianas, especializada na fabricação de veículos industriais, motores de avião, tratores, equipamentos ferroviários, produtos e componentes siderúrgicos. Segundo Pepe, ocorreu em Turim o fortalecimento de

*“uma estrutura industrial orgânica, composta de grandes e médias empresas, nos setores decisivos da mecânica, siderurgia e do automóvel. A indústria mecânica, em particular, assumiu um papel estratégico e uma função central (...) e teve efeitos decisivos ao acelerar a transformação em direção ao capitalismo dos outros setores produtivos.”*<sup>39</sup>

Durante os anos que precederam a guerra, as indústrias turinesas sofreram de forma intensa um processo de substituição das máquinas e ferramentas tradicionalmente utilizadas – isto é, construídas e reparadas pelos próprios operários – por máquinas semi-automáticas padronizadas. Além disso, a partir de 1910, sob o argumento da necessidade de elevar a produtividade e reduzir os custos de produção, o patronato turinês intensificou, suas ações a fim de alterar as formas tradicionais de organização dos trabalhadores em equipes, que se mantinham nas grandes fábricas, como a Fiat. O controle dos operários sobre o processo de produção era considerado excessivo, e a burguesia percebia claramente o nexo entre o conhecimento e a qualificação dos trabalhadores integrados nas equipes de trabalho e a sua organização política.

---

39 - PEPE, A. – *Lotta di classe e crisi industriale in Italia*. La svolta del 1913. Milano: Feltrinelli Editore. 1978. p . 126.

Nos anos 10 e 20, entretanto, ainda não havia condições para a introdução universal de um sistema de parcelamento de tarefas – especialmente nas funções mais refinadas e que dependiam do *savoir faire* do trabalhador. Neste período, a introdução de máquinas e ferramentas padronizadas e do parcelamento de tarefas só pôde se dar de forma mais sistemática nas funções cuja operação era passível de um parcelamento mais intenso, os trabalhos mais repetitivos, que dependessem menos da habilidade ou do comando de um mestre oficial.

Assim, no início, o que houve em Turim foi um deslocamento de operários qualificados, que exerciam funções passíveis de serem parcelizadas, para outras funções, de supervisão e de contramestres:

*“(os métodos tayloristas de produção de fábrica) estavam sendo introduzidos desde antes da guerra, e a Fiat foi a pioneira nesse ramo. Giovanni Agnelli tinha visitado Henry Ford em 1912, e, quando retornou (dos EUA), instalou a primeira linha de produção. Inicialmente, as inovações foram bem-vindas, e os operários especializados foram facilmente mantidos em seus postos como contramestres ou supervisores dos trabalhadores da linha de produção, ou foram elevados a posições especializadas, em partes da fábrica que exigiam trabalho especializado.”<sup>40</sup>*

Foi para preencher os postos antes ocupados por trabalhadores qualificados que o patronato nesta época empenhou esforços junto à *Mobilizzazione Industriale* (MI), com a finalidade de regulamentar a entrada de mulheres, jovens e crianças no mercado de trabalho (chamados de “trabalhadores genéricos”), eliminando, pela via da institucionalização e coerção, os entraves colocados pelos operários à aceitação desta nova força de trabalho.

*“O esforço da MI para potencializar a adoção de mão de obra feminina foi particularmente intenso entre o ano de 1916 e a primavera de 1917. Neste período foram emanadas algumas das mais importantes circulares ‘prescritivas’, foi constituído um escritório do trabalho feminino e emitido um decreto militar que atribuía aos*

*comitês (de Mobilização industrial) competências especiais em matéria de tutela dos empregados mulheres e menores de idade.*"<sup>41</sup>

Segundo Pepe, no final da primeira década do século a organização científica do trabalho já estava presente em Turim, ainda que aplicada majoritariamente aos trabalhos mais genéricos, que exigiam uma menor especialização. A introdução do taylorismo, porém, não se deu de uma hora para outra, já que dependia de um longo processo de identificação e estudo das funções e seu parcelamento em tarefas menores. Porém isso não impediu que, no final da década de 10, a Fiat já conduzisse iniciativas para separar a execução do planejamento e para implantar sistemas de remuneração diferenciados, como foi o caso do *cottimo rowan*.

A posição privilegiada da Fábrica italiana em relação ao mercado, a alta capitalização, além do fato de que a produção de motores e componentes exigia um rigoroso controle de produto, permitiram à empresa começar a introduzir um corpo de técnicos especializados nas funções de planejar a adoção de ferramentas e modificações nos processos de trabalho, ainda que este fato se desse de forma limitada às operações mais simples.

O caráter complexo da produção de automóveis, que demandava operários altamente qualificados, levava a Fiat a concorrer agressivamente com outras fábricas, disputando os melhores trabalhadores. Chegava ao ponto, como demonstra Rugafiori, de abrir mão de recursos punitivos como a demissão, afastamento ou a convocação para a guerra de operários

---

41 - A intervenção da MI sobre o mercado de trabalho se dava especialmente porque a entrada de mulheres e crianças era objeto de questionamento entre os setores mais combativos do operariado. Para esses, a iniciativa tinha como objetivo aprofundar a desigualdade entre as funções, e ao mesmo tempo, forçar a redução dos salários, estimulando a competição entre os trabalhadores "novos" e os "antigos". As lideranças tinham claro que esta era uma forma de diminuir o prestígio e a força que as equipes e os oficiais exerciam sobre os trabalhadores. A iniciativa, porém, contava com o apoio, ainda que tácito, de setores recém incorporados à fábrica para os quais a incorporação de mulheres e filhos no mercado de trabalho era uma questão de sobrevivência.

(inclusive os militantes), uma vez que esses operários especializados eram de difícil substituição<sup>42</sup>. Segundo o autor,

*“não são raros os casos em que a fábrica se opõe à demissão ou afastamento de pessoal, especialmente o qualificado, e no caso de deserções de operários denunciados pela empresa, o CRMI intervém, aplicando procedimentos penais seguidos por condenação e coação para que retornem ao trabalho”, afirmando que “se é verdade que a empresa se utiliza das normas vigentes para desfazer-se dos elementos agitadores, é verdade, por outro lado, que não falta uma desatenção calculada com relação a essas mesmas normas quando se torna vantajoso manter no trabalho pessoal operário de difícil substituição.”<sup>43</sup>*

Entretanto, e segundo Pepe, apesar da presença marcante de trabalhadores qualificados,

*“O proletariado metalúrgico de Turim e Milão já se encontrava dentro do cerco do taylorismo, da produção em série, do parcelamento das fases de trabalho e predeterminação dos tempos e movimentos. Se encontrava na fase da exploração intensiva, típica da empresa capitalista madura.”<sup>44</sup>*

Finalmente, o operariado de Turim era um dos mais resistentes à entrada da Itália na guerra. A forte organização operária amedrontava os patrões, que hesitavam em transformar as plantas da Fiat Centro e Brevetti em plantas exclusivamente voltadas para a produção bélica<sup>45</sup>.

---

42 - A qualificação dos operários vinculados diretamente à montagem e ferramentaria era bastante especializada e a decomposição dos processos de trabalho só atingiu de forma sistemática esses setores com o fascismo. Isso fazia com que a absorção de braços não especializados se desse em ritmo mais lento em relação a outras regiões, e resultava que os operários especializados de Turim fossem disputados também por outras fábricas vizinhas, como a Ansaldo, de Gênova. Segundo Musso, *“Aparentemente a experiência taylorista se inicia com o pagamento por cotas de empreitada coletiva. Somente no pós-1927 é que ela se dá individualmente, com o objetivo de medir a produtividade individual”*. MUSSO, S. - *Cottimo e razionalizzazione tra guerra e dopoguerra*. In: PROCACCI, G. *Stato e classe operaia In Italia durante la prima guerra mondiale*. Milano: Franco Angelo Editori. 1983. P. 191.

43 - Paride, RUGAFIORI, *Occupazione e composizione operaia All'Ansaldo*. In: PROCACCI, S. - op. cit. p. 255.

44 - PEPE, A. - op. cit. p. 128.

45 - Segundo Rugafiori, *“O peso indiscutível na produção mecânica pesada, e não em série, explica a menor incidência da mão de obra feminina na Ansaldo, mesmo durante a primeira guerra mundial.”* Idem, *ibid.*

As transformações por que passou o proletariado de Turim fizeram com que ocorresse uma homogeneização dos grupos de trabalhadores e criaram as condições necessárias para o florescimento de uma psicologia de massas que o diferenciava do resto das classes trabalhadoras italianas. Surgiu ali uma classe trabalhadora próxima do operariado de massa, típico de países cujos processos de industrialização haviam se dado anteriormente, como Inglaterra e Alemanha.

A necessidade de mão de obra especializada da indústria fez com que se mantivessem núcleos com formação diferenciada e altamente combativos, que foram se unindo aos setores “novos”, os “trabalhadores genéricos”, contra as tentativas de um patronato fortemente organizado (e com capitalização suficiente para suportar períodos longos de paralisação e para impor-se economicamente aos trabalhadores) para submetê-los à lógica do capital.

*“Naqueles lugares onde os conflitos ocorriam entre poucos operários de um lado e um empreendedor modesto de outro, a possibilidade objetiva de um rápido desfecho era assegurada pelo número escasso de forças em campo, pela concorrência que forçava ao acordo, pela pressão que os órgãos do Estado poderiam exercer para compor a controvérsia. Conforme a economia industrial do país ia se organizando segundo esquemas monopolistas (...), e o contraste (desses setores) envolveram grandes massas de trabalhadores e uma forte direção de fábrica, a forma, a qualidade e o próprio significado do conflito se modificarão.”<sup>46</sup>*

Em Turim, a relação entre as classes fundamentais era de antagonismo e confronto abertos: de um lado, os trabalhadores conscientes do papel desempenhado por eles no desenvolvimento e estruturação da indústria. De outro, os patrões organizados e contando com o aparato do Estado para fazer valer suas exigências. Para se ter um exemplo, graças a este elevado grau de mobilização de classe em Turim, os Regulamentos internos das fábricas automobilísticas nunca foram efetivamente

obedecidos, apesar de introduzidos em 1912, em uma época em que os trabalhadores industriais de outras cidades já estavam submetidos às rigorosas normas disciplinares típicas do taylorismo<sup>47</sup>.

As características da indústria turinesa evidenciavam, por sua vez, a conflitualidade entre um modelo tradicional de organização do trabalho – centrado em equipes – e, ao mesmo tempo, a gradual introdução de um processo de simplificação e decomposição de operações que mirava, mas não conseguia atingir de forma definitiva, o trabalhador qualificado. Gramsci chamava a atenção para este perfil peculiar da classe operária turinesa:

*“a produção automobilística é característica da indústria metalúrgica turinesa. A maior parte dos trabalhadores é formada de operários qualificados e técnicos, que não possuem a mentalidade pequeno-burguesa dos operários qualificados de outros países, como, por exemplo, na Inglaterra.”*<sup>48</sup>

Em Turim, a tentativa das classes dominantes de quebrar a organização dos trabalhadores, interferindo durante a guerra na disciplina dos processos de trabalho, havia provocado a integração entre as classes trabalhadoras, ao contrário do esperado pela burguesia. Assim, pôde surgir na cidade um proletariado que se contrapunha de forma incisiva às classes dominantes:

---

47 - Clark observa que a legislação de exceção da guerra e a intervenção da MI provocaram uma diminuição sensível nos períodos de interrupção do trabalho em relação ao período pré-guerra. Entretanto era em Turim que, apesar das proibições, o estado de ânimo dos trabalhadores se mostrava mais ativo, e estes menos dispostos a colaborar com o patronato – o que, efetivamente, se verificou no pós-guerra, apenas encerrada a militarização da força de trabalho: “O abandono do trabalho, ou qualquer outro tipo de insubordinação, era passível de punição imediata em prisão militar; durante o período de 10 meses entre janeiro a outubro de 1918, 19.018 trabalhadores foram, de fato, sentenciados a trabalhos forçados, ao passo que outros 9.522 sofreram condenações em prisões comuns. Essas medidas eram, sem dúvida, efetivas para induzir à disciplina, apesar do grande descontentamento que causavam. A única agitação importante durante a guerra foi a agitação em Turim, de agosto de 1917, e as ausências no trabalho foram muito reduzidas em relação ao pré-guerra. Entretanto, a disciplina de ferro imposta a uma população trabalhadora relutante, que se considerava trabalhando em condições intoleráveis, a fim de aumentar os lucros de seus patrões, exarcebava violentamente as classes trabalhadoras das grandes cidades industriais.” CLARK, op cit. p. 25-26.

48 - GRAMSCI, A. - Il movimento torinese dei Consigli di fabbrica. *L'Ordine Nuovo* (ON), Torino: Giulio Einaudi Editore, 1972. p. 178.

*“Os metalúrgicos compõem a vanguarda do proletariado turinês. Dadas as particularidades desta indústria, cada movimento dos seus operários torna-se um movimento geral de massas e assume um caráter político e revolucionário, mesmo se, no princípio, ele não perseguia nada além de objetivos sindicais.”<sup>49</sup>*

Finalmente, devemos observar que a combatividade do proletariado turinês era estimulada, desde final da década de 10, pela presença de grupos comunistas, a prática da reunião e do debate em círculos culturais e grupos de Estudo.

*“Turim possui uma só organização sindical importante, com noventa mil inscritos, a Câmara do trabalho. Os grupos anarquistas e sindicalistas existentes não possuem quase nenhuma influência sobre a massa operária, que se impõe de forma firme e decidida à seção do partido socialista, composta, por sua vez, majoritariamente por operários comunistas.”<sup>50</sup>*

Essas Câmaras do Trabalho eram uma organização fortemente centrada no saber operário e no papel desempenhado pelo operário na equipe de trabalho.

Segundo Spriano,

*“Desde o fim da primeira guerra Turim era chamada a ‘Petrogrado italiana’. A cidade não está mais a esquerda do que qualquer outra, porém é a mais industrial e operária da Itália, possui um proletariado homogêneo, profissionalmente qualificado, aguerrido. A luta de classes conhece poucas mediações, e não se exprime somente nas fábricas e praças. Entre o centro liberal e burguês e os subúrbios, a periferia socialista, existe uma estrutura que reflete, com condições sociais diversas, dois modos de viver, dois mundos ideais contrapostos. Os operários (...) são combativos e possuem (práticas) tradicionais que os situam de forma natural na posição de vanguarda de toda a classe.”<sup>51</sup>*

---

49 - GRAMSCI, A. – Il movimento torinese dei consigli di fabbrica. op. cit. p. 178.

50 - GRAMSCI, A. – op. cit. p. 178.

51 - E continua Spriano: “termos como ‘experiência de massa’ ou ‘ditadura do proletariado’ não são exercícios intelectuais acadêmicos, para eles, (...) Isso explica como tenha se enraizado em Turim - e não em outro lugar - uma revista tão impregnada de ‘culturismo’, tão ‘difícil’, tão aristocrática na linguagem e no costume como o L’Ordine nuovo. Não é por acaso que aqui se fala de transportar fenômenos como aquele do ‘Proletkult’ russo, é aqui que os anarquistas se diferenciam dos outros e os bordiguianos

### 3.2 – Comissões internas, equipes de trabalho e resistência operária

As primeiras Comissões Internas surgiram na Itália a partir de 1906, com a denominação de Comissões Operárias. Organizadas por local de trabalho, caracterizavam-se, no início, por serem instâncias de resistência operária contra a opressão dos regulamentos de fábrica. A partir de 1908, algumas comissões já se articulavam por região e ramo de atividade, especialmente entre as fábricas do setor metal-mecânico. Ponto comum entre elas era a luta pela unificação dos regulamentos internos, pela definição de um conjunto de normas mínimas que ordenassem as relações de trabalho em nível nacional e pelo reconhecimento das Comissões como organismos de representação operária. Segundo Ortaggi,

*“Elemento típico do processo de formação das comissões internas durante a guerra foi o justapor-se e sobrepor-se dos movimentos reivindicativos, e, portanto, a multiplicidade de comissões, em uma mesma fábrica e, às vezes, em uma mesma seção. Era uma característica que emergia da experiência pré-bélica, e a guerra a havia potencializado: com a entrada na fábrica de massas de operários desqualificados, de jovens e mulheres, somavam-se novos motivos de divisão àqueles já existentes; mas o fator profissional, misturando-se com outros elementos (a orientação política, o sexo e a idade), produzia alianças e convergências que não se fundamentavam totalmente na estrutura das qualificações dos ofícios.”<sup>62</sup>*

Este caráter, ainda que inicial das Comissões, implicava em um confronto não somente com os patrões, mas também com as organizações sindicais tradicionais. A FIOM (*Federazione Italiana degli operai metalurgici*) e a CGL (*Confederazione Generale del Lavoro*), especialmente, relutavam em admitir um novo instituto representativo dos operários, que, no limite, a

---

*(que, se não são numerosos, são bastante influentes), estão permeados pela mentalidade gramsciana”. SPRIANO, P. L’Ordine nuovo nel 1919-20 e la ‘scissione d’aprile. Storia del Partito comunista italiano. Parte prima. Einaudi, 1967, p. 47.*

52 - ORTAGGI, S. – p. 214-5.

excluía das negociações com os patrões e colocava em cheque a sua capacidade de representar os operários (a questão, como veremos adiante, se tornava ainda mais séria em Turim, onde o sindicato tinha um prestígio bem menor em relação a outras regiões italianas).

*“o movimento pela formação das comissões internas resultou do encontro entre uma conflitualidade operária que, com o avanço da guerra, atingia estratos cada vez mais numerosos e novas exigências, e se exprimia em comissões operárias informais, e a tentativa de reduzir e controlar esta conflitualidade ativa, por motivos e com objetivos diversos, por parte do patronato, das organizações sindicais e políticas do movimento operário, do Estado. Esta tentativa se confronta – e aqui está o dado principal do problema – com a dificuldade de disciplinar uma realidade por natureza dificilmente controlável: daí as incertezas e dúvidas das forças interessadas em tratar de um fenômeno tão complexo.”<sup>53</sup>*

Com relação aos patrões, a reação negativa e autoritária às Comissões seria fortemente manifestada nas fábricas geograficamente distantes do “cinturão industrial italiano” (este composto por Turim, Milão e Gênova). Especialmente nas empresas menores e isoladas, nas quais as opções de trabalho eram limitadas e as comunidades operárias eram pequenas e tinham escassa articulação com outros trabalhadores (como era o caso, em especial, dos setores de insumos da construção civil e têxteis), o regime de contratação tendia a se basear em critérios pessoais, a repressão era mais violenta e os operários raramente eram vitoriosos nas lutas reivindicativas. Nestas fábricas, as Comissões possuíam um caráter local, não eram reconhecidas ou estavam totalmente subordinadas aos sindicatos.

No “cinturão industrial”, entretanto, a questão do reconhecimento das Comissões Internas era objeto de intenso debate envolvendo o patronato, a FIOM e a CGL.

Desde o seu aparecimento, essas comissões foram vistas por parcelas do patronato como uma forma de minar o controle dos sindicatos

sobre as bases e de enfraquecer o movimento dos trabalhadores. Ao reconhecê-las como interlocutoras, os patrões planejavam passar por cima das decisões tomadas coletivamente, em nível da luta política ou sindical, e com isso desgastar as lideranças tradicionais, afastando-as das bases. Além disso, o contato feito diretamente com as comissões também permitia aos patrões negociar a sua composição que, em alguns casos, passou a contar com a presença patronal<sup>54</sup>.

Ocorre que ao assumir diretamente as Comissões como interlocutoras, os patrões passavam por cima da função reguladora exercida pela *Mobilizzazione Industriale*, além das organizações tradicionalmente representativas dos trabalhadores. Tal prática abria um precedente que tendia a fortalecer a luta dos trabalhadores pelo reconhecimento nacional das comissões internas, ao mesmo tempo que demonstrava a disposição de enfraquecer os sindicatos, ignorando-os quando lhe convinha.

Durante o período da guerra, o operariado italiano sofreu uma enorme deterioração salarial e esteve sob controle militar rigoroso imposto pelo estado de exceção. A repressão exercida sobre os institutos tradicionais das classes trabalhadoras e o aumento do controle estatal e patronal sobre os processos de produção fez com que as comissões fossem jogadas na ilegalidade. Nesse período, a sua ação passou a ser classificada simultaneamente como “disciplinar e política” e a punição para este tipo de atividade era a prisão das lideranças e o pagamento de multas pesadas.

O reconhecimento oficial veio com o final do Conflito Mundial, no momento em que o modelo da militarização das relações do trabalho se exauriu. Em 23 de janeiro de 1918, um decreto do Ministério de Armas e Munições reconheceu com ressalvas o instituto da Comissão Operária:

*“Para designá-la se usava não mais a denominação Comissão operária (...) e nem aquela ainda mais comprometedor, de Comissão Interna, contemplada no projeto original de*

---

53 - *Idem*, p. 215.

54 - Ver, a esse respeito, ORTAGGI, S.op cit, p. 218.

*reconhecimento legislativo, mas a denominação informal de 'comissões operárias internas'. Ao mesmo tempo, entretanto, o Decreto reforçava os requisitos essenciais já definidos em decreto anterior<sup>55</sup>: a natureza pura e simplesmente de representação, o caráter provisório, a competência restrita às questões econômicas.<sup>56</sup>*

Para além do debate sobre sua legalização, há um outro aspecto importante das comissões internas que se sobressai: este diz respeito à forma como elas se articulavam com os trabalhadores. Em geral, na base das Comissões estavam operários organizados em equipes de trabalho. Nestas equipes se articulavam vários tipos de trabalhadores – desde os mais tradicionais até os recém incorporados – e seu conhecimento sobre os sistemas de produção era imenso. Tão grande era a influência das equipes que, na falta dos sindicatos, elas organizavam as greves de caráter econômico e político, planejavam interrupções na produção e estabeleciam critérios para a diminuição do ritmo do trabalho.

Desta forma, os representantes eleitos nas Comissões internas extraíam sua legitimidade e autoridade do fato de sê-lo por local de trabalho, articularem-se em equipes e conhecerem de perto a estrutura da produção. Em um tal ambiente, sindicatos e patrões encontravam-se de mãos atadas frente ao controle operário sobre os processos de trabalho e às suas formas de organização: a estrutura sindical tinha poucas chances de penetrar e ampliar sua base de aderentes, já que teria que rivalizar com uma forma organizativa em que a delegação de poderes estava condicionada à presença do operário na equipe de trabalho, e não à condição de burocrata do sindicato.

*“(os operários estavam) organizados em comissões controladas e revogáveis, as quais os organismos sindicais poderiam acompanhar, porém não substituir. A dimensão de massa do conflito tornava*

---

55 - Decreto, de 1917, em que se mencionava o instituto das Comissões. Entretanto, esta menção é feita de forma indireta, já que o objeto central da norma era a regulamentação da remuneração de empreitadas de trabalho.

56 - ORTAGGI, S. op. cit. p. 219-20.

*praticamente impossível governá-lo do lado de fora. A assembleia dos grevistas se reunia diariamente, as comissões encarregadas de preparar os memoriais e de conduzir as tratativas eram submetidas a um controle democrático no qual não existia nenhuma forma de delegação ou discricionariedade arbitrária; os dirigentes sindicais deveriam prestar contas com esta presença maciça dos trabalhadores e com frequência não conseguiam impor a sua linha de conduta e propostas de término (do movimento). As lutas continuavam e os acordos eram negados pela assembleia dos trabalhadores. Os dirigentes, os quadros que se formavam diretamente no curso dessas greves, constituíam o tecido organizativo, a ramificação nas fábricas que começava a preencher uma das maiores debilidades históricas do sindicalismo italiano: a escassa penetração de organismos diretos nos locais de trabalho.*<sup>57</sup>

Os patrões, por sua vez, percebiam que a forma assumida pelas comissões internas – e a estrutura de poder que se organizava paralelamente aos organismos oficiais – havia se viabilizado em razão de um sistema de produção que necessitava do trabalho altamente qualificado. Ainda não podiam prescindir da organização em equipes de trabalho e nem evitar que operários sem tradição de luta se integrassem por meio das mesmas equipes e do contato nas oficinas, às formas políticas já consolidadas entre os operários mais antigos e militantes. Segundo Bezza,

*“A Mobilitazione Industriale percebia com singular prontidão o nexo íntimo que existia entre organização do trabalho e qualificação operária. De fato, as circulares deste organismo e os acordos estipulados de fevereiro de 1916 em diante, sublinham amplamente a nova classificação operária que estava se afirmando na indústria mecânica, e que formalmente é aquela que vem a ser aplicada até a Segunda Guerra mundial. (...) a novidade está em que não é mais o ofício que ‘faz’ o mercado, mas é a empresa que (deve fazer) as qualificações, o que significa o fim dos mercados de trabalho paralelos, a extinção das velhas comunidades profissionais e a introdução do training on the job.”*<sup>58</sup>

---

57 - PEPE, A. – op. cit. p. 51-52.

58 - O autor prossegue: “Estas últimas citações reportam a outras, por exemplo, sobre a estrutura interna do salário e sobre a relação entre a parte variável e a parte fixa. Isto porque, não obstante a FIOM ter proclamado que o objetivo principal da sua linha político-contratual (ser) o salário mínimo, e por outro lado tivesse coadunado no congelamento das jornadas por cotas, os conflitos se elevaram a níveis nunca vistos antes. Uma

Finalmente estava colocada mais uma razão para que a burguesia italiana – e a própria FIOM – saudassem a organização científica do trabalho e o pagamento por cotas de produtividade. Apesar de, na prática, sua introdução ser heterogênea e a resistência se sentir especialmente onde o patronato mais desejava controlar os trabalhadores, os métodos americanos representavam uma forma de padronizar a produção, aproximando-a cada vez mais ao círculo da produção em massa e em série, ao mesmo tempo que forneciam as condições para quebrar as hierarquias internas da fábrica, eliminando, sob o argumento da ‘racionalidade intrínseca à ciência’, o caráter político que as equipes e as comissões haviam adquirido.

De fato, segundo Musso,

*“Em 1914, o ‘Boletim’ da Liga industrial de Turim escrevia que a solução dos conflitos com relação ao sistema de pagamento por cotas e a abolição do próprio sistema de cotas se daria ‘quando o aperfeiçoamento das máquinas (tivesse) reduzido a um grau muito baixo a influência da capacidade e atividade operária sobre a*

---

*primeira resposta poderia residir na diversificação entre a linha contratual da Federação e a contratação de fato, conduzida localmente. Seria possível ir além da hipótese, particularmente significativa para os grandes centros industriais, da existência de uma contratação informal que fugia ao controle da organização sindical majoritária e, talvez, até mesmo, da Mobilitazione industriale.”* BEZZA, B. - Gli aspetti normativi nelle relazioni industriali del periodo bellico (1915-18). In: PROCACCI, G. *Stato e classe operaia In Italia durante la prima guerra mondiale*. Milano: Franco Angelo Editori. 1983. p. 107. De fato, a hipótese de Bezza encontraria prosseguimento nos estudos de Santo Peli e Paride Rugafiori: efetivamente, apesar do discurso da apologia à necessidade de interferir sobre os processos de trabalho, tendo em vista as necessidades técnicas do mercado, efetivamente os critérios de substituição e contratação dos operários subordinava-se muito mais às necessidades disciplinares do que às suas qualificações individuais, que (segundo o discurso patronal), os tornaria mais ou menos habilitados a serem treinados *on the job*. Por exemplo, Santo Peli cita as levas de ex-militares e desertores da guerra que são “apadrinhados” nas fábricas, e acabam recebendo salários relativamente mais elevados que a média, e mais próximos dos operários qualificados do que de jovens e mulheres. Esses operários eram aqueles que, devendo favores desde o chefe de polícia até o dono da fábrica, preenchiam as fileiras dos *crumiri*, os fura-greves. Assim, podemos afirmar que o que tornava um operário mais ou menos qualificado e o habilitava ao ofício industrial não era, em grande parte das vezes, suas habilidades individuais, mas sua submissão à disciplina patronal. In: PROCACCI. op. cit.

*produção': a perspectiva era aquela fordista, do trabalho imposto à perfeição no concatenamento produtivo."*<sup>59</sup>

---

59 - BOLLETTINO DELLA LEGA INDUSTRIALE. Julho de 1914, p. 63-64. Citado por MUSSO, S. - op cit, p. 195.

## CAPÍTULO 4

### A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA OPERÁRIA

#### 4.1 - O contexto da luta

Já observamos anteriormente que a crise que se abateu em 1919 na Itália do pós-guerra assumiu proporções gravíssimas. O desemprego elevou-se e a produção reduziu-se em todos os ramos da indústria: 15% na mineração, 40% na metal-mecânica, 20% na indústria química. 40% dos gêneros alimentícios passaram a ser importados do exterior, e muitas fábricas voltadas à produção bélica foram desativadas com o fim do conflito.

A insatisfação se generalizava entre as classes trabalhadoras e o poder de pressão sobre as classes dominantes acentuava-se com o fim da mobilização militar para a guerra, fazendo com que as greves se sucedessem a partir de fins de 1918, chegando ao seu auge em 1920<sup>1</sup>. Segundo Rodolfo Morandi,

*“A mão de obra semi-coagida do período de guerra se transforma em uma força de explosão impetuosa, que se aplica em desorganizar a estrutura econômica da nação, e sua organização capitalista, para assim romper as resistências de classe que se opõem às reivindicações proletárias.”<sup>2</sup>*

O crescimento das organizações sindicais e do Partido Socialista italiano (PSI<sup>3</sup>) era mais um fator indicativo da insatisfação das classes

---

1 - Segundo Spriano, em 1920, no auge do período de greves, são registradas 1881 paralisações, com 1.267.953 grevistas e 16.398.227 jornadas de trabalho perdidas. V. SPRIANO, P. - *L'occupazione delle fabbriche*: settembre, 1920. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1964. p. 39.

2 - MORANDI, Rodolfo. *Storia della grande industria in Italia*. p. 228. Apud SPRIANO, P. – op. cit., p. 39.

3 - O Partido Socialista Italiano foi fundado em Gênova, em agosto de 1892, denominado, no início, *Partito dei lavoratori italiani*. Assumiu a denominação de *Partito Socialista Italiano* (PSI) em 1893.

trabalhadoras: a *Confederazione Italiana del Lavoro* (CGL), por exemplo, que em 1918 contava com 250.000 inscritos, em 1919 já possuía 1,5 milhão e, em 1920, 2 milhões. O PSI possuía, em 1919, 156 deputados no Parlamento, proporcionais a 1.834.000 votos (um aumento de mais de 5 vezes em relação ao número anterior de cadeiras). As palavras de ordem do socialismo ganhavam as massas e tornavam-se, freqüentemente, motivo de agitação e manifestações, muitas vezes espontâneas. Segundo Spriano,

*“Os grandes e gerais motivos de agitação do socialismo (o fim da exploração do trabalho assalariado, a coletivização da terra, as fábricas aos operários, um Estado não mais opressivo, mas dirigido pelo povo e para o povo, um mundo sem guerras e greves), são aqueles motivos que, com o fim da guerra, os socialistas agitam, em cada praça, defronte às massas”.*<sup>4</sup>

O Partido Socialista, entretanto, não havia sido o organizador por excelência desse ímpeto: antes, aproveitava-se dele para elevar o número de aderentes e consolidar-se como grande partido de massas. Era um partido que, apesar de apoiar formalmente os bolcheviques e Lênin, sequer considerava as propostas leninistas internamente à Itália. Agia preponderantemente com a finalidade de canalizar o sucesso do movimento e da tensão existente nas massas em votos para aumentar o seu número de cadeiras no parlamento. Os acontecimentos de agosto de 1917 – chamados *fatti di agosto*<sup>5</sup> – já haviam demonstrado a tendência do PSI de

---

4 - Idem, p. 26.

5 - No verão de 1917 a classe operária de Turim organizou um imenso movimento contra a carestia e a guerra, e dezenas de fábricas pararam no protesto dos operários. Conforme o movimento crescia, aprofundava-se o caráter político-revolucionário da iniciativa: tratava-se de um movimento que ultrapassava as motivações econômicas (apesar destas serem importantes), já que crescia entre os trabalhadores a disposição de “fazer como na Rússia”. Dentro do PSI, os setores reformistas e pró-conflito mundial procuravam evitar o aprofundamento do movimento de Turim: incitam o proletariado “rebelde” a unir-se aos setores reformistas do Partido para lutar “democraticamente” pela revolução. Os clamores dos reformistas, entretanto, foram em vão e em 1º de maio a situação estava incontrolável. Tão incontrolável que o chefe de polícia de Turim solicitou que a cidade fosse declarada “zona de guerra”. O governo central recusou-se. A situação se agravou e começou a faltar pão. Em 22 de agosto eclodiu a insurreição: houve enfrentamentos com

afastar-se das massas e procurar arrefecer seu movimento quando as lutas populares ameaçavam abarcar, também, a oposição às formas institucionais do Estado burguês - por meio das quais o partido concentrava sua ação. Desta forma, o Partido crescia, mas o mesmo não ocorria com a disposição de suas lideranças para preparar as massas para o socialismo.

*“A pregação socialista retira daqui a sua sugestão mais profunda. Um partido que permanece como tal, organismo de exígua minorias, com uma escassa circulação de elites, com um quadro dirigente que possui pouca experiência e escassa preparação teórica revolucionária, vê agora afluir (trabalhadores) às seções locais, nos círculos operários, fortalecendo as próprias fileiras – de 24.000 ‘sócios’ em 1918, passa-se a 87.580 em 1919 – florescem as cooperativas proletárias de consumo e produção. O “Avanti!” tira, diariamente, mais de 300.000 cópias.”<sup>6</sup>*

Diante da falta de empenho do PSI, desde o fim da guerra crescia nas principais cidades italianas uma corrente “intransigente-revolucionária” que acusava o partido de manter um comportamento titubeante e colaboracionista, e exortava-o a adotar uma posição genuinamente revolucionária. Esta corrente de esquerda, com representação nas principais cidades industriais italianas<sup>7</sup>, obteria grandes vitórias em dois congressos nacionais do partido: o XV Congresso, de Roma (setembro de 1918) e, um ano depois, no XVI Congresso, de Bolonha (outubro de 1919).

---

a polícia e as manifestações pelo pão tornam-se luta política contra o governo. A reação das organizações oficiais alternava-se entre a atitude de ignorar o movimento (as direções das Câmaras do Trabalho estavam em férias... em Roma), à exaltação da paz e da contenção dos ânimos. No dia 24 de agosto a cidade se encontrava sitiada, sem que as lideranças da CGL e PSI fizessem nada para romper o bloqueio. As lideranças reformistas – Serrati, Morgari, Casalini, Sciorati – intervieram em favor da ordem. Nos dois dias seguintes, o exército nacional tomava o centro de Milão e, numa verdadeira estratégia de guerra, atacaria os operários, fazendo com que a insurreição se limitasse à província. Ver, a esse respeito, DIAS, Edmundo – Democracia operária. Campinas: Editora da Unicamp. 1987. V. 1, p. 250. Ver também SPRIANO, P. – *Storia del Partito comunista italiano*. Parte 1: da Bordiga a Gramsci. Torino: L'unità Editori, 1990. p. 47 e seguintes.

6 - SPRIANO, P. – *L'occupazione...* – op. cit. p. 27.

7 - Segundo Spriano, Milão, Firenze, Livorno, Salmona, Viareggio e Turim.

No congresso de Roma, as teses maximalistas de Lênin triunfaram sobre o imobilismo do grupo parlamentar. Com mais de 70% dos votos, (14.015 sobre 19.017 membros), as bases do partido afirmavam seu compromisso com o bolchevismo e as teses de Zimmerwald, e decidiram endereçar sua ação com a finalidade de “fazer como na Rússia”, aplaudindo a mensagem de Lênin dirigida aos “socialistas intransigentes de todos os países” de “romper a trégua com as classes dominantes”<sup>8</sup>.

A grande crítica desta corrente era que o PSI, sob o pretexto de abster-se dos conflitos que tinham como palco a fábrica, eximia-se de coordenar a luta política quando as manifestações e o caráter do movimento ampliavam seu alcance ao tornarem-se, concomitantemente, luta contra o despotismo patronal e contra o Estado burguês. No centro desta recusa do PSI estava um acordo, baseado no *Pacto da Aliança*, assinado originariamente no Congresso Nacional, em Firenze, em 1907. Este acordo consolidava a independência e autonomia da Confederação e das associações sindicais em relação ao Partido, o que, na prática, equivalia ao fato de que o PSI abdicava da tarefa de exercer a direção e coordenação política de sindicatos, cooperativas, associações e ligas:

*(o pacto) “estabelecia que a greve e as agitações de caráter político-nacional deveriam ser proclamadas e dirigidas pela direção do partido, ouvido o parecer da CGL, e aquelas de caráter econômico, da confederação, ouvido o parecer do partido, que se empenharia em não obstacularizar a atuação das deliberações confederais.”<sup>9</sup>*

A facção leninista do PSI, da qual fazia parte Gramsci, opunha-se firmemente à continuidade do acordo de 1907, ao mesmo tempo que exortava o PSI a assumir as funções de direção sobre das classes

---

8 - A II Internacional, de 1889, havia se posicionado, desde o congresso de Stuttgart (1907), contra a guerra e pela unificação internacional das classes trabalhadoras. Porém, apesar da resolução, na prática prevalecia a tendência reformista e nacionalista, especialmente a partir de 1914-5. Zimmerwald (e Kienthal), na Suíça, foram congressos em que prevaleceram as teses internacionalistas de Lênin.

trabalhadoras. A resposta do Partido, entretanto, foi a confirmação da aliança com os Sindicatos: em 29 de setembro de 1918, logo após o encerramento do Congresso de Roma, as lideranças do PSI e a CGL firmaram um acordo, retomando as teses de Firenze de 1907, ratificando a divisão de tarefas entre o Partido e a Confederação e o compromisso de não intervenção recíproca nos assuntos pertinentes a cada um deles.

Segundo Spriano, tendo criado uma separação artificial entre o trabalho “político” e o trabalho “econômico”, o próprio PSI acentuava ainda mais o seu distanciamento com relação às massas em uma época como o pós-guerra, em que se ampliavam as reivindicações e o grau de combatividade das classes trabalhadoras. Uma vez que era difícil distinguir entre a luta econômica e a política, o PSI acabava se abstendo quando o campo era mal definido – e o era sempre, já que o ponto de partida das manifestações tendia a ser a fábrica ou as péssimas condições econômicas – e acabava por entregar, na maior parte das vezes, a decisão nas mãos da central sindical. O Partido limitava-se, assim, a apoiar parcialmente manifestações operárias e concentrava-se na ação político-parlamentar.

Gramsci chamava a atenção para este comportamento do PSI na Itália: suas lideranças aderiam apenas formalmente às lutas das classes subalternas porque sua adesão era, de fato, às formas da cidadania burguesa. Sacrificavam o contato com as bases e com as lideranças surgidas espontaneamente na luta econômica e passavam distantes da elaboração de uma forma de cidadania genuinamente proletária, porque o seu *leit motif* não era a revolução proletária e socialista, mas sua intervenção na institucionalidade burguesa, visando ampliar sua base para a conquista de cadeiras no parlamento. Na prática, apesar de afirmarem-se socialistas, as lideranças do PSI negavam a via bolchevique, que contrapunha às instituições do Estado burguês a construção de um novo

---

9 - SPRIANO, P. – *L'occupazione ...* op. cit. p.27.

poder, das classes trabalhadoras, para além da legalidade burguesa e acima dos interesses burocráticos de partidos e sindicatos.

Em um artigo denominado *Dopo il Congresso*, de 14 de setembro, Gramsci denunciava aquilo que considerava um poder excessivo das lideranças sobre as organizações, que acabava por sobrepô-las às próprias bases. Sob a aparência democrática de um acordo para garantir o controle recíproco entre as duas instituições, estimulava-se o imobilismo do Partido e reforçava-se a via do reformismo e da adesão à legalidade burguesa:

*“O dissídio entre a Confederação geral do trabalho e o Partido socialista italiano se compôs “juridicamente” em um Pacto da Aliança, no qual foram fixadas as competências recíprocas e estabelecidas as relações e normas segundo as quais os dois organismos do movimento socialista e proletário desenvolverão sua atividade evitando choques e atritos.”<sup>10</sup>*

O Pacto revelava outra coisa, ainda mais grave: à medida que essas instituições centravam-se na eleição de cadeiras no parlamento ou no reforçamento do poder de suas lideranças em face dos patrões, descuidavam de um trabalho de preparação cultural e ideológica das bases, deixando de organizá-las para a revolução e para o exercício do poder em um Estado socialista. Aqui se colocava a questão da construção da hegemonia: a ação dos socialistas não preparava as massas para o exercício do poder no Estado socialista, mas reforçava os laços de subalternidade diante do Estado burguês. No lugar de elevação cultural e política das classes subalternas em classes dominantes e hegemônicas, a ausência do Partido conduzia as massas diretamente para o plano da confirmação do Estado burguês, tornando-as passivas e submissas à sua institucionalidade.

---

10 - GRAMSCI, A. – Il patto d'alleanza. 12 de outubro de 1918. *Scritti Politici* (SP). Roma: Riuniti. 1978, p. 218.

*“As organizações italianas de resistência estão bem longe de representar aquelas forças democráticas e capazes de controle recíproco, que são os pressupostos de uma ação de classe política e econômica, sistemática e ordenada. (...) (seus) dirigentes adquirem uma autoridade e importância que não deveriam ter, de acordo com o espírito igualitário e essencialmente democrático das organizações. (Esses) dirigentes deliberam muito, demasiadamente, em lugar de ser, apenas e simplesmente, órgãos executivos e administrativos.”<sup>11</sup>*

O Partido revelava, nas palavras de Gramsci, uma *“incapacidade em funcionar classisticamente”<sup>12</sup>*, além de uma ausência de diferenciação de sua prática em relação àquelas práticas típicas do Estado burguês: estava amarrado à mesma divisão de poderes e atribuições dos institutos tradicionais das classes dominantes. Gramsci afirmava que um novo grupo comunista deveria assumir as tarefas para as quais o Partido revelava-se incapacitado de levar adiante: tratava-se, em uma palavra, de diferenciar-se, *“ampliar as autonomias locais e sindicais para fora da lei regulamentadora”<sup>13</sup>*, em uma referência à vinculação dos institutos tradicionais das classes trabalhadoras à ordem parlamentar, à necessidade de fazer com que o movimento se adaptasse às convicções e ditames das direções.

O Partido se mostrava intransigente em assumir a novidade da experiência dos Conselhos: negava que um instituto novo, nascido diretamente da fábrica, estivesse conferindo ao confronto com a burguesia um caráter amplo, atribuindo às questões econômicas um caráter político. É neste sentido que Gramsci advertia o Partido da necessidade urgente de se fazer uma correção de rota, de assumir a tarefa de

*“fixar e fazer penetrar difusamente nas consciências que o Estado socialista, que a organização da coletividade após a abolição da*

---

11 - Idem, *ibid.*

12 - GRAMSCI, A. – Dopo il Congresso. 14 de setembro de 1918. SP. Roma: Riuniti. 1978, p. 215.

13 - Idem, *ibid.*

*propriedade privada, não é continuidade do Estado burguês, não é uma evolução do Estado capitalista constituído pelos três poderes, executivo, parlamentar e judiciário, mas continua e é o desenvolvimento sistemático das organizações profissionais e dos entes locais, que o proletariado soube suscitar espontaneamente no regime individualista. A ação imediata que o proletariado deve desenvolver não pode tender, absolutamente, à dilatação dos poderes e ao intervencionismo estatal, mas deve tender à descentralização do Estado burguês e à ampliação das autonomias locais e sindicais, fora da lei regulamentadora.*<sup>14</sup>

## **4.2 - O problema da revolução e o PSI**

A Segunda vitória da facção maximalista se daria no XVI Congresso de Bolonha, em outubro de 1919.

Passado um ano entre os dois Congressos do PSI, uma série de fatos haviam provocado uma profunda reviravolta no movimento socialista internacional, o italiano em particular.

Internacionalmente, uma nova coalizão se formava em torno das teses de Lênin e da prática bolchevique. Na Alemanha, com K. Liebknecht e Rosa Luxemburgo, na França, com Merrheim, Bourderon, Rosmer, Monatte, com K. Radek, na Polônia, se fortalecia a luta contra a social-democracia e pelas experiências consiliares, como a dos Sovietes, centradas na representação direta dos produtores. Em janeiro de 1919, Lênin conclamava todos os partidos contrários à II Internacional a participarem de um congresso, em Moscou, cujo objetivo era a criação de uma terceira Associação Internacional dos Trabalhadores.

A III Internacional<sup>15</sup> baseava-se na crítica de Lênin ao adesismo da social democracia em relação às práticas democrático-burguesas. Ela

---

14 - Idem, *ibid.*

15 - A III Internacional foi fundada em Moscou entre 2 e 6 de março de 1919. Gramsci escreveu, em 24 de maio de 1919, um artigo intitulado "L'internazionale comunista", em

propunha que cada um dos partidos aderentes deveria se subordinar à realização das tarefas necessárias à revolução em escala mundial. Exortava os socialistas de todo o mundo a aprofundar as experiências consiliares e a rejeitar todas as formas de divisão entre as classes trabalhadoras.

Na Itália, o movimento dos Conselhos cresceria entre fins de 1919 e a primeira metade de 1920. Em Turim, nas assembléias das oficinas, os

---

que enumerava as sete principais tarefas revolucionárias que aguardavam o Partido, além de traçar um panorama da situação de então. São essas as teses, resumidas por Gramsci: “1) a época atual é época da decomposição e falência de todo o sistema capitalista mundial, o que significará a falência da civilização europeia se o capitalismo não for suprimido com todos os seus antagonismos irremediáveis.

2) A tarefa do proletariado neste momento consiste na conquista dos poderes do Estado. Esta conquista significa: supressão do aparato de governo da burguesia e organização de um aparato de governo proletário

3) Este novo governo proletário é a ditadura do proletariado industrial e dos camponeses pobres, que deve ser o instrumento da supressão sistemática das classes exploradas e da sua expropriação. O tipo de Estado proletário não é a falsa democracia burguesa, forma hipócrita da dominação oligárquica financeira, mas a democracia proletária que realizará a liberdade das massas trabalhadoras; não o parlamentarismo, mas o autogoverno das massas por meio dos próprios órgãos eletivos; não a burocracia de carreira, mas órgãos administrativos criados pelas próprias massas, com a participação real das massas na administração do país e na obra socialista de (sua) construção. A forma concreta do Estado proletário é o poder dos Conselhos ou de organizações semelhantes.

4) A ditadura do proletariado é a alavanca para a expropriação imediata do capital e da supressão do direito de propriedade privada sobre os meios de produção, que devem ser transformados em propriedade de toda nação. A socialização da grande indústria e dos seus centros organizadores, os bancos; o confisco das terras dos proprietários fundiários e a socialização da produção agrícola capitalista, (compreendendo por socialização a supressão da propriedade privada, a passagem da propriedade ao Estado proletário e o estabelecimento da administração socialista como meio da classe operária); o monopólio do grande comércio; a socialização dos grandes edifícios nas cidades, e dos castelos no campo; introdução da administração operária e a centralização das funções econômicas nas mãos dos órgãos da ditadura proletária, aí está a tarefa do governo proletário.

5) Com a finalidade de assegurar a defesa da revolução socialista contra os inimigos internos e externos, e o socorro às outras frações nacionais dos proletários em luta, é necessário desarmar completamente a burguesia e seus agentes, e armar todo o proletariado, sem exceção.

6) A situação mundial na hora atual exige o máximo contato entre as diferentes frações do proletariado revolucionário, assim como (a organização do) bloco completo dos países nos quais a revolução socialista já é vitoriosa.

7) O método principal de luta é a ação das massas do proletariado até o conflito aberto contra os poderes do Estado capitalista. Todo o movimento proletário e socialista mundial se orienta decisivamente em direção à internacional comunista. (...)”.

GRAMSCI, A. – L’internazionale comunista. 24 de maio de 1919. SP. Op. cit. p. 243.

trabalhadores votavam em representantes próprios, eleitos independentemente de estarem ou não filiados ao sindicato ou partido. Os Conselhos em Turim, em fins de 1919, já contavam com a adesão de 150.000 trabalhadores. O movimento não se limitava a questões salariais, mas articulava-se às questões políticas nacionais e internacionais, como a proclamação da greve geral em solidariedade com a Rússia e a Hungria<sup>16</sup> e à luta contra os governos burgueses.

Este quadro iria sofrer um novo impulso em outubro de 1919. No XVI Congresso do PSI, em Bolonha, a maioria dos delegados aprovaria, com 65% dos votos, a moção de aderir à Internacional Comunista, propugnando a *“instauração de um regime transitório da ditadura de todo o proletariado, opondo aos velhos organismos representativos a criação de Conselhos dos trabalhadores, camponeses e soldados, a criação de sovietes.”*<sup>17</sup>

Segundo Spriano, a partir do Congresso de Bolonha as forças em campo já se definiam com bastante clareza, inclusive no que se referia à política internacional. À direita, se organizava o grupo parlamentar, capitaneado por Turati, que via a posição soviética como um equívoco catastrófico. A “extrema esquerda”, de Bordiga negava a luta eleitoral, reputando-a “inútil e danosa”. Além disso afirmava que os socialistas só elegiam “advogados, professores, jornalistas e profissionais”, uma elite descolada das massas. Organizava-se em torno do jornal // *Soviet* e intitulava-se fração ‘comunista-abstencionista’. Mas o principal ponto de tensão entre esta facção e a de Gramsci, dizia respeito à experiência consiliar: Bordiga entendia que o aprofundamento da luta pela representação direta dos produtores distanciava os operários do Partido,

---

16 - Essa greve de solidariedade às Repúblicas soviéticas de Rússia e Hungria havia sido marcada para 20 e 21 de julho de 1919. Seu motivo era a solidariedade a Rússia e Hungria e um protesto à intervenção armada das potências aliadas, em apoio ao general Kultchak. Entretanto, o apoio revelado internacionalmente (por França e Inglaterra) e pelo PSI foi pífio.

17 - SPRIANO, P. – *Storia del Partito comunista italiano*. op. cit. p. 28.

criando outras instâncias que pulverizavam o poder político e, portanto, deveriam ser evitadas.

*“Os Conselhos operários surgem no momento da insurreição política, mas podem também surgir em um momento histórico no qual o poder da burguesia atravesse uma crise grave (...) o problema revolucionário não consiste na criação dos Conselhos, mas na passagem do poder político às suas mãos (...) nós não defendemos conquistas parciais.”<sup>18</sup>*

O grupo de Gramsci exaltava a vitória dos revolucionários e afirmava que o predomínio da corrente bolchevique representava o fortalecimento da idéia do Partido como órgão de vanguarda e instrumento da luta de classes, coordenador de todas as tendências existentes nas massas operárias em direção ao socialismo e à revolução proletária.

Ao definir o problema da revolução também como um problema de forças em conflito dentro das instituições das classes trabalhadoras, Gramsci estabelecia o terreno da luta. O sucesso da revolução não implicava apenas a vitória das forças revolucionárias contra as forças burguesas, mas a ruptura com a influência exercida por forças presentes entre as classes trabalhadoras que reproduziam e disseminavam a *forma mentis* burguesa. Tratava-se de lutar contra a legalidade burguesa não somente no terreno específico da luta contra os partidos da ordem e contra os patrões, mas, e especialmente, no terreno da institucionalidade das classes subalternas:

*“O problema essencial da revolução é o problema de relações de força entre instituições: mas, antes de ser (um problema) entre instituições proletárias e instituições burguesas, é problema de força entre várias instituições do próprio proletariado.”<sup>19</sup>*

---

18 - LE TESI SU CONSIGLI OPERAI. Il Soviet, nº2, 11 de abril de 1920. Citado por SPRIANO, P. op. cit. p. 42.

19 - GRAMSCI, A. – Le elezioni. 22 de novembro de 1999. P. 57. ON. Edição organizado por P. Spriano.

Para Gramsci era necessário que houvesse uma reviravolta nas relações entre Partido e sindicatos: a soberania sindical, reforçada no Pacto da aliança, representava também o seu predomínio sobre o Partido, a subsunção da luta política à luta econômica. E esta luta estava irremediavelmente marcada pela legalidade burguesa, pela defesa da condição econômica de subalternidade de proletários e camponeses. Ainda que apoiassem formalmente os bolcheviques e a revolução, a prática dos organismos econômicos ocorria dentro do estreito círculo da legalidade burguesa, da concorrência e da reprodução da divisão de poderes do Estado por meio dessa “divisão de tarefas” entre sindicatos e Partido.

*“os líderes sindicalistas (defendem a) democracia burguesa, não a democracia operária; eles buscarão todas as formas de voltar a força parlamentar em favor da ação sindical; antes, de substituir uma pela outra, e prosseguir, assim, de vitória em vitória.”<sup>20</sup>*

Da mesma forma, era necessário inculcar nas direções do Partido que a fonte do poder de um Estado socialista não estava na manutenção das lideranças burocráticas (que “representavam apenas os interesses dos filiados”), mas nas massas *“organizadas de forma idônea para constituir um aparato de poder social, para constituir o aparato do Estado operário e camponês, do Estado dos produtores.”<sup>21</sup>*

Finalmente, Gramsci exortava o Partido a realizar um “trabalho positivo”, de construção de uma nova ordem, de estímulo aos institutos nascidos onde as mediações da democracia burguesa não valiam nada, e os operários apareciam como os protagonistas da luta: a fábrica, com suas comissões internas e sua forma organizativa superior, os Conselhos operários e camponeses que despontavam nesse momento:

*“O Partido deve dar o impulso para que os Conselhos operários e camponeses se tornem carne e osso, e não permaneçam palavras*

---

20 - Idem, Ibid.

21 - Idem, Ibid.

*mortas de uma resolução de congresso. Somente realizando energicamente a constituição dos Conselhos, o Partido conseguirá superar os conflitos que hoje se apresentam como ameaçadores.*<sup>22</sup>

A resposta do PSI, entretanto, foi a afirmação de que o movimento guiado pelas idéias bolcheviques – taxadas de anarquistas e bárbaras<sup>23</sup> – consolidava a posição reformista. A organização dos trabalhadores em Conselhos era rejeitada pela direção do PSI, como demonstra Spriano, citando Turati e a corrente defensora da “via parlamentarista” para o socialismo:

*“Estamos distanciando as próprias classes proletárias da revolução. É claro que, mantendo-as na expectativa messiânica do milagre violento, no qual vocês (bolcheviques) não crêem e para o qual não trabalham a não ser tagarelando, vocês lhes tiram a vontade do trabalho assíduo e penoso de conquista gradual, que é a única revolução.”*<sup>24</sup>

### **4.3 - Organizações econômicas e a experiência consiliar**

Do ponto de vista dos institutos econômicos, a grande massa dos trabalhadores urbanos da grande indústria encontrava-se, a partir da guerra, vinculada a duas grandes centrais: A FIOM e a CGL – *Federazione Italiana Operai Metallurgici e Centrale Generale del Lavoro*.<sup>25</sup> Segundo Spriano,

---

22 - Idem, *Ibid.*

23 - Turati chega a afirmar que à horda soviética se contrapunha a urbe ocidental, referindo-se à diferença entre a experiência (bárbara) da Rússia e o caminho suave do parlamentarismo ocidental-italiano. V. SPRIANO, P. *Storia del PCI*. op. cit. p. 29.

24 - Idem, *Ibid.*

25 - Boa parte dos trabalhadores urbanos e proletários também encontrava-se organizada em Ligas, Câmaras do Trabalho e, sobretudo, nas associações sindicais; as principais, além das citadas, eram: USI, *Unione Sindacale Italiana*, fundada em 1912 pela cisão da CGIL, *Confederazione Generale Italiana dei Lavoro*, dirigida por A. De Ambris e dissolvida em 1919. Sua orientação era anarco-sindicalista. CLI, *Confederazione dei Lavoratori Italiani*, com bases no campo e de sindicalismo católico, a UIL, *Unione Italiana del Lavoro*, nacionalista, congregava algumas Câmaras do Trabalho; o SF, *Sindacato dei Ferrovieri*, independente e FLIM, *Federazione del Mare*, independente.

*“A mentalidade desses sindicalistas, sua formação ideológica, se relaciona fortemente com a dos dirigentes políticos reformistas do Partido e, em geral, com o tipo de quadro sindical da social-democracia clássica da II Internacional, especialmente a alemã”. (...) (Sua concepção de sindicalismo) “é muito rígida, o que torna a organização centralizada e faz da disciplina à autoridade do sindicato e ao seu poder contratual um tipo de fetiche. (...)”<sup>26</sup>.*

Tanto a FIOM quanto a CGL opunham-se ao crescimento do movimento turinês dos Conselhos de fábrica: resistiam em aceitar qualquer tentativa de organizar uma forma de representação dos trabalhadores que retirasse ou desafiasse a tutela do sindicato. Além disso, segundo a visão dos sindicatos, os Conselhos transportavam para o interior da fábrica um tipo de organização que conferia voz aos operários não filiados e/ou não “organizados” em sindicatos e Federação, o que implicava a possibilidade de surgimento de um poder “paralelo”, em uma clara afronta ao Pacto da Aliança.

Para evitar que se repetisse o “descontrole” presenciado pelas lideranças sindicais durante os *fatti d’agosto*, de 1917<sup>27</sup>, em fins de 1918 a CGL lançava a idéia de uma “Constituinte do trabalho”, que previa eleições por categoria profissional e com base nas seções de fábrica, isto é, nas subdivisões existentes nas unidades produtivas que constituíam a base das Comissões Internas. Além disso, estabelecia que apenas os operários “profissionais”, isto é, sindicalizados, participassem da constituinte. Tentava-se, assim, absorver as lideranças operárias para a esfera do sindicato ou, quando isso não fosse possível, simplesmente destituí-las, substituindo-as por quadros sindicalizados e fiéis às diretrizes do sindicato.

*“Esta constituinte – afirmava o Comitê diretivo em 1º de maio de 1919 – deve ser de todas as categorias profissionais (e) preparará e acelerará a passagem política do capitalismo para o socialismo”.* Dois meses depois

---

26 - SPRIANO, P. – *L’occupazione delle fabbriche*, op. cit. p. 19.

27 - Ver nota 5, sobre os *fatti d’agosto*.

das primeiras ocupações de fábrica – reprimidas com intensa violência nos cotonifícios Mazzonis e Canavese, em fevereiro/março de 1919 – e um mês após a greve dos operários metalúrgicos de Turim, que mobilizou, por dez dias, toda a classe operária da cidade, a constituinte foi rejeitada pelas bases.

Se nos detivermos no período que vai dos *fatti di agosto*, em 1917, passando pela greve de abril de 1919, em Turim, e na observação de Paolo Spriano, quando a experiência consiliar começou a revelar-se na sua plenitude<sup>28</sup>, foram os sindicalistas e os setores reformistas do Partido socialista os primeiros a olhá-la com desconfiança, procurando solapar a nova forma de participação e democracia que se instaurava.<sup>29</sup>

Por sua vez, e diante deste quadro de profunda agitação, o Partido se isolava cada vez mais, abrindo mão de sua tarefa de direção política, seguindo à risca as instruções do *Pacto da Aliança*: não interferir nas questões consideradas “econômicas”, que diziam respeito aos setores sindicais.

A forma da FIOM e CGL relacionar-se com as massas – e em especial com os Conselhos – era percebida por Gramsci como uma reprodução do estilo governamental de privilegiar os grupos aliados e trazer

---

28 - E o programa dos comissários de seção, publicado no ON em 8 de novembro de 1919 - e do qual trataremos com mais vagar neste capítulo - é a sua forma máxima assumida naquele momento. V. GRAMSCI, Il programma dei commissari di riparto. *L'ordine Nuovo* (ON). Torino: Giulio Einaudi Editori., 1972, p. 192-199.

29 - Quando o proletariado em Turim aderiu em massa aos Conselhos, em 1920, e as classes trabalhadoras italianas ameaçavam recusar a adesão aos institutos tradicionais, Baldese, da CGL, elaboraria o “contra-ataque”: uma proposta alternativa de organização consiliar por meio da qual os Conselhos deveria se subordinar aos sindicatos. “O projeto Baldese, sobre ‘conselhos de empresa’ é todo inspirado na vontade de suscitar nos lugares de trabalho organismos estritamente dependentes das Federações e Câmaras do trabalho, formados de ‘organizados’ com funções de defesa sindical (em respeito aos acordos) que ampliam aquelas das Comissões Internas (...). A prevenção da confederação sobre novas formas de democracia direta fica provada (além da áspera polémica com o Ordine Nuovo), (pela) desconfiança da CGL com relação às poucas experiências consiliares tentadas pelos trabalhadores italianos em algumas empresas no curso das ásperas lutas.” SPRIANO, P. - *L'occupazione delle fabbriche*. op. cit. p.22-25.

para próximo da burocracia dominante setores das classes subalternas que se revelassem mais permeáveis à legalidade burguesa. Diante da resistência dos operários de Turim, era contra eles que se dirigiam as baterias dos reformistas e sindicalistas, reproduzindo o *modus operandi* tradicional das classes dominantes italianas, que estimulava a renúncia às convicções individuais e a traição das direções com relação às bases e, caso essas lhes fossem negadas, partiam para a desqualificação do movimento que se lhes apresentava como inimigo:

*“o oportunismo burguês resolve, caso a caso, os conflitos de classe ampliando a esfera do privilégio, ampliando a esfera da classe dominante. A classe explorada, a classe dos operários e dos camponeses, organizando-se corporativamente, construiu para si uma hierarquia dirigente: o oportunismo burguês tratou de absorver essa hierarquia adulando os homens, corrompendo-os, ‘honrando-os’, e encarregando-os de um acúmulo de responsabilidades (...). Atraiu as hierarquias proletárias para o âmbito do poder governamental admitindo-as como parte do sistema de forças subterrâneas que realmente dominam o país, para além e contra o parlamento, daquele sistema de forças sobre o qual sempre se baseou a ditadura burguesa: junto com os bancos, a maçonaria, a máfia napolitana, a CGL, os líderes das organizações e cooperativas, sempre trabalharam para derrubar e criar ministérios, troçando da democracia e do sufrágio universal que no parlamento exprimem a soberania popular.”<sup>30</sup>*

A FIOM condicionou o seu “empenho” na luta pelo reconhecimento das comissões ao poder de interferir na forma de eleição dos comissários e representantes eleitos nos locais de trabalho. Para participar nas comissões, os operários deveriam estar inscritos oficialmente no Sindicato/Federação, e a escolha dos delegados deveria ser feita pela própria FIOM, em lista indicativa anterior às eleições. Os representantes dos Conselhos se tornariam, desta forma, delegados da FIOM e, conseqüentemente, obedientes às determinações do Pacto da Aliança. Os

---

30 - GRAMSCI, A. – La disfatta. 18/10/1919, ON, op. cit. p. 283.

Conselhos seriam transformados, de acordo com a FIOM, em Conselhos de operários organizados, isto é, filiados ao sindicato, descaracterizando totalmente a forma de controle operário centrada na participação no trabalho, na condição de produtor. *“Os líderes da CGL não verificam os poderes parlamentares, não perguntam se nas eleições participaram apenas operários e camponeses organizados – como o fazem com relação aos Conselhos de fábrica”*<sup>31</sup> porém cobravam a carteirinha aos operários como condição de seu reconhecimento, além de exigí-la para a participação nos processos eleitorais, como denunciava Gramsci.

Tratava-se, desta forma, de enquadrar os Conselhos, esmagando qualquer forma de poder que não fosse subordinado ao organismo central da burocracia dos sindicatos. A estratégia dos sindicatos consistia em rejeitar, na luta, qualquer instituto que conferisse poder aos proletários de uma forma diferente daquela determinada pela cidadania burguesa e pelas regras do mandato delegatário. Subordinavam os Conselhos ao Partido, apesar da posição subalterna reservada a este na “divisão de trabalho” prevista no Pacto da Aliança. Segundo Dias,

*“A condução burocrática da liderança sindical tenta sufocar as formas consiliares, na medida em que estas põem sua dominação em perigo. Por sua própria formação, essa liderança é incapaz de perceber as novidades que vão ocorrendo nas fábricas, e tenta fazer crer que soviete e sindicato são a mesma coisa, e que este último já é a base sobre a qual se construirá a sociedade comunista.”*<sup>32</sup>

Essa tentativa de disciplinar as forças sociais novas, de colocar sob a batuta centralizadora do sindicato as energias revolucionárias, deveria ocorrer a qualquer custo, significando, também, o sacrifício das autonomias locais. Gramsci observava, com ironia, a forma como a CGL procurava

---

31 - GRAMSCI, A. – Le elezioni. 22 de novembro de 1919. *ON*, op. cit. p. 312.

32 - DIAS, E. – *Democracia operária*. Edição do autor. P. 177.

enquadrar o movimento: reputava como supérflua e inconsistente qualquer tipo de abordagem que implicasse um “desrespeito” à ordem burguesa:

*“A CGL (isto é, seu atual secretário) tem uma concepção de jardineiro inglês sobre o controle operário; a CGL quer um controle operário bem educado, que respeito a liberdade, a ordem e a democracia. A CGL enviou subitamente esta circular: “pela Hungria e pela Rússia devemos fazer o que se pode (!?) e não aquilo que se desejaria. Nos parece que (a proposta) de retirar o chumbo de todos os carros seja mais do que difícil na prática, tanto que traria conseqüências e complicações. A vossa ação deve ser limitada ao possível, a todo o possível, evitando complicações.”<sup>33</sup>*

#### **4.4 - Cidadania burguesa e participação política**

Na democracia burguesa a principal forma de exercício da cidadania é através do voto, quando o eleitor escolhe representantes que se comprometem a realizar um determinado programa.

Esta participação, entretanto, não é apenas uma manifestação de vontade, mas também uma delegação de soberania política. Uma vez depositado o voto, esgota-se o poder político do qual o cidadão estava investido. Para evitar o controle ativo e permanente da população nas discussões sobre questões que interessam às classes produtoras, mas que devem ser decididas pela burguesia, o sistema de exercício do mandato prevê que os representantes, uma vez eleitos, ganhem vida autônoma. Isto é, não precisem mais se reportar aos seus eleitores e, ainda que não honrem os programas defendidos durante o processo de arregimentação de votos, não possam ser destituídos até o término de seus mandatos. É o que

---

33 - Gramsci referia-se a Buozzi, secretário da CGL. A afirmação faz referência, ainda, à ausência de participação da CGL, FIOM e PSI na greve de solidariedade à Rússia e Hungria.

Lúcio Magri define como “irresponsabilidade justificada” do regime político democrático-burguês:

*“No modelo teórico do regime parlamentarista, onde não se admite que os órgãos executivos – começando pelo governo – sejam diretamente responsáveis pelos seus atos perante os eleitores, esta irresponsabilidade é justificada. Os órgãos executivos são responsáveis somente com relação aos órgãos chamados representativos que os elegeram, porém cuja função se reduz, normalmente, à de sancionar as decisões que foram tomadas em outras esferas e que são, portanto, subtraídas de toda a possibilidade de controle por parte dos eleitores. Pode-se objetar que, em alguns casos, os órgãos representativos conseguem pelo menos modificar algumas das decisões tomadas por órgãos executivos; porém isto acontece somente quando os órgãos executivos estão divididos internamente, e este é um sintoma de sua crise, que por outro lado amadurece ou é reabsorvida em outras esferas fora dos órgãos representativos. Apenas o executivo se reinstala sobre bases homogêneas (e) os órgãos representativos estão outra vez relegados à sua função de inscrição cartorial das decisões do executivo e das vontades que (...) inspiram essas decisões.”<sup>34</sup>*

Esta estrutura de poderes dificulta a atividade fiscalizadora exercida diretamente pelas bases. Os programas e princípios a que se comprometem os signatários dos mandatos não podem constituir em critérios de avaliação claros e definidos da atividade pública porque o exercício da cidadania e da vontade popular se encerra no momento preciso em que se exerce ativamente: no ato do voto.

Segundo Gramsci, essa forma de exercício da soberania facilitava o afastamento das direções em relação às bases. Para exercer plenamente suas funções, as lideranças reduziam o contato direto com os companheiros da fábrica e do campo, distanciando-se física e intelectualmente das bases, do cotidiano da luta e da produção. O afastamento entre direção e bases era “legitimado” pela Constituição Italiana. Esta considerava ilegal aos

deputados qualquer outra forma de exercício do mandato político que não o delegatário. Assim, uma organização política que propusesse um relacionamento de democracia e controle direto com as bases (o que Gramsci denominava de “mandato imperativo”), seria considerada ilegal e não reconhecida pelo ordenamento vigente:

*“No Estado burguês as funções de comando supremo (o governo) estão nas mãos dos capitalistas unidos aos proprietários por interesses financeiros; os postos subalternos, a função dos deputados nacionais, estão nas mãos da pequena burguesia, que se deixa dominar econômica e moralmente pelos capitalistas; a massa do povo trabalhador é manobrada politicamente para satisfazer os interesses materiais dos proprietários e as ambições ideológicas dos pequenos burgueses. Para manter intacta essa hierarquia de classes, a Constituição considera ilegal o mandato imperativo aos deputados: a burguesia conta com a força do ambiente e a sugestão da possibilidade de satisfazer as ambições pessoais para corromper os deputados, escolhendo-os no seu seio quando, portanto, esses não estão vinculados a um mandato imperativo.”<sup>35</sup>”*

Desta forma, o Estado burguês italiano impunha o afastamento entre bases e direção estabelecendo a forma delegatária do mandato democrático. Como resultado desse círculo perverso, as classes trabalhadoras tendiam a fazer sua oposição às classes dominantes sempre no plano da concorrência e de forma defensiva. A conquista ideológica dos corações e mentes das classes trabalhadoras, realizava-se, assim, no plano de suas próprias instituições, como disciplina de participação política delegatária e irresponsável, na qual o conteúdo se submetia à forma do exercício da vontade e à habilidade dos grupos de se fazer maioria.

*“(A cidadania) pode ser fundamentalmente pensada na sua relação com a forma social da disciplina. Ela é o conteúdo dessa forma. Vejamos as diferenças básicas: a disciplina burguesa quer a*

---

34 - MAGRI, L. - Parlamento e conselhos operários. *Cuadernos de Passado y Presente*, nº33. Mexico: Siglo XXI editores. 1977, p.12.

35 - GRAMSCI, A. – Domenica rossa, 5 de setembro de 1920. *ON*, op. cit. p. 166. Grifo nosso.

*indiferença da maioria, quer a obediência sem adesão, enquanto a disciplina socialista necessita, e só pode viver, pela adesão, pela participação ativa. São, portanto, esses dois elementos: a quantidade abstrata e a individualidade genérica que caracterizam a disciplina burguesa. Quantidade abstrata, isto é, o uso do número como elemento de pressão, como se bastasse isso para que as vontades se fizessem ação. Individualidade genérica porque, apagando as diferenças classistas, reduzimos operários, camponeses e burgueses a homens, a indivíduos. E uma vez pensados como indivíduos, basta somá-los. Quantidade abstrata e individualidade genérica são, pois, as duas faces do mesmo mecanismo de ocultamento das vontades reais, concretas. E assim dissolvem-se também os vínculos de participação real, de concreção das vontades na história real.*<sup>36</sup>

Por sua vez, as organizações sindicais, o partido político e as associações das classes trabalhadoras, ao não criticarem ativamente a ideologia contida na forma organizativa burguesa do indivíduo-cidadão acabavam abdicando da construção de uma disciplina e cidadania próprias. Com isso, realizavam um trabalho “educativo”, porém em sentido anti-classe, anti-revolucionário. Estimuladas pelas suas organizações, as classes trabalhadoras aprendiam a aceitar e a participar da disciplina democrático-burguesa e a assumiam, passivamente, como naturalidade. Além disso, a concentração da atividade das instituições representativas dos trabalhadores em questões voltadas à manutenção do *status quo* da classe ou seus grupos, fazia com que o problema das formas de participação classista fosse considerado secundário, não merecedor da atenção dos sindicatos e partidos políticos.

Por intermédio desse sistema imposto na prática política cotidiana, os representantes das massas tendiam a ganhar autonomia. Com isso abria-se um terreno fértil para que as próprias instâncias representativas das organizações das classes trabalhadoras reproduzissem ativamente a legalidade formal estatal-burguesa, criando, para isso, formas próprias de

---

36 - DIAS, Edmundo – op. cit. v. 1. p.101-102.

funcionamento de hierarquias decisórias específicas e restritas, cujo funcionamento, na maioria das vezes, dificultava a adoção de formas participativas que ultrapassassem os limites da democracia burguesa.

*“as instituições tradicionais do operariado, vivendo no quadro mais geral da legalidade definida pelo Estado burguês, sendo organizações defensivas, tendo que respeitar essa legalidade, acabaram por assimilá-la e reproduzi-la no interior da classe operária.”<sup>37</sup>*

Limitando-se a concorrer pelo governo, os partidos políticos acabavam incorporando o caráter restritivo da democracia parlamentar: o exercício da vontade dos trabalhadores, após esgotar-se no voto, era circunscrito no máximo a manifestações espontâneas que, como observa Suppa, quando assumiam caráter violento ou ameaçador, tendiam a ser estratégica e rapidamente absorvidas na esfera da legalidade burguesa ou violentamente reprimidas.

Desta forma, criava-se, no interior da classe, uma “especialização de tarefas e funções”: as questões salariais eram resolvidas na mesa de negociações entre patrões e empregados, e as questões políticas por meio do partido político e da aliança com partidos da ordem. Como resultado deste círculo perverso, essas classes, mediante seus institutos, ao fazerem sua oposição à classe burguesa sempre no plano da livre concorrência, de forma defensiva e negativa, não afirmavam a sua identidade de classe. Abriam mão de colocar em questão a construção de uma sociedade sem o dualismo das classes, sem a presença dos seus antagonistas. Ao não se distinguirem – e não serem estimuladas pelas direções a perceber que a atividade produtiva, na fábrica, era o fundamento de sua posição social, o que lhes conferia identidade – as classes trabalhadoras iam se concebendo como dualidade fragmentada: classe econômica e classe política, sindicato e partido, trabalhador e cidadão.

## 4.5 - Burocracia sindical

A hierarquia sindical especializava-se no jogo da concorrência e nas regras de fixação do preço da força de trabalho e, para isso, concentrava a direção no que Gramsci denominava “escritório central”<sup>38</sup>. A estrutura organizativa do sindicato assumia *“a forma (de) um escritório de funcionários da organização, (especialistas ou não) na arte de concentrar e guiar as forças operárias, de forma a estabelecer com a potência do capital um equilíbrio vantajoso à classe operária”*<sup>39</sup>.

Esta estrutura favorecia o surgimento, dentro das organizações econômicas, de grupos de técnicos, especialistas na negociação com os patrões. Apesar das funções de intermediação, estes não precisavam manter laços diretos com as bases e com o mundo da produção para serem eleitos e, assim, acentuavam o processo de burocratização, não importando a qualificação ou o *status* de produtor. Bastava à burocracia, aos tecnocratas do sindicato, conhecer muito bem os meandros do mundo da legalidade burguesa, do trabalho de negociação, dos contatos pessoais e dos precedentes e leis de regulamentação do contrato de trabalho. O sindicato se inseria no mundo da legalidade industrial valendo-se do desenvolvimento de uma esfera organizativa burocrática e contratual própria, cujas lideranças não eram constituídas por operários ou produtores, e sim por “funcionários sindicais”.

A burocracia sindical, de carreira, tendia a assenhorear-se estrategicamente dos postos de controle das verdadeiras “agências” de acordos em que se transformavam os sindicatos. Por meio da forma como

---

37 - Idem, p.60.

38 - GRAMSCI, A. - Sindacati e consigli, 11 de outubro de 1919. *ON*, op. cit. p. 36-7.

39 - Idem, *ibid.*

os líderes eram escolhidos abria-se espaço para que permanecessem indefinidamente na direção.

*“A escolha dos líderes sindicais nunca ocorre por critérios de competência industrial, mas de competência meramente jurídica, burocrática ou demagógica. E quanto mais as organizações foram se complexificando, quanto mais freqüentemente foi a sua intervenção na luta de classes, mais difusa e profunda a sua ação, se torna mais necessário reduzir o escritório dirigente a um escritório puramente administrativo e contábil, tanto mais a capacidade técnica industrial torna-se um só valor onde tem que prevalecer a capacidade burocrática e comercial. Vai-se, assim, constituindo uma verdadeira e genuína casta de funcionários e jornalistas sindicais, com uma psicologia de corpo absolutamente em contraste com a psicologia dos operários, a qual acabou por assumir no confronto com a massa operária a mesma posição da burocracia governante em confronto com o Estado parlamentar: é a burocracia que reina e governa.”<sup>40</sup>*

E conclui:

*“Na realidade italiana, o funcionário sindical concebe a legalidade industrial como uma perpetuidade. Ele, na maioria das vezes, a defende de um ponto de vista que é o mesmo ponto de vista do proprietário. Ele vê somente o caos e o arbítrio em tudo o que acontece na massa operária: ele não universaliza o ato de rebelião do operário à disciplina capitalista como rebelião, mas como materialização do ato que pode ser em si e por si trivial.”<sup>41</sup>*

---

40 - GRAMSCI, A. - I sindacati e la dittatura. 25 de outubro de 1919. ON. p.259.

41 - Idem, ibid.

## CAPÍTULO 5

### TAYLORISMO, DISCIPLINA OPERÁRIA E REAÇÃO PATRONAL

#### 5.1 – Os Conselhos operários

A discordância de Gramsci com a linha adotada pelo partido e com o espaço ocupado pelas organizações sindicais na condução da luta política, o levaram – e ao seu grupo – a romper com o Partido Socialista e a fundar um outro órgão de imprensa, o L'Ordine Nuovo. Vejamos aqui, de forma breve, sob quais condições se deu essa ruptura.

Assim que a guerra terminou, e revogada a legislação de exceção<sup>1</sup>, Gramsci publicava no Avanti! O artigo *Il dovere di essere forti*. Ali, ele fazia um balanço da situação do significado da guerra e as alterações produzidas por ela no confronto entre as classes fundamentais:

*“(até a guerra), existia na Itália um ambiente de rebelião instintiva, em razão das condições atrasadas do Estado despótico opressor das iniciativas individuais, em razão do peso da vida econômica que obrigava os indivíduos a emigrar para sustentar-se; não existia o ambiente da luta de classe, definido e consciente, entre capitalismo e proletariado. O Partido socialista teve momentos de enorme prestígio político sobre as massas mas não conseguiu (e nem o*

---

1 - Em especial o “Decreto Sacchi”, referido por Gramsci como o *decretone* em alguns artigos. Este decreto, de 4 de outubro de 1917, que levava o nome do seu autor, fora promulgado para proibir quaisquer atividades que fossem consideradas pela censura como “derrotistas”, ou seja, frontalmente contra as posições assumidas pela Itália em política externa ou interna. Com base neste decreto, foram presos o secretário e o vice-secretário do PSI, respectivamente, Costantino Lazzari e Nicola Bombacci. Na prática, o decreto Sacchi era a principal arma jurídica para justificar prisões arbitrárias de operários e lideranças, e o fechamento de órgãos de imprensa e núcleos das esquerdas italianas.

*poderia) suscitar organismos que as reunissem permanentemente; as rebeliões das multidões eram fenômenos de individualismo, mais do que de classe proletária, eram voltadas contra o Estado que sugava a nação com os impostos excessivos, e não contra o Estado, reconhecido como expressão jurídica da classe proprietária que impõe o seu privilégio com a violência.*<sup>2</sup>

A guerra, entretanto, alterara esta situação. Ela desempenhou papel histórico fundamental para a criação de um ambiente ideológico de reunião das classes trabalhadoras em torno de uma vontade de unidade e colegamento, em oposição ao Estado burguês.

*“Quatro anos de guerra mudaram o ambiente econômico e espiritual. (Um número colossal) de operários foram improvisados, e a violência natural das relações entre assalariados e empreendedores apareceu de maneira vistosa e reconhecível, até mesmo para as mentes mais crepusculares. (...) Esta violência foi instrumento do Estado burguês, em todos os seus poderes e suas ordens: do governo, que tem sua continuidade nos comitês de mobilização, na polícia, (...) na ordem judiciária que se presta às violações constitucionais promovidas por ministros democráticos, no parlamento eletivo que (...) permite que se anulem as liberdades mais elementares.”*<sup>3</sup>

A partir da guerra, os trabalhadores, reunidos por força da necessidade de prover a indústria, viram sua unidade se fortalecer nos lugares onde o Estado havia substituído a ordem civil pela ordem militar, nas trincheiras e nas fábricas.

*“A guerra inverteu a situação estratégica da luta de classe. Os capitalistas perderam a preeminência; a sua liberdade foi limitada; seu poder foi anulado. A concentração capitalista atingiu o máximo desenvolvimento possível, realizando o monopólio mundial da produção e das trocas. A correspondente concentração de massas*

---

2 - GRAMSCI, A. – Il dovere di essere forti, 25 de novembro de 1918. SPRIANO, P. (org.). *Scritti Politici* (SP). Roma: Riuniti. 1978, p. 222

3 - Idem, ibid.

*humanas trabalhadoras conferiu uma potência inaudita à classe proletária revolucionária.*<sup>4</sup>

Foram estas condições suscitadas no período bélico que propiciaram a organização de uma nova consciência de classe.

*“Surge uma consciência nova, de classe; e não somente na fábrica, mas também na trincheira, que oferece tantas condições de vida semelhantes àsquelas da oficina.”*<sup>5</sup>

Os anos de sofrimento e repressão haviam preparado ideologicamente as massas trabalhadoras, estimulado a criação de novos laços de solidariedade que atingiram estratos da população até então vinculados à mentalidade feudal. O Partido político deveria encontrar, aí, terreno fértil para sua ação de estimular as classes trabalhadoras a se organizar como Estado. Os socialistas, entretanto, renunciaram a essa tarefa, e o PSI pouco se diferenciava das organizações de caráter econômico das classes trabalhadoras, que agiam no campo da livre concorrência. As instituições tradicionais das classes trabalhadoras haviam se tornado *“instituições do Estado capitalistas, organizadas com a finalidade da livre concorrência.”*<sup>6</sup> Não estavam preparadas ou dispostas a criar um novo tipo de Estado, mas apenas interessadas em “conquistá-lo”, assumindo cadeiras no Parlamento, ocupando cargos administrativos no governo, sem questionar o caráter do Estado burguês e sua estrutura, voltada para assegurar o domínio das classes proprietárias.

*“como disciplinar (as imensas forças sociais que a guerra suscitou)? Como discipliná-las e conferir-lhes uma forma política que contenha em si a virtude de desenvolver-se normalmente, de integrar-se continuamente, até tornar-se a estrutura do Estado socialista, no*

---

4 - GRAMSCI, A. – La conquista dello Stato. 12 de julho de 1919. *L’Ordine Nuovo* (ON). 5ª edição. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1972. p. 17.

5 - GRAMSCI, A. – Il dovere di essere forti. 25 de novembro de 1918. SPRIANO, P. (org.) SP, op. cit. p. 222.

6 - Idem, *ibid.*

*qual se encarnará a ditadura do proletariado? Como unir o presente e o devir, satisfazendo as necessidades urgentes do presente, trabalhando de maneira útil para criar e 'antecipar' o devir?"*<sup>7</sup>

A pergunta de Gramsci trazia consigo a constatação da incapacidade do partido e do sindicato de fornecer respostas a estas questões colocadas pelo desenrolar dos acontecimentos. A iniciativa de “reunir entre si os institutos surgidos no interior das classes trabalhadoras”, “coordená-los e subordiná-los” em uma hierarquia de competências e poderes, “centralizando-os fortemente”, sempre “respeitando as necessárias autonomias e articulações” havia sido comprometida pelas burocracias e as hierarquias do movimento socialista. Partido e sindicato exigiam que as autonomias e necessidades particulares de cada instituto, de cada comissão interna, dos grupos operários de cada fábrica, fossem totalmente submetidas à burocracia da organização econômica, em respeito às leis estabelecidas previamente, como havia sido enunciado no Pacto da Aliança e reconfirmado naquele mesmo ano:

*“O movimento operário hoje é dirigido pelo Partido socialista e pela Confederação do Trabalho; mas o exercício do poder social do Partido e da Confederação se realiza indiretamente, para a grande massa trabalhadora, por força do prestígio e entusiasmo, por pressão autoritária, muitas vezes por inércia. (...) O Partido socialista e os sindicatos profissionais não podem absorver toda a classe trabalhadora, a não ser através de um trabalho de anos e dezenas de anos.”*<sup>8</sup>

A constatação de Gramsci – de que a guerra havia suscitado forças novas, organizadas com base na solidariedade das trincheiras e das fábricas militarizadas – denunciava uma necessidade urgente, à qual o movimento político e sindical não poderiam estar distantes: a de orientar as classes subalternas em direção a formas cada vez mais complexas de

---

7 - GRAMSCI, A. – Democracia operária. 21 de junho de 1919. ON. op. cit. p. 10.

8 - Idem, ibid.

organização, tendo em mente a idéia de que apenas estimulando a criação de organismos estatais seria possível realizar uma passagem do capitalismo para o socialismo. Tratava-se, assim, de elaborar políticas com a finalidade de direcionar suas práticas e institutos já existentes para que assumissem forma estatal, com uma hierarquia própria de poderes e instâncias decisórias. No que dizia respeito às populações ainda apartadas da legalidade burguesa, que haviam sido atingidas de forma difusa pela guerra, incutir-lhes na mente a função e o papel representado pelo Estado. Estas eram tarefas fundamentais para o sucesso da nova ordem, tal como acontecera na Rússia.

O Partido, entretanto, não agia como o responsável por articular as classes nacionalmente, mas distanciava-se da sua realidade. Ignorava o papel da guerra na transformação das mentalidades populares e na criação de formas novas de desdobramento da luta de classes. Continuava a separar o trabalho político do econômico, a “teoria” da “prática”, a pensar as classes trabalhadoras a partir de sua condição de subalternidade anterior à guerra – quando, ao contrário, elas já haviam entrado material e ideologicamente, pelos anos de sofrimento, privação e disciplina impostos pela guerra, no mundo da luta de classes. Além disso, recusava-se a reconhecer os novos institutos surgidos no interior das classes trabalhadoras, como era o caso das comissões internas e dos Conselhos. Negava-lhes a legitimidade para produzir uma proposta de legalidade e a efetivação de um conceito de Estado, do qual o Partido deveria ter sido o principal artífice, mas sua inépcia o havia impedido participar. Pior: desqualificava o caráter político das comissões internas e dos Conselhos, e os encarava como mais uma, entre tantas organizações surgidas para a defesa econômica e corporativa dos trabalhadores industriais.

Agindo desta maneira, o Partido continuava a pensar a realidade como dualidade mecânica, não como dialética, ao mesmo tempo que abria

mão de unir-se ao proletariado através dos institutos recém-formados, na elaboração de um projeto de Estado e organização das classes trabalhadoras em direção ao socialismo.

O difícil desenvolvimento desta proposta no interior do partido, fez com que Gramsci, Tasca<sup>9</sup>, Togliatti e Terracini fundassem em abril de 1919 o *L'Ordine Nuovo*, “resenha semanal de cultura socialista”. Tratava-se de criar um órgão que assumisse as tarefas do partido político naquilo que o PS havia se omitido: organizar as classes trabalhadoras recém-despertadas para a luta de classes, pensar a revolução na Itália a partir do seu ponto de vista e do seu território, a fábrica, sem perder de vista a acentuação da conflitualidade entre as classes fundamentais. Com relação ao operariado urbano, já organizado nos Conselhos, libertá-los das limitações impostas pela legalidade burguesa – fossem estas decorrentes da ação repressiva das burguesias nacionais ou dos obstáculos constituídos pelos acordos entre sindicatos e Partido socialista.

Assim, entre as primeiras tarefas do grupo do ON estava a de valorizar as Comissões Internas, trazendo-as à cena política, porém desvinculando-as da influência e da subordinação às diretivas da CGL e do PSI, especialmente as decorrentes do Pacto da Aliança. Através do trabalho de persuasão e discussão, objetivava-se “libertar as comissões internas” das limitações impostas pelos institutos tradicionais da classe e espalhar este modelo de organização entre as classes trabalhadoras. Em outras palavras, retirar o seu controle dos sindicatos, estimulando que os operários procedessem “*as eleições de vastas assembléias de delegados, escolhidos entre os melhores e mais conscientes companheiros, sob a palavra de*

---

9 - Angelo Tasca, entre os fundadores do ON, era aquele que mais simpatizava com a idéia de que a “socialização” poderia ser feita através dos sindicatos. Isto fazia com que suas posições fossem, eventualmente, favoráveis à subordinação dos Conselhos ao Sindicato.

*ordem: 'todo o poder da fábrica aos comitês de fábrica', coordenada com outra: 'todo o poder do Estado aos conselhos operários e camponeses'*<sup>10</sup>.

## **5.2 - Os sistemas de produção e a organização operária**

Ao escrever sobre o processo de desagregação das relações de produção feudais em direção às capitalistas, Gramsci já havia chamado a atenção para o fato de que as formas como a produção se organizava eram determinantes da consciência operária. Destacava que a fase de desenvolvimento das forças produtivas, em que os trabalhadores se encontravam concentrados nas fábricas e submetidos à disciplina imposta pelas máquinas e pelas "técnicas", fora determinante para a aproximação cerebral e física dos operários, estreitou seus laços de solidariedade e levou ao desenvolvimento de uma unidade entre a psicologia operária e sua organização<sup>11</sup>.

É importante mencionar que a análise de Gramsci sobre as transformações trazidas pelo maquinário não pode ser pensada de forma desvinculada da questão da mudança na consciência dos operários. O sistema de fábrica foi fundamental na tarefa de aproximar os trabalhadores entre si, eliminando as suas diferenças provenientes do conhecimento, do orgulho profissional, do saber que era necessário transmitir de forma limitada, secreta. Se a simplificação das tarefas possibilitada pelo sistema

---

10 - GRAMSCI, A. – Democracia operária. 21 de junho de 1919. ON. op. cit. p. 12.

11 - O autor observava como o precário desenvolvimento do sistema de fábrica fora determinante, para o atraso da massa de trabalhadores russos em relação aos seus companheiros do ocidente. "A Rússia em guerra era verdadeiramente o país da utopia: com homens da invasão bárbara o Estado acreditou poder fazer uma guerra de técnica, de organização, de resistência espiritual, somente realizável por uma humanidade reunida cerebral e fisicamente pela fábrica e pela máquina GRAMSCI, A. – Utopia. 25 de julho de 1918. Scritti Giovanili – 1914-1018. 4ª Edição. Torino, Giulio Einaudi Editore. 1975, p.283-4.

de fábrica havia banalizado o processo de produção e a função de cada operário, também havia tornado os processos de produção assimiláveis e inteligíveis pela sua redução a tarefas simples, acessíveis a uma classe de trabalhadores crescentemente incorporada aos sistemas de produção. O desenvolvimento de novos meios mecânicos tornou a fábrica menos misteriosa para os operários, especialmente os recém incorporados à produção, e os aproximou de seus companheiros no desempenho de suas funções.

Pelas suas proporções, o aparelho técnico colossal que havia se tornado a produção assemelhou-se cada vez mais a uma cidade. Na fábrica surgiram novas tarefas, não relacionadas diretamente com a produção manual, mas sim com o seu controle. O capitalista se afastava da produção, dedicando-se cada vez mais às atividades financeiras. No seu lugar de comando da fábrica, surgiu uma rede de hierarquias burocrático-administrativas, que coordenavam a produção a partir de um poder central que se derramava em uma série de pequenos poderes locais, exercidos por capatazes, técnicos, contramestres etc.

O sistema de fábrica exigiu certas formas disciplinares que foram determinantes para que os operários entendessem as relações de produção muito mais do que sinônimo de assalariamento, mas como uma imensa organização voltada para a imposição de uma disciplina de submissão intelectual ao patrão e subsunção dos trabalhadores fabris ao mercado, ao lucro capitalista. Dentro desta organização nacional destacou-se o operariado, a única classe verdadeiramente revolucionária.

*“Entre os oprimidos pela propriedade privada, (...) somente a classe operária pode, a partir do seu modo de trabalho, da fábrica,*

*organizar uma sociedade nova, capaz de vida e de desenvolvimento*<sup>12</sup>.

Quanto mais estas condições se aplicaram de forma constante e generalizada em determinados ramos da produção, mais homogênea se tornou a classe trabalhadora. Esta homogeneidade não era somente de condição individual, mas de pensamento: estava se organizando uma consciência coletiva, ainda que, no início, esta estivesse circunscrita a centros onde os meios mecânicos eram empregados de forma mais sistemática e a divisão do trabalho e o parcelamento de tarefas atingiam a maior parte dos ofícios tradicionais.

Na Itália, Turim revelou-se a cidade onde estas condições se desenvolveram com uma intensidade sem precedentes, e o proletariado se homogeneizou de tal forma que atingiu um nível inédito de compreensão das relações capitalistas a que estava submetido.

*"o desenvolvimento capitalista, destruindo a pequena indústria e o artesanato da nação italiana, fez afluir a Turim uma massa proletária compacta, que deu à cidade o seu aspecto atual, talvez um dos mais originais de toda a Europa. A cidade assume e mantém uma configuração centralizada e organizada naturalmente ao redor de uma indústria, que 'governa' todo o movimento urbano e regula as saídas: Turim é a cidade do automóvel"*<sup>13</sup>

Imediatamente após o fim da guerra, entretanto, e segundo a forma como o processo de produção se organizava especificamente no ramo automobilístico, a unidade do processo não era ditada ainda de forma exclusivamente externa à produção, pela gerência, mas em grande medida pelas próprias equipes de trabalho. Os sistemas de produção se dividiam entre os ofícios que dependiam de trabalhadores qualificados e ofícios com grande incorporação de trabalhadores de extração camponesa e/ou

---

12 - GRAMSCI, A. – Operai e contadini. 20 de fevereiro de 1920. ON. op. cit. p. 90

inexperientes com relação à disciplina da fábrica, como era o caso das mulheres, jovens, ex-combatentes e camponeses migrantes. Essa era uma questão fundamental, porque eram as equipes, constituídas pelos próprios trabalhadores e supervisionadas por um operário mais antigo, um “mestre”, que se auto-coordenavam.

Essa diversidade na formação das classes trabalhadoras fazia com que os setores mais organizados se tornassem hegemônicos – como, por exemplo, os dos operários com qualificações superiores e mais sofisticadas em relação aos recém-incorporados. O controle operário estava, assim, predominantemente, nas mãos dos próprios trabalhadores, ainda que as tarefas estivessem parcelizadas e a introdução de máquinas estivesse progressivamente eliminando a necessidade de um grande número de operários com conhecimento e habilidade de exercerem várias funções<sup>14</sup>.

A experiência deste trabalho integrado e coordenado, desenvolvido pela articulação das equipes de trabalho juntamente com a capacidade dos trabalhadores em operar e controlarem o maquinário, os levou a adquirir a consciência de que era pela articulação de cada um em equipes de trabalho, e destas em um sistema coordenado de funções e tarefas que a produção tornava-se rica, fonte de sociabilidade, e não apenas repetição mecânica do gesto.

Essa noção da fábrica como uma unidade, em que o trabalho individual se dissolvia na articulação de unidades cada vez mais amplias,

---

13 - GRAMSCI, A. – Il programma dell'Ordine Nuovo (II), 28 de agosto de 1920. *ON*. op. cit. p.151.

14 - Este controle operário é um dos motivos, entre outros, porque se tornava tão importante para os patrões criarem nas fábricas milícias privadas, de caráter policial, como, veremos, faria Agnelli na Fiat: o controle interno dos processos de trabalho – e das equipes – só se viabilizaria com o taylorismo. Até sua implantação total, entretanto, os sistemas de trabalho ainda eram difíceis de serem controlados e geridos de forma coordenada e centralizada. Nesta época, e até 1930, se os operários não concebiam ou projetavam mais as ferramentas e as máquinas, ainda mantinham controle sobre as etapas em que a produção deveria necessariamente se dividir.

criou entre os trabalhadores a consciência de seu papel de produtores, de protagonistas coletivos da produção. Porém a mera proximidade proporcionada pela simplificação das tarefas não era suficiente para garantir o “salto” na consciência dos trabalhadores: estes deveriam tornar essa solidariedade, esse conhecimento que adquiriram do colossal aparelho técnico que é a fábrica, em uma energia ativa na história, que produzisse uma classe disposta a assumir o controle sobre a gestão social. Para tanto, era fundamental que as modificações técnicas estivessem submetidas e fossem cuidadosamente estudadas pelos Conselhos operários – caso contrário, dificilmente seria possível fazer frente à iniciativa de opor os trabalhadores entre si em virtude de suas desigualdades técnicas e profissionais, como o taylorismo se revelaria hábil em fazer.

*"O operário pode conceber a si mesmo como produtor, apenas se (ele) se concebe como parte indissociável de todo o sistema de trabalho, que se sintetiza no objeto fabricado; apenas se vive a unidade do processo industrial que pede a colaboração do trabalhador manual, do qualificado, do funcionário administrativo, do engenheiro, do diretor técnico. O operário pode conceber a si mesmo como produtor se, depois de ter-se inserido psicologicamente no processo produtivo particular de uma fábrica, por exemplo, em Turim, de uma fábrica automobilística, e depois de ter-se pensado como um momento necessário e insuprimível da atividade de um complexo social que produz o automóvel, supera essa fase e vê toda a atividade turinesa da indústria produtora de automóveis. Concebe, então, Turim como uma unidade de produção que é caracterizada pelo automóvel, e concebe uma grande parte da atividade geral do trabalho turinês como existindo e se desenvolvendo apenas porque existe e se desenvolve a indústria do automóvel. Concebe, então, os trabalhadores destas múltiplas atividades gerais também como produtores da indústria do automóvel, porque criaturas das condições necessárias e suficientes para a existência desta indústria. O operário, movendo-se a partir desta célula, a fábrica, vista como unidade, como ato criador de um determinado produto, eleva-se à compreensão de unidades sempre mais vastas, até a nação, que é, no seu conjunto, um gigantesco aparelho de produção (...). Agora, o operário é produtor porque adquiriu consciência de sua função no processo produtivo, em todos*

*os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo; agora ele percebe a classe e torna-se comunista, porque a propriedade privada não é função da produtividade, e torna-se revolucionário porque concebe o capitalista, proprietário privado, como um ponto morto, como um obstáculo, que ele precisa eliminar. Agora ele concebe o 'Estado', concebe uma organização complexa da sociedade, uma forma concreta da sociedade, que reflete a vida da fábrica, com todas as relações e as funções, novas e superiores, exigidas pela sua imensa grandeza e que representa o complexo, harmonizado e hierarquizado, das condições para que a sua indústria, a sua fábrica, a sua personalidade de produtor viva e se desenvolva”<sup>15</sup>*

A divisão do trabalho, a impessoalidade da produção, a mecanicidade e rotinização das tarefas e, ao mesmo tempo, a necessidade de integração e articulação de cada parte da produção ao ritmo global, assemelhou as rotinas individuais e nivelou as funções dos trabalhadores entre si. A parcelização de tarefas, a divisão da fábrica em grandes seções reunidas pela finalidade da produção, permitiu que os trabalhadores assimilassem a fábrica a um grande aparelho técnico, com suas leis, suas ordens, sua disciplina, como um verdadeiro Estado, assim como os fez ver que a produção só se tornava possível a partir e pelo seu trabalho:

*“quanto mais o proletário se especializa em um gesto profissional, tanto mais sente a indispensabilidade dos companheiros, mais sente que é a célula de um corpo organizado, de um corpo intimamente unificado e coeso; mais sente a necessidade da ordem, do método, da precisão (...).”<sup>16</sup>*

Os processos de produção implementados a partir da guerra levaram as classes trabalhadoras de Turim a se pensar como unidade, rompendo com a mentalidade camponesa. A partir da reflexão sobre a fábrica, o operário passou a ver a equivalência da sociedade com as formas de dominação a que estava submetido no sistema fabril. Tornou-se qualificado para agir também contra o Estado burguês, para lutar pela superação das

---

15 - GRAMSCI, A. – Sindacalismo e Consigli, 8-de novembro de 1919. ON. op. cit. p. 46.

relações não só econômicas, mas jurídico-políticas que permeavam toda a sociedade italiana.

*“A classe operária se identificou com a fábrica, com a produção: o proletariado não pode viver sem trabalhar e sem trabalhar metódica e ordenadamente. A divisão do trabalho criou a unidade psicológica da classe proletária, criou no mundo proletário aquele corpo de sentimentos, de instintos, de pensamento, de hábitos, de afetos que se resumem na expressão: solidariedade de classe. Na fábrica, cada operário foi conduzido a conceber a si mesmo como inseparável dos seus companheiros de trabalho: poderia a matéria sem forma, amontoada (nas páginas) das revistas circular no mundo como objeto útil à vida dos homens em sociedade, se apenas um anel faltasse no sistema de trabalho, na produção industrial?”<sup>17</sup>*

Através destas transformações ocorridas no ambiente fabril, no cotidiano de sua ação, foram relativizadas as diferenças decorrentes do grau de conhecimento técnico ou tradição entre os operários, e que sempre haviam significado motivos de divisão entre as classes trabalhadoras. Esta planificação das funções e níveis hierárquicos criou, segundo Gramsci, uma nova forma de consciência do operário: a consciência de ser produtor.

*“A classe trabalhadora se desenvolveu em direção a um tipo de humanidade historicamente novo: o operário de fábrica, o proletário que perdeu todo resíduo psicológico das suas origens camponesas ou artesãs, o proletário que vive a vida da fábrica, a vida da produção intensa e metódica, desordenada e caótica, nas relações sociais externas à fábrica, nas relações políticas de distribuição da riqueza, mas, no interior da fábrica, ordenada, precisa, disciplinada, segundo o ritmo das grandes máquinas, segundo o ritmo de uma refinada e exata divisão do trabalho, a maior máquina da produção industrial”<sup>18</sup>.*

Esta consciência de produtor é diferente da consciência de ser assalariado. O salário se constituía e se constitui, fundamentalmente, em um instrumento de dominação do patrão sobre o empregado, e a variação

---

16 - GRAMSCI, A. – L'operaio di fabbrica. 21 de fevereiro de 1920. ON. op. cit. p. 325.

17 - Idem, ibid.

de salários entre mesmas funções, assim como o oferecimento de cargos “gerenciais” ou de controle a trabalhadores “de confiança” se fundam sobre razões disciplinares, mais do que propriamente técnicas. Porém a condição de produtor, assim como a solidariedade que ela cria, é efetiva, permanente, característica do trabalho na fábrica. Se o operário possui a consciência de ser produtor, a luta por avanços econômicos deixa de ser a finalidade de sua ação política, para tornar-se luta pela sua autonomia de classe, pela liberação dos vínculos que o escravizam às classes proprietárias. Por sua vez, se as lutas operárias limitam-se ao aspecto reivindicativo, exclusivamente econômico, esse trabalhador não se liberta ideologicamente de sua condição de subordinação, e tenderá a dedicar a maior parte de suas energias em uma luta em que ele será sempre o perdedor, já que por definição o salário baixo é a condição de lucro do capitalista.

Em Turim essas condições se desenvolveram de forma muito mais completa do que em qualquer outro lugar na Itália (ainda que Gramsci se referisse também a Milão como um local potencialmente revolucionário<sup>19</sup>). O sistema de fábrica, aplicado na Fiat, destruiu qualquer possibilidade de manutenção dos processos de trabalho e de uma ação operária tradicional, fundada na luta por obtenção de vantagens econômicas. As modificações introduzidas no chão da fábrica destruíram formas tradicionais, típicas do período manufatureiro, mas, ao invés de comprometer a solidariedade entre os operários, a ampliou, aproximando-os primeiro dentro da fábrica, depois entre as fábricas e, finalmente, abrangendo a própria cidade. Esta coesão levou ao desenvolvimento, em Turim, do primeiro sistema organizado dos Conselhos operários, que agregava desde os operários organizados nas

---

18 - Idem, *ibid.*

19 - Esta expectativa está no artigo “Torino e L’Italia” de 3 de abril de 1920. GRAMSCI, A. – ON. op. cit. p. 105.

fábricas, e representados pelos comissários de seção, até todos os trabalhadores pertencentes a uma mesma comunidade urbana, formando um comitê executivo do Conselho.

### **5.3 - A reação da burguesia: a organização de um “soviete<sup>20</sup> capitalista”**

As classes proprietárias italianas, especialmente o patronato industrial, sempre estiveram atentas ao desenvolvimento da capacidade operária de se auto-gerir e auto-governar. Os jornais italianos foram pródigos em reprovar a revolução Russa e imputar-lhe inicialmente um caráter transitório, reformista, e, depois, procurando desqualificar o Estado gerido pelas classes trabalhadoras<sup>21</sup>.

Porém nunca na Itália haviam testemunhado um movimento articulado e organizado, como ocorria em Turim: nas palavras atribuídas por Gramsci a um operário, “*a massa operária sente (...) ter começado a*

---

20 - A expressão “soviete capitalista” é de Gramsci e refere-se à iniciativa de Agnelli de criar, na Fiat, um Estado burguês antagonista não só do Estado socialista, mas do próprio Estado burguês constitucional, através da usurpação de suas funções delegadas – entre elas a organização de milícias privadas.

21 - Ver, a respeito da campanha empreendida pela burguesia russa para censurar o noticiário sobre a revolução russa e a tentativa de desqualificá-lo o artigo *Note sulla rivoluzione russa*, de 19 de abril de 1917, e também *L'uomo più libero*, de 25 de maio de 1917, *Carattere*, 8 de setembro de 1917 e *Analogie e metafore*, de 15 de setembro de 1917. Todos os textos estão em GRAMSCI, A. – *Scritti Politici*. Roma: Editori Riuniti (L'Unità), 1967. ON. Respectivamente, páginas 59, 63, 71, 73.

*marcha 'na' revolução e não mais 'em direção à' revolução*"<sup>22</sup>. A cidade havia se tornado, efetivamente, um "organismo estatal", cuja organização em comissões internas e conselhos tornavam o seu proletariado resistente às formas tradicionais de repressão e dominação, até então exercidas pela burguesia nacional ou pelo Estado. É neste contexto de ampliação dos conselhos que Gramsci escreveria um conjunto de artigos em que procurava pensar a forma como as classes dominantes italianas estavam reagindo a esta experiência.

No artigo *Il paese di Pulcinella*<sup>23</sup>, Gramsci identificava o aprofundamento de uma forma de dominação do Estado italiano que não somente ampliava a burocracia – e com isso a drenagem de todo o dinheiro e riquezas socialmente produzidas – mas, em especial, que necessitava de uma descentralização jurídica em prol do fortalecimento das autoridades executivas locais, inclusive as oficiosas. Isso significava que, cada vez mais, o Estado italiano fazia vistas grossas às iniciativas de setores das classes dominantes em criar milícias e organismos policiais locais, submetidas a interesses privados, para reprimir as classes trabalhadoras.

*"cada um dos 'servidores' do poder executivo*<sup>24</sup> *transformou a esfera da sua ação em um governo privado independente das leis gerais, em um Estado no Estado, onde o abuso e o sobreuso são a*

---

22 - GRAMSCI, A. – Cronaca. 13 de setembro de 1919. ON. op. cit. p. 456. Alusão à frase de um operário na assembléia da Brevetti.

23 - "Pulcinella" é um personagem típico das histórias camponesas napolitanas, transcritas na forma de peças de teatro por Carlo Goldoni. Corcunda e com o nariz pontudo, *Pulcinella* usa uma túnica branca e uma máscara negra. Representa o indivíduo preguiçoso, tungador e oportunista, que vive de pequenos assaltos e saques. O nome pulcinella está relacionado, como uma ironia, com o parasita, a pulga, utilizado também como diminutivo. Um outro personagem transcrito por Goldoni, que também aparece nos textos de Gramsci, é Stenterelle. Criada pelo ator Del Buono no final do século XVIII, representa a figura do mexeriqueiro engenhoso e medroso. Veste uma túnica azul, tem barriga grande, amarelada, e um chapéu de três bicos. Dá nome a alguns artigos de Gramsci.

24 - Gramsci referia-se ao séquito de censores "escolhidos com o critério da beneficência (...) preocupados em perpetuar o seu canonicato e os lautos apanágios correlatos: gerais, delegados, chefes de polícia"

*atividade cotidiana, que revira e dissolve as tradições, a segurança, os interesses assim denominados legítimos, as hierarquias sentimentais e autoritárias, as relações sociais.*<sup>25</sup>

Observe-se que Gramsci denominava esse processo, com gravidade, de criação de um “Estado no Estado”, ou seja, uma subversão da ordem burguesa dentro – e pela – ordem burguesa. Assim, o autor identificava o surgimento não somente de um “Estado em potência”, tipicamente socialista, mas também de formas estatais paralelas e internas ao Estado nacional. Inaugurava-se uma nova fase do capitalismo italiano – determinada diretamente pelo imperialismo e sub-produto da guerra – em que, por inércia e conveniência do Estado maior, abria-se espaço para que as burocracias se autonomizassem, para as classes dominantes manterem o controle sobre a sociedade, já que o ambiente de dominação despótica e autoritária havia sido parcialmente inviabilizado com o fim da guerra e do regime de exceção. Abria-se espaço para uma rede de poderes locais, compostos por *Pulcinelle*, funcionários corruptos, larápios, empenhados em extorquir e enriquecer à custas da economia nacional:

*“O Estado italiano é o Estado de Pulcinella, onde ninguém comanda porque uma infinidade de irresponsáveis comandam (...). É o país da desordem permanente, da censura permanente, do estado de assédio permanente, ainda se os decretos e disposições particulares anunciam, confirmam, repetem, advertem, asseguram. Existe ainda um Estado? Existem ainda leis gerais? Existe ainda uma hierarquia de autoridade que efetivamente consiga obter a obediência dos subalternos? Pulcinella tremelica: sentiu o rumor, e o terror branco lhe paralisou o coração, destruiu seus tendões e atrofiou seu cérebro.”*<sup>26</sup>

Esta rede paralela de poderes evidenciava o esfacelamento do Estado nacional capitalista italiano. Ele se encontrava descentralizado, inorgânico, como o autor denunciava. Predominava uma burocracia

---

25 - GRAMSCI, A. – Il paese di Pulcinella. 30 de janeiro de 1919. ON. op. cit. p. 209.

composta de “irresponsáveis que comandam”, *Pulcinelle* que, por força da autoridade e do poder que lhes fora outorgado pelo próprio Estado, e tendo em vista a sua incapacidade de manter uma ordem nacional, iam assumindo funções de governo, gerindo suas regiões, ditando suas próprias leis e espalhando-se em uma rede de controles locais que tinham como objetivo o seu próprio benefício. Observe-se que não era, assim, apenas o poder executivo central que se autonomizava e sobrepunha ao legislativo, mas eram os executivos locais, as classes médias italianas, os funcionários públicos, que se sobrepunham aos poderes executivos e legislativos nacionais. E mais ainda: esta burocracia estava constituindo seus próprios poderes, organizando um exército composto de milícias privadas, lançando mão do “terror branco”.

Os controles oferecidos pelo Estado não eram suficientes para frear o avanço das forças socialistas organizadas em forma estatal, como ocorria em Turim. Ali, a burocracia, os *pulcinelle* do executivo local, nada podia contra o proletariado fortemente organizado no interior das fábricas e fora delas: desde 1919 surgiam os primeiros conselhos operários que agrupavam operários de várias fábricas e que iniciavam um tipo de organização municipal, denunciando o esfacelamento do Estado italiano e a corrupção de suas burocracias.

Esta inércia do Estado italiano e sua incapacidade em articular-se nacionalmente era fatal, entretanto, para a burguesia industrial turinesa, que se via acossada pelo surgimento destas formas consiliares altamente sofisticadas e organizadas, e que caminhavam para “fazer como na Rússia”.

É a partir dessa percepção da ambigüidade vivida na Itália que Gramsci alertava os socialistas sobre a gravidade de uma iniciativa que estava surgindo na Fiat de Giovanni Agnelli: a de organizar, localmente, a

partir da fábrica, um Estado dentro do Estado nacional italiano. O “Soviete local” que se organizava em Turim, possuía uma ideologia, uma disciplina, e, em particular, uma milícia, todas diretamente vinculadas ao centro do imperialismo: a Sociedade das Nações, criada por T. Wilson<sup>27</sup>.

*“A Fiat se tornou colônia norte-americana, onde os probos pioneiros wilsonianos trabalham, com tenacidade e perseverança, para criar o primeiro núcleo social italiano da Sociedade das Nações. (Agnelli) quer concretamente, e como fiel militante de uma idéia, suscitar, na esfera de ação da sua vontade individual, as condições necessárias e suficientes para que o verdadeiro torne-se fato, para que o ideal se realize em instituto histórico eficiente. Aí está como a Fiat tornou-se núcleo social orgânico da sociedade das nações livres”.*<sup>28</sup>

A iniciativa de Agnelli revelava um novo movimento do capitalismo internacional: o de agir diretamente nos focos de surgimento de formas socialistas-sovietistas, passando por cima dos ordenamentos legais de Estados nacionais que se mostrassem insuficientes ou incapazes de controlar o avanço das organizações operárias revolucionárias. Esta idéia de refundar o Estado capitalista dentro dos Estados nacionais era fundamental: tratava-se de uma iniciativa internacional, comandada por um “Estado maior” originado nos EUA, que expunha a crise das instituições locais e a absoluta insuficiência do Estado italiano em gerir as contradições

---

27 - A idéia de que os industriais estavam se organizando como Estado aparece claramente nesta outra citação: “Os industriais, em coalizão para resistir à ameaça operária, possuem instrumentos apropriadíssimos de luta, do qual se servem inclusive contra o Estado, quando este ousa ameaçar os interesses constituídos pela casta industrial. (...) É o Estado que se dissolve. A classe leva vantagem. O Estado burguês como forma da sociedade dividida em classes se dissolve nas duas partes que o constituem: os capitalistas formam um Estado privado próprio, como os proletários. Os capitalistas se preparam para a resistência extrema, os proletários para a luta decisiva para debelar os obstáculos para a instauração do regime comunista. Em vão o Estado tenta manter a contenda no campo da sua legalidade. A rebelião da casta industrial contra a ameaça do Estado aos seus interesses constituídos é um fenômeno histórico, que nós, comunistas, devemos examinar marxisticamente.” GRAMSCI, A. – La “congiura”. 31 de julho de 1920. ON. op. cit. p. 346.

28 - GRAMSCI, A. – Un soviet locale. 5 de fevereiro de 1919. Scritti politici. Op. cit. p. 183.

criadas pelo capitalismo<sup>29</sup>. À proporção que a ordem capitalista entrava em convulsão no mundo, se vislumbrava uma reorganização dos países imperialistas, capitaneados pelos EUA, com o intuito de reformular um projeto de dominação ideológica e militar sobre as classes subalternas, aproximando-se dos setores mais ameaçados pelo avanço das forças socialistas e incitando-os a se autonomizarem em relação ao Estado nacional.

---

29 - Há inúmeras menções a essa crise institucional na Itália e ao fato de que ela se resolveria ou pela revolução socialista ou por um novo regime, centrado na força e baseado no desenvolvimento de autonomias e burocracias locais. Em especial o artigo *Ritorno alla libertà...*, de 26 de junho de 1919. Ali ele afirmava: “A crise econômica e política em que se debate a sociedade italiana não pode ser explicada e nem resolvida fora de um sistema mundial. As condições essenciais desta estão fora do controle e dos poderes do Estado italiano, isto é, de todos os ministérios que poderão se suceder ao governo.” Ou seja, Gramsci reconhecia o problema do imperialismo como determinante de graves crises nacionais, entre elas a italiana, e a impossibilidade de solução desta crise no âmbito do governo central nacional. Afirmava também o crescimento de grupos armados internamente à Itália, completamente alheios à disciplina Estatal e não controlados pelo executivo nacional, e sim por poderes locais: “Esta desordem se complica (...) em virtude dos resíduos da guerra: a existência de grupos armados irresponsáveis, não vinculados mais a nenhuma disciplina estatal, não controlados por uma autoridade central responsável e que tenda a criar poderes pretorianos locais e possivelmente uma ditadura militar nacional; coalizões de força pseudo-políticas, que não possuem interesses e finalidades vitais e permanentes para defender e afirmar, mas somente interesses e finalidades individuais e contingentes.” GRAMSCI, A. ON. op. cit. p. 251-253. Ver também *La reazione*, em que Gramsci identificava o crescimento dos grupos terroristas armados e sua tendência a apoderarem-se do Estado acentuando o esfacelamento de suas instituições: “Há dois anos, desde o dia do armistício, o povo italiano vive em pleno terrorismo, em plena reação; não existe mais segurança pessoal para a classe operária, não existe mais nenhuma garantia civil de tranqüilidade e de paz. No atual período, o terrorismo quer passar do campo privado ao campo público; não se contentará mais com a impunidade que lhe concede o Estado, quer tomar-se Estado. É isso que significa a palavra ‘advento’ da reação: significa que a reação tornou-se tão forte que não considera mais útil para as suas finalidades utilizar a máscara de um Estado legal; significa que quer, para atingir suas finalidades, servir-se de todos os meios do Estado; significa que a Itália se aproxima de uma nova guerra imperialista, voltada para o saque a mão armada (...)”. GRAMSCI, A. – *La reazione*. 17 de outubro de 1920. Ver também, GRAMSCI, A. – *Il complotto e il partito*, de 26 de outubro de 1920. ON. op. cit. p. 351, sobre não só a incapacidade do Estado italiano de governar, como também de obter o consenso, e o aparecimento de um “complô reacionário” na Itália. GRAMSCI, A. – *Cos’è la reazione?* De 24 de novembro de 1920, em que Gramsci, finalmente, identifica a tentativa de constituição de um “Estado dentro do Estado” com o fascismo como um fenômeno internacional, próprio da fase imperialista do capitalismo. ON. op. cit. p. 365.

*“Assim a Fiat torna-se o núcleo originário e orgânico da Sociedade das Nações. Observe-se, não dos Estados. O Estado centralizado politicamente no parlamento é forma política pequeno-burguesa. O Estado capitalista é a Sociedade das nações, Estado de classe tipicamente cosmopolita, como é o capitalismo. Os órgãos eficientes e históricos da Sociedade das Nações são os agrupamentos industriais, o Soviet dos capitalistas. Na Itália nasceu o primeiro soviete dos capitalistas, a Fiat de Giovanni Agnelli, pequeno Estado local com polícia própria, com um órgão judiciário preventivo próprio, com um lei ‘geral’ própria, que deverá instaurar a Sociedade das Nações, ou seja, a explícita ditadura do capitalismo que abole a luta de classes com o terror branco, para evitar que surjam os sovietes dos proletários que abolem entre si as classes com o terror vermelho. A dialética histórica continua a desenvolver-se, unificando os contrários. Chegamos ao soviete. O desenvolvimento ulterior dirá qual força histórica adjetivará permanentemente o substantivo: capitalista ou proletário?”<sup>30</sup>*

A Fiat, empresa privada de capital acionário, gerida por Giovanni Agnelli, estava se tornando um Estado, não só antagonista do Estado socialista em potência, mas aliada de quaisquer forças dispostas a colocar fim ao avanço da experiência consiliar.

Em tudo a Fiat se assemelhava a um Estado: situava-se em uma cidade em que a maior parte das empresas e das atividades desenvolvidas cotidianamente giravam em torno das necessidades de suprir os meios de produção da própria Fiat – fossem os operários, fosse a indústria de peças, a siderúrgica. A empresa, além disso, era a responsável direta pelas condições de subsistência de centenas de milhares de pessoas; possuía um lei própria, o Estatuto Interno que ditava normas de comportamento dentro da fábrica. Sua direção governava e impunha nacionalmente as políticas econômicas para outras fábricas; possuía uma ideologia, baseada na tecnocracia e na crítica ao socialismo. E esta ideologia, se por um lado apregoava a livre concorrência, representava os grandes trustes e

---

30 - GRAMSCI, A. – Un Soviet locale. 5 de fevereiro de 1919. ON. op. cit. p. 184.

oligopólios americanos, que agiam de forma violenta e autônoma, procurando impor, através da recém criada Sociedade das Nações, a subordinação política dos países que se localizavam na periferia aos ditames dos países centrais do imperialismo.

*“As oficinas da Fiat-Centro recolhem nas suas 42 seções uma massa de aproximadamente 15 mil trabalhadores: estes ganham diariamente o pão para uma população operária de outras sessenta mil criaturas humanas. Trata-se de um gigantesco aparelho industrial que corresponde a um pequeno Estado capitalista-imperialista, porque dita leis à indústria mecânica turinesa, porque tende, com sua produtividade excepcional, a prostrar e absorver todos os concorrentes: um pequeno Estado absoluto que possui um autocrata: O comendador G. Agnelli”<sup>31</sup>*

A resposta que se articulava a partir da Fiat era também a resposta do capitalismo imperialista americano: tratava-se de recriar uma internacional ideológica em torno dos princípios do capitalismo, porém sem abrir mão da utilização da força. O ponto de partida da ideologia wilsoniana era o de que a liberdade do mundo – ou a liberdade das nações capitalistas para operar livremente no mundo – dependia do convencimento de cada trabalhador, de cada país central ou periférico do capitalismo, de que somente seguindo os princípios definidos pelo “guardião” dos Estados nacionais e da paz internacional, os EUA, seria possível por fim às guerras e chegar a um estado de paz mundial. Porém, uma vez que os Estados nacionais revelavam-se cada vez mais esfacelados e imersos em crises institucionais, a paz encontrava-se ameaçada. O imperialismo americano empreendia, então, a constituição de novos Estados, diretamente comandados por setores da burguesia local, aos quais a sociedade das nações solicitava obediência e subordinação.

*“Para que as nações sejam livres é necessário que os indivíduos sejam ‘disciplinados’ para a liberdade nacional. Os indivíduos que,*

---

31 - GRAMSCI, A. – La fine di un potere. 27 de março de 1920. ON. op. cit. p. 104.

*por dever profissional e por razão pratica de subsistência freqüentam a Fiat, podem ter interesses contrários e idealidade contrastantes com a Liga livre das nações. É necessário, portanto, submetê-los a um controle rigoroso e a uma desinfecção, prevenindo cada ação sua que atrapalhe a realização da idéia. A Fiat, núcleo originário da adventícia sociedade das nações transforma-se em um Estado soberano, que tem o seu monarca, o seu ministério executivo e os órgãos de administração estatal ordinária, vulgarmente conhecidos pelo nome de polícia.<sup>32</sup>*

O objetivo da nova ofensiva do imperialismo era claro, afirmava Gramsci: *“impedir a concentração dos operários ao redor de uma idéia, a idéia socialista, que suscita necessidades insolentes e estimula perguntas insolentes. (...) daí a justificativa racional e histórica da criação, no feliz Estado soberano da Fiat, de um corpo de vigilantes políticos que ‘previna’ os operários de fazer propaganda para o ‘Avanti!’ e para a idéia de um soviete proletário”,* ainda que, para isso, fosse necessário (e o era) passar por cima da ordem nacional, da democracia, de todas as instituições que garantiam um mínimo de confiança nos institutos nacionais e segurança contra o arbítrio.

Para garantir a obediência aos princípios do novo Estado, Agnelli organizava na Fiat milícias privadas que reprimiam os operários de forma aberta, procurando controlar o funcionamento da cidade e da vida civil dos cidadãos. O “terror branco” era composto por milícias orientadas para “prevenir” o avanço das idéias socialistas, que poderiam (e deveriam) passar por cima de todas as garantias constitucionais e dos limites consentidos em um Estado nacional democrático. A Fiat lançava, assim, o ovo da serpente, o embrião da ideologia fascista que justificava as perseguições empunhando o emblema da pomba branca da paz, símbolo da ordem e da harmonia nacional:

---

32 - GRAMSCI, A. – Un Soviet locale. 5 de fevereiro de 1919. ON. op. cit. p. 183.

*“As ‘pombas’ (aludindo aos oficiais) estão sendo identificadas rapidamente com a finalidade dialética da sociedade das nações, a qual estão destinadas a anunciar e a fazer nascer; (as pombas) compreendem que o melhor método de governo é a prevenção, e não a repressão. Para tanto, pressupõem que cada cidadão do novo e feliz Estado da Fiat seja um ladrão, e controlam, controlam, inquirem, revistam. Mas não é necessário ofender-se: o regime das nações livres possui suas inevitáveis exigências, às quais é necessário dar um desconto, para o feliz progresso da humanidade.”<sup>33</sup>*

Chegava-se, portanto, a um momento de enfrentamento pleno, em que se opunham ao menos duas formas de Estado em condições iguais de enfrentamento – o Estado-soviete capitalista-imperialista e o soviete dos operários de Turim, o “Estado socialista em potência”, como o definia Gramsci. Enquanto isso, o Estado Nacional entrava em esfacelamento, dominado por uma rede de funcionários burocráticos, *pulcinelle* e *stenterelle*, que minavam as instituições nacionais.

Gramsci constatava a gravidade da situação vivida na Itália, e apontava para a tendência à eliminação radical do Estado legal e o avanço da reação violenta, capitaneada por setores da burguesia e grupos paramilitares, burocráticos e pequeno-burgueses que tendiam a se reagrupar, até mesmo contra o próprio Estado nacional<sup>34</sup>. E afirmava que apenas através do fortalecimento dos Conselhos seria possível responder à iniciativa burguesa de impor-se pela força às classes subalternas.

A esta exortação, porém, sindicatos e partido não responderiam à altura. O PS não só se revelava inerte, mas incapaz de ver o surgimento de

---

33 - Idem, *ibid.*

34 - O convencimento de Gramsci sobre a gravidade e a acentuação do confronto entre duas formas de Estado só se confirmaria nos meses seguintes. De fato, em 8 de maio de 1920, no *Per un rinnovamento del Partito socialista*, artigo publicado no ON, Gramsci afirmava que o ponto de confronto direto havia chegado: “a fase atual da luta de classe na Itália é a fase que precede: ou a conquista do poder político por parte do proletariado revolucionário para a passagem a novos modos de produção e de distribuição que

uma forma Estatal, local e imperialista, em oposição à forma legitimamente socialista, soviética. É neste momento que Gramsci rompe com o grupo socialista e funda o ON: Tratava-se de agir, ampliar as comissões internas e definir sua forma consiliar-Estatal, como planejava o grupo do ON.

#### 5.4 - Taylorismo e disciplina operária

O crescimento das formas consiliares determinou a introdução de uma disciplina que opunha aos laços de solidariedade construídos pelos trabalhadores um tipo de solidariedade genérica, "mundial", desprovida de caráter de classe. Seu princípio era o de que todas as nações e todos os grupos sociais deveriam se unir e superar suas diferenças para garantir a paz mundial. Gramsci afirmava que a estratégia deste movimento das classes dominantes internacionais não se limitava a reprimir toda e qualquer forma de manifestação ou organização das classes subalternas, mas se dava também em termos de incorporação e desqualificação do conteúdo político das formas de representação dos trabalhadores.

Exemplar disso era o que vinha ocorrendo com a instituição de dias comemorativos e de datas tipicamente relacionadas com as lutas operárias, como o dia do trabalho, em 1º de maio.

*"Começa a se tornar popular a instituição anglo-saxã dos 'dias' (comemorativos). Lê-se nos jornais a celebração nas trincheiras do 'dia das mães', a celebração, na Inglaterra ou nos EUA, do 'dia da Itália', do 'dia da aliança', do 'dia do Império'.* <sup>35</sup>"

---

*permitam uma retomada da produtividade, ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governativa." SP. op. cit. p. 316.*

35 - GRAMSCI, A. – I giorni. 30 de maio de 1918. Sotto la Mole. Torino: Giulio Einaudi Editore. 1975. P. 190.

Apesar da aparência simpática, tratava-se, em primeiro lugar, de uma usurpação da autoria: os primeiros a introduzir a comemoração de “dias” foram, afinal, os trabalhadores. *“Os trabalhadores de todo o mundo foram os primeiros a reconhecer (a instituição como tal), há algumas dezenas de anos, tornando parte na tradição o “dia do trabalho, o Primeiro de Maio.”*

Em segundo lugar estava o fato de que essa incorporação do imaginário e do caráter “festivo e carnavalesco” das classes trabalhadoras apontava para uma outra direção: ao apropriar-se das formas de representação que as classes subalternas haviam construído no seu cotidiano de lutas, o capitalismo as institucionalizava no calendário nacional.

Ao torná-las públicas e reconhecê-las, as jogava na vala comum de outras datas comemorativas (como o natal, o carnaval e o dia das mães), desprovidas de significado de classe, porém com um forte apelo sentimentalista, festivo e comercial.

Segundo Gramsci, esta era também uma tentativa de aplicar ao pensamento e às formas de reflexão típicas das classes trabalhadoras o método taylorista. As festas, comemorações e manifestações que contivessem um sentido de classe eram negadas pela “racionalidade” taylorista. A burguesia procurava atribuir-lhes um sentido genérico, “universal”, independente de classe social e, sobretudo, desvinculado da produção. Era, segundo o autor, mais uma tentativa das burguesias de suprimir os laços de solidariedade entre as classes trabalhadoras e prevenir a sua reunião em formas opostas ao capital.

*“(segundo esta iniciativa), é melhor que os cidadãos pensem o menos possível durante os negócios e o trabalho, e (portanto) se aplica o método Taylor ao pensamento e às recordações. Para cada movimento do espírito, assim como do corpo, o seu momento. Se estabelece um calendário espiritual-político-social.”<sup>36</sup>*

---

36 - Idem, *ibid.*

A percepção do taylorismo como um movimento ideológico e internacional das burguesias aparece de forma bastante clara aqui: ele não era apenas um modismo, uma “técnica” industrial, um método de gerenciamento da produção, mas uma *forma mentis* que se afirmava ideologicamente às classes subalternas, especialmente as organizadas em comissões internas e conselhos. A ação destinava-se a quebrar a unidade de trabalhadores que representavam uma ameaça porque “*pensam da mesma forma, compartilham entre si reflexões e juízos sobre o mesmo problema, ampliam a visão sobre a vida, cresce a intensidade e a eficácia do pensamento*”<sup>37</sup>.

É importante ressaltar que Gramsci pensava o taylorismo como uma disciplina política que se impunha aos operários através de dissociações: ao mesmo tempo que os Conselhos afirmavam a necessidade da unidade entre as formas de representação e a condição de produtor e de classe, a disciplina taylorista exaltava a separação entre trabalho e representação, posição de classe e organização. Tratava-se de aplicar ao pensamento a lógica do parcelamento de tarefas e do isolamento que o trabalho repetitivo, metódico e desprovido de sentido provocava, levando a capacidade reflexiva a ceder lugar a uma cisão entre pensamento e ação.

É neste sentido que afirmamos que o taylorismo já estava presente na produção de Gramsci desde o fim da guerra, ainda que existam poucas menções diretamente a ele em seus escritos produzidos até o período dos Conselhos. E isto porque o autor compreende o taylorismo não como um método, mas como uma disciplina, intimamente ligada às formas capitalistas de dominação nesta fase imperialista do capitalismo, que tinha como objetivo destruir a unidade operária que foi se criando durante a guerra, no

---

37 - Idem. p. 191.

interior de uma classe que se organizava como Estado em potência através do movimento dos Conselhos.

A forma encontrada pela burguesia para barrar o desenvolvimento das formas consiliares não se dava, portanto, apenas pela repressão, mas, especialmente, pela absorção/descharacterização do seu fundamento, do elemento novo que lhe garantia unidade: as formas de sua representação, a solidariedade que se construía através da reflexão inteligente e do aprimoramento da capacidade crítica no interior das classes trabalhadoras.

## **5.5 - Os problemas da luta de classes e a questão do conhecimento técnico**

O afastamento dos patrões do interior da fábrica, e sua reunião em trustes e bancos, implicava a necessidade de que fossem criadas outras formas de controle e combate à autonomia operária e às formas de organização dos trabalhadores em Conselhos, para além dos sindicatos e do partido político.

Uma dessas formas, como vimos, baseava-se na criação de uma hierarquia de salários e cargos arbitrariamente estabelecidos pelos patrões. O *cottimo rowan* foi um dos instrumentos usados pelos patrões para oprimir economicamente os trabalhadores e minar a solidariedade de classe que as formas de organização da produção em equipes de trabalho suscitavam.

Uma segunda forma de operar essa divisão residia no reforçamento da cisão entre grupos de trabalhadores que detinham o conhecimento técnico sobre a produção e outros, a grande massa, responsável pelas tarefas operacionais.

Esta estratégia confirmava a tendência de que o aprofundamento da divisão do trabalho e do parcelamento de tarefas tendia a minar os laços de

solidariedade entre os trabalhadores, tornando-os concorrentes entre si e acentuando os antagonismos entre os trabalhadores que detinham, em graus variados, conhecimento e domínio dos instrumentos de produção. A iniciativa patronal estimulava o antagonismo entre os operários manuais, sem acesso ao saber técnico, e aqueles que, em virtude do conhecimento ou do *status* proporcionado pela proximidade com os chefes capitalistas, acreditavam estar em posição superior em relação aos outros companheiros.

Este fator de subdivisão era empregado de forma cada vez mais intensa conforme o patrão afastava-se da produção, deixava de ser “capitão de indústria”, para se tornar capitalista financeiro nos grande *trustes* internacionais que se formavam na fase imperialista do capitalismo. Em seu lugar, para dominar a cadeia de forças latentes internas à fábrica, ele estabelecia uma hierarquia de chefes e técnicos, a quem incumbia de vigiar e controlar os operários. Com salários diferenciados, esses operários com cabeças de patrão constituíam uma verdadeira aristocracia, identificada com o patronato.

Esta reação dos patrões baseava-se na interposição de novos motivos de acentuação da divisão do trabalho – e de separação artificial entre trabalhadores operacionais e os outros, detentores do saber técnico - e objetivava comprometer a unidade entre os trabalhadores ao redor das formas consiliares, quebrando sua identidade coletiva.

Além disso, como vimos no item anterior, um elemento adicional agravava a situação das classes trabalhadoras no pós-guerra: a perspectiva de uma forte reação das classes proprietárias que tendiam a se autonomizar do Estado e, na análise de Gramsci, preparavam um movimento de violenta repressão. Este quadro político e social levava Gramsci a afirmar que

*“a fase atual da luta de classe na Itália é a fase que precede: ou a conquista do poder político por parte do proletariado revolucionário*

*para a passagem a novos modos de produção e de distribuição que permitam uma retomada da produtividade, ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governante.*<sup>38</sup>

A existência de setores do operariado apartados dos processos intelectuais da produção remetia os Conselhos e o Grupo do ON à análise do problema do conhecimento técnico e do distanciamento entre os empregados técnicos e os operários. Afinal, se o problema das Comissões internas e dos Conselhos operários era também um problema de “*expansão e coordenação, de criação de uma hierarquia complexa e ao mesmo tempo agilmente articulada*”<sup>39</sup>, como fazer isso com as subdivisões internas cada vez mais intensas e com as constantes modificações nos processos de trabalho e composição interna das equipes, que estilhaçavam os laços de solidariedade, a “*psicologia operária*” e, em seu lugar, interpunham entre os trabalhadores barreiras derivadas do *status* e do conhecimento técnico? Como conseguir instaurar uma verdadeira unidade ideológica entre os operários, se estes se encontravam cada vez mais cindidos e estropiados pelos novos processos de subdivisão do trabalho artificialmente impostos pelos patrões?

O problema da técnica era abordado por Gramsci a partir de um conjunto de questões articuladas entre si: a questão da relação entre conhecimento técnico e conhecimento político, o problema da escola e o desenvolvimento e fortalecimento de uma “*psicologia de construtores*” e, finalmente, a questão do taylorismo.

---

38 - GRAMSCI, A. – Per un rinnovamento del Partito Socialista. 8 de maio de 1920. ON. op. cit. p. 117.

39 - “*A luta de classe, no período atual da história da indústria capitalista, se realiza em um novo tipo de organização operária que se baseia na fábrica e não no ramo de atividade, sobre a unidade de produção, e não sobre os sindicatos profissionais nascidos a partir da subdivisão do trabalho*”. Postila a polemica com RX e OP no ON, p. 249-253. ON. op. cit.

## 5.6 - Escola, técnica e ruptura com o taylorismo

“O problema da escola é problema técnico e problema político, ao mesmo tempo”<sup>40</sup>, definia Gramsci no artigo *Il problema della scuola*. A escola sob o capitalismo é um peso morto. Ela foi entregue aos burocratas, àqueles que possuem um espírito “enciclopédico”, para quem o conhecimento humanista equivalia a organizar informações como nas colunas de um dicionário, e o conhecimento técnico era sinônimo de criação de indivíduos sem alma, porém “com mão firme e olho infalível”<sup>41</sup>. Ausente um sentido de classe, a escola, técnica ou fundamental, tornava-se uma prisão tanto quanto a fábrica.

*“O problema da escola deve ser estudado como pertencente à esfera de ação do Estado dos Conselhos operários e camponeses. Nós tendemos a suscitar uma psicologia de construtores, de companheiros já idealmente organizados no Estado dos Conselhos, idealmente operosos e ativos na (tarefa de) suscitar todos os órgãos da nova vida social”*<sup>42</sup>.

A questão da escola era, portanto, ao mesmo tempo questão de técnica e política, de produção e socialização do conhecimento e de criação de uma psicologia de produtores entre os operários. A divisão entre o conhecimento técnico e o humanista minava essa unidade, criava novas

---

40 - A citação continua: “No Estado parlamentar-democrático, o problema da escola é insolúvel, política e tecnicamente: os ministros da Instrução pública assumem os postos porque pertencem a um partido político, não porque são capazes de administrar e dirigir a função educacional do Estado. (...) A burguesia, como classe que controla o Estado se desinteressa da escola, deixa que os burocratas façam e desfaçam de acordo com sua vontade, que os ministros da Instrução pública sejam escolhidos segundo o capricho da concorrência política, pela intriga dos grupos, para atingir o feliz equilíbrio dos partidos na composição dos gabinetes.” GRAMSCI, A. – *Il problema della scuola*. 27 de junho de 1919. ON. op. cit. p. 255-256.

41 - A citação é de 1916. A escola técnica cria “pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas apenas com olho infalível e mão firme.” GRAMSCI, A. – *Uomini o macchine?* 24 de dezembro de 1916. ON. op. cit. p. 59.

42 - GRAMSCI, A. – *Il problema della scuola*. 27 de junho de 1919. ON. op. cit. p. 255.

formas de subdivisão entre o saber e o fazer. Estimulava a oposição entre os indivíduos imbuídos do conhecimento técnico e toda uma massa à qual se vetava o acesso a informações fundamentais para operar a produção de forma autônoma e de acordo com suas finalidades. Porém, se, nesta escola, o conhecimento humanista e a capacidade crítica estavam banidos, uma vez que os trabalhadores iam se concebendo como produtores as diferenças decorrentes de *status* ou prestígio tendiam a desaparecer, técnica e humanística se unificavam porque as classes trabalhadoras se homogeneizavam, os trabalhadores passavam a se conceber como capazes de conhecer e produzir conhecimento na perspectiva da gestão coletiva da sociedade.

A forma organizativa e as discussões estimuladas nos conselhos iam, assim, minando a escola tradicional, ao mesmo tempo que os problemas típicos da educação, da unidade entre saber técnico e saber humanista, eram colocados pelos operários nos conselhos.

Não se tratava, entretanto, de intervir sobre a escola oficial, burocratizada, mas de os Conselhos assumirem para si a tarefa de estudar, produzir e criar as condições para a troca e aquisição de conhecimentos técnicos entre os operários, elevando, assim, sua capacidade de compreensão sobre a realidade e sua habilidade de intervir internamente à fábrica, de forma a criar as condições para que os operários se habilitassem política e tecnicamente a julgar quais as modificações operacionais significariam um ganho em termos políticos e de classe e quais serviriam apenas para gerar novas subdivisões entre os trabalhadores<sup>43</sup>.

Porém havia uma outra tarefa reservada aos conselhos: a de incorporarem também os elementos técnicos da produção, estimulando o

---

43 - A primeira dessas escolas foi organizada pelo grupo do ON em Turim. A esse respeito, ver XIX e XX, respectivamente 8 de novembro de 1920 e 20 de dezembro de 1920. ON. op. cit. p. 465 a 467.

surgimento de laços de solidariedade entre os operários e os encarregados e oficiais, detentores de um conhecimento técnico que precisava ser socializado antes mesmo da tomada do poder.

Tratava-se, portanto, de estimular que as comissões internas e os Conselhos abrigassem *“todos os trabalhadores (pertencentes) ao aparato da produção, do engenheiro ao trabalhador manual, disciplinados e organizados como classe, sólida e inseparável no ato criador da riqueza e da ordem social.”*<sup>44</sup> E concluía:

*“os capitalistas transformaram o aparato mecânico de produção; aos proletários está reservada a tarefa de transformar a configuração social que adere ao novo aparato criado pelo capitalismo”*<sup>45</sup>.

Segundo Gramsci, o técnico, sob a direção capitalista, era uma “pessoa de confiança”, um “agente dos interesses capitalistas”, um “agente disciplinar”. Conforme os trabalhadores tomassem consciência de que as equipes de trabalho poderiam apropriar-se do saber-fazer, do conhecimento da produção, e de que a organização não precisaria ser ditada externamente pelos patrões ou seus sicários, aumentariam sua autonomia no interior do ramo produtivo. Neste momento, o técnico ou se tornaria um aliado, convencido de que as distinções que contrapunham os trabalhadores eram artificiais e deveriam ser superadas, ou seria expulso da produção pelos próprios operários:

*“o técnico se reduz a produtor, vinculado ao capitalistas pelas relações (...) de explorado e explorador. A sua psicologia perde as incrustações pequeno-burguesas e torna-se proletária, torna-se revolucionária. As inovações industriais e a conquista da maior capacidade profissional permitem ao operário uma maior autonomia, o colocam em uma posição industrial superior.”*<sup>46</sup>

---

44 - GRAMSCI, A. – XVIII. 1º de novembro de 1919. ON. op. cit. p. 463-4.

45 - Idem, ibid.

46 - GRAMSCI, A. – Lo strumento di lavoro. 14 de fevereiro de 1920. ON. op. cit. p. 81-82.

A conquista do saber fazer, o intercâmbio do conhecimento técnico associado à aquisição de critérios de avaliação das formas de intervenção na produção confeririam autonomia ao operário, o qualificariam para gerir a produção, expulsando o capitalista da fábrica. Porém a aquisição do conhecimento técnico também resolveria um problema prático que se colocava ao socialismo: a elevação da capacidade de produzir material e utilmente, garantido às classes trabalhadoras os bens necessários à sua sobrevivência física e espiritual:

*“É necessário produzir, e para produzir é necessário que exista uma classe operária capaz, física e intelectualmente, de exercer um esforço heróico de trabalho: para isso é necessário que a disponibilidade de criar provisões seja especialmente voltada para sustentar a classe operária, a classe dos produtores, e é necessário que exista um poder em condições de impor essa necessidade, em condições de assegurar à classe operária as condições de nutrição e bem estar que permitam um esforço de trabalho, um incremento da produção. Se existe somente uma disponibilidade média de 200 gramas de pão diário por cidadão, é necessário que exista um governo que assegure 300 gramas aos operários, e obrigue os não-produtores a se contentar com 100 gramas ou menos, ou até nada, se não trabalham, se não produzem: um governo de tal espécie só pode ser um governo operário, um governo da classe operária que se torna classe de governo, classe dominante.”<sup>47</sup>*

A técnica, os sistemas de produção, assim como a escola, diziam todos respeito às relações de força e dominação, e durante anos haviam servido às classes dominantes para submeter os trabalhadores ao regime da propriedade privada. As classes trabalhadoras não poderiam pensá-los de forma isolada: a escola técnica oficial ensinava o operário a pensar a si como parte da engrenagem. A escola “humanista”, tradicional, vetava-lhe as condições de desenvolver uma capacidade crítica, de reconhecer-se no mundo. A exclusão da maioria ao acesso ao saber técnico, tal como

---

47 - GRAMSCI, A. – Partito di governo e classe di governo. 6 de março de 1920. ON. p. 94-95.

preconizava o taylorismo, relegava os trabalhadores a um segundo plano na produção, restringia o seu operar a um labor isolado, o condenava a exercer funções repetitivas e a conformar-se com sua condição de ignorância e subalternidade em troca do salário. Escola e monopólio da técnica constrangiam o trabalhador a manter-se indiferente à produção, a não lutar por adquirir a capacidade crítica necessária para assumir a gestão da fábrica, da cidade, da nação.

Especialmente no que dizia respeito à fábrica, Gramsci alertava os trabalhadores para que avaliassem as modificações técnicas e disciplinares que se avizinhavam com o taylorismo e as tomassem como questões diretamente relacionadas com a luta de classes, e não como formas novas de “administrar” a produção, desprovidas de caráter político. A discussão dessas formas, entretanto, só poderia se dar plenamente no interior dos Conselhos operários: estes eram os únicos institutos capazes de, articuladamente com as bases, promover discussões sobre o sentido e limites da técnica e o sentido da produção. Os conselhos

*“devem colocar os problemas essenciais do proletariado italiano, e buscar uma solução: problemas internos da classe, como aqueles da unidade proletária, das relações entre Conselhos e sindicatos (...); problemas da luta de classes: controle operário sobre a indústria, as oito horas, os salários, sistema Taylor, a disciplina do trabalho etc. Desde já os companheiros deveriam discutir esses problemas em assembleias de fábrica; toda a massa operária deveria se interessar nessas discussões, deveria oferecer uma contribuição de experiência e inteligência para a solução desses problemas. Em todas as assembleias de fábrica deveriam ser discutidas e colocadas em votação moções genéricas, sustentadas por argumentações sobre esses problemas. No congresso os relatórios deveriam ser o resultado das discussões feitas nas assembleias de fábrica, a coordenação do trabalho intelectual de pesquisa da verdade e da concreção, realizado por toda a massa operária.”<sup>48</sup>*

---

48 - Idem, *ibid.*

## CAPÍTULO 6

### A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA CONSILIAR

#### 6.1 – Legalidade burguesa e operária

A crítica ao Estado burguês envolvia não só a condenação de suas políticas opressivas, mas também de sua natureza: para Gramsci, na ordem capitalista a condição de subalternidade das classes trabalhadoras era definitiva, não comportava mediações - poderia ser amenizada temporariamente por meio de concessões e reformas, mas não eliminada. Isso tornava inconcebível que as organizações identificadas com o socialismo e com as classes trabalhadoras tomassem como finalidade em si o desenvolvimento de programas de ação voltados para amenizar a luta de classes ou que professassem a necessidade de fortalecer as instituições criadas no regime da livre concorrência como etapa necessária para o socialismo:

*“As instituições do Estado capitalista foram organizadas para fins de livre concorrência (...) O Estado socialista ainda não é o comunismo (...) mas é o Estado de transição que tem a tarefa de suprimir a concorrência com a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais: esta tarefa não pode ser realizada pela democracia parlamentar. A fórmula ‘conquista do Estado’ deve ser entendida nesse sentido: criação de um novo tipo de Estado gerado pela experiência associativa da classe proletária.”<sup>1</sup>*

---

1 - GRAMSCI - A. - La conquista dello Stato. 12 de julho de 1919. *L’Ordine Nuovo* (ON). 5ª edição. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1972. p. 13.

Para romper com o Estado burguês, não bastava negar suas políticas, opondo-se a ele na esfera da concorrência econômica ou lutando por preencher um número maior de cadeiras no parlamento. A ruptura com a ordem capitalista só poderia ocorrer com a eliminação do Estado, a fonte e o fim de todo direito burguês, de todo privilégio. Para isso os socialistas deveriam se dedicar à luta pela organização do Estado das classes trabalhadoras, antítese do Estado burguês do ponto de vista de sua prática econômica e da *forma mentis*.

A experiência dos bolcheviques era, neste aspecto, exemplar: eles não eliminaram apenas o regime da propriedade privada e da concorrência desigual, mas realizaram a tarefa principal e necessariamente precedente à tomada do poder: romperam com a mentalidade concorrencial e democrático-burguesa, presente nas instituições das classes trabalhadoras e nas suas práticas políticas, ainda que nem todas, contudo, estivessem coordenadas por elas (daí a desigual percepção das práticas e tarefas necessárias à revolução). Com isso, puderam organizar parcelas consideráveis das classes subalternas para o exercício de uma cidadania baseada na condição de produtor.

Nesta perspectiva, tal como ocorrera na Rússia, o Partido Socialista deveria tomar para si a tarefa de organizar as classes trabalhadoras, identificando e estimulando o aparecimento de práticas e instituições que operassem fora do circuito da legalidade burguesa e da competição. Entretanto, na Itália, isso havia sido inviabilizado pelas limitações que gravavam a atuação do PSI e das organizações sindicais.

*“(As) instituições tradicionais do movimento tornaram-se incapazes de conter tanto vigor de vida revolucionária (...). Ao lado delas deveriam surgir e se desenvolver instituições de tipo novo, de tipo estatal, que precisamente substituirão as instituições privadas e públicas do Estado democrático-parlamentar. Instituições que substituam a pessoa do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial, e realizem a autonomia do produtor na fábrica;*

*instituições capazes de assumir o poder diretivo de todas as funções inerentes ao complexo sistema de relações de produção e de troca que ligam as relações de uma fábrica com as outras, constituindo a unidade econômica que liga as várias atividades da indústria agrícola que, por planos horizontais e verticais, devem constituir o harmonioso edifício da economia nacional e internacional, liberado da tirania imensa e parasitária dos proprietários privados.*<sup>2</sup>

Para a construção desta rede de “planos horizontais e verticais” era fundamental que as classes trabalhadoras concebessem a economia e a política não como esferas apartadas, mas, pelo contrário, complementares e dependentes uma da outra, voltadas, sob o capitalismo, para perpetuar o regime da propriedade privada e da exploração iníqua da força de trabalho. Porém o partido e os sindicatos, que deveriam tomar nas mãos essa tarefa de construção de identidade das classes trabalhadoras, aprofundavam a cisão: separavam e distribuíam entre si planos e tarefas, reforçando a divisão artificial, tipicamente burguesa, entre luta econômica e luta política.

Ao dividir o campo de atuação, eles estimulavam os trabalhadores a conceber sua organização e orientar sua luta fragmentadamente: ao passo que na política e no direito bradava-se a igualdade de cidadania, na prática da economia, nas relações diretas entre patrões e empregados, não cabia a cidadania, e as classes eram violentamente desiguais. Se na urna o eleitor era adulado como cidadão, na fábrica, nas relações domésticas, na sobrevivência cotidiana, o poder econômico retirava do trabalhador qualquer capacidade de atuação no campo jurídico ou político. A lei da fábrica era a lei do patrão: ali não se admitia a divisão “democrática” dos poderes. O patrão era, ao mesmo tempo, executivo, legislativo e judiciário, e as garantias civis de nada valiam no seu território.

Ao cindir o poder econômico e poder político, o capitalismo criava uma ambigüidade de condições que permeava e determinava o

---

2 - Idem. p. 14-15.

associacionismo das classes subalternas, estabelecendo, como “lei exterior”, as formas como as classes fundamentais deveriam se enfrentar. Segundo Dias,

*“O elemento unificador da política é a concorrência, é a luta. A cidadania é, neste tipo de Estado, o elemento que expressa o interesse particular e, por outro lado, coloca a questão da universalidade. A contradição básica desaparece como forma. O capitalista, o operário, o camponês, são, ‘na política’, figuras ‘desiguais’. Na economia eles não apenas são desiguais, são violentamente desiguais. A violência aberta da economia está oculta na política. No entanto é o ocultamento na política que permite a transformação da ‘clareza’ da economia em ocultamento. A economia e a política não são apenas solidárias, mas também mutuamente necessárias”.*<sup>3</sup>

Esta condição se acentuava com a fase imperialista do capitalismo. Tendo em vista o predomínio do capital financeiro, a subsunção na esfera econômica tendia a oprimir cada vez mais os trabalhadores e expunha a brutalidade da tirania econômica. Exploração e opressão, formas dessa subsunção, se agudizavam.

Para enfrentar essa condição de subalternidade que se acentuava na nova fase do capitalismo, tornava-se imperativo alterar a forma como as instituições dos trabalhadores conduziam a luta entre as classes fundamentais. Às associações em geral, e ao partido e sindicato, cabia revelar as contradições que iam cada vez mais oprimindo as classes subalternas, estimulando nelas a vontade de intervir política, econômica e juridicamente sobre a realidade, rompendo com todas as formas por intermédio das quais a dominação burguesa se revelava e se desdobrava.

*“O associacionismo pode e deve ser encarado como um fato essencial da revolução proletária. Porém (o associacionismo) das instituições proletárias e de todo o movimento proletário (...) não era autônomo, não obedecia a leis próprias, imanentes na vida e na*

---

3 - DIAS, Edmundo. *Democracia operária*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1987. p. 133.

*experiência histórica da classe trabalhadora explorada. (...) Neste período, anterior ao imperialismo monopolista, o movimento operário foi somente uma função da livre concorrência capitalista. As instituições proletárias deveriam assumir uma forma não por lei interna, mas por lei externa, sob a pressão formidável de acontecimentos e coerções dependentes da concorrência capitalista.”<sup>4</sup>*

Se no Estado capitalista o grande problema das classes dominantes consistia em manter a esfera da economia apartada da política, no Estado socialista, ao contrário, sua unificação era vital. E esta unificação não se improvisava e nem decorria da tomada do poder. Ela deveria ser construída prévia e concomitantemente à revolução propriamente dita, pressupondo a participação ativa e organizada das classes subalternas. Esta questão, entretanto – a da unificação entre esferas econômica e política – pressupunha um trabalho de transformação cultural das mentalidades, de trabalhadores até então acostumadas a servir o Estado tanto quanto serviam aos patrões:

*“É necessário convencer os operários e os camponeses de que é de seu interesse se colocar sob uma disciplina permanentemente de cultura, e construir para si uma concepção do mundo, do complexo e intrincado sistema de relações humanas, econômicas e espirituais que dê uma forma à vida social do globo.”<sup>5</sup>*

Segundo o grupo do ON, era mediante a estrutura das comissões internas e dos conselhos que seria possível desmascarar o ocultamento operado pelo Estado burguês. No interior dos Conselhos, o operário não era um assalariado (como falava o sindicato), nem um cidadão (como afirmava o Partido), mas um *produtor*. Esta condição era fundamental: o produtor não apenas executava tarefas (para vender sua força de trabalho, como o assalariado), e nem simplesmente votava em nomes para que o

---

4 - GRAMSCI, A. – La conquista dello Stato. 12 de julho de 1919. ON - op. cit. p. 14.

5 - GRAMSCI, A. – Cronaca V. 12 de julho de 1919. ON - op. cit. p. 446-7.

representassem (como na democracia parlamentar burguesa). O produtor compreendia as relações sociais presentes no processo de trabalho, ampliava esta compreensão chegando ao Município, ao Estado, à Nação, entendidos como um mecanismo imenso, assemelhado à fábrica em termos de complexidade e integração. Ao desvendar a forma como esse imenso aparelho funcionava, o trabalhador adquiria as condições culturais, psicológicas e políticas necessárias para avaliar, julgar e agir sobre a realidade, e não apenas sofrê-la – tornava-se um produtor-cidadão.

*“O operário pode conceber a si mesmo como produtor somente se se concebe como parte indissociável de todo um sistema de trabalho, que se sintetiza no objeto fabricado; apenas se vive a unidade do processo industrial que pede a colaboração do trabalhador manual, do qualificado, do funcionário administrativo, do engenheiro, do diretor técnico.”<sup>6</sup>*

Para que esta compreensão de que fala Gramsci se desse plenamente, era fundamental criar as condições para que os trabalhadores passassem a encarar sua posição de classe em relação direta com a forma pela qual a vivenciavam no seu cotidiano e sofriam as arbitrariedades na fábrica, até chegar ao Estado burguês. Se o trabalhador pensasse no discurso burguês como o seu discurso, ser assalariado na fábrica seria natural e sua posição seria a de permanente subalternidade em nível econômico, político e ideológico. Até que não se identificasse ideológica e politicamente com as classes subalternas, com o proletariado, até que não se concebesse como produtor, agiria a serviço da classe que lhe oprimia, pois lhe faltaria a condição essencial para libertar-se: a consciência de que sua condição era de classe, coletiva, subalterna, e decorrência de um sistema de poderes que impediam a liberdade do operário e da sua família,

---

6 - GRAMSCI, A. – Il programma dei commissari di reparto. 8 de novembro de 1919. *ON* - op. cit. p. 193.

e que só poderia ser eliminado mediante a organização de um Estado das classes trabalhadoras.

Na experiência dos conselhos operários de Turim, Gramsci e o grupo do ON identificaram uma forma embrionária, tipicamente de vanguarda, por meio da qual os operários, através do debate e da discussão, adquiriam e ampliavam a consciência de que o caminho para o socialismo estava na negação do capitalismo e na sua organização na forma de um Estado, por meio de um conjunto de instituições, poderes e legalidade próprias, baseados nos princípios do socialismo.

*“As comissões destinam-se ao preparo dos homens, organismos e conceitos, com uma contínua ação pré-revolucionária de controle, para que estejam prontos a substituir a autoridade patronal na empresa, para enquadrar em uma nova disciplina a vida social”.*<sup>7</sup>

Por meio dos Conselhos o poder operário se ampliava, atingindo um número crescente de trabalhadores, e se sistematizava, articulando diferentes grupos e segmentos dentro das classes trabalhadoras, reunindo no pensamento a política e a economia:

*“A organização dos trabalhadores, que exercitará o poder social comunista e no qual se encarnará a ditadura proletária, só pode ser um sistema de conselhos eleitos nos locais de trabalho, articulados agilmente de forma a aderir ao processo de produção industrial e agrícola, coordenados e hierarquizados, local e nacionalmente, de forma a realizar a unidade da classe trabalhadora para além das categorias determinadas pela divisão do trabalho.”*<sup>8</sup>

Segundo Dias,

*“O conselho, embrião da futura cidadania dos produtores, e, ao mesmo tempo, o início de sua realização, tem como tarefa imediata fazer com que a massa operária se torne o mais rapidamente*

---

7 - Idem. p. 194.

8 - GRAMSCI, A. – Lo sviluppo della rivoluzione. 13 de setembro de 1919. ON - op. cit. p. 29

*possível capaz de gerir a produção, afastando a presença de capitalistas.”<sup>9</sup>*

Esta passagem da organização das Comissões internas em Conselhos começou a ocorrer a partir do verão de 1919.

## **6.2 - Organização dos Trabalhadores no Sistema dos Conselhos**

Em setembro de 1919, havia sido realizada nas fábricas da Fiat a primeira eleição livre dos comissários de seção, em uma atitude de desafio e independência com relação aos sindicatos, que, de acordo com o Pacto da aliança, deveriam coordenar as eleições e proceder a escolha entre os membros filiados. A isso seguiu-se a organização do primeiro sistema de integração das fábricas, na forma de Conselhos operários:

*“A campanha O L’Ordine Nuovo pelas novas instituições operárias, iniciada no editorial “Democracia operária” se desenvolveu em um debate nas colunas da revista e entre os trabalhadores metalúrgicos turineses durante todo o verão de 1919, dirigido para a renovação das Comissões Internas. (...) Seguindo as indicações de Gramsci, todos os operários da Brevetti Fiat (cerca de 2000), elegem, seção por seção, os próprios comissários. Estes formam o Conselho de fábrica que exprime um Comitê executivo, ou uma nova comissão interna. O exemplo é seguido pelos operários da Fiat-Centro, e por aqueles das outras seções do grande complexo, da (fábrica) Savigliano, Lancia etc. No final de outubro de 1919, um novo sistema de eleições, o sistema dos Conselhos, era praticado por 30.000 metalúrgicos, que, na primavera de 1920, serão 150.000 em Turim.”<sup>10</sup>*

Como resultado da experiência dos operários, vinha publicado no ON de 8 de novembro de 1919, o *Programa dos Comissários de Seção*, votado na “Primeira assembléia quase geral dos comissários de fábrica de Turim”, ocorrida em 31 de outubro de 1919. Logo no preâmbulo do Programa,

---

9 - DIAS, Edmundo. – op. cit. p. 26.

Gramsci afirmava que Turim constituía, naquele momento, a vanguarda revolucionária da Itália. A cidade estava repleta de trabalhadores efetivamente identificados com o socialismo e empenhados em ampliar sua crítica às formas capitalistas que permeavam a vida institucional operária. Estes apoiavam um sistema que se contrapunha claramente ao “democratismo” burguês das antigas comissões internas, ao ampliar o voto aos não filiados ao sindicato e federação e ao negar possibilidade de candidatura àqueles operários que não estivessem claramente identificados com a causa operária, comprovável pelo apoio e confiança que as massas deveriam depositar em seus líderes locais e mediante a participação nos Conselhos. Delineava-se, ali, uma outra concepção de democracia e de organização institucional dos trabalhadores, caracterizada por vínculos de confiança entre eleitos e bases: o mandato imperativo, em oposição às formas delegatórias de poder político:

*“O princípio do mandato democrático deve prevalecer em cada poder: os eleitos não devem ser outra coisa que executores da vontade da massa e este princípio é verdadeiramente realizado pelos comissários. Nesse sistema, o sufrágio ainda não é universal, e isso por razões contingentes: existe ainda uma burguesia com numerosos servos, existem ainda os proletários não conscientes, desorganizados, que se podem e devem ter o direito ao voto para o exercício da sua vontade, não devem ter o direito à candidatura: a estar, portanto, investidos de uma autoridade que deve controlar os sindicatos, da qual eles não têm consciência, e cuja vida social não compreendem. Mas os comissários, porque eleitos por todos os proletários, são um poder social, e porque são os organizados eleitos por todos os proletários (que se impõe conscientemente e sem titubear à massa), podem representar a vontade dos próprios organizados (...).”<sup>11</sup>*

---

10 - Nota do Editor. SPRIANO, P. (org.). *Scritti Politici* (SP). Roma: Riuniti. 1978, p. 232

11 - GRAMSCI, A. – Il programma dei commissari di reparto. 8 de nov. de 1919. ON - op. cit. p. 193.

Em cada fábrica do complexo de Turim os setores da produção estavam divididos naturalmente em seções. Cada seção, por sua vez, era composta por equipes de trabalho que cumpriam etapas do trabalho coletivo. A estrutura dos conselhos se organizava com base nessas equipes de trabalho: cada uma delas elegia um comissário de seção, um operário com mandato imperativo e condicionado<sup>12</sup>. O conjunto de comissários representava “*a união de todos os trabalhadores que se realiza nos organismos de produção (equipe de trabalho, seção, fábrica, união das fábricas de uma determinada indústria, união dos estabelecimentos de produção de uma cidade, união dos organismos de produção da indústria mecânica e agrícola de um distrito, de uma província, de uma região, da nação, do mundo), dos quais os conselhos e o sistema dos Conselhos representam o poder e a direção social.*”<sup>13</sup>

As bases elegiam diretamente os representantes: ao contrário do que ocorria nos sindicatos e na Federação, a participação nas assembléias não estava condicionada à adesão a qualquer organização política ou sindical. A diferença básica residia em que “*a disciplina e a ordem dos movimentos econômicos, parciais ou coletivos, seja fixada pelos sindicatos, enquanto as diretivas dos sindicatos sejam dadas pelos comissários de fábrica, como representantes da massa trabalhadora. Rejeitam como artificial,*

---

12 - Spriano lembra que a estrutura das comissões internas estava fortemente influenciada pelo movimento inglês dos *shop-stewards*, surgido antes da guerra. Este movimento é renegado posteriormente pelas *trade-unions* e renasce em 1919, quando estas começam a encabeçar grandes greves. A organização dos *shop-stewards*, segundo Spriano (fundamentado em textos de Terracini e Togliatti) é a seguinte: “*em cada seção os operários elegem do Comissário de seção um número proporcional ao número dos produtores na seção. Estes Comissários reunidos formam a Comissão de fábrica. E daqui se chega ao Conselho local dos Comissários de operários da fábrica, e daí, ao Conselho nacional.*”. TERRACINI, U. – Consigli di fabbrica. In: Almanacco socialista del 1920. Citado por SPRIANO, P. – *La cultura italiana del'900 attraverso le riviste*. V. 6° 2ª ed. 1963. p.45.

13 - GRAMSCI, A. – Il programma dei commissari di reparto. 8 de novembro de 1919. ON - op. cit. p. 195.

*parlamentarístico e falso qualquer outro sistema que os sindicatos queiram seguir para consultar a vontade das massas organizadas.”*

Para fazer parte dos conselhos, os trabalhadores deveriam ter aderido ao princípio básico do movimento que era a subordinação da ordem econômica aos princípios da luta de classe e da sua organização em bases democrático-imperativas (e não delegatórias). Por sua vez, ao mesmo tempo que *“são eleitores todos os proletários de fábrica, manuais e intelectuais”*<sup>14</sup>, somente aqueles que tivessem aderido a uma disciplina política, de um organismo econômico comprometido com a luta de classes, poderiam candidatar-se a postos executivos:

*“são elegíveis os organizados em qualquer sindicato que esteja (de acordo) com as diretivas da luta de classe.”*<sup>15</sup>

A condição de filiação aos sindicatos colocava uma outra questão, que dizia respeito aos trabalhadores “técnicos e administrativos”: muitos desses, apesar de sindicalizados, eram pessoas de confiança estrita dos patrões, e tinham na fábrica o papel de introduzir modificações de tipo taylorista, independente da vontade dos trabalhadores. Assim, se eram admitidos plenamente nos sindicatos, no cotidiano das relações fabris o antagonismo entre essas pessoas e os trabalhadores era evidente, já que sua identificação era com os patrões. A seu respeito, o regulamento dizia:

*“O pessoal administrativo e diretivo será separado nas seguintes especialidades: engenheiros, chefes técnicos, desenhistas, secretários de seção, empregados da administração interna, empregados do serviço comercial, empregados do serviço de contabilidade e caixa, empregados dos serviços auxiliares. A importância exata das especialidades desta parte da atividade da produção, será fixada pelas assembleias de fábrica.”*<sup>16</sup>

---

14 - Idem, *ibid.*

15 - Idem. *ibid.*

16 - Idem, *ibid.*

A estrutura dos conselhos reconhecia a complexidade no tratamento dos setores não diretamente vinculados ao trabalho em equipe ou distantes do convívio com os operários em virtude de atribuições burocráticas e de planejamento. Por isso, o regulamento previa que as assembleias locais deveriam decidir quais os critérios de avaliação de cada um dos setores técnicos e administrativos em relação à sua admissão no sistema dos conselhos.

Diante dos distintos perfis dos trabalhadores, os comissários representavam segmentos diferenciados no que dizia respeito às bases: eram comissários *“dos organizados de sua seção, para o controle da organização de categoria na qual estava inscrito”*; e eram também *“de todos os operários da sua seção para a sua defesa econômica e para a sua ação social”*.

Os comissários, uma vez eleitos por seção da fábrica, formavam o Conselho de fábrica. Nele, os delegados deveriam *“representar os interesses da sua categoria e da produção local”*. Cabia a esse conselho eleger um comitê executivo de fábrica, que deveria assumir as funções de negociação direta com os patrões, substituindo, assim, as funções da antiga comissão interna de fábrica:

*“O conselho de fábrica nomeia (...) um número proporcional de comissários que constituem o comitê executivo da fábrica. Este substitui a antiga comissão interna, no lugar da qual deverá ser reconhecido pela direção da fábrica.”<sup>17</sup>*

Caberia aos comissários gerir a produção e a administração da fábrica, o que colocava a questão das demissões - ou *“ruptura do acordo de trabalho”*:

---

17 - Idem, *ibid.*

*“Nenhum Conselho tem o direito de romper um acordo de trabalho sem ter primeiro obtido a aprovação da assembléia dos comissários de categoria e essa, por sua vez, do comitê executivo da seção”.<sup>18</sup>*

Assim, as funções antes concentradas no pessoal de confiança dos patrões ou estabelecidas por critérios que não coletivos, (como decisões sobre a ruptura do contrato de trabalho), adquiriam no sistema dos conselhos um significado político, intrinsecamente vinculado à decisão coletiva de trabalhadores organizados por local de trabalho, fossem eles sindicalizados ou não. Ali, a legislação local sobre como o trabalho deveria se realizar e as demissões e desligamentos deveriam ocorrer – o que no direito burguês leva o nome de legislação do trabalho – eram de competência estrita dos operários e obedeciam critérios de elaboração intimamente vinculados ao cotidiano da produção. Os comissários e os trabalhadores organizados com base em equipes eram os protagonistas dessa nova legislação, que se estabelecia a partir do cotidiano do trabalho. Dirigindo-se aos conselheiros, Gramsci afirmava:

*“E uma vez que vocês vivem continuamente em meio aos operários e ao trabalho, estão em condições de conhecer as modificações que pouco a pouco será necessário levar aos regulamentos, modificações impostas pelo progresso técnico da produção e pela progressiva consciência e capacidade dos próprios trabalhadores. Desta forma, virá se constituindo um costume de fábrica, germe primeiro da verdadeira e efetiva legislação do trabalho, isto é, das leis que os produtores elaborarão e conferirão a si próprios. (...) Inicia-se a intervenção ativa, no campo técnico e disciplinar, das próprias forças do trabalho.”<sup>19</sup>*

O costume de que falava Gramsci eram as normas acordadas entre os operários, que, por sua vez, deveriam dar origem a uma regulamentação

---

18 - Idem, *ibid.*

19 - GRAMSCI, A. - Ai commissari di reparto delle officine Fiat Centro e Brevetti. 13 de setembro de 1919. *ON - op. cit.* p.33.

e legislação do trabalho cuja competência não era apenas administrativa, mas, também, técnica e tecnológica.

Por sua vez, os Conselhos deveriam se articular com os sindicatos profissionais, por ramo de atividade industrial. Neste caso, os comissários de uma determinada localidade, desde que inscritos em um mesmo sindicato, estariam encarregados de eleger o comitê executivo da seção local do sindicato, em uma clara subordinação das organizações econômicas à organização consiliar:

*“os comissários de todo um distrito, inscritos em um mesmo sindicato de atividade ou de indústria, se reunirão em assembléia por ramo de atividade e por indústria. As assembléias nomearão no seu interior o comitê executivo da seção local do sindicato.”<sup>20</sup>*

No Programa eram apresentados 6 itens que regulavam a relação entre conselhos e sindicatos: as assembléias por categoria devem ser convocadas por iniciativa dos comissários, representando um décimo dos inscritos (no sindicato) ou no conselho da seção (art. 13); Os secretários da seção sindical administrativa devem prestar contas ao comitê executivo (art. 14); Os pactos com os patrões não podem ser validados diretamente na mesa de negociação, mas somente na assembléia de categoria, assim como, antes de assinado o acordo, sua cópia deveria ser distribuída em cada fábrica interessada (art. 16); todos os comissários reunidos em assembléia de categoria têm o direito de discutir e criticar os sistemas daqueles sindicatos que não se mantêm nas diretivas da luta de classes. (art. 18). Finalmente, estabelecia-se a subordinação dos sindicatos às diretivas da luta de classe e à função fiscalizadora dos Conselhos operários:

---

20 - GRAMSCI, A. – Il programma dei commissari di reparto. 8 de novembro de 1919. *ON* - p. 196.

*“Todos os comissários reunidos em assembléia de categoria têm o direito de discutir e criticar os sistemas daqueles sindicatos que não se mantenham nas diretivas da luta de classe”<sup>21</sup>.*

O estabelecimento das normas que regulavam a organização do trabalho, a relação entre conselhos e organismos econômicos, a destituição das direções, era de competência dos trabalhadores no interior das unidades produtivas. Com base nas deliberações, abria-se caminho para a organização de um sistema de normas regulamentadoras de toda a vida econômica e política da fábrica, do conjunto de fábricas, das unidades produtivas, até se chegar à atividade econômica nacional. O sistema dos conselhos representava, desta forma, uma nova concepção de direito, em que os interesses particulares dos indivíduos, das equipes ou categorias se dissolvia no convívio enriquecido do grupo, na discussão, na eleição democrática de representantes escolhidos pelos trabalhadores.

Rompia-se a lógica inerente às relações intrínsecas à propriedade e ao direito burguês em que as direções eleitas poderiam se desligar das bases ou negar os princípios que haviam se comprometido honrar, e nada aconteceria com seus mandatos. Os representantes eleitos deveriam corresponder aos interesses dos trabalhadores organizados em sistema de conselhos, e suas funções dirigentes não se vinculavam à sua capacidade de negociar a força de trabalho, mas à sua capacidade de organizar e elevar as classes trabalhadoras à condição de dirigentes. A atividade política deveria estar intimamente ligada à noção de interesse público, à idéia de que

*“... a igualdade comunista não poderá ser obtida a não ser por meio de uma intensa produção, e que o bem estar pode ser obtido não da desordem da produção ou do atenuamento da disciplina do trabalho, mas sim de uma melhor e mais igualitária distribuição das tarefas*

---

21 - Idem, *ibid.*

*sociais e dos frutos da própria sociedade obtida com a obrigatoriedade do trabalho e a igualdade de recompensas.*<sup>22</sup>

Para garantir o acesso das bases às lideranças, e a possibilidade de sua substituição caso não correspondessem aos princípios da luta de classes e aos interesses dos trabalhadores, *“as comissões eleitas duram no exercício de seu mandato normalmente seis meses: durante esse período podem ser renovadas parcialmente (algumas seções) ou totalmente em toda a fábrica, pela demissão dos comissários.”*

O mandato dos comissários poderia ser revogado coletiva ou individualmente, caso *“não gozassem da confiança dos eleitores”*. As formas de revogação eram basicamente duas: o eleito poderia ser revogado tanto pelos eleitores diretos (a seção) quanto pela maioria da assembléia de fábrica, a qualquer momento: *“Se é rejeitado pela metade mais um dos seus eleitores, ou pela maioria da assembléia de fábrica, o comissário tem o dever de confirmar o seu mandato. A assembléia de fábrica rejeita o direito de representação ao comissário que, encontrando-se nessa condição, não solicita (às bases) a reconfirmação do mandato”*<sup>23</sup>.

A ligação entre os comissários e as bases também deveria se dar por meio da discussão, freqüentes consultas e *referendum*: *“todos os comissários têm por obrigação estabelecer freqüentes referendums nas suas seções sobre questões sociais e técnicas, e realizar freqüentes assembléias para explicar os princípios e conselhos emanados dos órgãos proletários.”*<sup>24</sup> Finalmente, aqueles que se tornassem inelegíveis, porque cassados, perderiam seu direito de voto por *“três assembléias seguidas, e seu direito de candidato suspenso por uma eleição”*.

---

22 - Idem. p. 197.

23 - Idem, p. 195-6.

24 - Idem. p. 198.

Ainda caberia aos Conselhos organizar “escolas operárias”. A função destas escolas estava diretamente relacionada com a tarefa de socializar o conhecimento técnico e de lhe atribuir um sentido humanístico: *“ao Conselho se espera que organize, no seio da fábrica, uma escola que recolha todos os operários desejosos de aperfeiçoarem-se na sua capacidade profissional, encontrando no seio da própria fábrica os mestres capazes, obtendo da direção locais e meios”*. Além disso, às direções caberia evitar que os mecanismos de escolha e promoção ocorressem por critérios de proteção ou privilégio e as normas, que marcavam as relações entre patrões e empregados, se reproduzissem nas fábricas geridas pelos operários:

*“O conselho deverá intervir na nomeação de (representantes para) funções superiores àquelas dos operários, , com a finalidade de desmascarar favoritismos, denunciando-os como meios de luta da classe empregada pelos patrões”.*<sup>25</sup>

### **6.3 – Conselhos urbanos**

Voltemos à questão da importância de Turim no cenário nacional italiano. A idéia de que a cidade constituía-se o centro da vanguarda proletária é importante: é com base nela que se justificava um Programa específico, adequado ao perfil e combatividade não só dos operários, mas também voltado à integração dos habitantes da cidade que compartilhavam do vigor e disposição revolucionária. Este programa, como alertava Gramsci, havia sido elaborado pelos trabalhadores turineses. Não era um programa definitivo, mas uma exposição de princípios que deveriam balizar a organização dos operários de outras regiões.

---

25 - Idem, *ibid.*

*“Este programa quer ser a exposição dos conceitos que informam o surgimento da nova forma de poder proletário, exposição com função de propaganda e para fixar uma plataforma de discussão com os organismos proletários precedentemente surgidos. Esta primeira assembléia não se arroga, portanto, os direitos de formular um programa definitivo, porque esse é programa de trabalho revolucionário, e deve, portanto, estar aberto à contínua e, inclusive, radical inovação. Deve, ao contrário, servir para iniciar na Itália a experiência prática da realização da sociedade comunista. (...) o programa não deve e não deverá nunca ser definitivo. Sucessivas assembléias regionais, e, então, nacionais, deverão continuamente revê-lo, desenvolvendo os conceitos contidos nele.”<sup>26</sup>*

Em Turim, como vimos anteriormente, se constituía um tipo de proletariado disciplinado e organizado pela máquina e pela necessidade de se contrapor à dominação despótica do patrão:

*“A classe trabalhadora vai se desenvolvendo em direção a um novo tipo de humanidade historicamente original e nova: o operário de fábrica, o proletário que perdeu todo resíduo psicológico das suas origens camponesas ou artesãs, o proletário que vive a vida da fábrica, a vida da produção intensa e metódica, desordenada e caótica, nas relações sociais externas à fábrica, nas relações políticas de distribuição da riqueza.”<sup>27</sup>*

Esse perfil de operários só poderia existir na grande indústria urbana, nunca no campo, onde as relações permaneciam fortemente centradas na confiança e favorecimento pessoal:

*“Por esta sua original psicologia, sua particular concepção do mundo do operário de fábrica, o proletariado da grande indústria urbana é o modelo do comunismo, é a força revolucionária que encarna a missão de regenerar a sociedade dos homens, é a fundadora de novos Estados”.*

E concluía:

*“Neste sentido afirmamos que Turim é o centro da revolução comunista: porque a classe trabalhadora de Turim é constituída,*

---

26 - Idem. p. 192.

27 - GRAMSCI, A. – L'operaio di fabbrica. 21 de fevereiro de 1920. ON - op. cit. p. 325.

*majoritariamente, por proletários, por operários de fábrica, por revolucionários do tipo previsto por K. Marx, não de revolucionários pequeno-burgueses, do tipo de 1848, caros aos democratas e aos trapaceiros do anarquismo.*<sup>28</sup>

Esta idéia de Turim como o centro nervoso da vanguarda das classes trabalhadoras estava desenvolvida em um outro artigo, de alguns dias antes, *La funzione storica delle città*, de 17 de janeiro de 1920.

*“Hoje Turim não é a cidade capitalista por excelência, mas é a cidade industrial por excelência, e a cidade proletária por excelência. A classe operária turinesa é compacta, é disciplinada, se distinguiu como em pouquíssimas cidades do mundo. Turim é como uma só fábrica: a sua população trabalhadora é de um tipo diverso, é fortemente unificada pela produção industrial.”*<sup>29</sup>

Turim era uma cidade com características intrinsecamente revolucionárias, e que se distinguiu do restante da Itália, especialmente da Itália camponesa. Entretanto, o grupo do ON tinha claro que se permanecesse restrito em Turim, o movimento tenderia a se isolar e perder sua força. Era necessário ampliá-lo nacional e, em um momento seguinte, internacionalmente.

É aqui que aparecem as perguntas que se colocavam ao movimento operário naquele momento: Como fazer a passagem entre as Comissões Internas, centradas na organização por fábrica, para um sistema nacional, em que as classes trabalhadoras pudessem se integrar em um corpo único? Como ampliar o movimento nacionalmente, em um país como a Itália, rico em diversidade, mas cujas unidades operárias circunscreviam-se a alguns rincões? Ou, em outras palavras, como construir os “planos horizontais e

---

28 - Idem, p. 326.

29 - GRAMSCI, A. – *La funzione storica delle città*. 17 de jan. de 1920. ON - op. cit. p. 320.

verticais<sup>30</sup>”, de que falava no artigo *La conquista dello Stato*, integrando o campo e a cidade?

Gramsci respondia essas questões propondo uma estratégia de ampliar na Itália os núcleos consiliares, conferindo-lhes um caráter urbano. Somente assim seria possível generalizar na Itália a experiência soviética, organizando setores das classes trabalhadoras não apenas vinculados ao mundo rural, mas também a atividades não diretamente relacionadas com a indústria (como acontecia, por exemplo, em Milão).

*“Assim, os órgãos centrais que surgirão por cada grupo de seção, por cada grupo de fábrica, por cada cidade, por cada região, até um supremo Conselho operário nacional, prosseguirão, se alargarão, intensificando a obra de controle, de preparação e ordenamento da totalidade da classe com a finalidade de conquista e de governo”.*<sup>31</sup>

O problema da revolução em Gramsci não era apenas o de organizar uma vanguarda - mas como articulá-la e integrá-la com os núcleos rurais (o problema da transformação cultural e psicológica do campesinato iria ganhar cada vez mais espaço a partir de 1920) e com os centros de vida econômica e política, sob o controle dos grupos burgueses. A questão do controle urbano era vital para a revolução.

As cidades modernas eram, para Gramsci, *“admiráveis aparelhos de vida e de progresso civil”*, odiadas e desprezadas *“pelos proprietários de terra e usurários do campo”*, cobiçadas como centro de vida econômica e de controle político pelos grupos burgueses, que deveriam ser retiradas do controle das classes economicamente dominantes pelos trabalhadores, os verdadeiros responsáveis pela criação de suas riquezas:

*“A revolução comunista será realizada pela classe operária, pelo proletariado, compreendido em sentido marxista, como estrato social*

---

30 - GRAMSCI, A. – *La conquista dello Stato*. 12 de julho de 1919. *ON* - op. cit. p. 18.

31 - GRAMSCI, A. – *Ai commissari di reparto delle officine Fiat centro e brevetti*. 13 de setembro de 1919. *ON* - op. cit. p. 34.

*constituído por operários urbanos unificados e plasmados pela fábrica e pelo sistema industrial capitalista. A cidade, organismo industrial e de vida civil, tem sido o instrumento da potência econômica capitalista e da ditadura burguesa, será o instrumento da potência econômica comunista e da ditadura proletária. A ditadura proletária salvará este magnífico aparelho de produção industrial, de produção intelectual e de propulsão da vida civil do esfacelamento que se apresenta ameaçador.*<sup>32</sup>

Porém também entre as cidades “modernas”, o capitalismo se organizava de formas diferentes e específicas, adaptando-se às condições históricas locais, impondo transformações que alteravam o perfil das classes trabalhadoras e criavam uma psicologia e uma cultura próprias, a que os socialistas deveriam estar atentos. No panorama das cidades modernas Italianas, destacavam-se Turim e Milão. Cidades tipicamente modernas, possuíam um “*sistema de relações (sociais) semelhante*”, formadas por trabalhadores que compunham “*a força histórica operante*” da Itália. Entre essas cidades, entretanto, apenas Turim se revelava como o centro verdadeiramente capaz de “*criar um Estado italiano*”. Isto ocorria em virtude de uma dupla característica da cidade: o perfil do operariado turinês, e a forma como a indústria se desenvolveu na cidade e a inserção da cidade na região do Piemonte:

O caráter de “vanguarda” de Turim, se inseria na história de lutas que marcaram a unidade política da região do Piemonte durante o período do *Risorgimento*. As lutas pela autonomia e independência da região criaram uma população caracterizada pela iniciativa e disciplina políticas, marcada por anos de luta em que as classes sociais se organizaram de forma autônoma em relação ao resto das regiões vizinhas. Criaram, além disso, uma população com perfil diferente do resto da Itália, orgulhosa e consciente do “*patrimônio de riqueza material e cultural acumulado nos*

---

32 - GRAMSCI, A. – La funzione storica delle città. 17 de jan. de 1920. ON - op. cit. p. 319.

*longos séculos de independência política e de prática de autogoverno, (que) continua a constituir um organismo econômico fortemente caracterizado e individualizado, um organismo econômico de tipo autônomo, que produz quase todas as riquezas que consome, e exporta tanto que o torna indispensável não só à vida nacional, mas à própria vida européia.*<sup>33</sup>

Se Turim era o núcleo da atividade industrial de vanguarda, Milão era o território das altas finanças, dos banqueiros, especuladores e de todo um aparato formado por trabalhadores dedicados às atividades burocráticas e financeiras. Era a cidade que mais se aproximava às características típicas da nova fase imperialista, monopolista e plutocrática do capitalismo: a do predomínio do capital financeiro sobre a atividade industrial<sup>34</sup>:

*“a imensa fábrica de lucro capitalista, que é o Estado burguês, tem o seu centro vital em Milão. De Milão partem os milhares e milhares de fios que se derramam por todo o território nacional e subjagam o trabalho dos operários e dos camponeses aos cofres: a ditadura capitalista pode ser suprimida pelo proletariado somente se este se apoderar dos potentes centros bancários e comerciais que têm sua sede em Milão, e com a sua conversão em instrumento da potência econômica e política do proletariado. A revolução comunista em Milão significa a revolução comunista italiana, porque Milão é a capital efetiva da ditadura burguesa”.*<sup>35</sup>

Milão era o centro nervoso das finanças da Itália, e por isso os socialistas deveriam se empenhar por organizar seus trabalhadores. Era ali, e não em Turim, que se evidenciavam os efeitos danosos operados pela fase imperialista do capitalismo sobre as relações industriais e a produção agrícola: o trabalho gerador de riqueza se tornava cada vez mais sem

---

33 - Idem, p. 320.

34 - Sobre Roma, a terceira cidade citada por Gramsci, ele afirmava: “O Estado italiano deve ser decapitado em Milão, não em Roma, porque o aparelho capitalista de governo real do país não está em Roma, mas em Milão. Roma é a capital burocrática, (ali) a ditadura proletária deverá lutar não contra a potência econômica da burguesia, mas somente contra a sabotagem dos burocratas (...) Roma como cidade não possui nenhuma função na vida social italiana, não representa nada (...)”. Idem. p. 322.

35 - Idem, p. 321.

importância para os grandes financistas nacionais e internacionais; a propriedade da terra, dos meios de produção, deixavam de ser meios para a criação de riquezas, de garantia de sobrevivência, para se tornarem mercadorias, letras de câmbio negociadas no mercado internacional nas mãos dos especuladores.

Assim, a nova fase do capitalismo, que Gramsci denominava “plutocrática” e se refletia no perfil das cidades, implicava na lenta e certa agonia das classes trabalhadoras dos centros industriais, dos pequenos proprietários, da produção em geral, e no enriquecimento e concentração ilimitada da produção nas mãos de alguns trustes. Por isso era tão importante que os trabalhadores assumissem o controle da rede de produção e consumo urbano, assumindo para si a tarefa de definir o que, para quê e sob quais condições se deveria produzir.

*“A sociedade burguesa morre porque não se produz, porque o trabalho dos produtores, com as novas relações de distribuição criadas pela guerra e pela fase plutocrática do capitalismo, não é suficiente nem ao mesmo para o consumo, além de não permitir nenhum tipo de acumulação. A riqueza de materiais é destruída progressivamente: aumenta, ao contrário, o acúmulo de títulos para a apropriação da riqueza material, a carta de crédito: o sistema capitalista de distribuição tornou-se um saque à mão armada, perpetrado pelos detentores do poder de governo. O capitalista se afastou do campo da produção; o governo da indústria caiu nas mãos de inertes e irresponsáveis”.*<sup>36</sup>

As dificuldades, em Milão, eram claramente sentidas por Gramsci: ali, afirmava o autor, era o lugar onde se encontravam “as maiores e mais potentes forças financeiras da burguesia, e onde serão cumpridas as mais difíceis experiências proletárias.”<sup>37</sup>

---

36 - GRAMSCI, A. – L’operaio di fabbrica. 21 de fevereiro de 1920. ON - op. cit. p. 327.

37 - GRAMSCI, A. – La funzione storica delle città. 17 de jan. de 1920. ON - op. cit. p. 321.

A extensão do movimento em termos urbanos se tornava fundamental a partir do início de 1920: a percepção da fase imperialista e plutocrática do capitalismo, do caráter particular das classes trabalhadoras turinesas e das condições de luta naquela cidade, tornava imperioso não só garantir o fortalecimento do movimento em Turim, mas estimular a ampliação da frente de luta para outras cidades por meio da articulação de uma rede de poderes urbanos.

A idéia de organizar e articular os conselhos do ponto de vista urbano, entretanto, esbarrava em velhas limitações: isto porque ao estenderem-se a todos os trabalhadores com vínculos locais, os Conselhos assumiam um caráter público, ao mesmo tempo que colocavam na ordem do dia a unificação de questões econômicas e políticas. A cisão com o Pacto de aliança se intensificava: como os sindicatos poderiam continuar sustentando que somente os 'organizados' poderiam participar das assembléias, das Comissões Internas e dos Conselhos Operários? Como o partido deixava de ver que a organização dos conselhos apontava em um caminho político, e, especialmente, internacional?<sup>38</sup>

---

38 - Para Gramsci, o movimento avançava de forma resoluta, inclusive internacionalmente:" No artigo Primo: rinnovare il Partito, ele escrevia: "*As condições internacionais e nacionais da revolução proletária se apresentam cada vez mais claras e precisas, e se consolidam. (...) As vitórias e avanços do exército da III Internacional minam as bases do sistema capitalista, aceleram o processo de decomposição dos Estado burgueses, agudizam os conflitos no seio das democracias ocidentais. (...) A estrutura da classe operária inglesa continua a desenvolver-se, lenta, mas seguramente, em direção a formas superiores: os operários querem intervir com mais freqüência e mais diretamente na deliberação dos programas de ação: os congressos das Trade Unions se multiplicam e os revolucionários, sempre mais freqüente e eficazmente, fazem sentir a sua voz; o escritório permanente dos congressos sindicais se transfere das mãos do grupo parlamentar trabalhista para as mãos de um Comitê central operário.*" GRAMSCI, A. – Scritti Politici (SP). Roma: Riuniti. 1978, p. 299. A respeito da avaliação do movimento internacional, Spriano chama a atenção para a maior freqüência com que o tema das Trade Union aparece na obra de Gramsci, abordada em linha direta com a questão da organização dos conselhos operários. Segundo o autor, entretanto, Gramsci atentaria para o desenvolvimento de um movimento dos *shop-steward* em julho de 1919: No dia 19, segundo uma das 'crônicas' que abrem cada número do ON - normalmente confiadas a Gramsci, mas neste caso redigida por Togliatti - se lê que "*em algumas das*

Com o objetivo de focar essas questões, Gramsci, no *Programma d'azione della sezione socialista torinese*, publicado em 24-31 de janeiro de 1920, estabelecia frentes de luta que deveriam ser levadas a cabo tendo como centro mentor Turim, - mais especificamente, a seção socialista turinesa

*“organizar todo o povo trabalhador nos locais de trabalho e de produção, unir mais intimamente as mais amplas massas em uma primeira base econômica, e permitir que o Partido possa desenvolver, sobre esta base concreta e sólida, (...), a obra de propaganda e construção dos institutos superiores (Soviets políticos), nos quais deverá encarnar-se a ditadura proletária.”*<sup>39</sup>

Assim, tratava-se de organizar os operários por locais de trabalho, tendo como ponto de partida a sua posição econômica em relação ao capital e às classes proprietárias. O movimento, entretanto, não poderia ficar circunscrito apenas às cidades operárias, e os conselhos deveriam se reformular tendo em vista a especificidade de outros tipos de trabalho, para

---

*oficinas as discussões sobre as funções e a constituição das Comissões internas tomam, sempre, maior consistência”, e se defende uma solução não encontrada nos livros: “façam, trabalhem, busquem, (...) tomem verdadeiro aquele costume novo (...). (pensem) sobre as coisas ditas no jornal, vejam com seus próprios olhos, encontrem vocês mesmos as aplicações práticas, de acordo com o seu caso. Somente aquilo que se conquista por si tem valor, e nas lutas sociais, e na vida intelectual, sobretudo”. SPRIANO, P. – La cultura italiana del’ 900 attraverso le riviste. Op. cit. p. 71. E ainda Togliatti, no mesmo número, com o editorial Lo Stato del lavoro, entra no mérito com indicações mais precisas: “tomar posse do mecanismo da fábrica para preparar-se para dirigi-la” criar “um sistema de confiança, de comissões sob esta ordem, de seções e de equipe, ter em mente fazer da Comissão interna ‘uma emanção espontânea da massa que se governa por si mesma’”. Estão nucleados, assim, os primeiros conteúdos daquilo que será o movimento dos comissários de seção, com a preocupação, que encontraremos novamente em Gramsci, de um colegamento com ‘outros organismos similares’ em sentido horizontal e vertical, da fábrica à cidade, ao campo, para criar a impalcatura de um Estado novo. E é também neste número que se dá conta do movimento inglês dos shop-stewards (cada 15 operários elegem um delegado; a assembléia dos delegados constitui o Comitê operário, todos os Comitês operários de uma região se unem constituindo um “Comitê operário local”) , sublinhando o fato que este é emanção da massa, nascido durante a guerra “no exterior das organizações responsáveis”. Idem. p. 72.*

39 GRAMSCI, A. – *Programma d'azione della sezione socialista torinese*, 24-31 de janeiro de 1920. ON op. cit. p. 393-4.

além dos vinculados à produção. Era fundamental integrar os conselhos organizados localmente em um sistema nacional, tendo como elemento mediador as especificidades culturais e históricas presentes nas cidades:

*“Os Conselhos de fábrica estabeleceram laços fortes de disciplina proletária na massa trabalhadora turinesa: sobre esta sólida base a seção deve promover a construção de um Conselho operário urbano, que tenda a concentrar sobre si a atenção política e revolucionária das massas e a ser considerado pelas próprias massas como o organismo local do futuro poder proletário (...).”<sup>40</sup>*

Os conselhos urbanos deveriam funcionar de forma articulada com a seção socialista do Partido, com a finalidade de organizar a propaganda socialista e exercer as funções de poder legislativo do novo Estado das classes trabalhadoras:

*“O Conselho deverá, impulsionado pela seção, preparar, discutir e publicar projetos de lei que tendam a educar as massas sobre os fins reais do comunismo, e a demonstrar às massas que a solução dos problemas que nos atormentam atualmente, possa ser encontrada somente através de um poder puramente proletário, do Estado operário, que tenda, portanto, a conferir um significado real ao princípio: ‘todo o poder aos soviets!’.”<sup>41</sup>*

É importante perceber que, para Gramsci, os conselhos urbanos deveriam estar subordinados às seções socialistas, enriquecidas pelos melhores elementos, os mais combativos, e orientadas para a constituição de núcleos de tipo soviético.

Igualmente, as organizações econômicas, de mediação entre os assalariados e os patrões, deveriam estar submetidas não só à disciplina do partido, mas às suas práticas, também:

*sindicatos deveriam se constituir em núcleos de “formação de grupos comunistas constituídos permanentemente, que desenvolvem no seio da organização a propaganda revolucionária,*

---

40 - Idem, p. 394.

41 - Idem, ibid.

*que incessantemente critiquem e impeçam as degenerações oportunistas e reformistas do movimento sindical. Assim, se poderá obter uma estreita colaboração dos dois instrumentos máximos da luta de classe, fundada não apenas sobre um aleatório pacto de aliança, mas sobre a íntima fusão e identidade dos programas.”<sup>42</sup>*

E conclui o autor:

*“Por meio destes grupos comunistas nos sindicatos, a seção poderá promover o nascimento dos sindicatos de indústria (operários, empregados, técnicos), que tenham a tarefa de estudar e criar, com os Conselhos de fábrica, os institutos superiores de controle operário e da gestão comunista da produção, realizando efetivamente a superação da atual fase de luta pelos salários e horários.”<sup>43</sup>*

#### **6.4 – Os fatos de abril**

No artigo *Primo: rinnovare il partito*, Gramsci avançava na crítica ao imobilismo do partido, denunciando não só os obstáculos colocados pelos socialistas para o desenvolvimento dos conselhos turineses como também a sua ruptura com a III Internacional<sup>44</sup>:

---

42 - Idem, p. 395.

43 - GRAMSCI, A. – GRAMSCI, A. – Il programma dei commissari di reparto. 8 de novembro de 1919. ON - p. 196.

44 - Em um documento escrito por Gramsci na primeira metade de abril, porém só publicado no ON, segundo Spriano, na edição de 1º de maio de 1920, no artigo, *Per un rinnovamento del Partito socialista*, o autor refletia sobre o afastamento da direção do PSI dos princípios da III Internacional, ressaltando ausência de um trabalho de preparação cultural e intelectual constante das massas operárias, de uma direção firme, no sentido da realização da revolução e, em nível internacional, de um comprometimento ativo com os partidos socialistas e as iniciativas de tipo soviético e consiliar em outros países: “Após o congresso de Bolonha, os organismos centrais do Partido deveriam ter iniciado e desenvolvido imediatamente, até o fundo, uma ação enérgica para tornar homogênea e coesa a estrutura revolucionária do Partido, para conferir-lhe a fisionomia específica e distinta de partido comunista, aderente à III Internacional. A polêmica com os reformistas e oportunistas não foi nem ao menos iniciada; nem a direção do Partido nem o Avanti! contrapuseram uma concepção revolucionária própria, contra a propaganda incessante que os reformistas e os oportunistas andavam desenvolvendo no Parlamento e nos organismos sindicais. Nada se fez por parte dos órgãos centrais do Partido para conferir às massas uma educação revolucionária em sentido comunista; para induzir as massas a eliminar os reformistas e oportunistas da direção das instituições sindicais e cooperativas, para conferir às seções, individualmente, aos grupos de companheiros mais ativos um

*“... o Partido Socialista se decompõe, agredido e envolvido insidiosamente por politíqueiros parlamentares e por funcionários confederais, por indivíduos que reivindicam um poder representativo que não tem base séria e concreta, que se funda sobre o equívoco, sobre a ausência de cada continuidade de ação e sobre a preguiça mental que é própria dos operários, como de todos os outros italianos. (...) Não tem uma disciplina teórica e prática que lhe permita aderir permanentemente à realidade proletária nacional e internacional para dominá-la, para controlar os acontecimentos, e não ser levado e massacrado por eles. Partido dos operários e camponeses revolucionários, deixa que o exército permanente da revolução, os sindicatos operários, permaneça sob o controle dos oportunistas que o encantam ao seu dispor, (e organizam) o complô de manobra, que sistematicamente sabotam cada ação revolucionária, que são um partido no Partido, e o partido dos mais fortes, porque patrões dos gânglios motores do corpo operário. (...) E, assim, enquanto o Estado sofria uma crise agudíssima, enquanto a burguesia armada e cheia de ódio teria podido iniciar uma ofensiva contra a classe operária, enquanto se organizava o golpe de mão*

---

*endereço e uma tática unificadora. Desta forma, enquanto a maioria revolucionária do Partido não conseguiu ter uma expressão do seu pensamento e um executor da sua vontade na direção e no jornal, os elementos oportunistas, ao contrário, se organizaram fortemente, e desfrutaram do prestígio e autoridade do Partido para consolidar as suas posições parlamentares e sindicais. A direção permitiu que eles se concentrassem e votassem resoluções contraditórias com os princípios e a tática da III Internacional, e hostis ao endereço do Partido; a direção deu absoluta autonomia aos organismos subordinados para desenvolver ações e difundir concepções contrárias aos princípios e à tática da III Internacional: a direção do partido esteve sistematicamente ausente da vida e da atividade das seções, dos organismos, dos companheiros individualmente. A confusão que existia no partido, antes do Congresso de Bolonha e que poderia explicar-se com o regime de guerra não desapareceu, mas cresceu de forma assustadora; é natural que em tais condições, o Partido não tenha mais a confiança das massas e que em muitos lugares as tendências anárquicas tenham tentado assumir o controle. O Partido político da classe operária só se justifica quando, centralizado e coordenado fortemente pela ação proletária, contrapõe um poder revolucionário de fato ao poder legal do Estado burguês, e limita a sua liberdade de iniciativa e manobra: se o Partido não realiza a unidade e a simultaneidade dos esforços, se o Partido se revela um mero organismo burocrático, sem alma e sem vontade, a classe operária, instintivamente, tende a constituir para si um outro partido e se dispõe na direção das tendências anárquicas que, justamente, criticam de forma áspera e incessante a concentração e o funcionalismo dos partidos políticos.” E continua a citação, com Gramsci criticando a postura do partido em nível internacional. GRAMSCI, A. – Per un rinnovamento del Partito socialista, 1º e 8 de maio de 1920. ON - op. cit. p. 123.*

*militarista, os centros revolucionários operários foram deixados à sua própria sorte, sem uma palavra de ordem geral.*<sup>45</sup>

Em Turim, especialmente, o hiato entre a linha da direção da seção socialista e a prática dos trabalhadores se aprofundava de forma insustentável. É dentro deste contexto que Gramsci e o grupo do ON elaboram o *Programma d'azione della sezione socialista torinese*, (redigido no início do mês, mas publicado em 24-30 de janeiro de 1920), em que entravam em “forte polêmica contra todas as indulgências da direção e contra o reformismo da CGL”, defendendo a adesão formal do partido e da seção e o seu trabalho “em toda a Itália (para) a criação de Conselhos operários e camponeses”. Além disso, solicitavam para Turim a passagem para uma Segunda fase do processo revolucionário, com a construção de um conselho operário urbano.

O comitê executivo da seção socialista de Turim, composto por expoentes do ON, como Gramsci mas também por anarquistas e reformistas, decide então, em 6 de janeiro de 1920, apresentar sua demissão e propor a eleição de um novo grupo. Segundo Spriano,

*“são apresentadas duas listas – uma maximalista e outra composta por comunistas abstencionistas e expoentes do ON, reunidos de forma ‘consiliar’. Se inicia uma áspera polêmica contra o abstencionismo da direção ‘mais do que nunca manobrada pelos oportunistas e reformistas’. São eleitos Togliati (com 239 votos), Gramsci (com 238), em seguida Boero – que continuará a ser o secretário -, Boccalatte, De Marti, Turno, Gilodi, Matta, Pianezza, Parodi, Roccati. O programa defende ‘a criação em toda a Itália de Conselhos operários e camponeses’, e solicita que Turim entre na*

---

45 - Gramsci refere-se à ausência de qualquer apoio à greve dos telégrafos (14-20 de janeiro) e à greve dos ferroviários (20-29 de janeiro), quando a imprensa conservadora exigia ‘medidas enérgicas’ e o partido socialista se limitava a uma solidariedade genérica com os grevistas. GRAMSCI, A. – Primo: rinnovare il partito. 24-31 de jan. de 1920 ON - op. cit. p. 391.

*segunda fase do processo revolucionário, com a constituição de um conselho operário urbano*”<sup>46</sup>.

A campanha do ON avança em Turim: no início de março de 1920, sucederam-se vários comícios, organizados pelo grupo do ON, em que se procurava explicar aos operários a relação entre a constituição dos Conselhos e a organização de um sistema de governo proletário<sup>47</sup>. Neste mês se completaria em escala geral, em Turim, as primeiras eleições livres das Comissões internas, isto é, sem a interferência da FIOM, e a constituição de uma comissão orgânica, responsável pelo funcionamento de todo o aparato necessário para integrar as comissões internas e os conselhos de Turim.

Paralelamente, crescia entre os trabalhadores Piemonteses a confiança na própria ação e o entusiasmo para enfrentar os patrões: entre o fim de fevereiro e início de março, ocorreria a ocupação dos cotonifícios Mazzonis de Nel Canavese<sup>48</sup> (4.500 operários); em Sestri Ponente, no final de fevereiro, seriam ocupados estabelecimentos siderúrgicos (metalúrgica Campi-Ansaldo, a fundição Muledo, fábrica eletrotécnica de Corneigliano).

---

46 - SPRIANO, inclusive, narra a composição da comissão executiva desde final da guerra. Ver *La cultura italiana del'900 attraverso le riviste* - op. cit. p. 44 e 80, especialmente as notas.

47 - Além da intensificação dos comícios, se organizava um Comitê de estudos sobre os Conselhos, fundado na assembléia da seção turinesa, em 06 de dezembro de 1919, e presidido por Togliatti.

48 - Segundo Spriano, “o episódio dos cotonifícios Mazzonis é um dos mais significativos e curiosos do primeiro pós-guerra. Nascido de um protesto operário por uma série de demissões e a falta de reconhecimento da organização dos trabalhadores, a agitação operária, que se inicia em 19 de janeiro, culmina com a ocupação dos estabelecimentos da empresa. Frente à intransigência dos empreendedores, o chefe de polícia de Turim decidiu pela requisição dos cotonifícios Mazzonis (inclusive em Turim), e confia a gestão a um comissário governamental com o qual colaboram os trabalhadores. A atitude (autorizada pelo governo), suscita um protesto vastíssimo, em toda a Itália, entre os industriais que o definem como ‘subversivo’. No início de abril, se chegará a um acordo entre as partes, substancialmente a um sucesso por parte dos operários, e os cotonifícios são ‘desrequisitados’.” SPRIANO, P. – *La cultura italiana del'900 attraverso le riviste* - op. cit. p. 45 e seguintes.

Na metade de março, eram ocupadas as fábricas da Miani-silvestri, em Nápoles. Apesar das motivações de cada um desses episódios serem relativamente diferentes, em todos eles estava instaurada uma discussão de fundo, sobre a organização dos conselhos de fábrica, além da disposição de romper com as direções sindicais reformistas ou que se colocavam de forma mediadora em relação aos patrões. Segundo Spriano, essas agitações

*“são sintomas de uma tendência por parte de grupos proletários, de passagem para novas formas de luta: se coloca imediatamente, em outras palavras, aqueles problemas de controle e gestão direta operária que o ON debate há meses. E a revista está bastante atenta para colher seu significado profundo, além dos aspectos técnicos: trata-se de um movimento espontâneo, destinado a apagar-se e a se fechar em um beco sem saída, se não for submetido a uma política geral do movimento. A revista lança a idéia de um Congresso nacional dos Conselhos de fábrica e, no final de março, publica um apelo neste sentido.”<sup>49</sup>*

No final de março de 1920, ocorre em Turim uma greve geral, de curta duração, contra a manutenção do horário legal<sup>50</sup>, vigente durante o período da guerra. A greve foi denominada “greve dos ponteiros”, porque a Comissão Interna da fábrica das indústrias metalúrgicas havia, por iniciativa própria, atrasado em uma hora os ponteiros da fábrica, ajustando-o de acordo com a hora solar. Os patrões responderam demitindo 3 operários das Comissões internas e, ato contínuo, partiram para a ofensiva, declarando o fechamento dos estabelecimentos metalúrgicos sob a palavra de ordem do secretário da Confindústria: “na fábrica não podem existir dois poderes”. No dia seguinte, a cidade estava parada, em greve. Começava,

---

49 - Idem, *ibid.*

50 - O horário legal corresponde ao novo horário de verão. No caso italiano, estava sendo adotado no final do inverno, em uma tentativa patronal de estender o dia de trabalho. Ao antecipar seu início, os patrões incluíam no dia uma hora a mais de trabalho.

ali, a luta que se estenderia pelo Piemonte e abraçaria meio milhão de operários industriais, em greve por 10 dias.

A repressão ao proletariado foi violenta: segundo os cálculos dos operários, a ação envolveu 50.000 homens para conter 200.000 trabalhadores turineses: uma proporção de 1 policial para cada 4 operários, com a cidade sitiada por canhões e metralhadoras. A exigência patronal, por sua vez, era clara: a revogação total do sistema em vigor para a eleição das comissões internas. Além disso, o patronato turinês, particularmente combativo e disciplinado, se comparado com outras regiões italianas, lançava mão de todos os recursos disponíveis para encerrar a mobilização: pressões sobre o governo, fechamento de unidades fabris, fechamento de órgãos de imprensa, divulgação de listagens de operários a serem demitidos (e tornados *personae non gratae* em todas as empresas da região), enfim, meios que caracterizaram desde sempre a ação patronal, mas que agora eram utilizados de forma sistemática e coordenada.

Segundo Spriano,

*“o destino da luta é marcado pela ausência de ampliação, em escala nacional (não obstante os inúmeros episódios de solidariedade dos portuários de Gênova e Livorno, aos ferroviários de Pisa e Firenze. Os órgãos centrais do movimento operário italiano não escondem a sua contrariedade com relação aos companheiros de Turim. O Avanti! Recusa-se a estampar em Milão o manifesto da seção Turinesa do Partido, cujo encontro ocorrera em Milão, em 19-20 de abril (deveria Ter ocorrido em Turim, mas é transferida porque, como disse com sarcasmo Gramsci, ‘uma cidade tomada pela greve geral parecia pouco adequada como teatro de discussões socialistas’).”<sup>51</sup>*

O isolamento, a repressão, a censura, fizeram com que o movimento sofresse um grande refluxo, levando o comando de greve, no último boletim publicado, a considerar:

---

51 - SPRIANO, P. – *La cultura italiana del'900 attraverso le riviste* - op. cit. p. 82.

*“os comissários de seção, tendo em vista a ausência de extensão do movimento pelo controle operário para toda a Itália, reconhecem que os industriais, sustentados pela força armada da burguesia, ainda mais uma vez impuseram a sua vontade. Esta primeira, mas não última batalha pelo comunismo, demonstra que, na hora presente, é vã a resistência passiva do proletariado. Esta batalha terminou, a guerra continua.”*<sup>52</sup>

Em um artigo escrito após os fatos de abril, Gramsci constatava os motivos do isolamento do movimento, que havia determinado sua derrota. Em primeiro lugar, Gramsci apontava *“as condições a serem observadas com base no estado geral da sociedade italiana e as condições de existência de cada região província que constitui uma célula sindical da Confederação Geral do Trabalho”*<sup>53</sup>

Assim, uma das razões foi a extrema diversidade de condições e a ausência de uma direção que pudesse unificar as necessidades particulares de cada região e província em uma célula agregada tomando-se por base a atividade coletivamente exercida, tal como ocorria em Turim.

*“A classe operária turinesa foi derrotada. Entre as condições que determinaram a derrota está a ‘superstição’, a estreiteza mental dos responsáveis pelo movimento operário italiano. Entre as condições mediatas de segundo grau que determinaram a derrota está a falta de coesão revolucionária em todo o proletariado italiano que não consegue exprimir, no seu seio, orgânica e disciplinadamente, uma hierarquia sindical que seja um reflexo dos seus interesses e do seu espírito revolucionário.”*<sup>54</sup>

Em segundo lugar, Gramsci apontava o isolamento especificamente de Turim:

*“É verdade, em resumo, que a classe operária turinesa foi derrotada porque na Itália não existem, não estão ainda amadurecidas, as condições necessárias e suficientes para um movimento orgânico e*

---

52 - Citado por SPRIANO, P. – *La cultura italiana del’900 attraverso le riviste* - op. cit. p. 83. Nota 3.

53 - GRAMSCI, A. – *Superstizione e realtà. ON* - op. cit. p. 109.

54 - *Idem*, p. 110.

*disciplinado, ao mesmo tempo, da classe operária e camponesa. Desta imaturidade, desta insuficiência do povo trabalhador italiano, é documento inquestionável a 'superstição' e a estreiteza de mente dos chefes responsáveis pelo movimento organizado do povo trabalhador italiano.*<sup>55</sup>

---

55 - Idem, *ibid.*

## **CAPÍTULO 7**

### **DAS COOPERATIVAS À FUNDAÇÃO DO PCI**

#### **7.1 – A reação à ocupação das fábricas**

Entre julho e agosto de 1920, a situação das classes trabalhadoras italianas se agravou muito. A inflação devorava os salários e os trabalhadores passavam a depender cada vez mais das horas-extras. Por sua vez, o patronato havia tomado medidas violentas de rebaixamento de salários, como vimos no capítulo anterior. Ao mesmo tempo em que os patrões negavam veementemente o atendimento de quaisquer reivindicações operárias, era claro que eles se mostravam confiantes no refluxo do movimento operário e na possibilidade de barganhar com maior folga com as representações operárias.

Para responder a essa situação, a FIOM e a CGL convocariam um congresso extraordinário em 16 e 17 de agosto, com participação de delegados da CGL e direção do PSI. Nesse congresso se aprovou, por unanimidade, a decisão de aplicar, a partir de 21 de agosto, o obstrucionismo (a nossa “operação-padrão”) em todas as fábricas mecânicas e metalúrgicas e nos canteiros navais. Ao tomar essa medida, as organizações sindicais se adiantavam a uma reação esperada dos trabalhadores, justificando sua necessidade como uma

forma de obrigar os patrões a negociarem – e nada mais<sup>1</sup>. Em 24 de agosto, os trabalhadores da Romeo, em Milão, suspendiam o trabalho. Os jornais burgueses passaram a publicar matérias contra os operários. Crescia entre os trabalhadores a disposição em “tomar as fábricas” e, mais uma vez, “fazer como na Rússia”. No final de agosto, dia 26, o ministro do Trabalho, Turatti, recebe representantes da FIOM, CGL e PSI de um lado, e da ILVA (representadas pelo Advogado Rotigliano e o comendador Jarach) de outro. A proposta de Labriola era que *“os operários se (empenhem) em suspender o obstrucionismo e eu, de minha parte, oferecerei aos industriais o retorno das negociações sobre os fundamentos dos acordos.”*<sup>2</sup>

Bruno Buozzi aceita-a prontamente, consentindo em suspender o obstrucionismo com data marcada, 27 de agosto, desde que os patrões aceitassem retomar as negociações com base apenas nas tratativas, apenas. Apesar dessa autoridade de que a FIOM se investia na negociação, o movimento fugia-lhe ao controle: nesse mesmo dia,

---

1 - *“O obstrucionismo deveria se efetuar mediante um retardamento da atividade na execução dos trabalhos (os cotistas deveriam se contentar com o pagamento-base), pretendendo-se que os industriais observassem absolutamente todas as disposições relativas à proteção dos trabalhadores”*. SPRIANO, P. *L'occupazione delle fabbriche*. 3ª edição. Torino: Einaudi. 1964, p. 44. Os anarco-sindicalistas da USI apoiam essa posição com ressalvas: para a União, a ação da FIOM estabelecia o obstrucionismo como um meio defensivo, quando, ao contrário, deveria ser ofensivo, um meio de derrotar as classes dominantes para a conquista das fábricas: *“a tomada de posse das fábricas (...) deve-se cumprir imediata e prontamente, antes que sejam golpeados com a serrata, e deve ser defendida com todos os meios. Estamos decididos a fazer com que tomem parte inclusive os trabalhadores de outras indústrias”*. CONVEGNO DEI METALURGICI ADERENTI ALLA USI – La Spezia, 17 de agosto de 1920. Citado por SPRIANO, P. op. cit. p. 45.

2 - Idem, p. 50.

o obstrucionismo tornava-se regra geral nas principais cidades italianas. Ou seja, a FIOM negociou a suspensão do movimento em troca da *possibilidade* de se retomar as negociações, sem sequer possuir o apoio incondicional das bases e nem o compromisso dos patrões. O advogado Rotigliano, mandatário da ILVA, repeliu prontamente a proposta do governo endossada pela Federação, apesar desta afirmar que a *serrata* – o fechamento das fábricas – estava descartado naquele momento.

Porém, três dias depois, os 2000 operários da Romeo de Milão, ao chegar ao trabalho, encontraram as porteiças fechadas e a fábrica tomada pelas tropas locais, em uma atitude que surpreendeu, inclusive, o chefe de polícia de Milão. Ato contínuo, a FIOM ordenava aos próprios aderentes que ocupassem as fábricas, “em uma atitude defensiva”, que de forma alguma deveria se estender a outras localidades. Tratava-se de um meio de obter o recuo patronal em relação à ocupação das fábricas e não uma medida revolucionária. A FIOM afirmava: *“esperamos que a tenacidade dos operários em permanecer em seu lugar de luta e sacrifício terminará induzindo os industriais a dar novos passos em direção à solução.”*<sup>3</sup>

A ILVA respondeu afirmando tratar-se apenas de uma ação isolada, não compartilhada pelos industriais. Porém, em 31 de agosto, industriais de Turim e de outras cidades decidem proclamar o fechamento das fábricas ocupadas<sup>4</sup>, demitindo todos os operários.

---

3 - Idem, p. 60.

4 - Em princípio, Giolitti preferiu não interferir diretamente nas negociações, deixando as iniciativas (não reconhecidas oficialmente), a cargo do Chefe de Polícia de Milão (Luzignoli) e do Ministro do Trabalho (Turatti). Assim, enquanto as fábricas são ocupadas, Giolitti permanece na cidade de veraneio de Bardonecchia

Segundo Spriano, o acirramento da luta era desejado tanto pela burguesia quanto pela FIOM, e revelava uma estratégia mutuamente oportunista: do ponto de vista sindical, era uma forma mais fácil de se pressionar a burguesia a um aumento de salários (reivindicava-se um aumento de 7 liras por hora) do que uma greve geral, de caráter nacional, que, além disso, poderia fugir de seu controle.

*“Os dirigentes da FIOM escolheram a via do mínimo esforço, pensando que a ocupação das fábricas provocará a intervenção do governo, e alguns deles acalentam, inclusive, sem ousar confessar, a esperança que a ocupação tenha um desfecho político, com a participação dos socialistas no poder.”<sup>5</sup>*

Já para o patronato, não se tratava apenas de medir forças com os trabalhadores, mas também de pressionar o governo a conceder mais proteções alfandegárias para fazer frente à crise do pós guerra:

*“Mirava-se descarregar sobre o Estado as dificuldades econômicas do setor, obtendo uma proteção alfandegária maior, as isenções fiscais que o governo não queria conceder. Deseja-se fazer cair o Ministério, impedindo assim as providências anunciadas em relação*

---

e recebe a visita de Agnelli, que solicita providências do governo no sentido de ocupar as fábricas militarmente: *“(Giolitti) falou longamente sobre a sua política: Era preciso dar tempo ao tempo; não existia outra política a não ser aquela da força. ‘Precisamente’ – interrompe Agnelli. ‘Que seja’ – acrescentou Giolitti – mas vamos entrar em um acordo: não permito que a força pública permaneça nas estradas na certeza de que se as guardas vermelhas dispararem as atingirão sem qualquer defesa. Para tirar os operários das fábricas, seria necessário usar a artilharia’. Agnelli concorda. E Giolitti: ‘Tenho condições de providenciar isso imediatamente. Em Turim há o sétimo regimento de artilharia da montanha: ordeno imediatamente que amanhã, bem cedo, a Fiat seja bombardeada e seja liberada dos ocupantes. Agnelli: ‘Não, não!’, e Giolitti: ‘Bem, e então?’. Agnelli não replicou”.* Alfredo Frassati. Giolitti. Parenti, Firenze, 1959, p. 30, Citado por SPRIANO, P. – op. cit. p. 57-58,

5 - TASCA, Angelo - Nascimento e advento del fascismo. v. 1. Firenze: Editori Laterza, 1972. p. 119.

*à obrigatoriedade dos títulos passarem a ser nominais e a taxaço dos lucros da guerra.*<sup>6</sup>

Segundo Spiano, o que justificava a ação velada do governo era a conveniência: aguardava-se que os operários pressionassem os industriais a ceder sobre seus lucros, sem ter que abrir mão de impostos e isenções fiscais. Desta forma, a “intervenção” de Giolitti não era feita de forma ostensiva ou ampla, mas indiretamente, pela ação direta dos Chefes de Polícia que, inclusive, tomaram a iniciativa de propor aos operários a organização de cooperativas para auxiliá-los a se manterem<sup>7</sup>:

*“O Chefe de Polícia de Milão procura, incansavelmente, desde 1º de setembro e nos dias sucessivos, estabelecer a base dessa acomodação através de providências junto a industriais visando diminuir o custo de vida para os operários. Através de financiamento de grandes cooperativas, lojas de construção etc, os trabalhadores receberiam – antes que as cooperativas entrassem em funcionamento – um quid diário a mais sobre o salário, que diminuiria proporcionalmente de acordo com as vantagens obtidas afetivamente através desses organismos.”*<sup>8</sup>

A “ajuda” da Chefatura de Polícia de Milão é aceita pela FIOM, que se mostra pronta a aceitar uma aumento não de 7, mas de 5 Liras, submetido ao mesmo regime das cotas, ou seja, diminuição progressiva de acordo com a produtividade<sup>9</sup>. Os industriais, contudo, estavam dispostos a levar a luta até o fim, e ignoram a tentativa de

---

6 - SPRIANO, P. – op. cit. p. 60.

7 - À medida que o obstrucionismo era acompanhada do fechamento das fábricas e a ocupação se tornava inevitável a produção continuava, para espanto dos industriais, apesar de em volume menor. Além disso, os trabalhadores organizavam a venda da produção – especialmente dos automóveis da FIAT, para outros países, assim como o fornecimento de matérias primas.

8 - SPRIANO, P. - op. cit. p. 78.

acordo. Diante dessa negativa, Bruno Buozzi passaria um telegrama confidencial ao ministro do interior (Porzio) em que declarava abertamente a impossibilidade de controlar as massas e representá-las nas negociações com a burguesia e o governo:

*“não são mais os chefes do Partido socialista que conduzem as massas; são as massas, cuja mentalidade foi alterada por uma guerra de 5 anos e por suas conseqüências políticas e econômicas que arrastam e levam consigo os seus pretensos dirigentes.”<sup>10</sup>*

Os fatos, entretanto, não se desenrolaram como previsto pelas partes: foram os Conselhos operários que assumiram a gestão das fábricas, colocando na moção a questão da relação entre o conhecimento dos processos de trabalho e o controle sobre as unidades produtivas. O obstrucionismo permitia aos trabalhadores se integrarem, perceberem a relação entre o trabalho *in acto* e seus limites, a possibilidade de controlar através da vontade, da consciência, da razão, a máquina que lhes condicionava e disciplinava movimentos e pensamentos:

*“As hierarquias foram destruídas, os valores históricos invertidos: as classes executoras, ‘instrumentais’, se tornaram classes ‘dirigentes’, assumiram a própria direção, encontraram em si mesmas os homens representativos, a serem investidos do poder de governo, que assumem todas as funções que fazem, de um agregado elementar e mecânico, um grupo orgânico, uma criatura viva.”<sup>11</sup>*

---

9 - A esse respeito, ver a sucessão de telegramas nos dias que antecederam as negociações em SPRIANO, P. - op. cit. p. 181 em diante.

10 - Telegrama citado por Spriano, 4 de setembro de 1920. Ao final do telegrama, o autor adverte: “Previne-se que o autor da mensagem é amigo íntimo do Deputado Labriola e que uma vez que essas informações sejam comunicadas ao mesmo, este imediatamente a comunicaria a Treves que, saberia, assim, quem era o autor dessas informações.” SPRIANO, P. - op. cit. p. 188.

11 - GRAMSCI, A. – Domenica Rossa. 5 de setembro de 1920. L’Ordine Nuovo. 5ª edição. Torino: Giulio Einaudi Editori: 1972, p. 164.

O obstrucionismo, de finalidade em si mesmo, “resposta” aos patrões segundo as intenções da FIOM, tornou-se o passo inicial das ocupações que durariam até o final de setembro, como observava Gramsci:

*“O que ocorreu nesses dias? A Federação metalúrgica havia estabelecido uma luta sindical para obter melhorias de salário para os operários. Os industriais recusaram reconhecer o valor real e positivo do memorial operário. Os chefes da organização, apesar de não serem comunistas, mesmo assinando manifestos contra o método bolchevique de emancipação popular, após um exame da situação real, houveram por bem conduzir a luta em um campo novo (...). Um fato novo se criou subitamente pelo novo método de luta: quando os operários lutavam para melhorar sua situação econômica através da greve, a tarefa dos operários na luta se limitava a ter confiança nos chefes distantes, se limitava a desenvolver a virtude de solidariedade e resistência, fundadas sobre esta confiança genérica. Mas se os operários, na luta, ocupam as fábricas e desejam continuar a produzir, a posição moral da massa assume rapidamente um papel e um valor diversos, os chefes sindicais não podem mais dirigir, eles desaparecem na imensidão do quadro, a massa deve resolver por si própria, com os próprios meios, com os próprios homens, os problemas da fábrica.”<sup>12</sup>*

As agitações cresciam, e ampliavam-se, especialmente nos setores onde a FIOM era mais débil, nos centros industriais.

Em 4 e 5 de setembro ocorreria uma reunião dos “Estados Gerais” do proletariado em Milão: o Conselho Diretivo da CGL, a Direção do Partido Socialista, os representantes das mais importantes Câmaras do trabalho. Chama a atenção a disposição do Partido de subordinar-se às diretrizes estabelecidas pela FIOM e CGL, de condicionar e subordinar a ação operária a um acordo com os patrões. Renunciava-se, claramente, à elaboração de uma estratégia que privilegiasse a autonomia e auto-

---

12 - Idem, Ibid.

determinação das classes trabalhadoras. Tudo se reduzia a uma resposta à intransigência patronal, como demonstrava o editorial do *Avanti!*:

*“Até agora, por obstinação patronal ou pela violação da neutralidade por parte do governo, não se chegou a uma resolução satisfatória do conflito. (Em função disso), as organizações proletárias conferiram à luta o objetivo de controle sobre as fábricas para chegar à gestão coletiva e à socialização de cada forma de produção.”*<sup>13</sup>

Os industriais do ramo metal-mecânico, decidem, através da ILVA, acirrar a luta, permanecendo irredutíveis. A partir de 6 de setembro, entretanto, a situação se agravava, estendendo-se ao campo:

*“O Chefe de Polícia de Palermo informa que 300 camponeses de San Giuseppe invadiram os antigos feudos Bommarito e Quastella, e esclarece que o movimento, aparentemente econômico, é guiado por expoentes do Partido Popular. O Chefe de Polícia de Potenza, por sua vez, comunica que em Matera um cortejo de 600 camponeses ex-combatentes ‘reclama concessões prometidas de terra já de propriedade (de uma) Congregação de Caridade’. Ameaçam-se invasões.”*<sup>14</sup>

---

13 - *AVANTI!*, Edição Romana, 7 de setembro de 1920. A esta posição do *Avanti!*, bem distante da idéia de ocupação das fábricas defendida pelo grupo do ON, a imprensa burguesa reage violentamente. Citado por SPRIANO, P. – *La cultura italiana del’900 attraverso le riviste*. V. 6º 2ª ed. 1963, p. 24 (introdução). Por sua vez, o *Corriere della Sera* se alinha contra o movimento, através de seus articulistas, Einaudi, Albertini, Giovanni Amendola. Em 5 de setembro Albertini escrevia: *“Onde se deseja chegar? À revolução? Não existe nem um reformista, nem um maximalista que acreditasse seriamente na oportunidade de uma revolução que faria perecer de miséria e fome, em poucos meses, 1/3 da população italiana. E agora? Que guerra nefasta se abriu entre os aspirantes aos favores das classes operárias? Não escondemos a maior preocupação, acrescida pela apatia da burguesia e fraqueza do governo, cujo chefe crê ser a coisa melhor a fazer, nas atuais condições do país, economizar as forças na aura da montanha. Que o governo, ao contrário, tenha uma linha e a forneça ao país. Tememos que sua tática seja a de aguardar sem se comprometer. Deseja que a ocupação não tenha sucesso, e por isso não leva a fundo a sua intervenção.”* Citado por SPRIANO, P. *L’occupazione delle fabbriche*. 3ª edição. Torino: Einaudi. 1964, p. 82-3.

14 - *Idem*, nota 4, p. 85.

Nas cidades industriais o movimento crescia. Na segunda semana de ocupação aderiam ao movimento os ferroviários que, ao invés de devolver os vagões cheios de matérias primas às estações de origem, os enviavam às fábricas ocupadas, suprindo-as, assim, de matérias-primas.

Tendo em vista a decisão dos operários de continuar a produzir, Giolitti passou a intervir mais ativamente na questão das ocupações, e autorizou o Ministério do Interior a negociar diretamente com as centrais. Nessa altura, entretanto, a FIOM afirmava que não poderia simplesmente voltar a negociar com o governo nas mesmas bases que antes: o movimento fugia de seu controle, e a mera retomada das negociações, agora com a participação explícita do governo, fragilizaria a instituição frente ao patronato, e a desautorizaria frente às suas bases. O retorno às negociações deveria ser acompanhado de ofertas concretas, que desmobilizassem o movimento dos Conselhos quebrando, com isso, a proximidade perigosa que se estabelecia entre os Conselhos e a perspectiva dos soviets.

Nas fábricas de Turim, os operários que pertenciam aos quadros internos das fábricas assumiam cada vez mais importância, suas funções políticas se ampliavam e passavam a incorporar a questão do saber técnico, que os membros dos Conselhos possuíam de forma muito superior às hierarquias sindicais e políticas, naturalmente afastadas da produção para exercer suas funções burocráticas.

A FIOM e a CGL tendiam, assim, a perder terreno para os Conselhos, articulados em um número crescente de fábricas, ao ser colocado na moção a organização de uma rede de contatos com outras fábricas, visando o fornecimento de matéria prima e as vendas. A intervenção nos Conselhos se tornava cada vez mais central para a FIOM e CGL, já que o centro articulador do movimento residia ali,

tentando limitar o caráter obstrucionista do movimento, insistindo no seu caráter defensivo<sup>15</sup>. Porém nos principais centros a produção continuava. O Congresso Sindical Socialista, com sede em Milão, abria seus trabalhos no dia 10 de setembro com uma constatação:

*“O movimento não apenas se manteve maciço, mas se estendeu aos centros menores e tende a ampliar-se nos centros maiores, com a ocupação dos estabelecimentos químicos e têxtil (...).”*<sup>16</sup>

Como resposta, a tática da FIOM foi procurar centrar suas forças onde o movimento dos Conselhos não era tão forte, em uma tentativa clara de isolar o “autonomismo” e o “sovietismo” dos Conselhos, tentando evitar que estes sentimentos se espalhassem para outros centros italianos.

De forma sistemática o Partido Socialista e a FIOM evitavam realizar encontros significativos na Turim tomada pelos operários<sup>17</sup>. Centravam suas forças nos grandes centros, como Milão e Florença, procurando a todo custo participar de forma compulsória dos Conselhos através das Comissões de Fábrica. Em Florença, onde as Comissões eram muito débeis e menos centralizadas do que as de Turim, a FIOM conseguiu que na composição daquelas deveriam

---

15 - A FIOM publicava uma nota no Avanti! de 10 de setembro, em que afirmava: *“Por ordem da FIOM continua em todos os estabelecimentos o obstrucionismo”*. SPRIANO, P. – op. cit. p. 98, nota 3.

16 - *“Em Turim quase toda a classe operária participa da ocupação. Não somente as pequenas, médias e grandes indústrias do metal (autos, carroceria, fundições, fábricas de acessórios, material ferroviário, motores marítimos, máquinas de utensiliária, fábricas que parafuso, aparelhos de precisão, máquinas tipográficas), assim como estabelecimentos da borracha: Spiga, Michelin, Walter Martinez, Tedeschini, Saiga, De Luca, fábricas de calçados, têxtil, seda artificial e couro não somente na cidade, mas também na província. Calcula-se que o número dos operários turineses interessados na ocupação chegue a 150.000.”* SPRIANO, P. - op. cit. p. 96.

17 - Entre 10 e 11 de setembro ocorre o Congresso Sindical Socialista em Milão, e as direções socialistas, da CGL e FIOM se reúnem no eixo Roma Milão.

entrar não somente os trabalhadores eleitos diretamente pelas seções, mas membros indicados pela própria FIOM, que não necessariamente tivessem vinculação direta com a produção local.<sup>18</sup>

Certamente essas diretrizes estavam muito distantes daquelas que orientavam os Conselhos turineses: tratava-se, em Firenze (e também em Milão), de uma tática de reforçar uma forma anterior de composição das Comissões internas, que serviam de “correia de transmissão” entre empregados e patrões, atravancando a substituição das velhas comissões internas pelos Conselhos de fábrica, expressão da nova organização dos trabalhadores, como ocorria em Turim.

As comunicações captadas de forma clandestina pelo Ministério do Interior dos telegramas e telefonemas empreendidos pelas centrais sindicais relatam diagnósticos bastante precisos que orientariam as organizações econômicas a centrar sua força onde o movimento era mais débil, evitando, assim, que a proposta de autonomia das classes trabalhadoras substituísse a idéia de que o movimento deveria se limitar à obtenção compensações econômicas. Tratava-se, verdadeiramente, de uma decisiva batalha ideológica e política entre o movimento dos Conselhos, organizado pelo pessoal do ON, e os reformistas da FIOM, CGL e PSI. As debilidades do movimento existiam, efetivamente, abrindo brechas para que o discurso

---

18 - No jornal “La Nazione”, de 7 de setembro de 1920, é publicada pela seção florentina da FIOM, as seguintes diretrizes dos Conselhos de fábrica: “1. *Eleger um comissário de seção*; 2. *O Poder disciplinar está a cargo da Comissão interna, com a participação coadjuvante dos comissários de seção*; 3. *O Conselho de fábrica deve ser composto por um número igual de operários, eleitos entre os comissários de seção e de empregados burocráticos.*” SPRIANO, P. – op. cit. p. 100, nota 1.

econômico influenciasse os trabalhadores. Em algumas fábricas, os motivos que levavam os trabalhadores a continuar a produzir eram majoritariamente financeiros: vendendo a produção poderiam gerar uma receita que lhes permitisse suportar a falta de salários. Segundo Spriano,

*“A atmosfera das fábricas é criada por elementos objetivos e estados de ânimo heterogêneos. Continua-se a trabalhar e a produzir de forma muito diversa de lugar para lugar, de fábrica a fábrica. Oficialmente, vigoram as disposições para o obstrucionismo, mas em muitos estabelecimentos as Comissões internas decidem abandoná-lo para intensificar a produção, dada a situação cada vez mais pesada das famílias dos trabalhadores, sem salário desde o final de agosto.”<sup>19</sup>*

Entendemos que essa característica do movimento – a tensão entre o caráter econômico e o político-revolucionário – era claramente percebida e capitalizada pela FIOM nos seguintes termos: se parcelas do movimento estão mais preocupadas em manter o movimento por motivos mais econômicos do que socialistas, certamente esses setores mais “imediatistas” estarão mais preocupados com sua sobrevivência econômica durante os dias de paralisação, ainda que isso não seja mandatório em um primeiro momento. É assim que a própria FIOM, ao perceber que atacar diretamente a ocupação tenderia a ser contraproducente para manter seus vínculos com as bases ainda não totalmente convencidas pelo movimento turinês dos Conselhos de fábrica, voltava-se para uma iniciativa isolada, mas que teria outros desdobramentos: a de subvencionar os trabalhadores que haviam ocupado as fábricas através da organização de cooperativas operárias:

*“A FIOM aconselha proceder-se a um inventário geral das fábricas e em algumas cidades, como Milão e Turim, as Câmaras do trabalho iniciam a venda de mercadorias. Mas isso é coisa de pouco volume. Para suprir as necessidades mais urgentes, ocorre uma subvenção do movimento cooperativo.”<sup>20</sup>*

Assim, além da organização de “cozinhas comunitárias”, a FIOM, sigilosamente, iniciava tratativas para um empréstimo junto ao Instituto de Crédito para as Cooperativas, em um montante que seria de 25 milhões de Liras, cujo financiador era o Banco Comercial italiano<sup>21</sup>.

Apesar da iniciativa de D’Aragona, o projeto das cooperativas permanece adormecido por alguns dias. É que o movimento se acentuaria na Fiat de Turim, em função da descoberta de listas negras de “operários subversivos”, que não deveriam ser contratados em nenhuma das empresas nacionalmente associadas. Essas listas eram montadas, por sua vez, a partir de uma rede de organização interna de espionagem, organizada pelos patrões (os operários tiveram acesso a essas listas porque elas haviam sido deixadas nos escritórios contábeis das fábricas ocupadas).

No dia 10 de setembro o movimento atingiu seu auge. O Conselho diretivo da CGL reuniu-se com expoentes do partido para

---

19 - Idem, p. 98

20 - SPRIANO, P. – op. cit. p. 98.

21 - Esse acordo é objeto de pesquisa por parte de Spriano que, se por um lado não encontra nenhum documento comprovando-o nos arquivos do Banco comercial, e nem contatos epistolares entre a FIOM e o Banco, possui dois testemunhos documentados, de caráter significativo: Minunni afirmaria no seu livro *Storia Della Capitolazione Industriale* a existência do acordo. Angelo Tasca confirma essa disposição ao comentar: “Os dirigentes do Banco comercial asseguram à FIOM a sua benévola neutralidade e oferecem e solicitam as garantias (ao empréstimo) em caso de uma conclusão revolucionária do movimento”. SPRIANO, P. - Op. cit. p. 98, citado a partir de I. MINUNNI – *Storia*

avaliar a situação. Estavam presentes, representando Turim, Togliatti (secretário da seção socialista turinesa) e Nino Benso, pela Federação provincial do Partido.

*“A CGL é francamente contra uma perspectiva insurrecional, e D’ Aragona e Bianchi, pela CGL, estreitam seus contatos com as direções reformistas do PSI para tentar encontrar uma ‘solução de compromisso’ para a disputa. O Conselho diretivo do PSI reúne-se, então, separadamente, porém decide elaborar uma plataforma de extensão do movimento, em direção ‘à socialização dos meios de produção’. A Direção do Partido proclama, assim, a intenção de ‘evocar para si a responsabilidade e a direção do movimento, estendendo-o a todo o país e à inteira massa proletária, compreendendo-se por ‘inteira’ não só fábricas, mas também à ocupação das terras.”<sup>22</sup>*

A resposta da CGL é imediata: o seu conselho diretivo se reúne, sem a presença do Partido, e decide por uma posição totalmente diferente: vota-se por retirar do Partido a direção do movimento, reivindicando para si a sua tutela e direção. Segundo Spriano,

*“Chega-se a uma situação que pode parecer absurda a quem não leve em consideração a complicada e bizantina dicotomia do movimento; chega-se a fazer do Conselho nacional da CGL (composto pelos representantes das Câmaras do trabalho e das federações de ofício, de um colégio, portanto, no qual prevalecem funcionários e representantes sindicais, normalmente os mais periféricos nos confrontos da responsabilidade política da luta e dos seus pontos centrais), o juiz supremo da revolução desejada pelo partido”<sup>23</sup>*

E conclui:

*“A Confederação não pretende, de forma alguma, confiar a sorte da agitação ao partido; reivindica sua tutela e direção. Ela decide “que o*

---

della capitolazione industriale, in: L’Idea Nazionale, 19 de set. de 1920, e B. RIGUZZI, La cooperazione operaia. Gobetti, Torino, 1925.

22 - SPRIANO, P. - op. cit. p. 107.

23 - Idem, ibid.

*objetivo da luta seja o reconhecimento por parte do patronato do princípio do controle sindical das fábricas, pretendendo com isso abrir o caminho àquelas conquistas maiores que devem, sem falta, levar à gestão coletiva e à socialização para resolver assim, de forma orgânica, o problema da produção*"<sup>24</sup>

É no contexto da rejeição a qualquer forma de controle político que ameaçasse retirar das centrais sindicais o predomínio e a influência sobre o movimento, que Fiom e Cgl organizam uma alternativa ao refluxo momentâneo (porque posteriormente a proposta será incorporada pelo próprio patronato, como veremos adiante) da organização em cooperativas: a substituição da idéia de revolução pela idéia de **controle sindical**, a substituição do Partido Socialista pela Cgl e Fiom no controle da luta política.

---

24 - Idem, *ibid.*

## 7.2- O Controle Sindical da CGL e o PSI

Em 12 de setembro os organismos sindicais reunidos em Milão expõem para a direção do Partido socialista sua disposição de tomar para si a coordenação do movimento. A direção do PSI não propõe formalmente nenhuma moção para ser votada. Portanto, são votadas apenas as moções de correntes de dentro da própria CGL: D'Aragona<sup>25</sup>, e de Bucco e Schiavello. Nesta está escrito:

*“O Conselho nacional da CGL solicita à Direção do Partido a tarefa de dirigir o movimento, dirigindo-o às soluções máximas do programa socialista, isto é, à socialização dos meios de produção e troca.”<sup>26</sup>*

É interessante observar a oposição violenta da direção da CGL ao posicionamento dos setores de parte do seu próprio Conselho Nacional (tal como Bucco e Schiavello). Em sua exposição de motivos, no congresso de Milão, D'Aragona chega a exortar os socialistas:

*“Nós evocamos todas as organizações a ter espírito de disciplina, e solicitamos a vocês que nos invistam da força e da potência para poder expulsar dos nossos quadros as organizações que não mantêm a disciplina confederativa.”<sup>27</sup>*

---

25 - Ver a reprodução das duas moções, de D'Aragona e Bucco/ Schiavello no apêndice deste capítulo.

26 -SPRIANO, P. - op. cit. p. 111.

27 - A transcrição completa está transcrita no Apêndice a este capítulo. In: MANACORDA, Gastone. Cap. VI – guerra, dopoguerra e fascismo (1914-1926). In: *Il socialismo nella storia i'Italia*. v. 2º. Bari. Laerza. 1972. P. 437-444.

Ou seja, expulsar aqueles que tinham proposta que o OS assumisse a direção do movimento. Para os socialistas presentes, a mensagem é igualmente dura: é necessário que confira ao movimento uma disciplina e uma direção, para sufocar as forças “dissonantes”.

A questão do caráter da disciplina, que Gramsci discutiria amplamente, como veremos no próximo capítulo, apesar de não afirmada explicitamente, estava totalmente colocada no discurso de D’Aragona: ela não pode ser a socialista-revolucionária, porque o proletariado seria massacrado porque não era a hora e porque ela é irrelevante. A disciplina deve, antes, ser a confederativa, a do colaboracionismo entre as classes e da cooperação entre governo, trabalhadores e empresários, a da produtividade. Neste sentido, a fala de D’Aragona delimitava claramente os territórios, além de afirmar que, se aqueles quisessem defender propostas dissonantes com aquelas estabelecidas pela “disciplina confederativa”, que o fizessem no seu próprio território, o da política, não no da luta sindical. Era, verdadeiramente, uma ameaça e uma humilhação, para que o PSI se alinhasse com as posições de D’Aragona e Buozzi:

*“Queremos chamar as nossas organizações (para que tenham) um maior senso de disciplina, porque se não houver disciplina, não haverá ninguém que tenha a possibilidade de dirigir quando cada Câmara do Trabalho faz aquilo que quer. Vocês têm o direito de criticar os seus atos, têm o direito de mandar-nos embora se não representarmos as suas idéias, têm o direito de mudar os homens, mas quando vocês levaram os seus sócios na nossa organização, quando vocês estão inscritos na Confederação, assumiram a obrigação de obedecer à disciplina confederativa, porque se amanhã assumíssemos a responsabilidade desta batalha, e depois víssemos que as Câmaras do Trabalho fazem aquilo que querem, vocês entenderiam que não podemos assumir para nós esta*

*responsabilidade, porque não podemos ser responsáveis pelos atos de outros.*<sup>28</sup>

O PSI e os socialistas do ON se encontravam isolados nessa votação: não tinham direito a voto os representantes dos ferroviários, dos marítimos e portuários, e nem foram convidados ao encontro os homens da USI, composta por setores sindicalistas de orientação socialista e revolucionária.

O resultado da votação da moção é o seguinte: D'Aragona, 591.245 votos, Bucco, 409.569 votos, abstenções (especialmente das seções da FIOM), 93.623. A revolução, é, assim, ironicamente votada e rejeitada pela maioria dos reformistas.

Após a divulgação dos resultados a CGL dá o golpe final: D'Aragona duvidava que o momento fosse revolucionário, e afirma que, caso o PSI decidisse levá-lo até o fim, que assumissem a responsabilidade, já que as organizações sindicais lavariam suas mãos:

*“Vocês acreditam que este seja o movimento para fazer nascer um ato revolucionário, então assumam a responsabilidade. Nós que não nos concebemos assumindo esta responsabilidade de atirar o proletariado ao suicídio, lhes dizemos que nos retiramos e nos demitimos. Sentimos que neste momento é necessário o sacrifício das nossas pessoas; assumam a direção de todo o movimento.”*<sup>29</sup>

Frente a esta proposta de D'Aragona e a perda na “votação da revolução”, como a definiria Gramsci, a declaração de Gennari, secretário do Partido, é sintomática da apatia de que este fora tomado: o secretário não somente reconhecia a “honestidade desta

---

28 - Idem. V. apêndice.

29 - Citado por SPRIANO, P. Op. cit. p. 109.

declaração”, como afirmava que D’Aragona e os dirigentes da CGL haviam demonstrado sua disposição para “*afrontar todo risco e todo perigo*”<sup>30</sup>. Segundo Tasca,

*“Depois que o Conselho nacional se pronunciou majoritariamente pela tese ‘sindical’, o secretário do partido, Gennari, se limita a declarar: ‘o pacto de aliança estabelece que para todas as questões de caráter político, a Direção do Partido pode assumir a responsabilidade de evocar para si a direção do movimento e a Confederação se empenha em não obstacularizar o próprio movimento. Neste momento, a Direção do Partido não pretende valer-se desta faculdade. Poderia ocorrer que, em seguida, por diversas circunstâncias, a Direção entenda ser oportuno apelar ao pacto, estabelecido entre nós e vocês, e estou certo que cada parte honraria tal pacto.”*<sup>31</sup>

Observando que o comodismo do partido havia selado a ausência de disposição em apoiar o movimento dos Conselhos operários, Tasca conclui:

*“A Direção do Partido perdeu dois meses inteiros pregando a revolução, mas não previu nada, não preparou nada; quando os votos de Milão deram a maioria às teses confederais, os dirigentes do partido suspiraram aliviados, livres agora de qualquer responsabilidade podem gritar a plenos pulmões a traição da CGL: têm, assim, algo a oferecer às massas que abandonaram no momento decisivo, felizes que um tal epílogo lhes permita salvar a pele.”*<sup>32</sup>

Após essa decisão tomada em um congresso longe de Turim, esvaziado das direções socialistas e revolucionárias, a Câmara do trabalho de Turim é a primeira a iniciar o trabalho de propaganda e condenação ao movimento dos Conselhos exatamente onde eles

---

30 - Resoconto stenografico del XVII Congresso nazionale del PSI. citado por SPRIANO, P. – op. cit. p. 109, nota 2.

31 - TASCAS, A. – op. cit. p. 122

eram mais fortes e organizados. Em 14 de setembro, o *Avanti!*, em sua edição piemontesa, publicava um artigo em que a Câmara do Trabalho de Turim exorta os operários a “evitar todo o êxodo injustificado das mercadorias e matérias primas, abstendo-se de atos de compra e venda e comprometendo-se a não estender ulteriormente as ocupações das fábricas.”<sup>33</sup> O problema fundamental é o da tática, não a estratégia:

*“A escolha da tática a seguir é a questão que se coloca o Conselho nacional da CGL, convocado a Milão em 10 de setembro, em acordo com a Direção do PSI. As duas organizações haviam acordado, alguns dias antes, que ‘agora, diante da obstinação patronal, não se teve sucesso de se chegar, de forma gentil, a uma solução satisfatória do conflito’. A luta operária tomará como objetivo ‘o controle sobre as fábricas para chegar à gestão coletiva e à socialização de toda forma de produção’. A reivindicação imediata é aquela do controle; a ‘socialização’ é adiada para um futuro distante. Colocar como objetivo o controle equivale a declarar que não existe a intenção de avançar mais; é declarar que se evacuarão as fábricas, uma vez que este tenha sido obtido. A direção do PSI não é de forma alguma ‘maximalista’ e não deseja tomar para si a responsabilidade da desilusão inevitável das massas. Um ‘Pacto de aliança’ entre a CGL e o PSI, assinado no final de 1918, reserva a este a direção das greves políticas. Discute-se, portanto, para saber se a greve é política ou sindical. Por trás deste (conflito) bisantinesco, esconde-se o medo comum da responsabilidade: a CGL oferece aos maximalistas e aos comunistas, que estão à testa do partido, assumir a direção do movimento, sabendo muito bem que não possuem nenhuma intenção de fazê-lo.”<sup>34</sup>*

---

32 - Idem, p. 122.

33 - Idem, *ibid.*

34 - Há tempos a CGL já vinha aprovando em seus congressos, ainda que sem o apoio do PSI e à revelia do grupo do ON e dos operários turineses, a moção de que ela deveria assumir o controle do movimento dos Conselhos, como se lê em Tasca, “O conflito de abril havia colocado de forma aguda o problema das relações entre os Conselhos e os sindicatos, que foi rediscutido no congresso extraordinário da FIOM, ocorrido em Genova entre 20 e 24 de maio de 1920. Um mês depois da liquidação da greve turinesa, foi aprovada uma moção que,

Se a CGL havia ganho uma batalha com relação ao PSI, uma outra ainda estava em curso: como esvaziar o movimento dos Conselhos, assumindo a sua condução? A resposta foi dada por Buozzi e D'Aragona, e consistia em afirmar que a colaboração entre as classes fundamentais não havia sido possível dada a intransigência patronal – e de setores do próprio movimento socialista (leia-se os ordinovistas) em ceder mutuamente. Tratava-se de conferir às organizações sindicais o poder de servir como mediadores e gestores da produção, tendo em vista a necessidade urgente de se encontrar uma via alternativa ao confronto que ameaçava tomar proporções incontroláveis.

A CGL e a FIOM desejavam, assim,

*“encontrar uma via de saída com a qual, ao lado das reivindicações salariais, se garantia ao sindicato o papel de vigilância da conduta econômica e financeira da produção, de tutela do tema da disciplina de fábrica e dos direitos sindicais dos trabalhadores. Se busca um compromisso honrado, talvez um primeiro passo em direção à co-participação na gestão industrial (...).”<sup>35</sup>*

O controle sindical aparecia, assim, como uma questão de ampliação de conquistas “maiores”, que deveriam levar a uma “gestão coletiva da produção e à socialização”. Coletiva, bem entendido, não significava proletária ou comunista, mas sim supra-classista, com a

---

*reconfirmando as deliberações do Congresso de Firenze, reservava, entre outras coisas, ‘ao Congresso da CGL qualquer decisão definitiva acerca da instituição dos Conselhos de Fábrica e a determinação das funções que devem desenvolver enquanto permanecer o regime industrial’.* Citado por Tasca a partir de Relazione Buozzi ao Congresso nazionale della FIOM del 27-28 aprile 1924. Como se vê, o Congresso do Conselho nacional da CGL de setembro de 1920 confirmava uma deliberação anterior, de assumir a direção do movimento consiliar. TASCA, A. - op. cit. p. 134.

35 - SPRIANO, P. – Op. cit. 124.

participação das classes trabalhadoras e da burguesia na direção de um 'bem maior', ou seja, a resolução do 'problema da produção'. Este, por sua vez, não era concebido como um problema intrínseco ao capitalismo, relativo à luta de classes, mas sim como problema de 'gestão', de administração da produção, que deveria ser entregue aos operários, porém sem tocar na propriedade, reservada aos patrões.

O sucesso da CGL em dominar neste momento as forças identificadas com o socialismo da III internacional, seja no seu interior, seja no partido - não passaria despercebido para industriais e governo. Dissemos acima que, logo em seguida da conclusão daquele congresso, a CGL pediu formalmente ao governo Giolitti a constituição de uma comissão paritária, que tratasse da elaboração do projeto de lei sobre o Controle sindical. Giolitti se encontrava na França, em Aix-Les-Bains, em um encontro com o Primeiro Ministro francês, Millerand. De lá, ele convocaria um encontro entre a Confidustria e a CGL, na metade do caminho França-Itália. Para o encontro estão convidados, formalmente, D'Aragona e Baldesi, pela CGL, Buozzi, pela FIOM, Olivetti e o Engenheiro Meneguzzi, consultor técnico para os industriais, além do Chefe de Polícia de Milão (Lusignoli), e de Turim (Taddei).

O ponto digno de ser observado, diz respeito ao discurso de D'Aragona sobre a oportunidade e o sentido do controle sindical sobre a fábrica. Segundo Spriano,

*"D'Aragona afirma que o controle é necessário para conhecer através de qual processo de trabalho, de qual sistema para a aquisição das matérias primas necessárias, quais operações financeiras se forma o custo de produção, e quais os lucros sobre as vendas. Somente assim os sindicatos poderão saber,*

*verdadeiramente, se as indústrias estão em condições de atender as solicitações de melhorias salariais dos operários, ou se tais solicitações não são suportáveis. Por outro lado – precisa D’Aragona, renovando a hostilidade a qualquer impositação ‘consiliar’ - não é possível confiar esse controle a cada fábrica, porque, fazendo assim, se desenvolveria o egoísmo de categorias e grupos de trabalhadores.*<sup>36</sup>

Contando com a maioria entre os operários de sua própria organização, e tomando como certo o apoio generalizado das classes trabalhadoras à sua proposta de controle sindical (que, depois, como veremos, não correspondia à efetiva disposição de ânimos, especialmente do proletariado), D’Aragona prometia aos industriais o refreamento dos ânimos dos trabalhadores desacreditando o movimento dos Conselhos, renegando setores representativos das próprias classes trabalhadoras, reduzindo-os à exigências de melhorias salariais. Para sustentar sua proposta de controle sindical, a CGL afirmava que os patrões estavam desacreditados frente às classes trabalhadoras. Para recuperar sua imagem e contar com a participação ativa dos trabalhadores na produção, era necessário que os industriais provassem aos operários que era realmente impossível atender às reivindicações dos trabalhadores. Para isso, deveriam aceitar que os sindicatos avaliassem “imparcialmente” as reais condições econômicas das empresas.

Dentro do horizonte pretendido pela CGL, o Partido Socialista não tinha lugar, a não ser como coadjuvante, como apêndice das decisões tomadas na esfera do sindicato. A proposta do controle sindical era explícita sobre o controle que a CGL deveria assumir

---

36 - SPRIANO, P. – op. cit. p. 129.

sobre outras organizações e as reivindicações dos operários. Condenava, por sua vez, qualquer iniciativa de gestão da fábrica que fugisse do seu controle e direção, da sua disciplina.

Como conclusão da reunião, Giolitti propôs a organização de uma comissão paritária de seis representantes da CGL e seis da Confindustria, com *“a tarefa de formular as propostas a serem submetidas ao governo para a apresentação de um projeto de lei sobre o controle sindical.”*<sup>37</sup>

Esse debate sobre Conselhos X Controle sindical ilustra, na prática da luta de classes, as diferenças entre as perspectivas social-democrática (controle sobre o processo produtivo) e comunista (hegemonia no processo de valorização).

### **7.3 - Do Controle Sindical aos Conselhos de Administração**

Ao contrário do PSI, a questão do controle sindical não era tão pacífica entre os industriais, que se mostravam preocupados com o significado que este poderia assumir frente às massas. A burguesia italiana continuava intransigente em abrir mão de seu controle sobre a fábrica, porém sabia que não tinha força suficiente para fazer frente à insatisfação das classes trabalhadoras, apesar da franca disposição de seus líderes em frear o avanço da revolução a qualquer custo.

Em segundo lugar, a burguesia italiana estava preocupada com a posição assumida pelo próprio governo Giolitti. Vimos,

anteriormente, que um dos motivos para a radicalização das posições da burguesia industrial italiana era o fato desta desejar uma ampliação dos benefícios e isenções fiscais, contando pressionar o governo a realizar concessões e reprimir violentamente as classes trabalhadoras.

A política de Giolitti, entretanto caminhava em uma direção diferente, ainda que não oposta: o governo aproxima-se justamente dos setores reformistas da CGL e FIOM, procurando neutralizar e isolar o movimento consiliar de Turim, conferindo roupagem nova ao velho “dividir para reinar”. Assim, Giolitti ao mesmo tempo que reforçava sua posição de não atacar os trabalhadores, esperando que o movimento se enfraquecesse pela divisão das próprias forças internas, se aproximava de setores específicos do capital financeiro e industrial – em especial a *Banca di Sconto* e o grupo da Ansaldo, procurando-o convencê-los de que a proposta de “Controle Sindical”, aliada à de cooperativização das fábricas, conferiria novamente ao movimento um caráter econômico, ao mesmo tempo que acenava com a participação dos sindicatos na gestão industrial.

A proposta do “Controle Sindical” era, assim, incorporada e reeditada por Giolitti (e Turatti, ministro do trabalho): pela proposta do governo, o controle sindical era substituído pelo “controle industrial”, e a gestão das fábricas era remetida a uma comissão nacional, os “conselhos de administração” - comissões paritárias de operários, patrões e técnicos que serviriam para estimular a produção, desempenhando o papel de instrumento do “renascimento econômico”

---

37 - Telegrama do Chefe de Polícia de Turim, às 23:00 de 15 de setembro de 1920 ao Ministério do Interior. Citado por SPRIANO, P. - op. cit. p. 129.

do país. Segundo De Rosa, do Partido popular, defensor da proposta de Giolitti, tratava-se,

*“em outros termos, de colaboração do trabalho com a empresa (e não antagonismo e luta política demolidora); e colaboração do trabalho e da empresa com o interesse público e dos consumidores, mais ou menos representado pelo Estado (...) valorização dos sindicatos, encaminhando-o à colaborações mais intensas e a visões mais vastas, para o interesse nacional.”<sup>38</sup>*

No mesmo sentido, Turatti afirmava, em 20 de setembro, num artigo publicado no *Il Lavoro*, jornal governista de Gênova, que os conselhos de indústria deveriam ter como tarefa *“imprimir novamente no trabalhador o impulso, que havia diminuído, (em direção ao) trabalho intenso e alegremente produtivo.”<sup>39</sup>*

A direção imprimida pelo governo e pelas organizações sindicais é, assim, francamente oposta à ordinovista. Era justamente aquela criticada duramente pelo movimento dos Conselhos organizados em Turim: em lugar da conquista revolucionária das classes trabalhadoras, através de um trabalho de cultura e educação, as organizações sindicais reforçavam a subordinação disciplinar dos trabalhadores à ordem burguesa, acrescentando a ela alguns elementos que transparecem claramente na fala de Turatti/De Rosa. Não se falava mais em “trabalhadores” e “patrões”, mas em “trabalho e empresa”, como se fossem duas entidades abstratas, supra-classistas, subordinadas a uma lógica acima dos interesses patronais. Outra novidade repousava na idéia de “interesse nacional”. Este, agora,

---

38 - DE ROSA, G. – Storia del partito popolare. P. 143. Citado por SPRIANO, P. - op. cit. p. 123.

39 - F. TURATTI. Il controllo operaio sulla fabbrica. *Il Lavoro*, 25 de setembro de 1920 - Citado por SPRIANO, P. - op. cit. p. 123.

aparecia individualizado com uma roupagem nova, não menos ocultadora dos interesses da burguesia do que antes, durante a guerra (quando se falava de “bem comum e “nação”), porém mantendo uma afirmação de grande apelo popular: a colaboração entre “trabalho e empresa” deveria servir para o “interesse público e dos consumidores”.

A segunda novidade do discurso estava na identificação dos interesses públicos com a idéia de cidadania dos consumidores: descaracterizava-se a identificação que os socialistas-revolucionários haviam tentado estabelecer entre os interesses sociais com a idéia de exercício de uma cidadania dos produtores por parte das classes trabalhadoras.

O objetivo e a função do trabalho apareciam, assim, totalmente descaracterizados: o discurso sindical e burguês-governamental afirmavam que a função social do trabalho não era a produção, a emancipação, a tomada de consciência através da atividade metódica e coletiva, mas sim o salário, a capacidade de adquirir mercadorias, de se tornar consumidor. O colaboracionismo aparecia como a finalidade última do movimento dos sindicatos e, apesar de derrotados, também dos Conselhos, e não a revolução defendida pelos “irresponsáveis”<sup>40</sup>. Assim, contrapunha-se ao discurso de que na fábrica não poderiam conviver dois poderes a idéia de que, de fato, o único poder possível era o da colaboração, da união para o bem mútuo. Apesar da resistência de setores significativos do patronato, esse discurso é visto

---

40 - Todas as atuais técnicas de gestão (e reestruturação produtiva), encontram aqui uma situação típica. O discurso da reestruturação – seus propósitos e justificativa – está aqui claramente colocado e praticado.

por setores da indústria metal-mecânica como a única saída para evitar-se não só a revolução, mas também para se garantir que, após o fim do movimento, os operários estejam dispostos a produzir, e não vejam o retorno às fábricas sob a direção patronal, como um castigo.

O próximo passo da CGL foi a solicitação ao governo para a constituição de uma comissão de representação paritária, que estabelecesse os métodos e modos de aplicação do princípio do controle das fábricas. Por sua vez, o governo Giolitti propõe a convocação do Parlamento para uma reforma constitucional que conferisse forma jurídico-estatal às normas de convivência entre patrões e empregados, e definisse os termos do “controle sindical”. De fato, estava-se buscando uma “legalização” do conceito de “controle sindical”, o que jamais ocorreria.

A resposta patronal, porém, não seria positiva: no mesmo dia 13, reuniram-se na Chefatura de Polícia de Milão os representantes dos grandes bancos. Estes afirmariam que a aceitação do princípio do controle sindical não seria fácil como fazia crer o governo, tendo em vista a irredutibilidade da posição dos industriais, entre eles Olivetti. Contrastando com setores fortemente resistentes a qualquer negociação com os operários, (são esses os mais radicais e os menos dispostos a ceder, que também seriam aqueles que já nesta época assinalavam o apoio ao fascismo), o Consórcio Lombardo e a Confidustria se apresentavam dispostos a abrir mão de certos pontos em favor dos operários para que, em uma eventual radicalização, não ocorresse na Itália aquilo que ocorrera na Rússia: a expropriação das classes proprietárias.

Uma conversa gravada entre o Presidente do Consórcio lombardo dos industriais metalúrgicos de Milão (Albertini), com o Presidente da Confindustria em Roma (Amendola) em setembro de 1920 (portanto, durante a ocupação das fábricas) é bastante esclarecedora sobre esse estado de ânimos e a disposição destes setores representativos dos industriais de outorgar aos sindicatos o controle da situação para exaurir o movimento e barganhar, assim, mais dividendos econômicos junto ao governo e à CGL, evitando, um confronto definitivo e possivelmente fatal<sup>41</sup>.

Roma: (Amendola) Bom dia, diretor

Milão: (Albertini) *Aqui a situação é desastrosa.*

Roma: *Sim? As coisas não se acomodam?*

Milão: *Parece-me o esfacelamento*

Roma: *É terrível.*

Milão: *A mais elementar função de governo em Milão não existe mais. (...) Não há mais nada, absolutamente nada, que se assemelhe a um governo.*

Roma: *Mas o que se poderia fazer nessa situação?*

Milão: *Dar o poder à Confederação Geral do Trabalho.*

Roma: *Mas isso é o extremo!*

Milão: *Não, não, é muito melhor do que está acontecendo agora. Não é possível avançar assim, meu caro!*

Roma: *Mas, resumindo, o que o senhor diz é: façamos a revolução e adeus! Acabou! Mas para não fazê-la, o que se pode fazer?*

Milão: *Justamente, para não fazê-la, o único meio é conferir o poder à CGL.*

---

41 - O grupo "moderado" dos industriais era composto, além dos representantes da Confindustria e do Consórcio lombardo, por Agnelli, Conti, Falck e os diretores da "Banca Commerciale". Segundo SPRIANO, "A abordagem dos 'moderados' se nutre de uma avaliação mais realista do movimento (necessidade de vir ao encontro da mão estendida pela CGL, impossibilidade de fazer Giolitti retroceder da sua linha de conduta), e de uma mais hábil concepção de objetivos e instrumentos que se exprimirá inclusive sobre o problema das concessões salariais". SPRIANO, P. - op. cit. p. 126.

Roma: *E fazer o quê?*

*Milão: O Conselho de fábrica, tudo o que quiserem... Mas, pelo menos, haverá uma ordem... Haverá alguém que se imponha aos industriais... aos operários.. acontecerá aquilo que hoje não há, que hoje ninguém impõe nem aos industriais nem aos operários.*<sup>42</sup>

O governo Giolitti, por sua vez, vai se aproximando da CGL e dos patrões através de duas frentes. Para os patrões, acena com isenções fiscais para compensar as “perdas” sofridas durante os dias da ocupação. Apesar do discurso de austeridade do governo Giolitti e da condenação à especulação financeira, este

*“promete aos industriais compensações concretas, seja em questões de desagravos fiscais, seja em matéria de proteção alfandegária. Alguns órgãos de imprensa (divulgação) nesses dias um caso interessante que se verificará para indústria automobilística: um decreto de 14 de setembro vem em seu socorro, elevando em 40% os impostos sobre o valor de autos importados.*<sup>43</sup>

Para a CGL (e a FIOM), promete uma ampliação de sua participação executiva, inclusive com cargos no governo. Com apoio dos sindicatos, Giolitti passou a pressionar os patrões de forma direta: baixou um esboço de decreto que determinava a nomeação de uma comissão paritária de 6 representantes da CGL e 6 da Confidunstria para “*formular as propostas a serem submetidas ao governo sobre o projeto de lei de controle sindical*”<sup>44</sup>. O Governo estabelecia, assim, oficialmente, que a única entidade representante das classes

---

42 - Conversação telefônica entre Albertini e Amendola, 15 de setembro de 1920. Reproduzido por SPRIANO, P. - op. cit. p. 201.

43 - Idem. p. 127.

44 - Telegrama do Chefe de Polícia de Turim, 23:00 do dia 15 de setembro de 1920. Citado por SPRIANO, P. – op. cit. p. 129.

trabalhadoras, oficialmente reconhecida para desempenhar o papel de interlocutora, era a CGL.

O princípio do controle sindical foi aprovado com muitas ressalvas pelo Conselho Nacional da Confederação Industrial, em 17/09 (em uma votação em que a proposta vence por 21 votos a 14 – Conti e Crespi cedem sobre a pressão do advogado Rotigliano, da Ilva):

*“O Conselho Nacional da Confederação das Indústrias admite, uma vez que a outra parte moveu-se no mesmo sentido, aceitar o princípio de controle da indústria aberto na base de procedimentos legislativos, quando este não estabeleça nem monopólios nem prevailecimento para as organizações sindicais, e signifique colaboração e responsabilidade dos vários elementos da produção.”<sup>45</sup>*

No dia 19 de setembro Giolitti convocaria um novo encontro, em Roma (a Convenção de Roma). Estavam presentes os Chefes de Polícias Lusignoli e Tadei, D’Aragona, Baldesi e Colombino pela CGL. Pela FIOM, Marchiano, Raineri e Missiroli. Pela Confederação da Indústria, Conti, Crespi, Olivetti, Falck, Ichino e Pirelli. Giolitti coloca D’Aragona ao seu lado, manifestando claramente seu apoio à proposta de controle sindical.

A questão mais imediata a ser resolvida é a das punições e demissões após a ocupação. Evitando deixar a resolução dos confrontos mais graves para serem resolvidos diretamente nas negociações entre patrões e empregados de cada fábrica (o que era, de fato, o procedimento a ser adotado), Giolitti nomeia uma comissão paritária para examinar os casos de “incompatibilidade” entre

---

45 - Citado por SPRIANO, P. - op. cit. p. 130-131.

operários e dirigentes, e as medidas individuais a serem tomadas. Segundo Spriano, o acordo assinado sancionava um aumento de salário de 4 libras sobre o 'ganho global efetivo', melhorias em relação ao salário mínimo, custo de vida, percentuais sobre horas-extras, férias anuais (6 dias), indenização por demissão e escalonamento do pagamento dos dias parados durante o obstrucionismo (que, aliás, deveriam ser compensados pelos trabalhadores). Por outro lado, o acordo não mencionava o pagamento pelos dias ocupados e trabalhados: antes, o entendimento sobre esse ponto era remetido à avaliação de cada empresa, a quem caberia verificar se houve, efetivamente, um ganho financeiro durante os dias parados ou não. É relevante observar que, se por um lado a proposta da CGL contemplava a formação de Conselhos paritários no que dizia respeito à resolução de conflitos diretamente relativos à remuneração da força de trabalho, enquanto essas comissões não estivesse formadas oficialmente, os conflitos deveriam ser resolvidos diretamente através de negociações e composições diretas de forças entre patrões e empregados<sup>46</sup>.

---

46 - A proposta de "controle sindical" de fato nunca saíria do papel. A comissão paritária formada por Giolitti não conseguiria formular um texto único. Em fevereiro de 1921 Giolitti apresentaria um projeto, mas a Câmara não o discutiria – o avanço do fascismo era claro, e as negociações entre patrões e sindicatos não eram tão necessárias. O assunto morreria ali. Segundo Spriano, *"todo o grande debate (cartageno) iniciado em setembro de 1920, todos os discursos em que o conteúdo se relacionava (controle sindical, de classe, estatal, participacionismo e associacionismo operário) caem assim que as forças operárias não estão mais em condições, na realidade, de impor algum controle sobre a produção e sobre a gestão das empresas."* SPRIANO, P. – op. cit. p. 167.

## CAPÍTULO 8

### AUTORITARISMO ITALIANO: TAYLORISMO E FASCISMO

#### 8.1 – A proposta de cooperativização da Fiat e o controle operário

Os operários de Turim foram os últimos na Itália a retornar ao trabalho, em 30 de setembro. Submetida à votação após intensos debates, a aprovação do encerramento da ocupação se daria, na cidade, por uma pequena diferença: 18.740 “sim” e 16.909 “não”. Na Fiat-Centro, em assembléia realizada no dia 24 de setembro, seriam 6.000 “sim” e 4.000 “não”. O retorno ao trabalho seria feito em cerimônia solene na Fiat, após uma grande assembléia em que se avaliaria o movimento. Segundo o relato de Spriano,

*“Às 9:00 as assembléias tinham se encerrado, mas por mais de duas horas os operários permaneceram na Avenida Dante, de frente aos portões e nos pátios internos. Aguardava-se a chegada dos industriais, que deveriam vir reassumir as fábricas. Perto das 11:30, um longo assobio, raivoso, quase um sinal de alarme, um grito de dor, avisava que os fura-greve e seus sicários retornavam aos seus postos. Chegavam. Um urlo potente os acolheu, um grito que era um protesto, uma promessa: ‘E viva os Sovietes!’ Os industriais passaram, lívidos, entre as duas fileiras de guarda vermelha, pararam diante do Conselho de fábrica, totalmente reunido.”<sup>1</sup>*

Apesar dos estado de ânimo dos operários, abatidos com o desenrolar dos acontecimentos, o movimento não foi tido como encerrado nem pelos trabalhadores, nem pela própria burguesia. Não

---

1 - SPRIANO, P. *L'occupazione delle fabbriche*. 3ª edição. Torino: Einaudi. 1964. P. 157.

só porque ainda havia disposição para continuar a luta (ainda que isso se revelasse bastante difícil, como reconheceria posteriormente o próprio Gramsci), mas porque o movimento havia marcado de forma decisiva a maneira como as classes trabalhadoras atribuíam significado às suas lutas até então travadas com os patrões: a emancipação econômica não era vista como decorrência de suas conquistas materiais, mas como consequência da construção de sua autonomia política.

Do ponto de vista das relações entre base e direções, um encantamento havia sido quebrado pelo movimento dos Conselhos: as lideranças sindicais passaram a ser criticadas pela sua burocratização e distanciamento do cotidiano da vida na fábrica. Em seu lugar surgiram novas lideranças, uma verdadeira vanguarda, eleita diretamente por local de trabalho, organicamente vinculada com os trabalhadores que constituíam sua base. Essa percepção, esse caráter positivo de crítica e construção apresentado pelo movimento, não havia se apagado nem pelas ofertas patronais e nem pela propaganda e acordos assumidos pelas direções reformistas do PSI e dos sindicatos.

*“Objetivamente, a classe operária pode registrar um gigantesco passo à frente. A classe operária, como massa guiada e disciplinada na fábrica pelos seus representantes diretos, demonstrou estar em condições de se autogovernar, industrial e politicamente. Deste fato, que é elementar para os revolucionários comunistas, derivam consequências de importância social incalculável (...). Há meio século a classe operária era ainda, segundo Marx, um saco de batatas, um indistinto genérico; um conglomerado amorfo de indivíduos sem idéias, sem vontade, sem uma direção unitária. Hoje é a classe industrial que se torna um saco de batatas, um agregado de ineptos e imbecis, sem capacidade política, sem potência íntima (...) a situação política assim criada, colocou definitivamente o*

*proletariado como classe dominante, que é a mola que impulsiona irresistivelmente à conquista do poder.2”*

A observação de Gramsci sobre esta experiência inédita na vida italiana expunha a grande novidade do movimento dos conselhos: a experiência de abril e setembro provocou na Itália o surgimento de uma nova classe trabalhadora, capaz não apenas de assumir para si o controle dos processos de trabalho, mas de compreender que a libertação das classes trabalhadoras só se efetivaria se estas se organizassem como Estado, antagonista do Estado burguês, com uma rede de instituições e uma legalidade própria. Essa consciência tornou a ocupação das fábricas em Turim um fato inédito porque seu caráter não se limitou ao fato de serem meios de pressão sobre os patrões (como a CGL, a FIOM e as direções reformistas tentavam atribuir).

A tomada das fábricas era a face visível da disposição daquele proletariado em assumir o controle da produção sob uma perspectiva da gestão social. Gestão cujo pressuposto era a liquidação da burguesia, vale dizer, da estrutura das relações capitalistas e de suas classes.

Por meio da experiência dos conselhos surgiu uma vanguarda do proletariado italiano, disposta a articular processos de trabalho e controle político nacional. Os patrões sabiam que essa constituição da vanguarda e a consciência adquirida pelos trabalhadores não se apagaria com a derrota imposta ao movimento, ainda que este não tivesse alcançado seus resultados desejados – “fazer como na Rússia”, instaurando a república dos Soviéticos. Se o proletariado não tinha se apossado formalmente do Estado, já se apresentava,

---

2 - GRAMSCI, A. – Capacità política. 24 de setembro de 1920. *L'Ordine Nuovo*. 5<sup>a</sup>

contudo, como classe dominante, tendo em vista a imensa transformação operada no coração e na mente do proletariado.

A esta constatação de Gramsci os industriais estavam dispostos a reagir, tendo como aliadas as burocracias reformistas e sindicais. Permanecia o fato de que esta não havia golpeado o ponto central do movimento: o seu caráter de “Estado em potência” e a disposição dos operários para preparar os meios para assumir a gestão da sociedade.

Assim, após o encerramento “formal” do movimento, setores da burguesia vinculados especialmente à indústria metal-mecânica iniciaram um novo contra-ataque, desta vez para demonstrar que a gestão operária do mundo da produção era uma grande fraude, uma impossibilidade estrutural, já que seria impossível que a produção se viabilizasse em um ambiente em que todos fossem considerados iguais, em que não houvesse os que mandam e os que obedecem:

*“(A Gazzetta del Popolo afirma que) na ausência dos proprietários, os operários não trabalham e não produzem, porque, a priori é impossível que um motor ronque e uma engrenagem morda o metal sem o olho vigilante e diligente do proprietário, investido (...) do poder de dirigir e coordenar”<sup>3</sup>*

O discurso patronal divulgava a idéia de que não era possível organizar a produção sem a presença das hierarquias tradicionais (mestres, contramestres, engenheiros etc) e, principalmente, sem a presença dos **proprietários**. Buscava-se desacreditar o fundamento do movimento dos Conselhos: a possibilidade de se organizar a produção com base na coordenação entre as unidades produtivas, a

---

edição. Torino: Giulio Einaudi Editori: 1972. p. 171.

3 - GRAMSCI, A. – È proprio solo stupidaggine? 10 de setembro de 1920. ON - op. cit. p.167

elaboração de um programa de gestão coletivamente estabelecido, destinado a regular a produção e a sociedade tendo em vista a construção da hegemonia e das classes trabalhadoras. De acordo com o discurso patronal, não só a gestão coletiva era uma impossibilidade, como a presença do lucro, a remuneração desigual se legitimava pela sua capacidade de gestão e coordenação. Implícito no discurso estava a apologia não só ao lucro, mas à distribuição desigual de salários e dividendos tendo em vista as diferenças e a desigualdade natural que se produzia na fábrica. A subordinação dos trabalhadores às ordens patronais era uma decorrência da existência de uma divisão na produção, aqueles que dirigem e os que comandam, que deveria ser aceita em virtude da “evidente incapacidade” dos trabalhadores de produzirem autonomamente, sem a presença de chefes. Era a afirmação do discurso tecnocrático, da presença natural de comandados e comandantes, da desigualdade natural a que o gênero humano estava submetido pela natureza das relações inter-individuais.

Tratava-se, aqui, daquilo que Gramsci caracterizaria mais tarde como o “embate hegemônico”, uma das formas primordiais da luta de classes. É por isso que, para a burguesia, quebrar a recém nascida identidade de classe entre os operários era decisivo para restaurar a ordem, vale dizer, o capitalismo.

A correlação de forças, entretanto, não era favorável a manutenção desse discurso apologético da desigualdade natural, do qual a *Gazzeta del Popolo* tornara-se o arauto. Os trabalhadores estavam convencidos de que poderiam continuar a produzir na fábrica,

desde que o movimento se estendesse, e tomasse proporções nacionais e continentais.

É assim que Gramsci identificava na proposta de Agnelli de cooperativização da Fiat a mudança no tom das classes dominantes. Segundo Gramsci, na proposta de entregar a Fiat à gestão operária<sup>4</sup> continha dois eixos principais. O primeiro era a afirmação da idéia de colaboracionismo entre grupos privilegiados – para evitar um colapso na produção, os patrões abriam mão da direção da Fiat, em um gesto de benevolência, tendo em vista um bem maior, a que todas as classes deveriam estar juntas para atingir: a continuidade da produção de riquezas nacionais.

---

4 - A idéia de se organizar cooperativas não era nova. Elas foram, no início, propostas pelos católicos, entre 1907 e 1909, por meio da criação de sociedades mutualistas, caixas rurais e cooperativas rurais. Posteriormente, sindicatos e associações poderosas, como a dos Ferroviários italianos, organizaram cooperativas que não objetivavam a distribuição de dividendos (ainda que esta ocorresse), mas assistir os operários por meio da distribuição de alimentos mais baratos. Uma das principais instituições cooperativas italianas era Aliança Cooperativa Turinesa (ACT), composta pela Cooperativa dos Ferroviários e pela Associação Geral dos Operários. A direção da ACT, após alguns anos de direção reformista, havia sido conquistada pelos socialistas revolucionários, o que a tornou aliada da luta dos conselhos, chegando a fornecer bens de consumo aos operários que haviam ocupado as fábricas. Em agosto de 1920 ocorreu uma tentativa, por parte dos reformistas, de retirar dos socialistas o controle político sobre a ACT. A imprensa burguesa e os reformistas estimularam a organização de uma dissidência – um comitê de ferroviários que se propôs assumir o predomínio no Conselho administrativo: para isso, considerava os cooperativados como “acionistas”, oferecendo-lhes um aumento do valor dos dividendos. Apesar da intensa ofensiva patronal, os socialistas obtiveram novamente a maioria dos votos dos operários, e a proposta foi rechaçada. Posteriormente, em 1º de setembro, Lusignoli, Chefe de Polícia de Milão, começaria negociações com a Banca di Sconto para financiar cooperativas operárias, destinadas a amenizar a situação financeira dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, angariar a simpatia do patronato, aliviando-o de aumentos salariais imediatos por meio da distribuição entre os trabalhadores de dividendos e produtos básicos. A proposta é acalentada pela FIOM, mas vivamente rejeitada pelos trabalhadores. Ver SPRIANO, P. - op. cit. p. 78.

Segundo Agnelli declarava na Gazzeta, apesar do encerramento do movimento dos conselhos, chegara-se a uma situação de incapacidade de produzir, diante da ausência vontade e ânimo dos trabalhadores. Para “salvar” a produção, Agnelli mostrava-se disposto a entregar a sua fábrica aos trabalhadores, na forma de sua transformação em uma cooperativa:

*“Com o atual regime, as relações entre a direção e os operários não são mais possíveis. A massa, hoje, não tem mais a mente voltada para o trabalho, está agitada por concepções políticas que não fazem com que as conquistas recentes apareçam como vantajosa posição conquistada. Seus dirigentes não fazem mistério sobre isso, e nem os próprios operários o escondem. Não se pode pensar em edificar, quando seria necessário construir, com a colaboração de 25.000 inimigos.”<sup>5</sup>*

Apesar do caráter abnegado do discurso, há um elemento importante e característico das novas relações de produção que estavam se delineando: a afirmação de que apesar das conquistas econômicas o trabalhador não tem “a mente voltada para o trabalho”, equivale a dizer que os trabalhadores também não tinham disposição a renunciar à luta política, não se deixavam enganar pela cisão entre “vantagens econômicas” e renúncia à luta política, tão cara (e necessária) ao capitalismo. Esse trabalhador, afirmava Agnelli, não lhe servia, não servia ao capitalismo. Como não era possível, entretanto, substituí-lo – e a reação burguesa (assim como suas concessões) haviam chegado a um limite (temporário, como veremos por meio da análise do fascismo) - tratava-se de implodir a *forma mentis* dos

---

5 - *Gazzeta del Popolo*. 3 de outubro de 1920. Citado por SPRIANO, P. - op. cit. p. 157.

trabalhadores, demonstrando que a perspectiva do controle operário sobre a produção era inexecutável.

*“Dada a difusão progressiva entre as massas do ideário revolucionário e tendo em vista, sobretudo, que estes ideários assumem para as massas a forma concreta da conquista da liberdade e do governo de si na fábrica, (esta) não pode mais ser governada com métodos autoritários e segundo as normas do regime capitalista (...) há alguns meses os dirigentes perceberam possuir, nas fábricas, dezenas de milhares de não colaboradores, de inimigos.”<sup>6</sup>*

E concluía:

*“Agnelli disse acreditar que, com a tentativa de um experimento de gestão coletiva, na forma de cooperativa, a crise seria superada, os operários tornariam a ser colaboradores e a Fiat poderia retomar seu caminho ascensional.”<sup>7</sup>*

Apesar do oferecimento parecer simpático, um sinal do “despojamento” de Agnelli, a proposta de cooperativização deveria ser pensada do ponto de vista de seu real contexto e significado: a transferência da gestão técnica e financeira da Fiat para as mãos dos operários *dentro do quadro geral da ordem capitalista*. Vale dizer, radicalizar o que chamamos hoje de “vestir a camisa da empresa”.

A proposta de cooperativização era, desta forma, a coroação de uma tentativa de implodir o movimento a partir de seu interior, reduzindo-o a uma luta dos trabalhadores de Turim pela tomada de posse do controle operacional e administrativo da Fiat.

O segundo eixo da proposta de Agnelli se situava na criação de uma armadilha para os trabalhadores. Pela proposta do Presidente da

---

6 - GRAMSCI, A. – La fiat diventerà una coperativa? 1º de outubro de 1920. *ON.* - op. cit. p. 173-174.

7 - Idem, *ibid.*

Fiat, somente se os operários se transformassem em pequenos proprietários-acionistas da fábrica, passariam a ter interesse em ampliar a produção e adotar meios técnicos (como o taylorismo), aos quais haviam apresentado forte resistência. Ou seja, o interesse em aumentar a produtividade só ocorreria se o proletariado mudasse sua mentalidade, deixasse de se identificar com as classes trabalhadoras e se aproximasse mentalmente das classes proprietárias, concebendo-se, individualmente, como um acionista. Diante desse fato, os operários certamente se conformariam com a exploração de seu sobretabalho e deixariam de lutar por uma sociedade que ameaçasse a propriedade privada e o *status quo* burguês.

Na perspectiva da proposta cooperativista, entretanto, as classes dominantes só aparentemente desapareceriam da cena: ao passo que o trabalhador assumia a gestão da produção, o patrão, ex-capitão de indústria, tendia a se confundir cada vez mais com os bancos, os grandes financeiros da produção. Esta tendência, aliás já presente no capitalismo (de afastamento dos patrões da direção da produção e sua proximidade com o capital financeiro) já havia sido percebida por Gramsci.

A transferência da gestão da Fiat não deveria ser pensada pelos operários como uma mera liberalidade de Agnelli, mas como parte do quadro mais geral do capitalismo em sua fase imperialista. Gramsci alertava: a questão da do controle da fábrica moderna não era apenas uma questão de assumir os mecanismos de gestão e produção, mas de determinar os seus mecanismos de financiamento. Os operários da Fiat deveriam ver a proposta sob uma perspectiva internacional, e não pensá-la isoladamente, e era exatamente nesse ponto que residia a

armadilha da proposta de Agnelli: como era impossível destacar a Fiat do sistema nacional e internacional de financiamento determinado pelo capitalismo em sua fase imperialista, se os operários aceitassem a cooperativização estariam cavando a própria sepultura. E, então, as teses da Gazzeta se confirmariam: a impossibilidade dos operários organizar uma gestão coletiva por si só, sem os meios técnicos competentes – isto é, sem o patrão. Nesse quadro, ou seria a falência do movimento ou os operários da Fiat passariam a assumir a gestão como “patrões”, tornando-se uma elite operária.

*“É necessário não perder de vista que a Fiat não é só um estabelecimento no qual trabalham mais de 20 mil operários, mas é uma empresa capitalista complexa. Como tal, ela tem a base natural de todas as fábricas capitalistas: os acionistas.”<sup>8</sup>*

Gramsci empenhava-se em demonstrar que a transferência da Fiat não poderia ser avaliada pelos trabalhadores apenas do ponto de vista da passagem de suas formas de gestão e operação, apesar deste ser o caráter mais visível atribuído à proposta de cooperativização. A Fiat, sob o capitalismo, era uma empresa comercial, e continuaria como tal mesmo que sua gestão fosse passada aos trabalhadores. Tornar os operários acionistas, acenando-lhes com vantagens econômicas, reforçaria o corporativismo, a criação de um espírito de grupo fechado que tenderia a tornar os operários distantes da realidade de trabalhadores de outras empresas porque defensores a todo o custo de seus lucros e dividendos.

A cooperativização da Fiat não modificaria o fato da empresa estar sujeita aos mecanismos e exigências do mercado capitalista: a obtenção de matérias primas a baixo custo, a capacidade de obter financiamento junto

---

8 - Idem, p. 175.

aos bancos, de acordo com sua capacidade de produzir, pagar e gerar lucros.

A proposta de Agnelli era vista por Gramsci como mais uma tentativa de esfacelar a solidariedade operária, construía pela experiência dos Conselhos.

*“Mais do que um organismo produtivo, (a Fiat) é um organismo comercial que se derrama em todos os mercados italianos, europeus e mundiais. Aqui reside uma complicação e um enredamento de relações da mais variada natureza, relações de natureza bancária para o financiamento (8,10 milhões por semana), relações de natureza creditícia para as trocas etc.”<sup>9</sup>*

Agnelli ocultava a finalidade política e ideológica do oferecimento da gestão da Fiat aos operários, apresentando-a como um atendimento às reivindicações deles. Porém era fundamental que os operários se dispusessem a dominar as técnicas produtivas, a submeter-se à hierarquia da produção, respeitassem o direito de propriedade e continuassem a produzir. Somente assim salvariam a Fiat e contribuiriam para o desenvolvimento nacional. Vale dizer, burguês.

A cooperativização não eliminava a figura do acionista-capitalista. Financeiramente, o controle da Fiat continuaria nas mãos do capitalista, do agiota, do especulador, dos grandes banqueiros internacionais. Não era, portanto, uma mera questão ‘técnica’ ou voluntarista, mas política, de controle sobre a finalidade da produção e do papel do operário sob as relações capitalistas.

*“Antes e acima das questões técnicas, existe e deve ser tratada e resolvida uma questão política. Que valor poderá ter a transformação da Fiat em empresa cooperativa? Será, realmente,*

---

9 - Idem, ibid.

*uma conquista para os operários ou não poderia, ao contrário, acabar em uma diminuição da sua força política e, portanto, uma perda efetiva? E as dificuldades são, unicamente, de técnica ou revelam que, acima do problema técnico, deve ser examinado e resolvido com ânimo de políticos, e não só de cooperativados, de organizadores?”<sup>10</sup>*

Além disso, afirmava Gramsci, os operários deveriam estar bastante alertas sobre os diferentes significados assumidos pela organização dos trabalhadores em cooperativas sob uma perspectiva socialista ou capitalista: *“uma cooperativa operária tem por finalidade não o lucro individual, mas o reforçamento dos meios de luta revolucionária (...) a cooperativa operária é um meio da luta de classe”<sup>11</sup>.*

Sob o capitalismo, fatalmente, seria usada pelos patrões como um meio de enfraquecer os trabalhadores, convencê-los a renunciarem à luta de classes e a trazê-los para a esfera da prática corporativa e individualista. A proposta de cooperativização da FIAT tinha como objetivo manter o operário na sua condição de subordinação política e econômica, porém fazendo-o pensar como um burguês, individualista e preocupado com seu lucro, ainda que isso significasse o exercício de seu pequeno poder econômico sobre outros trabalhadores<sup>12</sup>.

---

10 - Idem, ibid.

11 - Idem, ibid.

12 - Essa questão do exercício da tirania do pequeno poder econômico seria desenvolvida por Gramsci nos Cadernos do Cárcere. Gramsci abordou a questão com base em uma pergunta: *“Pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? Eis por que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica”* (GRAMSCI, A. – *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 9). *“A questão que se coloca é a*

Essa perspectiva seduziu as direções sindicais e as fez impor às suas bases perdas substanciais em termos políticos e econômicos, tendo em vista a manutenção de seu prestígio e reconhecimento diante das classes dominantes. Porém agora ela era oferecida

---

*seguinte: na Itália, as classes dominantes sempre desprezaram a relação entre a elevação econômica das classes subalternas - o fim de seu estado de dependência absoluta, em termos de sobrevivência - da elevação das consciências das massas populares, ao fato de que estas só poderiam atingir um grau de reconhecimento do Estado e dos institutos sociais mais gerais, que organizam e dão forma à "legalidade" social se adquirissem uma mínima independência econômica. Antes, as classes dominantes sempre favoreceram uma rede de relações econômicas, subordinada, porém extremamente ativa, em que não somente as classes subalternas dependiam dos grandes proprietários, mas também de setores intermediários, que só puderam sobreviver desenvolvendo meios de acumulação e exploração tais que se formou uma hierarquia de dependência e favorecimento entre os setores subalternos. As classes sociais na Itália se organizaram de acordo com essa hierarquia, ao lado da burocracia sustentada pela economia nacional, se organizou uma rede de poderes locais em que o pequeno agricultor explora o máximo do camponês que vende sua força de trabalho a valores ínfimos, em condição de escravidão muitas vezes, e ainda assim consegue obter um lucro".*

*"Um fato ainda não foi convenientemente estudado: a média e pequena propriedade agrícola não estão nas mãos de camponeses cultivadores, mas de burgueses da cidadezinha ou do burgo. Esta terra é dada em parceria primitiva (o pagamento é feito em mercadorias e serviços) ou em enfiteuse: assim, existe um volume enorme (em relação à renda bruta), de pequenos e médios burgueses 'pensionistas' e 'rendeiros' que criou, em certa literatura econômica digna de Cândido (O Otimista), a figura monstruosa do chamado 'produtor de poupança', isto é, de um setor de população economicamente passivo que extrai do trabalho primitivo de um número determinado de camponeses não só o próprio sustento, mas ainda consegue economizar; modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsãos, pois baseia-se na exploração usurária de camponeses mantidos à beira da desnutrição e porque custa enormemente: ao pequeno capital economizado corresponde uma grande despesa necessária para sustentar o nível de vida em geral elevado de uma massa não desprezível de completos parasitas".*

Nos parece que a crítica à idéia das cooperativas era bastante semelhante à crítica que Gramsci desenvolveu nos Cadernos do Cárcere às formas de reprodução do capital no campo: tratava-se, nas cidades, de organizar uma rede de poderes entre os próprios trabalhadores, que tornasse a exploração e a subordinação entre as classes fundamentais uma prática adotada como naturalidade entre a massa dos trabalhadores. GRAMSCI, A. – *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* - op. cit. p. 379

diretamente aos trabalhadores que constituíam a base de apoio dos Conselhos operários. A estes era oferecido o *status* de pequenos capitalistas, exploradores de outras categorias de trabalhadores. Objetivava-se, desta forma, transformar o trabalhador da Fiat em um operário no agir, e um capitalista no pensar.

*“A classe explorada, a classe dos operários e camponeses, organizando-se corporativamente, construiu para si uma hierarquia dirigente: o oportunismo burguês tratou de absorver essa hierarquia, adulando os homens, corrompendo-os, honrando-os (...) encarregando-os de um acúmulo de responsabilidades (...). Incluiu essas categorias e grupos proletários na esfera do privilégio: impôs ônus diretos e indiretos a toda a classe trabalhadora para conferir aos capitalistas o modo de satisfazer as exigências de alguns grupos operários sem tocar no lucro.”<sup>13</sup>*

O debate gramsciano atinge aqui um ponto alto. Ao colocar a questão do financiamento e da perda da identidade, ele salienta a subsunção do processo produtivo ao processo de valorização. Indica que o controle do processo produtivo em si mesmo leva apenas à glorificação do determinismo tecnológico. Coloca a questão do processo de valorização, em especial sob o imperialismo, permite-lhe ultrapassar não apenas o economicismo, mas afirmar a embate de projetos como fundamental na negação do Estado capitalista.

## **8.2 - A mentalidade taylorista e a cooperativização da Fiat**

A ofensiva patronal objetivava atingir a mentalidade dos trabalhadores aproveitando-se de uma característica que era, do ponto de vista dos socialistas, um obstáculo à luta: os resíduos de

mentalidade individualista, indiferente e imediatista dos trabalhadores, que os socialistas tanto haviam criticado na sua ação cultural de esclarecimento. A despeito das iniciativas e do terreno preparado pelos socialistas, o colaboracionismo era estimulado pelas práticas clientelistas amplamente difundidas na Itália, aprofundando-se como imposição de uma disciplina fabril que procurava tornar o trabalhador desinteressado da vida política, indiferente aos destinos de sua própria classe, da riqueza que ele mesmo produzia coletivamente. A cooperativização ocorreria dentro desse quadro ideológico do reforçamento da disciplina individualista e da condição de subalternidade das classes trabalhadoras. Vinha acompanhada pela extrema divisão do trabalho na fábrica, pela subordinação do trabalhador à lógica metódica da máquina e do capital, disfarçados pelo discurso da necessidade de cooperação e da urgência de modernização racional da produção.

A mentalidade taylorista retomava com plena força na proposta de cooperativização da FIAT. Cindindo o operário do cidadão responsável pela gestão coletiva, se exaltava o papel do trabalhador-executor-consumidor, sócio do capitalista porque elevado à condição de acionista, e favorecido por essa união com o patrão, porque no limite ele seria beneficiado com salários mais altos, com maior poder aquisitivo. Esse acionista colaborador-consumidor, entretanto, era, no cotidiano, o mesmo operário de antes, submetido mais do que nunca ao imperativo de produzir metodicamente, de acordo com os padrões de “racionalidade” que permitiam ao capitalista valorizar o capital e

---

13 - GRAMSCI, A. – La disfatta. 18 de outubro de 1919. *ON* - op. cit. p. 283.

aferir maiores lucros. O discurso capitalista conferia ao trabalhador o *status* de capitalista-acionista, sócio da empresa capitalista, desde que ele abrisse mão de seus bens mais preciosos: a dignidade de produtor e o ofício de executor coletivo.

Essa condição, afirmava Gramsci, modificava seu modo de pensar, aprofundava o caráter individualista do trabalhador, e o tornava um mero apêndice do lucro capitalista. Subordinava a função de trabalho às exigências da empresa capitalista e do lucro financeiro, improdutivo, que afirmava a naturalidade da existência de comandantes e comandados. Esta mentalidade, segundo Gramsci, já estava sendo preparada pela introdução de processos de trabalho que cindiam o trabalhador, tornando-o um artefato da fábrica, negando-lhe o caráter de produtor coletivo:

*“O operário (é) pregado à máquina, repete por 8 horas ao dia o gesto profissional, monótono, como a engrenagem de um círculo fechado de uma coroa de pregos (...). O operário foi reduzido a trabalhar sem saber o como o e porquê de sua atividade prática”<sup>14</sup>*

Sob as condições vividas na fábrica taylorista, se não era possível separar completamente o pensamento da ação, o modo de pensar era transformado e dirigido, tornava-se uma derivação do modo de operar do trabalhador: inconsequente e limitado, seguindo a lógica do trabalho rotinizado e desprovido de um significado social, que só poderia ser atribuído socialmente, pela realização coletiva de um objetivo coletivamente pensado e organizado. O trabalho monótono, impessoal, tendia a absorver o operário à máquina, ao

---

14 - GRAMSCI, A. – Il Partito comunista. 4 de setembro de 1920. *Scritti Politici*. Roma: Riuniti. 1978. P.149.

mesmo tempo que o habituava a não pensar, porque na maior parte de seu tempo ele não precisava do raciocínio lógico, da conexão de idéias, do desenvolvimento de uma rede de relacionamentos que conferisse significado e sentido ao gesto. Este era o preço a ser pago pela elevação da condição de 'produtor' a membro cooperado, a cidadão-consumidor, segundo a proposta de Agnelli.

A metáfora da "corozinha de pregos" ilustra essa mentalidade taylorista de forma pontual: a coroa é a disciplina do não-pensar. Ela vai se enterrando monotonamente na cabeça do operário quanto mais ele abdica de sua classe, e se pensa como executor de tarefas cujo resultado é o salário, sua capacidade de adquirir bens, e não a função coletiva da produção. Se enterra tão monotona e sistematicamente que o operário acaba por se acostumar a ela, ainda que represente um incômodo.

A coroa lhe oprime o cérebro cada vez que sua mente tenta se expandir, toda a vez que o operário pensa, pondera, exprime uma idéia, se associa, universaliza suas experiências. E o operário se acostuma a não pensar mais. A corozinha de pregos representa, assim, uma vontade exterior à sua, que o torna alheio aos próprios destinos e à própria classe.

*"O operário tende a levar o modo de ser na fábrica para todos os aspectos de sua vida. Ele se adapta facilmente ao ofício de executor material, de 'massa' guiada por uma vontade exterior à sua. É preguiçoso intelectualmente, não sabe e não quer ver nada além do imediato, por isso lhe falta qualquer critério para a escolha de seus chefes, e ele se deixa iludir facilmente pelas promessas; quer acreditar que pode obter algo sem um grande esforço de sua parte, e sem ter que pensar muito".<sup>15</sup>*

---

15 - Idem, *ibid.*

### 8.3 - A ruptura do movimento consiliar com o PSI

Poucas semanas após o fim das ocupações, os proprietários agrários se mobilizavam com reações fascistas esquadristas na Emilia-Romagna, acompanhados de um forte movimento anti-socialista desencadeado nos principais órgãos da imprensa burguesa: O discurso patronal era o da defesa da propriedade e reação à “violência” atribuída aos operários.

É a partir do aprofundamento deste quadro – e tendo em vista a recusa dos operários da Fiat em tornarem-se cooperados - que se desencadearia uma forte reação armada contra os núcleos operários. Segundo Spriano,

*“O fascismo tomará coragem, desfrutando do cansaço dos operários e da sede de vingança da burguesia proprietária, e se tornará mais agressivo quando Giolitti acreditava ter imposto a autoridade do Estado a industriais e sindicatos.”<sup>16</sup>*

A questão da organização das classes dominantes nacionais em milícias não era novidade nas análises de Gramsci. O recurso à força por meio de exércitos mercenários ou da tomada de posse do próprio poder executivo estatal (os carabinieri, a guarda branca, a guarda real), sempre foi apresentado por Gramsci como uma possibilidade considerável das classes dominantes italianas, tanto mais próxima quanto essas classes se encontrassem privadas de seus privilégios e ameaçadas pelas classe subalternas.

Porém, após o refluxo do movimento dos conselhos e da renovação da ação das classes trabalhadoras, as classes dominantes

responderam de forma violentamente brutal, aproveitando-se da incapacidade do Estado de controlar as forças sociais que as contradições do capitalismo haviam deflagrado. A burguesia organizava

*“um corpo armado mercenário (a Guarda Real), predisposto a funcionar como um instrumento executivo da vontade desta nova organização, forte, da classe proprietária (a Confederazione Generale dell’Industria Italiana) que tende, por meio do lock-out aplicado em larga escala e do terrorismo, a restaurar seus poderes sobre os meios de produção, constringendo os operários e camponeses a se deixarem expropriar por uma quantidade multiplicada de trabalho não pago”<sup>17</sup>*

A questão da ampliação do movimento fascista se relacionava, para Gramsci, com o declínio do Partido político como forma de organização por excelência das classes dominantes, com a incapacidade do Partido socialista de assumir a direção do movimento consiliar, e com o abandono a que os trabalhadores haviam sido deixados pelas suas próprias lideranças tradicionais.

Segundo nosso autor, *“os partidos políticos nasceram depois da revolução burguesa e se decomuseram no terreno da democracia parlamentar.<sup>18</sup>”* A função desses partidos foi a de agregar indivíduos que compartilhavam das mesmas idéias e, por meio da discussão, da troca de opiniões, da disputa entre posições, serviram para “indicar homens políticos de valor e fazê-los triunfar na concorrência política”. Gramsci sugeria, assim, que por um breve tempo os partidos burgueses serviram como incubadoras e repositórios de energias

---

16 - ROSA, G. Storia del Partito Popolare. Citado por SPRIANO, P. Op. cit. p. 163.

17 - SPRIANO, P. Op. cit. p. 103.

intelectuais emergentes, que forneciam os homens capazes ao exercício do governo. Por uma necessidade urgente de se contrapor ao Antigo Regime, a burguesia teve que refinar seus quadros intelectuais, fundamentais para a tarefa de convencimento e aglutinação das outras classes sociais.

Esta necessidade, entretanto, se alterou conforme mudaram as condições de reprodução do capital e de inserção da burguesia na ordem internacional<sup>19</sup>. O imperialismo impôs às burguesias novas exigências que se refletiram na composição dos partidos políticos. Os grandes grupos econômicos se impuseram econômica e politicamente, sobrepondo-se à discussão inteligente, à concorrência de idéias, impondo-se como blocos monolíticos de idéias<sup>20</sup>.

---

18 - GRAMSCI, A. – Il Partito comunista. 4 de setembro de 1920. *Scritti Politici*. op. cit. - p. 148.

19 - Gramsci, na sua obra posterior, cunhará o conceito de “revolução passiva” para trabalhar essa questão, a natureza de classe dos Estados, a estrutura de classe e a ação dos partidos.

20 - Gramsci afirmava que este processo de eliminação do debate e do caráter dos partidos iniciou-se na Itália durante o período de unificação, “*De um lado, a tradição de uma certa autonomia tinha criado uma burguesia audaz e cheia de iniciativa, e existia uma organização semelhante à dos outros Estados da Europa, propícia ao posterior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Do outro, as administrações (...) da Espanha e dos Bourbons nada tinha criado: não existia burguesia, a agricultura era primitiva e sequer bastava para atender o mercado local*”. GRAMSCI, A. – Il Mezzogiorno e la guerra. 1º de abril de 1916. *Scritti Giovanili* (1914-1918). 4ª edição. Torino: Giulio Einaudi Editori. 1975, p. 31. Deste conflito resultou a drenagem do dinheiro do sul para o norte por meio de uma política francamente protecionista em favor do norte, assim como a inviabilização da economia rural, com a eliminação de fontes de água para a irrigação da agricultura. O camponês se empobrecia à proporção que a burguesia enriquecia às custas do Estado. Segundo Gramsci, esse caráter da forma de acumulação e reprodução do capital na Itália destituiu as burguesias de um caráter político definido, baseado em princípios. Antes, estimulou-se o transformismo dos políticos: “*A Itália é o país onde sempre se verificou este fenômeno curioso: os políticos, chegando ao poder, renegaram imediatamente as idéias e os programas propugnados por eles enquanto simples cidadãos*”. GRAMSCI, A. – Carattere. 13

*“No atual período histórico, e em consequência da guerra imperialista que mudou profundamente a estrutura do aparelho nacional e internacional de produção e de troca, tornou-se característica a rapidez com que se desenvolveu o processo de dissociação dos partidos políticos tradicionais, nascidos sobre o terreno da democracia parlamentar.”<sup>21</sup>”*

Os partidos políticos passaram a se constituir em repositórios de homens de governo *“impostos pelos bancos, pelos grandes jornais, pelas associações industriais: os partidos se decompõem em uma multiplicidade de cricche, de grupos pessoais.”*<sup>22</sup>

Essa forma de organização das burguesias nacionais reduzia os partidos políticos que compunham a base do Estado Parlamentar democrático a associações sindicais dos proprietários de fábricas, grande proprietários agrícolas e dos grandes banqueiros, transformando o Estado e suas instituições em um grande aparelho corporativo destinado a atravancar a concorrência e a evitar a todo custo que novas idéias, contrárias à manutenção do *status quo* das classes dominantes, se difundissem socialmente e que novos grupos,

---

de março de 1917. *Scritti Giovanili*, op. cit. p. 91. O transformismo era o grande responsável, segundo Gramsci, pela ausência de um caráter orgânico dos partidos políticos na Itália: *“O oportunismo burguês resolve, caso a caso, os conflitos de classe ampliando a esfera do privilégio, ampliando a esfera da classe dominante. A classe explorada, a classe dos operários e dos camponeses, organizando-se corporativamente, construiu para si uma hierarquia dirigente: o oportunismo burguês tratou de absorver essa hierarquia, adulando os homens, corrompendo-os, ‘honrando-os’, (...) e encarregando-os de um acúmulo de responsabilidades (...). Atraiu as hierarquias proletárias para o âmbito do poder governamental”*. GRAMSCI, A. – La disfatta, 18 de outubro de 1919. *ON* - op. cit. p. 251.

21 - GRAMSCI, A. – Il Partito comunista. 4 de setembro de 1920. *ON* - op. cit. p. 152.

22 - Esse processo se deu de forma mais rápida em países como a Itália, de forte tradição protecionista, como vimos nos capítulos anteriores. *Idem*, *ibid*.

que não aqueles escolhidos pela burguesia, ascendessem em seu lugar<sup>23</sup>.

As consequências desta situação são muito importantes: por um lado, provocaram na Itália o esfacelamento do Estado legal, tornando-o claramente uma estrutura voltada para o favorecimento de determinados grupos. Esse caráter cada vez mais explícito das reais finalidades do Estado, da coisa pública apropriada ostensivamente em favor de determinados grupos financeiros, inviabilizou ou, pelo menos limitou radicalmente a capacidade do governo de construir amplas

---

23 - O processo de esfacelamento dos partidos tradicionais é exemplificado por Gramsci por meio da apresentação de um breve histórico do Partito Popular Italiano. Segundo nosso autor, *“Vimos na Itália, no espaço de 2 anos, surgir como do nada um potente partido da classe camponesa, o Partido Popular, que, no seu nascimento, presumia representar os interesses econômicos e as aspirações políticas de todos os estratos sociais do campo, do barão latifundiário, do grande proprietário dos bosques, do grande e médio proprietário de fundos, exígua minoria da população camponesa. Vimos como súbita e rapidamente as lutas internas de tendência se tornaram espasmódicas, reflexo da diferenciação que se realizava na primitiva massa eleitoral; as grandes massas dos pequenos proprietários e dos camponeses pobres não queriam mais ser a massa passiva de manobra, para a realização dos interesses dos médios e grandes proprietários; sob a sua enérgica pressão, o Partido popular se dividiu em uma ala de direita, em um centro e em uma esquerda, e vimos como, sob a pressão dos camponeses pobres, a extrema esquerda popular uniu-se à revolucionária e entrou em concorrência com o Partido socialista, que se tornou, também, representante de vastíssimas massas camponesas; vimos a decomposição do Partido popular, cuja fração parlamentar e Comitê central não representam mais os interesses e a consciência conquistada de si das massas eleitorais e das forças organizadas nos sindicatos brancos, representava, ao contrário, os extremistas, que não querem perder o controle, não podem ser iludidos com uma ação legal no Parlamento e são, portanto, levados a recorrer à luta violenta e a desejar novos institutos políticos de governo. O mesmo processo de rápida organização e rapidíssima dissociação se verificou na outra corrente política que deseja representar os interesses dos camponeses, a associação dos ex-combatentes: ele é reflexo da formidável crise interna que assola os campos italianos e se manifesta nas gigantescas greves da Itália setentrional e central, na invasão e divisão dos latifúndios da Púlia, nos assaltos a castelos feudais e no aparecimento nas*

alianças, com a finalidade de criar um consenso social legitimador de grupos das classes dominantes. Foi o que ocorreu com a pequena burguesia e as próprias classes trabalhadoras na Itália. Estes setores deixavam progressivamente (e por motivos certamente diferentes), de reconhecer a existência de um Estado legal. Ao passo que as classes trabalhadoras organizavam-se como um Estado em potência, as classes médias passaram a ver no recurso de um Estado autoritário, ainda mais discricionário, no aparecimento de um “líder”, um ditador, a saída para fazer valer seus interesses de grupo. É neste contexto que a pequena burguesia não só se armava, organizando milícias privadas, mas se aliava a tudo o que havia de mais reacionário, mais retrógrado em termos das classes dominantes.

*“O capitalismo, como força política, foi reduzido às associações sindicais dos proprietários de fábricas. O capitalismo não possui mais um partido político, cuja ideologia abraça também os estratos pequeno-burgueses da cidade e do campo e permita, então, a permanência de um Estado legal com bases amplas.”<sup>24</sup>*

Diante da perda de seu poder de controlar as massas populares, de estabelecer com elas alianças que criassem situações de consenso (e não fossem apenas consensos provisórios, realizados por oportunismo das lideranças que os firmavam), os próprios grupos capitalistas, insatisfeitos com as concessões oferecidas às classes trabalhadoras e com medo de sua reação, tendiam a se fazer valer cada vez mais da violência, da censura e da força para controlar as imensas forças sociais desencadeadas pelo próprio capitalismo:

---

*idades da Sicília de centenas e milhares de camponeses armados.”* GRAMSCI, A. – Il partito comunista. 4 de setembro de 1920 - ON. op. cit. p. 153-4.  
24 - Idem, ibid.

*“O capitalismo se reduz a ter uma representação política somente nos grandes jornais (400 mil cópias de tiragem, mil leitores), e no Senado, imune como formação, às ações e reações das grandes massas populares, mas sem autoridade e prestígio no país. Por isso a força política do capitalismo tende a se identificar sempre mais com a alta hierarquia militar, com a guarda real, com os múltiplos aventureiros, pululantes depois do armistício e aspirantes, uns contra os outros, de tornar-se o Kornilov e o Bonaparte Italiano<sup>25</sup>”.*

Ao lado dos grupos internos, que desejavam uma resposta armada e violenta, existia uma outra razão que justificava a reação italiana – e esta dizia respeito às relações de exploração das classes trabalhadoras sob a fase imperialista do capitalismo.

Segundo Gramsci, a reação não se destinava apenas a subordinar o movimento operário internamente à Itália, mas promover um novo avanço do colonialismo diante da falência do projeto elaborado a partir da ideologia da Liga das Nações.

Vimos anteriormente que a fundação da Liga das Nações no governo de Wilson estava profundamente vinculada à idéia de se criar uma hierarquia dos países capitalistas, subordinando-as aos EUA. Tratava-se de um projeto de unificação do mundo, aparentemente acima das diferenças entre os países, porém destinado especialmente a atingir as classes subalternas, tendo em vista o avanço do socialismo. A idéia era que a técnica e o desenvolvimento industrial deveriam existir para beneficiar todas as classes sociais, não para desuni-las, daí a defesa intransigente do taylorismo. Igualmente, entre as nações, as diferenças decorrentes do grau de desenvolvimento econômico deveriam ser superadas em virtude de um projeto de

---

25 - Kornilov foi um general russo que, em setembro de 1917, avançou contra Petrogrado na tentativa de reconduzir o Czar ao poder. Idem, ibid.

colaboração entre os países de ponta do capitalismo e os em vias de desenvolvimento.

A ideologia da Liga das Nações revelou-se exatamente o seu oposto: um saque financeiro perpetrado pelos países de ponta do capitalismo (contra, entre outros, a Itália), que consumia e drenava todas as riquezas nacionais para os bolsos dos grandes capitalistas internacionais, em uma substituição da figura do burguês nacional pelo do grande financista internacional. Dupla falência, portanto, porque além de significar o empobrecimento dos países na periferia das grandes nações capitalistas, não logrou o resultado esperado: o esvaziamento dos movimentos operários nacionais por meio da introdução de uma técnica “universal e neutra” – o taylorismo – e da pregação do colaboracionismo.

Os operários de Turim enfrentaram o discurso da neutralidade da técnica, recusaram-se a assistir passivamente o desmantelamento das equipes de trabalho, rejeitaram colaborar com o capital quando esse procurou afastá-los do resto das classes trabalhadoras oferecendo-lhes a gestão da produção – na forma de cooperativas – e mantiveram-se firmes na convicção de que a finalidade do movimento era assumir a gestão da sociedade, e não obter vitórias econômicas ou cargos no governo.

O operariado italiano, por meio de seus setores de vanguarda, desmascarou a farsa da colaboração impossível entre figuras tão desiguais como os capitalistas e os operários. Recusou-se a limitar suas ações a reivindicações econômicas, e imprimiu às suas ações coletivas um caráter ativo. Apesar do enfraquecimento das instituições tradicionais do movimento operário, surgiu um novo núcleo, uma vanguarda intelectual em Turim que

organizou ativamente os trabalhadores, elevando-os à posição de modelo e inspiração das classes trabalhadoras italianas.

Segundo Gramsci, a articulação entre a situação de resistência do proletariado italiano, insuficiência de suas instituições para impor-se ativamente às classes dominantes e a crise econômica nacional e internacional, poderia gerar uma rearticulação das classes dominantes em torno de uma profunda e violenta reação terrorista sobre as classes trabalhadoras italianas, muito mais violenta, apesar de comparável, à militarização das relações civis imposta na Primeira Guerra:

*“com certeza a reação italiana se reforça e buscará se impor violentamente em pouco tempo. A reação, que sempre existiu, que obedece a leis próprias de desenvolvimento, que culminará no mais atroz terrorismo que a história jamais viu. Não é por acaso que os olhos se voltam hoje para o Fiume e Dalmazia, para D’Annunzio, (...) Caviglia<sup>26</sup>. A reação é o desenvolvimento da falência da guerra imperialista, é o desenvolvimento das desastrosas condições econômicas às quais o capitalismo reduziu o povo italiano, é o desenvolvimento das ilusões nacionalistas e das decepções oportunistas de um Estado que não consegue assegurar o pão, o teto, a roupa às populações.”<sup>27</sup>*

E concluída:

*“a reação é a tentativa de sair da atual situação com uma nova guerra, é a tentativa de abrandar, com o saque às nações vizinhas, o déficit da balança interna, é a expressão natural, fisiológica, do regime da propriedade privada e nacional que quer, a qualquer custo, salvar-se do abismo.”<sup>28</sup>*

A reação era profundamente anti-liberal, e representava a defesa do protecionismo e do corporativismo, essencial à sobrevivência de

---

26 - Caviglia foi o general que comandou as tropas que colocaram fim à ocupação de Gabriele D’Annunzio no Fiume, em 1920.

27 - GRAMSCI, A. – La reazione. 17 de outubro de 1920. Scritti Politici - op. cit. p. 165.

28 - Idem, ibid.

alguns grupos econômicos. Esses grupos pretendiam apossar-se do Estado a todo custo, e viam na política corporativa, de estimular o surgimento de grupos privilegiados, preocupados em defender seus interesses privados, a chave para estimular a concorrência entre as classes trabalhadoras. Para aqueles setores resistentes, entretanto, a política era a do terrorismo e do estado de exceção.

A esse poder de absorção do protecionismo-fascismo não estavam imunes nem os grupos que se consideravam legitimamente liberais, como os industriais do ramo metal-mecânico, que representavam a vanguarda da industrialização e reuniam-se ao redor do governo Giolitti. Esses grupos, afirmava Gramsci, nunca se opuseram de forma efetiva, frontal, à reação italiana, ao protecionismo tão defendido pelas classes dominantes tradicionais e por grupos da própria burguesia:

*“Este é o quadro da reação italiana, que nenhum governo tentou ao menos sufocar, que cada governo solicitou, promoveu, ajudou mais ou menos abertamente. Cada avanço da reação permaneceu impune, cada ascensão da delinquência reacionária foi legalizada (...). É um delito incendiar um jornal socialista? Não, porque os culpados de tal delito, conhecidos confessos não foram presos, ao contrário, puderam organizar outras iniciativas do gênero (...).”<sup>29</sup>*

E concluía:

*“desde o dia do armistício o povo italiano vive em pleno terrorismo, em plena reação; não existe mais segurança pessoal para a classe operária, não existe mais nenhuma garantia civil de tranquilidade e paz.”<sup>30</sup>*

---

29 - Idem, p. 166.

30 - Idem, ibid.

Antes: procuravam se aproveitar da reação para valer os seus interesses, estimulando o terrorismo que estraçalhava o Estado de direito e subordinava de forma total e radical a ordem pública aos interesses particularistas das classes dominantes. Assistia-se, assim, à falência do Estado legal e ao fortalecimento de um Estado discricionário e terrorista:

*“No período atual o terrorismo quer passar do campo privado ao campo público; não se contenta mais com a impunidade concedida pelo Estado, quer se tornar o próprio Estado.”<sup>31</sup>*

E conclui, traçando um perfil daquilo em que o Estado italiano poderia se transformar:

*“a reação se tornou tão forte que não é mais útil às suas finalidades a máscara de um Estado legal; significa que quer, para suas finalidades, servir-se de todos os meios de Estado. Significa que a Itália se aproxima de uma nova guerra imperialista, voltada para o saque a mão armada de todo o rico povo limítrofe.”<sup>32</sup>*

Para Gramsci, a reação implicava também em uma impossibilidade maior, herdada diretamente do imperialismo: agora não era mais suficiente fustigar o trabalhador em jornadas extenuantes, em que a expropriação da mais valia era ampliada ao infinito. Para garantir os níveis de lucro do período da guerra, era fundamental que as classes dominantes ampliassem os domínios territoriais da exploração, reiniciando a guerra colonial e imperialista.

*“A reação não tem por finalidade restabelecer a ordem interna, mas sim preparar a guerra contra o exterior. (...) Mesmo se o proletariado trabalhasse 16 horas por dia, o governo burguês não poderia sanar o déficit do balanço estatal, não poderia reorganizar a produção*

---

31 - Idem, *ibid.*

32 - Idem, *ibid.*

*nacional. O governo não foi capaz de impedir o êxodo dos capitalistas para o exterior.*”<sup>33</sup>

O imperialismo havia bloqueado o desenvolvimento da Itália, determinou a miséria de sua população e a exploração exaustiva de suas riquezas naturais. A burguesia, protecionista, tornou a concorrência supérflua, apegando-se mais do que nunca ao Estado para sobreviver, para reprimir as forças sociais dissonantes. Nesse sentido, os reformistas foram de extrema valia à burguesia italiana, ao reforçar o seu comportamento corporativo e aliar-se a ela na luta contra o socialismo revolucionário:

*“O bloqueio da Itália depende não tanto da vontade reacionária quanto do fato de que a Itália (...) não tem meios (nacionalmente) para pagar as importações necessárias à vida das suas indústrias e de seus habitantes: na Itália não há reservas áureas nos bancos, não há mineradoras, grandes bosques (...), é um limão espremido, reduziu-se pelo regime de exploração intensivo do mercado.*”<sup>34</sup>

A reação, que Gramsci entendia representar uma “transfusão de sangue”, aparecia, desta forma, como a única alternativa às classes dominantes para garantir os níveis de acumulação de capital e a exploração das classes trabalhadoras aos níveis da primeira guerra, assim como para garantir a brutalização sem precedentes dos povos coloniais sob o argumento de recuperar para a Itália territórios perdidos na Primeira Guerra.

*“Esta condição de bloqueio efetivo, implacável, tão mais tremendo quanto mais depende de causas econômicas gerais, da pobreza absoluta do país, foi agravada pela tática reformista de desencadear movimentos revolucionários sem uma conclusão revolucionária; calcula-se que o movimento metalúrgico tenha determinado o êxodo de 30 milhões em capital comercial. Por medo do bloqueio, o*

---

33 - Idem, *ibid.*

34 - GRAMSCI, A. – *La disciplina internazionale*. 16 e 23 de outubro de 1920. *Scritti Politici* - op. cit. p.169.

*movimento foi amarrado; esse medo 'neomaltusiano', agravou o bloqueio efetivo em razão de 30 milhões de nova pobreza italiana.<sup>35</sup>*

Gramsci constatava, desta forma, uma situação-limite que se avizinhava na Itália: ou o avanço definitivo das forças socialistas, ou uma grande reação armada e nacionalista:

*"(...) a força política do capitalismo não pode realizar-se, hoje, a não ser por meio de um golpe de Estado militar e da tentativa de impor uma franca ditadura nacionalista que impulsione as massas embrutecidas a restaurar a economia com o saque a mão armada dos países vizinhos.<sup>36</sup>"*

## **8.4 – O contexto da fundação do Partido Comunista Italiano**

Se o movimento iniciado em abril de 1920 havia conferido uma *"mudança na fisionomia da luta de classe"*, que fazia com que "todos os movimentos do povo trabalhador italiano tendessem irresistivelmente à (...) introdução de novos modos de produção, uma nova ordem no processo produtivo e distributivo"<sup>37</sup>, a mesma mudança de fisionomia não havia ocorrido com o Partido Socialista.

Vimos mais atrás que o Partido havia se mantido submisso ao Pacto de Aliança, entregando a direção do movimento ao sindicalismo reformista da CGL e da FIOM.

---

35 - Idem, *ibid.*

36 - GRAMSCI, A. – Il Partito comunista. 4 de setembro de 1920. *Scritti Politici* - op. cit. p. 154.

37 - GRAMSCI, A. – Per un rinnovamento del PSI. 8 de maio de 1920. *Scritti Politici* - op. cit. p. 102.

Gramsci observava a inércia do PSI sob vários aspectos: inércia em promover um maior intercâmbio e a divulgação da literatura comunista internacional, emperrando a divulgação do ideário da III Internacional<sup>38</sup>. Inércia em aderir ao movimento internacional: ao passo que em outros países “a luta de classes vai assumindo formas gigantescas”, na Itália “o partido não assume para si a tarefa de explicar ao povo trabalhador italiano esses acontecimento, de justificá-los à luz da Internacional comunista.”<sup>39</sup>

Além disso, o PSI não havia enviado representantes aos Congressos da III Internacional em dezembro de 1919 na Alemanha e em fevereiro de 1920. Em 1920, as discussões levadas pela Internacional eram ignoradas pelos militantes italianos. O Partido limitava-se a ações no âmbito meramente parlamentar, intensificando sua campanha para a obtenção de um maior número de votos e aderentes, resumindo sua ação ao aumento de cadeiras no parlamento:

*“O Partido permaneceu, inclusive após o congresso de Bolonha<sup>40</sup>, um mero partido parlamentar, que se mantém imóvel dentro dos limites estreitos da democracia burguesa, que se preocupa somente com as afirmações políticas da casta governativa. Esse PSI não adquiriu um perfil autônomo, de partido, característico do*

---

38 - A Libreria Editrice, do PSI, “publica opúsculos sem importância ou escritos para difundir concepção e opiniões próprias da II Internacional, ao mesmo tempo que deixa de lado as publicações da III Internacional, escritos de companheiros russos, indispensáveis para compreender a revolução bolchevique (que) foram traduzidos na Suíça, Inglaterra, Alemanha, e ignorados na Itália. Aqueles que são traduzidos (o são) pessimamente.” GRAMSCI, A. – Per un rinnovamento del Partito socialista. 8 de maio de 1920. *Scritti Politici* - op. cit. p. 106.

39 - Idem, p. 106-107.

40 - Em 5 a 8 de outubro de 1919 o Congresso se encerrou com a derrota dos reformistas e a aprovação, com ampla maioria, de uma ordem do dia que estabelecia como meta do Partido a condução das classes trabalhadoras em direção à ditadura do proletariado e a tomada violenta do poder, a partir do modelo russo.

*proletariado revolucionário, e somente do proletariado revolucionário.*<sup>41</sup>

Inércia do Partido, finalmente, em organizar as seções e os militantes para promover

*“em todas as fábricas, nos sindicatos, nas cooperativas, nas casernas, a constituição de grupos comunistas que difundam incessantemente no seio das massas as concepções e a tática do partido, que organizem a criação dos Conselhos de fábrica para o exercício do controle sobre a produção industrial e agrícola, que desenvolvam a propaganda necessária para conquistar de modo orgânico os sindicatos, as câmaras do trabalho e a CGL, para tornar-se elementos de confiança que a massa delegará para a formação dos sovietes políticos e para o exercício da ditadura proletária.”*<sup>42</sup>

Gramsci, particularmente, denunciava o fato do grupo do Ordine Nuovo ser sistematicamente ignorado pelas direções do PSI, como atestava Gramsci no artigo *Il giudizio di Lenin*. Segundo nosso autor, a seção socialista turinesa teve sua moção (*Per un rinnovamento del PSI*, de 8 de maio de 1920), não só rejeitada, como o próprio Congresso nacional de abril foi transferido, na última hora, para Milão:

*“De nada adiantaram os esforços da seção turinesa para conseguir que o partido se colocasse à testa do movimento; a seção foi acusada de indisciplina, leviandade, de... anarquismo!”*<sup>43</sup>

A propaganda de Gramsci e do grupo do ON se centraria, a partir de setembro de 1920, em denunciar o reformismo e ao mesmo tempo estimular uma tomada de posição do PSI alinhada com a III Internacional. São várias as observações de Gramsci sobre as suas tarefas revolucionárias, e as

---

41 - Idem, p. 104.

42 - Idem, p. 107.

43 - GRAMSCI, A. – *Il giudizio di Lenin*, 21 de agosto de 1920. *Scritti Politici* - op. cit. p. 146.

críticas ao Pacto de Aliança, que amarrava e subordinava o Partido às lideranças sindicais<sup>44</sup>.

Em vista da atuação inerte do Partido socialista no movimento de setembro, Gramsci lançava algumas perguntas fundamentais ao debate socialista no artigo *Il Partito comunista*: qual deve ser o papel do partido político revolucionário em relação às classes trabalhadoras? Até que ponto o Partido socialista italiano não se revelou insuficiente para organizar a expressão revolucionária das classes subalternas, e falhou na sua tarefa de organizar a revolução, rompendo com o compromisso assumido pelo partido diante de Lênin e os bolcheviques?

Segundo Gramsci, ao partido caberia uma tarefa nacional e acima dos interesses econômicos de categorias, o que o obrigaria a romper o mais rápido possível com o pacto de Aliança, que engessava e subordinava o partido às organizações econômicas: despertar as massas e os operários do sono da indiferença, assumindo a tarefa de opor-se ao Estado burguês por meio da construção de uma rede institucional, jurídica, ideológica, que desse sustentação ao Estado das classes trabalhadoras. O partido socialista, diante dessas tarefas fundamentais, não somente havia frustrado as classes trabalhadoras organizadas no movimento dos conselhos, como havia traído a própria III Internacional. Nesse sentido, Gramsci propunha a construção de um novo partido, de massas, voltado para a construção de uma hegemonia política e econômica das classes trabalhadoras:

---

44 - Ver *Superstizione e realtà*, de 8 de maio de 1920, *Un programma di governo*, de 30 de maio de 1920, *Il consiglio di fabbrica* (sobre as relações entre Partido e os conselhos), de 5 de junho de 1920, *Dove va il Partito socialista*, de 10 de julho de 1920, criticando ao fato dos socialistas se deixarem convencer de que “a economia precede a política – pág. 131); *Il programma dell'Ordine Nuovo*, de 14 de agosto de 1920, entre outros. Em todos esses artigos registra-se a crítica de Gramsci e a exortação para que este assumisse uma posição efetivamente aliada com os princípios da III Internacional. Todos eles estão em GRAMSCI, A. – *ON* - op. cit. respectivamente páginas 108, 333, 123, 401, 146.

*“O partido comunista é o instrumento e forma histórica do processo de íntima liberação, por meio do qual o operário de executor se torna iniciador, de massa torna-se chefe e guia, de braço se torna cérebro e vontade”<sup>45</sup>*

As massas eram, para Gramsci, os camponeses e os trabalhadores que compartilhavam de uma mentalidade que ainda não conseguia definir o sentido do Estado de direito e da legalidade, mas que já haviam sido mobilizados pela propaganda dos socialistas organizados nos conselhos. Sobre esses grupos, as experiências vividas pelas classes operárias haviam funcionado como “os reagentes que dissolvem o corpo social”<sup>46</sup>, porém o Partido socialista não havia sido suficiente para elas: era necessário fundar um novo partido, que desse um sentido à espontaneidade desorganizada e organizasse essa vontade das massas em torno de uma idéia só, a da construção de uma nova sociedade fundada na soberania das classes trabalhadoras. É aqui que se colocava uma questão fundamental, que seria trabalhada, posteriormente, nos Cadernos do Cárcere: a relação entre a espontaneidade das massas e a necessidade de uma direção consciente, comprometida com o socialismo. Diante da incapacidade do PSI de absorver essas massas que organizavam greves e aderiam voluntária, porém desorganizadamente ao movimento dos conselhos, Gramsci propunha a cisão do PSI e a criação de um novo partido, o Partido comunista:

*“O operário, entrando para fazer parte do Partido comunista, (...) colabora para ‘descobrir’ e ‘inventar’ modos de vida originais, (...) colabora ‘voluntariamente’ à atividade do mundo, (...) pensa, prevê, tem uma responsabilidade, (...) é o organizador mais do que*

---

45 - GRAMSCI, A. – Il Partito comunista. 4 de setembro de 1920. *Scritti Politici* - op. cit. p. 150-151.

46 - Idem, p. 153.

*organizado, (...) sente que constitui uma vanguarda que corre para frente trazendo consigo toda a massa popular*<sup>47</sup>.

O PSI havia sucumbido à legalidade burguesa, a mesma que tornara as organizações sindicais escritórios do sindicalismo burguês travestidos de partidos políticos:

*“O partido político da classe operária italiana, o Partido socialista, não escapou do processo de decomposição de todas as formas associativas, processo que é característico do período que atravessamos. (...) O PSI, pelas suas tradições, pelas origens históricas das várias correntes que o constituem, pelo pacto da aliança, tácito ou explícito, com a CGL (pacto que nos congressos, nos Conselhos, e em todas as reuniões deliberativas serve para conferir um poder e uma influência injustificada aos funcionários sindicais), pela autonomia ilimitada concedida ao grupo parlamentar (que confere aos deputados nos congressos, nos Conselhos, e nas deliberações da mais alta importância um poder e uma influência semelhante àquela dos funcionários sindicais – e, portanto, injustificada) o PSI não difere nada do Labour Party inglês, e é revolucionário somente pelas afirmações gerais do seu programa. Ele é um conglomerado de partidos.”*<sup>48</sup>

Para superar essa subordinação das organizações tradicionais das classes trabalhadoras, era fundamental “a criação de um novo órgão de direito público, o sistema dos sovietes”, a partir do qual seria possível conferir “forma dinâmica à massa social fluída e incandescente, restaurando uma ordem na dissolução geral das forças produtivas”<sup>49</sup>. Esse descompasso do PSI em relação às massas fazia que ocorresse na Itália um “paradoxo histórico”: “são as massas que empurram e educam o Partido da classe operária, e não é o Partido que guia e educa as massas”.<sup>50</sup>

---

47 - GRAMSCI, A. – Il Partito comunista. 4 de setembro de 1920. *Scritti Politici* – op. cit. p. 152.

48 - Idem, p. 155.

49 - Idem, p. 154.

50 - Idem, p. 155.

O PSI se tornava, assim, um partido da ordem, mais um dos tantos outros partidos que só se manteria institucionalizando sua autonomia, afastando-se das bases. Para isso o arsenal disponibilizado pelo direito burguês servia perfeitamente: mandato delegatório, impossibilidade de controle das bases sobre as direções, autonomia das direções para firmar ou omitir-se em acordos e pactos, sem expô-los claramente às bases.

*“Esse pobre partido socialista que se proclama chefe da classe operária, não é outra coisa que a impedimenta do exército proletário.”*

E, no mesmo artigo, Gramsci concluía: (esta atitude)

*“não provocou uma catástrofe porque no meio da classe operária, nas seções urbanas do Partido, nos sindicatos, nas fábricas, nas vilas, existem grupos enérgicos de comunistas conscientes da sua tarefa histórica, enérgicos e conscientes na ação, capazes de guiar e de educar as massas locais do proletariado. Existe potencialmente, no seio do Partido socialista, um Partido comunista, ao qual não falta outra coisa que a organização explícita, a centralização e um disciplina própria para desenvolver-se rapidamente, conquistar e renovar os quadros do partido da classe operária, conferir uma nova direção à confederação geral do trabalho e ao movimento operário.”<sup>51</sup>*

---

51 - Idem, p 156.

## CONCLUSÃO

O longo período que levei para finalizar esta dissertação não se deveu ao desencanto com o tema. Foi, antes, resultado de um longo processo de amadurecimento pessoal que me fez ter certeza de minha vocação para a pesquisa e para o trabalho acadêmico. É por isso que ela foi um duplo desafio: o de fazer um levantamento sobre um tema sobre o qual a bibliografia era lacônica – a resposta dos conselhos operários ao taylorismo em Gramsci – e o de superar as dificuldades que foram se colocando na minha vida pessoal. Neste sentido, fui duplamente desafiada: pela idéia inicial, de que a crítica à reorganização produtiva e, especialmente, ao taylorismo, já estava contida na análise dos conselhos realizada por Gramsci nos seus escritos até 1920, e de que eu tinha as condições pessoais de finalizá-la.

No início, Gramsci revelou-se uma charada com relação à temática escolhida. Se questões como o da reestruturação produtiva, a prática dos Conselhos, a articulação entre o processo produtivo e o processo de valorização do capital eram pouco abordadas na bibliografia, a relação destas questões com o taylorismo era praticamente ignorada em relação ao período da Primeira Guerra. Os cursos ministrados pelo professor Edmundo, sobre Gramsci, apresentaram, entretanto, uma outra possibilidade que se traduziu em trabalhos de final de curso e em um novo projeto de dissertação.

Nas minhas primeiras leituras, verifiquei que o trabalho seria mais longo do que eu imaginava. As repostas não apareciam prontas nos textos de Gramsci, e as leituras suscitavam mais perguntas ainda. O começo do trabalho foi bastante penoso por isso, e eu cheguei a duvidar da minha indagação inicial. Foi o Prof. Edmundo que insistiu para que eu relesse os textos quantas vezes fosse necessário, escrevesse minhas idéias e acreditasse na minha hipótese – a de que o movimento dos conselhos apresentava uma resposta ao taylorismo, e

de que os escritos de Gramsci já continham, no pré-cárcere, uma teorização sobre este.

Apesar dos estímulos, confesso que em determinados momentos me senti derrotada pelo próprio Gramsci, e cheguei a pensar seriamente a mudar de tema. Cada artigo demandava um esforço de estudo, diante da necessidade de uma contextualização específica. Além disso, apesar de Gramsci escrever diretamente sobre a reorganização produtiva, Taylor, “em pessoa”, aparentemente não estava presente nas palavras de nosso autor. Neste ponto eu já tinha boa parte da dissertação pronta, e me lembro que, diante de minha frustração em não encontrar referências diretas a Taylor e o taylorismo, Edmundo me aconselhou a fazer um último esforço de leitura. Voltei-me, então, a um conjunto de artigos que havia separado fosse porque achava que não tinha dado a devida atenção a eles, fosse porque eram de um período fundamental para a análise dos Conselhos e mereciam uma releitura. Foi quando encontrei dois artigos em que Gramsci referia-se diretamente ao Taylorismo: *L’orologiaio* e *I Giorni*. Sem nenhuma referência nos índices remissivos, Taylor estava lá, e foi uma satisfação, uma recompensa imensa pelos nossos esforços. Devo esse trabalho ao empenho de Edmundo em argumentar sobre a presença de Taylor no Gramsci deste período pré-cárcere, além de sua paciência em ler inúmeras versões que escrevi sobre o mesmo tema.

\*\*\*

Uma das questões centrais que Gramsci apresentava no início de sua produção dizia respeito à necessidade de retirar o trabalhador, o homem comum italiano, do círculo limitado de sua cotidianidade, que o apassivava e tornava um indivíduo resignado em relação à sua própria história. O princípio marxista “*proletários de todo o mundo, uni-vos*” só poderia adquirir sentido e concretude, segundo nosso autor, se acompanhado de um trabalho de esclarecimento da racionalidade opressora do capitalismo. Para Gramsci, era tarefa dos socialistas

organizar junto com as classes trabalhadoras, um Estado socialista', lutando para que este se autonomizasse em relação à *forma mentis* burguesa.

*“O individualismo econômico do regime capitalista determina o associacionismo político. Esta necessidade imanente do regime, Marx a havia sintetizado no grito ‘Proletários de todo o mundo, uni-vos’. Marx fez dessa necessidade uma volição, da obscura e vaga necessidade uma consciência crítica: o instituto tornou-se e se torna, por meio da propaganda socialista, espiritualidade, vontade. A ‘união’ não é apenas aproximação de corpos físicos: é comunhão dos espíritos, é colaboração do pensamento, é sustentação mútua no trabalho de aperfeiçoamento individual, é educação recíproca e controle recíproco.”<sup>1</sup>*

Para empreender esta tarefa, Gramsci dedicou-se ao estudo das formas de ruptura das classes dominantes nacionais com o feudalismo, distinguindo os tipos de organização tradicional – como o anglo-saxônico e o francês – e os de tipo nacionalista, baseados no privilégio, como o Italiano.

O estudo desses processos de transição era fundamental para a compreensão das formas de racionalidade do capitalismo, especialmente porque estas determinavam diretamente os limites das concessões das classes dominantes nacionais às classes subalternas e a intensidade da absorção destas ao ideário democrático-burguês.

Gramsci observava que, ao contrário das classes dominantes de tipo anglo-saxônico, na Itália a absorção ideológica das classes subalternas era feita, predominantemente, pelo recurso à força policial e o sufocamento das oposições nacionais. A questão, entretanto, é que este modelo de dominação se esgotava diante da fase imperialista do capitalismo. Para que as classes dominantes italianas tivessem garantida sua inserção na ordem mundial ao lado das nações anglo-saxônicas - a vanguarda internacional do capitalismo – e pudessem aprofundar a extração do sobre-trabalho, era imprescindível proceder a organização de um forte movimento ideológico, de cooptação dos “corações e mentes” dos trabalhadores à

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, A. - Prima Liberi. SG. p.301. 266

idéia de que o capitalismo deveria se constituir como horizonte espiritual das classes trabalhadores.

Sob o imperialismo era fundamental para os dominantes reforçar a aproximação das classes subalternas à racionalidade elementar do capitalismo: aquilo que Marx havia caracterizado como o vínculo entre a teoria do valor e o processo de trabalho. Este já tinha demonstrado no *Capital*, especialmente no Capítulo V e no Capítulo Inédito, que o trabalho havia sido um meio privilegiado através do qual o homem intervinha sobre sua natureza e sobre sua história, construindo as relações sociais.

Sob o capitalismo, entretanto, o trabalho assumiu a propriedade das mercadorias criadas no próprio processo laborativo: assumiu o significado de valor, passando a comportar um sentido utilitário. Marx alertava para o fato de que a o capitalismo fetichiza o processo de trabalho, atribuindo a ele uma aparência que é a forma objetiva das relações econômicas próprias do capitalismo: a forma-valor, que passa a ser tomada como natural. Pensado desta forma, o processo de trabalho, para o homem comum, é tomado como um instrumento para garantir a sua única forma de inserção no mercado: a de vendedor de sua força de trabalho. Estabelece-se, assim, um círculo vicioso: trabalha-se pelo salário, gasto na compra de outras mercadorias que garantem a manutenção da força de trabalho que, por sua vez, volta a operar para produzir riquezas que são permanentemente apropriadas pelos capitalistas.

Durante a guerra, a legislação de exceção havia imposto aos trabalhadores uma militarização tal das relações civis que a sociedade e as fábricas transformaram-se em casernas, e as garantias constitucionais foram submetidas à norma penal. Porém, esgotado o período de guerra, e diante da do capitalismo a dominação baseada apenas no Estado militar e na força não eram suficientes para garantir que a apropriação do valor gerado pelo trabalho pudesse se dar de forma plena. Era fundamental fazer com que os trabalhadores aceitassem não só operar nas condições impostas pelo patrão, mas também que tomassem sua condição de

subalternidade como natural.

Uma das grandes questões apresentadas pelo imperialismo – e observada por Gramsci como o grande tema da “sociedade das nações”, a internacional imperialista que estava se organizando a partir dos EUA – dizia respeito à problemática da criação de um consenso mundial, apassivador das classes subalternas. A *intelligentia* imperialista preocupava-se com o fato de que as classes trabalhadoras, especialmente de países de tradição não liberista, como a Itália, insurgiam-se criticamente tanto à proposta de colaboracionismo entre classes quanto apresentavam resistência às formas militarizadas de dominação, demonstrando que o modo de subjugação das classes trabalhadoras predominante até a guerra, começava a se esgotar. Além disso, as classes dominantes internacionais estavam alertas para o fato de que a Revolução Russa havia demonstrado que as classes subalternas tinham todas as condições de realizar a crítica ao discurso e práticas dominantes e organizar-se como Estado.

O capital precisava contar com um ambiente de colaboração, especialmente entre os setores considerados “chave” para as classes dominantes (e sua vanguarda, os setores financeiros): o dos trabalhadores do ramo metal-mecânico. Esta, porém, não era uma tarefa fácil, especialmente na Itália. Ali, as dificuldades em se obter uma aliança a longo prazo com as classes subalternas eram maiores do que em países onde o capitalismo se afirmara anteriormente.

Observamos no nosso trabalho que a incapacidade da burguesia italiana de se organizar em um Estado de tipo liberal e liberista foi decorrente do processo de unificação e das escolhas das classes dominantes. O controle sobre as classes subalternas decorria do sucesso em sufocar suas lideranças e instituições e se viabilizava através do que Gramsci denominou, posteriormente, de “revolução passiva” ou “revolução sem revolução”, e que neste período aparecia conceitualmente como transformismo.

Essa forma de intervenção política encontrava-se articulada com o modo pelo qual as classes dominantes italianas haviam realizado o processo de unificação. A

burguesia era um agregado de facções maleáveis às contingências, extremamente dependentes do Estado, e que encontravam no nacionalismo e na repressão a forma para obrigar as classes subalternas a aceitar que o Estado se identificasse com elas. Gramsci caracterizava, assim, o nacionalismo como a imaturidade da burguesia, assim como o reformismo o era em relação aos políticos. Segundo Dias,

*“com isso se fortalece uma estrutura industrial parasitária que só pode existir em condições de excepcional coerção da força de trabalho pelo Estado. A guerra européia fez desse processo condição de transformação capitalista.”<sup>2</sup>*

Após a guerra, entretanto, a Itália aparecia como um país destroçado tanto economicamente quanto do ponto de vista das suas instituições. Após sufocar as forças antagonistas através de um processo de militarização das relações civis, o Estado revelava-se totalmente aquilo que era verdadeiramente: uma instituição voltada para viabilizar o capitalismo. Inimigo das classes subalternas, apresentava-se disposto a impedir e anular a construção de qualquer crítica, de qualquer forma de sociabilidade que colocasse em cheque a dominação das classes proprietárias. A crise do Estado capitalista aparecia aqui em toda a sua completude: não se tratava apenas de impedir a sua crítica, mas, principalmente, abortar a construção de um aparato de Estado jurídico-político de caráter anti-capitalista.

A maneira encontrada pelo Estado italiano para viabilizar e garantir as formas de acumulação privadas havia conferido visibilidade à dominação de classe que se exercia através dele. A questão, entretanto, era que a ocultação desta dominação era a pedra de toque do capitalismo, o que tornava possível a passivização das classes subalternas.

O grande problema que se apresentava ao capitalismo italiano era, assim, como tornar-se hegemônico, como justificar-se como “horizonte ideológico” das classes trabalhadoras. A crise do transformismo, apresentada por Gramsci, era a crise das classes dominantes italianas que, ao contrário daquelas de países anglo-saxônicos, não havia conseguido organizar um Estado de direito pleno, uma

jurisdição e uma cidadania burguesas que lhes permitissem apagar as desigualdades que o capitalismo criava.

Gramsci observava que as limitações das classes dominantes tradicionais haviam gerado uma burguesia com matizes jacobinos – mas que distanciava-se da de tipo francês. Se na França a burguesia havia lançado mão do jacobinismo como tática, como meio para sufocar as forças da reação presentes entre as massas, que ameaçavam sua continuidade como Estado, na Itália a burguesia utilizava o jacobinismo como estratégia e finalidade. Com isso, às iniciativas liberais não se sucedeu o liberalismo e a igualdade abstrata entre todos os indivíduos no plano jurídico-político não se completou através de concessões na esfera econômica.

Agora, diante do imperialismo, a burguesia deparava-se com um problema de fundo, o da forma como havia construído o seu domínio de classe. Se durante a guerra o ataque às classes trabalhadoras havia sido feito através do privilegiamento de setores de suas organizações de classe – Partido e sindicatos – e da introdução de um Estado de exceção, havia também promovido a concentração das classes trabalhadoras. A incorporação de novos trabalhadores, que entraram em contato com as formas de organização promovidas pela vanguarda do socialismo italiano, expunha o verdadeiro caráter do Estado e da máquina institucional. Ampliaram-se as desigualdades entre as classes fundamentais, o que tornou possível uma disposição de luta inédita na história italiana.

A guerra e o imperialismo promoviam, desta forma, uma reviravolta em um dos principais obstáculos à diferenciação das classes subalternas: seus setores de vanguarda, o de operários do setor metal-mecânico (e em menor medida têxtil), passaram a perceber e criticar a forma heterogênea e subordinada de sua inserção na sociedade italiana e sob o próprio capitalismo. A fábrica, o trabalho, se tornaram o campo de batalha por excelência do conflito entre as classes fundamentais. A ruptura com a institucionalidade foi ampla: ruptura com a subordinação ao Estado,

que deixava de ser reconhecido como a única fonte de todo e qualquer direito, com as próprias instituições oficiais dos trabalhadores, que passaram a ser criticadas ativamente diante do seu caráter reformista, e com a própria condição de subalternidade. As classes subalternas demonstravam sua vontade de se tornar protagonistas da própria história, rompendo com sua condição de subordinação.

O movimento dos conselhos apresentava-se, assim, como desmistificador da ordem do capital e, ao mesmo tempo, afirmador da possibilidade da construção de uma nova ordem, socialista. Na sua prática, os trabalhadores percebiam que a produção-reprodução ampliada do capitalismo só se viabilizava graças ao trabalho e ao consentimento dos próprios produtores. O afastamento dos patrões, do “capitão de indústria”, do processo de trabalho - que deixava de exercer suas funções na fábrica e se tornava o grande financista - havia revelado que o discurso afirmador da figura do patrão como “o grande empreendedor”, sem o qual a produção não se viabilizaria, - era absolutamente vazio, pura veleidade. Eram os patrões que dependiam das classes trabalhadoras, e não contrário. Essa revelação foi comparada, por Gramsci, à consciência adquirida por parcelas da burguesia na ruptura com o feudalismo. A mentalidade do trabalhador, limitado à reprodução pura e simples de sua força de trabalho, foi substituída pela vontade de assumir ativamente o processo de produção e reprodução social através da construção de um Estado das classes trabalhadoras.

Chegava-se, nos Conselhos, ao que Gramsci definirá nos Cadernos como o momento ético-político de construção da hegemonia de classe.

*“Pode-se empregar o termo catarse para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, inclusive, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade para a liberdade’. A estrutura de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, se transforma em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, origem de novas iniciativas.”<sup>3</sup>*

---

3 GRAMSCI, A. – *Quaderni del Carcere*. v. 11, Einaudi: Torino, 1975. P. 1244.

Porém, se para as classes trabalhadoras se tratava de avançar no momento ético-político, para as classes dominantes era vital obstacularizar a sua estruturação autônoma. Para isso, a estratégia da burguesia consistia em aprofundar a fragmentação dos trabalhadores, confinando-os à imediatividade do cotidiano, ainda que, para isso, fosse necessário estimular seus institutos marcadamente econômico-corporativos para enfraquecer os novos institutos de classe, sua intelectualidade e sua consciência.

Para acentuar a valorização das formas mercantis de sociabilidade, os setores de vanguarda da burguesia italiana, alinhados com o “comitê central” do imperialismo – a Sociedade americana das Nações – afirmavam que as contradições entre trabalhadores e “empresários” só poderiam ser vencidas se analisadas à luz do desenvolvimento da técnica – não da luta de classes.

O discurso tecnocrático e tecnicista era, para Gramsci, a nova arma ideológica dessa burguesia. Segundo este, a realidade vivida pelos trabalhadores nos Conselhos estava condenada a uma inexorabilidade do desenvolvimento da técnica e da ciência: a da impossibilidade de intervir na realidade sem a tutela dos “sábios”, dos técnicos, que coincidiam com a pessoa do capitalista-empREENDEDOR.

Este pensamento procurava substituir o saber coletivamente construído pelos trabalhadores no cotidiano da produção pelo império da tecnologia, destinada a promover “uma melhor distribuição das riquezas”. Em outras palavras, estabelecia a condição de subalternidade como indissociável ao trabalhador, e que deveria se estender a todas as formas de convivência social admitidas sob o capitalismo.

Esse discurso encontrava seu momento culminante no taylorismo, que afirmava a técnica e a tecnocracia como soluções inquestionáveis para os conflitos de classe, porque neutras e desprovidas de sentido político. O taylorismo promovia a desconstrução da autonomia dos produtores e afirmava, em seu lugar, o caráter de subalternidade que estes deveriam assumir frente à inexorabilidade da força do progresso e da nação. Esse discurso – denunciava Gramsci – encontrava como seus defensores os reformistas do PSI e das organizações sindicais

(especialmente a CGL e a FIOM), alinhados com o pensamento da II Internacional. Atingia o próprio marxismo, que era apresentado por esses setores na forma de uma leitura puramente mecanicista do real. Oprimido diante da “neutralidade” tecnológica por esse discurso, só restava ao trabalhador aceitar a inevitabilidade de sua condição de repetidor mecânico de gestos e movimentos. Para garantir sua condição de subalternidade, entretanto, era também necessário “potencializar” esse trabalhador afirmando, no campo da política, a igualdade abstrata entre todos os indivíduos – principalmente entre operários e capitalistas.

A igualdade genérica escondia, assim, a desigualdade de fato. Procurava-se desmobilizar os trabalhadores unidos a seus companheiros através da atividade produtiva. Retirava-se a sua autonomia de tomar decisões, de exercer sua criatividade no cotidiano de sua atividade vital, aquela criadora de laços de solidariedade e novas formas de organização político-institucionais. Ou seja, buscava-se fazer com que o trabalhador coletivo se concebesse como “peça de engrenagem”, e não como sujeito. Este movimento da burguesia significava a negação do produtor e do seu saber coletivamente constituído, e a afirmação do trabalhador individual, pela justificativa de que a política, se exercida no terreno da produção, obstacularizava o “progresso”. A produção deveria se tornar um terreno “limpo”, higienizado pela técnica, pela tecnocracia e, principalmente, distante da política.

A proposta de transformação da FIAT em cooperativa coroava a orientação do discurso burguês. A renúncia do PSI em realizar a sua crítica e a disposição deste e das organizações econômicas dos trabalhadores em apoiar os patrões na sua implementação, representavam o debate entre a perspectiva social-democrática, do controle sobre o processo produtivo de acordo com “as capacidades individuais” dos trabalhadores, e a perspectiva da hegemonia das classes trabalhadoras sobre o processo de valorização.

*“Em uma fábrica, os operários são produtores enquanto colaboram, ordenados de um modo determinado exatamente pela técnica industrial que (...) é independente do modo de apropriação dos valores produzidos, da*

*preparação do objeto fabricado*<sup>4</sup>.

Gramsci afirmava que a técnica só poderia ser compreendida no campo da política, no campo da luta entre as classes sociais, e não dissociada desta<sup>5</sup>. A autonomia dos produtores não poderia estar, assim, subordinada à forma de apropriação dos valores produzidos e, muito menos à forma como os objetos eram fabricados. Pelo contrário: eram os trabalhadores, por serem produtores, que deveriam avaliar a técnica e subordiná-la ao seu projeto político.

O movimento dos Conselhos não foi, entretanto, apoiado pelo Partido Socialista italiano. Este renunciou à sua tarefa fundamental de criticar a racionalidade burguesa e elaborar um projeto nacional de Estado. Enquanto a atuação dos intelectuais no interior dos conselhos foi fundamental para a crítica ao Estado burguês e elaboração de uma organização jurídico-política socialista, os intelectuais do partido passaram a defender o projeto burguês e deixaram de lado a tarefa fundamental de organizar a cidadania das classes subalternas. Sua pregação transformou-se em apologia à inércia do proletariado, ao invés de iniciativa de construção de sua autonomia. Gramsci lançava ao partido, uma pergunta fundamental:

*“pretende-se que existam sempre governantes e governados ou pretende-se criar as condições em que a necessidade desta divisão desapareça – em outras palavras, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?”*<sup>6</sup>.

---

4 - GRAMSCI, A. – Il programma dell'ordine nuovo. ON. p. 151.

5 - Esta idéia está presente no artigo Partito di governo e classe di governo. “Os Conselhos de fábrica foram a primeira forma dessas experiências históricas da classe operária italiana, que tende ao autogoverno no Estado operário. Um segundo passo é o Congresso dos Conselhos de fábrica, que deverão se colocar os problemas essenciais do proletariado italiano, e buscar sua solução: problemas internos da classe como o da unidade proletária, das relações entre Conselhos e sindicatos, da adesão à III Internacional (...) dos salários, sistema Taylor, disciplina do trabalho etc. Desde já os companheiros deveriam discutir em assembléias de fábrica esses problemas; toda a massa operária deveria estar interessada nestas discussões, oferecer uma contribuição de experiência e inteligência à solução desses problemas”. 28 de fev./6 de março de 1920.ON. op. cit., p. 95:

6 GRAMSCI, A. – *Quaderni del Carcere*. vol. VII, Einaudi: Torino. p. 1752.

O taylorismo italiano teve, portanto, um outro desdobramento, diretamente decorrente da forma como as burguesias italianas resolviam o fato de seu Estado apresentar um discurso liberal que não foi completado pelo liberismo. A questão que se colocava com o sufocamento do movimento dos Conselhos dizia respeito à necessidade de promover a supressão da real identidade dos antagonistas das classes trabalhadoras – o que foi realizado pelo fascismo.

## BIBLIOGRAFIA

- BADALONI, N. – Gramsci et le problème de la révolution. IN: *Dialectiques* – Paris: Março de 1972. Nº 4-5. p. 103-125.
- CLARK, Martin – *Antonio Gramsci and the revolution that failed*. London: Yale University Press. 1977
- COLLETTI, L. – *Ideologia e società*. Bari: Editori Laterza. 1972.
- COLLETTI, L. – *Tra marxismo e noi*. Roma-Bari: Laterza. 1979.
- CUADERNOS DE PASADO Y PRESENTE/33 – Consejos obreros y democracia socialista. Córdoba: Ediciones pasado y presente. 1972.
- DIAS, E. – *Democracia operária*. Campinas: Editora da Unicamp. 1987. V.1 e 2.
- DIAS, E. *et alii* – *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã. 1996.
- DROZ, Jacques – *História geral do socialismo* – Lisboa: Horizonte universitário, 1974. V. 5
- ECO, U. – *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1989.
- FIORI, GIUSEPPE – *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- G.D.H. Cole - *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Economica, 1956. Vol. IV.
- GORZ, A. – *Crítica da divisão do trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 1989.
- GRAMSCI, A. – *Consejos de fábrica y estado de la clase obrera*. México: Ediciones Roca, 1973.

- GRAMSCI, A. – *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.
- GRAMSCI, A. – *Escritos políticos (1917-1933). Cuadernos de pasado y presente*. 3ª edição. nº 54. México: Siglo XXI. 1977.
- GRAMSCI, A. – *Le sue idee nel nostro tempo*. Carlo Ricchini (org.). Roma: L'Editrice L'Unità. 1987.
- GRAMSCI, A. – *Lettere dal carcere*. V. 1 e 2. Roma: L'Editrice L'Unità. 1987.
- GRAMSCI, A. – *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1988.
- GRAMSCI, A. – *Quaderni del carcere*. V. 1 a 5. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. Torino: Giulio Einaudi Editori. 1977.
- GRAMSCI, A. - *Scritti Giovanili (1914-1918)*. (SG). 5ª edição. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1975.
- GRAMSCI, A. – *Scritti politici*. Org. Enrico Berlinguer. Roma: Riuniti. 1967.
- GRAMSCI, A. - *Sotto la Mole (1916-1920)*. (SLM) 5ª edição. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1975.
- GRAMSCI, A. – *La Città Futura 1917-1918 (CF)*. Torino: Giulio Einaudi Editori.
- GRAMSCI, A. – *Scritti Politici*. Org. Paolo Spriano. L'Unità, Editori Riuniti. Roma. 1978. V. 1 e 2.
- GRAMSCI, A. – *Scritti Politici*. Org. Paolo Spriano. Le idee, Editori Riuniti. Roma. 1978. V. 1 e 2.
- GRUPPI, L. Le concept d'hégémonie chez antonio Gramsci. IN: *Dialectiques* – Paris: Março de 1972. Nº 4-5. p. 44-54.
- JOCTEAU, Gian C. – *La magistratura e i conflitti di lavoro durante il fascismo*. Milano: Feltrinelli Editore, 1978.

LA NUOVA ENCICLOPEDIA UNIVERSALE GARZANTI – Milão: Garzanti Editore, 1982.

- MANACORDA, G. – *Il socialismo nella storia d'Italia*. v. 1 e 2. Bari: Editori Laterza. 1972.
- PALLOIX, C. – *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Zahar: 1976.
- PARIS, R. – *As origens do fascismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. S/d.
- PEPE, A. – *Lotta di classe e crisi industriale in Italia*. La svolta del 1913. Milano: Feltrinelli Editore, 1978.
- PORTELLI, H. – Jacobinisme et antijacobinisme de Gramsci. IN: *Dialectiques* – Paris: Março de 1972. Nº 4-5. p.28-43.
- PROCACCI, G. e AGNELI, F. (org.) – *Stato e classe operaia in Italia durante la Prima Guerra mondiale*. Milano: Franco Angeli editore. 1983.
- SALINARI, C. e SPINELLA, M. – *Il pensiero di Gramsci*. Roma: Editori Riuniti. 1972.
- SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço social*. São Paulo: Cortez Editora/Editora da UFSC. 1995.
- SPRIANO, P. – *Gramsci in carcere e il Partito*. Roma: L'Unità. 1988.
- SPRIANO, P. – *L'occupazione delle fabbriche: settembre 1920*. Torino: Giulio einaudi editore, 1964.
- SPRIANO, P. - *Storia del Partito comunista italiano*. Parte 1: da Bordiga a Gramsci. Torino: L unità Editori, 1990.
- SPRIANO, P. - *Storia del Partito comunista italiano*. Parte 2: da Bordiga a Gramsci. Torino: L unità Editori, 1990.
- SPRIANO, P. (org.) – *La cultura italiana del'900 attraverso le riviste*. v. 6. 2ª edição. Torino: Giulio Einaudi editore. 1963
- TASCA, A. – *Nascita e avvento del fascismo*. V. 1 e 2. Bari: Editori Laterza. 1972.

TUDE DE SOUZA, A. – *Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci*. nº 5. Campinas: IFCH/UNICAMP. Fevereiro de 1992.

VIEIRA, S. – *Como escrever uma tese*. 3<sup>a</sup> edição. São Paulo: Pioneira. 1996.

## APÊNDICE AO CAPÍTULO 1

### SOBRE LIBERALISMO E LIBERISMO

Há uma série de outras referências em que Gramsci distingue claramente o liberismo do liberalismo. Enumeraremos, aqui, aquelas que julgamos que mais apresentam evidências das respectivas caracterizações.

Do artigo **titolo censurado**, de 26 de julho de 1916 (rubrica “Mercado delle parole”):

*“O liberismo não é apenas um método de concorrência econômica, é também um ato moral que demanda reciprocidade.”*  
(p. 40)

Do artigo **Tre principi, tre ordine**, de 11 de fevereiro de 1917.

*“As afirmações do liberalismo são idéias limites que, racionalmente reconhecidas como necessárias, se tornaram idéias-força, se realizaram no Estado burguês, serviram para suscitar neste Estado uma antítese no proletariado, se deterioraram. Universais para a burguesia, não são o suficiente para o proletariado. Para a burguesia eram idéias limites, para o proletariado são idéias mínimas. E, de fato, o programa liberal integral tornou-se o programa mínimo do Partido socialista. (...) Como idéia-limite, o programa liberal cria o Estado ético, um Estado que idealmente está acima das competições de classe, dos vários entrelaçar-se e chocar-se dos agrupamentos que constituem a sua realidade política; existe somente como modelo utópico, mas é justamente o fato de ser uma miragem que o fortalece e o torna uma força de conservação.”* (p. 74)

Do artigo **Per chiarire le idee sul riformismo borghese**, de 11 de dezembro de 1917:

*“(O liberalismo) é a verdadeira doutrina de classe, não somente nacional, mas também internacional, e portanto tende a realizar uma unidade econômica entre todas as burguesias nacionais, a aumentar a riqueza capitalista internacional por meio do liberismo, ao passo que o nacionalismo protecionista possui fins mais restritos, não de classe, mas de agrupamentos nacionais de determinadas categorias industriais e agrárias. (...) A doutrina da classe burguesa é a liberal, que triunfou integralmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde a burguesia é classe econômica e histórica contemporaneamente, não triunfou na França por causa da economia, dado o prevalecimento das categorias burguesas comerciais e bancárias, e não das categorias diretamente produtoras. A doutrina liberal é, portanto, do ponto de vista histórico de classe, a verdadeira antagonista do socialismo revolucionário, e este antagonismo direto é revelado inclusive pelas semelhanças que existem entre as duas doutrinas.” (p.141) (os grifos são nossos).*

Do artigo **La lega delle nazione**, de 19 de janeiro de 1918:

*“A ideologia do mundo anglo-saxão é a democracia liberal e liberista, que nas penúltimas eleições derrotou a democracia radical, afarística, trasteira, protecionista. (...) Nos países anglosaxões a economia burguesa foi além: no interior da prática liberal criou maravilhosas individualidades, energias seguras, aguerridas à luta e à concorrência, descentralizou os Estados, os desburocratizou: a produção, não ameaçada continuamente pelas forças não econômicas, se desenvolveu em nível mundial, despejou nos mercados mundiais cúmulo de mercadorias e riquezas. (...) Aí está porque a ideologia se afirmou vitoriosamente nos dois grandes Estados anglosaxões, liberistas e liberais.” (p. 156).*

Do artigo **La funzione sociale del Partito Nazionalista**, de 26 de janeiro de 1918.

*“A classe burguesa, no plano econômico, é internacional; deve, necessariamente, unir-se, por meio das diferenças nacionais; a sua doutrina de classe é o liberalismo em política e o liberismo em economia. O método liberal permite aos núcleos constituídos integrarem continuamente a sua capacidade expansiva de se tornarem capitalista, ou caçarem, no interior do proletariado, os estratos populares ainda atrasados. O liberismo assegura a possibilidade dos mercados internacionais e eleva o regime de vida*

*no interior, ajudando, por sua vez, a acumulação das poupanças e a sua transformação em atividade capitalista.” (p. 159).*

Do artigo **Individualismo e collettivismo**, de 9 de março de 1918. Nesta referência, fica evidenciada a idéia de que o liberismo constituiu-se, para Gramsci, em uma política que antagoniza com o protecionismo, e se desdobra de acordo com a correlação interna entre as velhas forças, defensoras dos antigos privilégios, e as novas, portadoras da modernidade capitalista do regime da livre concorrência. Fica também claro como se articulou o liberismo inglês e quais suas bases: Spencer, a defesa do individualismo como base das relações individuais, a legislação de estímulo à concorrência e no livre mercado.

*“A propriedade, tornada comercial, começou a circular, passando dos menos capazes aos mais capazes. A técnica se desenvolveu sob o punho da concorrência; a sociedade definiu suas bases no individualismo, que teve como seu maior asserverador filosófico Herbert Spencer, e os seus asserveradores econômicos, os liberistas da escola inglesa”. (p. 187).*

No artigo **Repubblica e proletariato in Francia**, de 20 de abril de 1918. SG. P. 206. torna-se mais evidenciado que, para Gramsci, o **liberalismo** constituiu-se como uma série de princípios gerais e universais que constituem o arcabouço jurídico-político das práticas associadas com o livre mercado. Este, por sua vez, representa os princípios básicos que dão sustentação à democracia, é uma ideologia que se desdobra e afirma por intermédio do **liberismo**:

*“A democracia, a tentativa de moralizar as relações políticas internas e internacionais, fazendo de cada indivíduo humano um cidadão, responsável pela vida social, iniciador e ator livre da atividade histórica, é ideologia que não pode afirmar-se integralmente na sociedade capitalista. A parte realizável desta é o **liberalismo**, pelo qual todos os homens podem se tornar autoridade, mas um de cada vez, com a circulação das minorias: todos os homens podem ser capitalistas, mas não todos ao mesmo tempo, e sim uma minoria por vez. A democracia integral sustenta*

*o 'todos ao mesmo tempo' e grita contra as condições ambientais, contra o sistema de produção."*

Do artigo **Bolscevismo intellettuale**, de 16 de maio de 1918, em que Gramsci afirma que a existência de uma casta científica, de doutos, é, por princípio, a antítese do liberalismo:

*"Os cientistas (tipo o comendador Achille Loria e o Prof. Giuseppe Prato), agem sobre a opinião pública não tanto pela verdade que podem dizer, quanto pela autoridade genérica, da qual se cercaram, como a auréola dos santos. Eles se servem, para finalidades políticas, de valores que não podem ser políticos, de autoridade não controlável, que são, muitas vezes, na realidade, puro preconceito. A polêmica pessoal e cheia de alarde, em torno deles, mesmo que seja exagerada, tem sempre um valor educativo: destrói a idolatria, habitua a conferir maior importância às coisas que às palavras, habitua a verificar tudo, mesmo as palavras dos cientistas. "Aí está porquê a liberdade de imprensa é o primeiro postulado do liberalismo: esta pode provocar degenerações, mas também neste caso serve para destruir o servilismo nas relações com a autoridade como tal, como preconceito, resíduo moral das dominações despóticas." (p. 225-226).*

Do artigo **L'intransigenza di classe e la storia italiana**, de 18 de maio de 1918:

*"A lei suprema da sociedade capitalista é a livre concorrência entre todas as energias sociais. Os comerciantes concorrem pelos mercados, os grupos burgueses pelo governo, as duas classes concorrem pelo Estado. Os comerciantes tendem a criar para si o monopólio por meio da lei protecionista. Os grupos burgueses querem, cada um para si, monopolizar o governo, deixando à própria sorte as energias aprisionadas da classe que está fora da concorrência pelo governo. Os intransigentes são **liberistas**. Não querem barões nem para o café e o ferro, nem para o governo. A lei da liberdade deve operar integralmente; essa é intrínseca à atividade burguesa, é o ácido reagente, que dissolve continuamente os quadros, obrigando-os a melhorarem e a se aperfeiçoar. As grandes burguesias anglo-saxônicas conquistaram a atual capacidade produtiva por meio deste jogo implacável da livre concorrência. O Estado inglês evoluiu, se desfez dos valores nocivos mediante o livre curso das forças sociais burguesas que*

*terminaram por constituir os grandes partidos históricos liberal e conservador. O proletariado ganhou indiretamente, por força da concorrência, o pão a preços mais baixos, liberdades substanciais, garantidas pela lei e pelo costume de associação, de greve, (ganhou) uma segurança individual que, na Itália, é um mito quimérico.” (p. 236).*

## APÊNDICE AO CAPÍTULO 2

### OBSERVAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA TÊXTIL NA ITÁLIA

Na indústria têxtil em particular, a diversidade de métodos e a ausência de um padrão de produção era reforçada pela multiplicidade de pequenas fábricas, independentes e geograficamente isoladas, que competiam com empresas maiores e de maquinário moderno para os padrões da época. Além disso, por se tratar de um ramo bastante antigo e com estrutura tradicionalmente familiar, o despotismo patronal era bastante acentuado. Isso se refletia na rigidez das normas de contratação, na facilidade para demitir-se – e punir-se às vezes uma família ou grupo inteiro pela falta cometida por um membro - e em uma relação entre patrões e empregados que se estabelecia em bases de favorecimento pessoal.

A heterogeneidade das condições de trabalho dificultava a unificação da luta de setores representativos quanto a questões sobre as quais o operariado do setor metal-mecânico já havia avançado, tais como piso salarial, jornada de trabalho, descanso, indenizações no caso de demissões etc. As diversidades regionais e o fato de que muitas fábricas situavam-se geograficamente muito distantes de centros urbanos, favoreciam as fábricas a se constituírem em verdadeiras fortalezas, isoladas umas das outras, com regulamentos e normas bastante variáveis - além de reforçar o perfil heterogêneo dos trabalhadores desse setor:

*“Cada fábrica tendia a se apresentar como uma ilha fechada e inacessível, cuja vida interna e relações dos operários com as chefias eram estabelecidas sem nenhuma união com as outras fábricas. (...) A fragmentação da classe operária era agravada (...)*

*pela escassa consciência em relação à organização sindical por categoria e pela ausência de uma estratégia, por parte da Federação das artes têxteis, que estivesse em condições de unificar as reivindicações e as lutas desta porção do proletariado.”<sup>1</sup>*

Como reflexo direto desta situação, os conflitos neste ramo industrial tendiam a ser mais duramente reprimidos pelos patrões, que constantemente recorriam ao *lock-out*, e respondidos pelos trabalhadores na forma de greves e violentas manifestações de caráter espontâneo e não organizado:

*“Na indústria têxtil o caráter peculiar da conflitualidade foi marcado pelo predomínio das lutas espontâneas, imediatas, nas quais estavam ausentes quaisquer formas precedentes de organização não só sindical, mas também dos próprios operários de fábrica; pela extrema variedade das motivações e situações que lhes ensejaram; pela diversidade das reivindicações; pelo grau variável, de fábrica a fábrica, de resistência e combatividade; da extrema dificuldade de generalizar as lutas para além das unidades isoladas.”<sup>2</sup>*

Segundo Adolfo Pepe, nos primeiros anos deste século, este ramo da indústria não ficou imune às tentativas de racionalização da produção e ao taylorismo, ainda que este tenha sido aplicado de forma rudimentar e desigual, dependendo da capacidade da unidade produtiva e do capital disponível. Entretanto, como se tratava de uma indústria ainda de base fortemente manufatureira, qualquer alteração nos padrões de produção tendia a atingir duramente os trabalhadores - como aconteceu na primeira década do século:

*“A crise econômica abateu-se sobre o setor têxtil de forma rápida, provocando um extenso fenômeno de racionalização e de concentração (...). Os salários chegavam a níveis muito modestos, ao mesmo tempo que se recorria de forma extensa ao trabalho de mulheres e crianças, resultando em diferenças salariais. O horário de trabalho normalmente não era inferior a 9,5 ou 10 horas, mas o*

---

<sup>1</sup> - Idem, p. 87

<sup>2</sup> - Idem, *ibid.*

*recurso comum às horas-extras e o trabalho por jornada tornavam a jornada real de trabalho muito mais longa e pesada. A disciplina dos regulamentos de fábrica não havia perdido o seu caráter rígido e de desapiedado autoritarismo.*<sup>3</sup>

Neste setor, a aversão patronal às formas de mediação dos conflitos entre capital e trabalho era reforçada por uma recusa a qualquer regulamentação estatal ou baseada em acordos coletivos que implicassem a extensão das conquistas a todos os trabalhadores do setor. Segundo Pepe, citando como exemplar a situação vivida pelos operários de um lanifício da região de Prato, os industriais recusavam-se a atribuir um caráter coletivo a qualquer questão que envolvesse horário de trabalho, pagamento de salários ou horas extras. A situação complicava-se para os trabalhadores porque fatores como horário de trabalho e jornada tendiam a variar de acordo com o nível de produtividade, maquinário disponível e qualificação da força de trabalho. Diante da recusa dos patrões a qualquer mediação e o isolamento dos núcleos produtivos, mesmo nos países onde o operariado era mais combativo, raramente as disputas tinham um fim favorável aos trabalhadores.

---

<sup>3</sup> - Idem, p. 86-87

## APÊNDICES AO CAPÍTULO 7

### **a) DECLARAÇÃO DE MOTIVOS DE D'ARAGONA NA MOÇÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 1920, NA ASSEMBLÉIA EM QUE A REVOLUÇÃO SOCIALISTA É VOTADA.**

*“Presidente Colombino: A CGL e a Direção do Partido deverão colocar como questões de mérito as discussões ocorridas entre esses dois órgãos nestas últimas horas. Eu considero que, encerradas as declarações, não haja mais necessidade de discussões e se possa passar imediatamente à votação.*

*Gennari: Nós nos reunimos hoje com a Confederação Geral do Trabalho, discutimos longamente e a moção de ontem, apresentado aos senhores pelo Conselho diretivo da Confederação, ainda que tenha sido modificada em alguns pontos, na essência e no espírito é idêntico àquele de ontem. Portanto, a Direção do Partido não pôde aceitá-lo. A Direção do Partido mantém o firme conceito de que a luta, de agora em diante, ocorre sobre o terreno político-revolucionário, portanto a direção do movimento deve ser confiada à Direção do Partido ajudada pela Confederação. A Direção do Partido não acreditou que pudesse apresentar nenhuma moção. Portanto, pensem na gravidade da situação, pensem na importância do seu voto e julguem de acordo com sua consciência.*

*D’Aragona: Sinto muito que minhas condições físicas não me permitam ter a força que seria necessária para sustentar a moção e as razões do Conselho diretivo da CGL.*

*Como os senhores devem ter constatado, nos reunimos por cinco horas e, infelizmente, nas 5 horas de discussão não foi possível chegar a um acordo sobre a moção.*

*Não creiam que as razões para tal seja o fato de estarmos divididos em relação à Direção do Partido, seja o fato de haver uma superioridade de um órgão sobre o outro; não temos esse tipo de preconceito. Acreditamos que em momentos como esses não se trata de estabelecer se há um organismo que tenha mais ou menos autoridade em relação a outro, mas divergências e avaliação do momento e das forças de que nós dispomos. Quando dizemos a vocês que desejamos que a direção deste movimento permaneça com a Confederação do Trabalho, assistida pelo Partido, isso lealmente quer dizer que afirmamos ser necessário conter a agitação nos limites consentidos pela avaliação que acreditamos ser exata, das forças proletárias do nosso país.*

*A Direção do Partido crê que o momento esteja maduro em função de uma ação de fundo, esteja maduro para um ato revolucionário para a conquista*

do poder político, para a instauração da sociedade comunista e para a ditadura do proletariado.

Nós não acreditamos que o momento esteja maduro. Esta é a divergência e a declaramos honesta, lealmente, à Direção do Partido. E uma vez que sentimos que quando se iniciam movimentos como este é necessário que exista a maior coesão entre os organismos representativos do proletariado, dissemos à Direção do Partido: ou encontramos a possibilidade de acordos, ou, do contrário, é necessário decidir no sentido de que ou um ou outro dos organismos deve assumir a responsabilidade da direção do movimento.

Nós não podemos consentir com suas idéias. Nós não podemos aceitar a avaliação do momento que vocês fazem. Vocês acreditam que este seja o momento para fazer nascer um ato revolucionário, então assumam a responsabilidade. Nós não nos sentimos na obrigação de assumir esta responsabilidade de lançar o proletariado ao suicídio, dizemos a vocês que nos retiramos e nos demitimos. Sentimos que neste momento é necessário o sacrifício do nosso pessoal; assumam vocês a direção de todo o movimento, porque assim estarão mais seguros de encontrar na Confederação Geral do Trabalho ações completamente de acordo com o seu pensamento e a segurança que o órgão que deverá dirigir o proletariado tenha o mesmo conceito e os mesmos objetivos que vocês.

Nós acreditamos que, em certos momentos, é necessário fazer desaparecer as próprias pessoas. Existem os momentos nos quais certos homens podem se tornar um empecilho. Eu dizia isso ontem à tarde, repito hoje, em nome do Conselho diretivo: não assumimos a responsabilidade de levar todo o proletariado da Itália em praça para deixar-se massacrar. Nós acreditamos que neste momento não estejamos em condições de resistir às forças da burguesia. Se temos esta convicção, não podemos sacrificar a vocês toda esta responsabilidade que não podemos assumir. Mas a Direção do Partido nos disse que as nossas declarações neste momento poderiam criar uma situação difícil para ela, que as nossas declarações poderiam ser interpretadas como uma fuga de nossa parte, que as nossas declarações não teriam resolvido o problema, porque estas pesavam para maioria das nossas organizações, e quando nós sairmos, as organizações teriam enviado outros homens com as mesmas idéias que nós. Eu não sei ainda qual seja o pensamento do Conselho Nacional da CGL, eu sei qual é o pensamento das organizações que aderiram a nós, não sei ainda por quem está representada a maioria do Conselho Nacional. Pode ocorrer que a maioria esteja conosco, ou com a Direção do Partido. Se o Conselho Nacional votar uma moção que aprova o conceito da Direção do Partido, nós encontramos a solução, porque então o Conselho nacional nomeará homens que representam as suas idéias, as idéias da maioria, e se esta estiver de acordo com a Direção do Partido, quer dizer que estarão nos nossos lugares homens que representam idéias que se encontram em perfeito unísono com a Direção do Partido.

A maioria estará de acordo com nós, acreditará que não é (hora) de empenhar as organizações até o fundo, e de não poder lançar as massas da Itália na escuridão e no perigo, e então nós permaneceremos no nosso posto e dirigiremos a nossa batalha, seguros de que a Direção do Partido sentirá a

*necessidade e o dever de estar ao nosso lado, porque se amanhã nossas forças se dividissem, se mesmo a maioria do Conselho desse a nós o seu voto, mas se não tivéssemos a solidariedade do partido e não tivéssemos a solidariedade da minoria, se for minoria, sairemos derrotados desta batalha. Queremos chamar as nossas organizações (para que tenham) um maior senso de disciplina, porque se não houver disciplina, não haverá ninguém que tenha a possibilidade de dirigir quando cada Câmara do Trabalho faz aquilo que quer. Vocês têm o direito de criticar os seus atos, têm o direito de mandar-nos embora se não representarmos as suas idéias, têm o direito de mudar os homens, mas quando vocês levam os seus sócios na nossa organização, quando vocês estão inscritos na Confederação, assumiram a obrigação de obedecer à disciplina confederativa, porque se amanhã nós assumíssemos a responsabilidade desta batalha, e depois víssemos que as Câmaras do Trabalho fazem aquilo que querem, vocês entenderiam que nós não podemos assumir para nós esta responsabilidade, porque não podemos ser responsáveis pelos atos de outros.*

*Evocamos todas as organizações a ter espírito de disciplina, e solicitamos a vocês que nos invistam da força e da potência para poder expulsar dos nossos quadros as organizações que não mantêm a disciplina confederativa. E infelizmente devemos apresentar a nossa moção. Dizemos infelizmente porque se se tratasse de uma pequena bobagem, (visando) dar mais peso à Confederação do Trabalho ou à Direção do Partido, seria uma coisa mesquinha, porque vocês podem imaginar que nós, que estamos empenhados, em meio a todas as dificuldades enormes criadas pela burguesia e por nossos próprios organismos<sup>4</sup>, vocês sabem com quanto despojamento nós deixaremos este lugar doloroso e atribulante. Sentimos, ao contrário, que aqui não se trata de supremacia; se trata apenas de determinar o pensamento das organizações operárias italianas e a vontade do proletariado italiano organizado na Confederação. Se trata de ver qual é a estrada que vocês querem seguir e que indica a nós que fomos chamados a dirigir as nossas organizações. Na nossa moção fizemos uma modificação. Suponho que vocês se lembram da moção lida ontem à tarde, onde se acenava com um convite ao Grupo parlamentar e precisamente dizia: 'e convida, portanto, o Grupo parlamentar a solicitar a imediata convocação do Parlamento para que resolva imediatamente etc...'.*

*Esta afirmação da nossa moção parece-nos que gerou em algumas pessoas suspeitas de que se tratasse de uma espécie de engodo que se preparava para (criar) uma confusão parlamentar, que servisse como uma espécie de catapulta contra a Direção do Partido.*

*Temos um pacto de aliança, e nós assinamos este pacto por oportunismo. O assinamos porque era uma convicção profunda, nossa, porque nós entendemos que o proletariado organizado não pode lutar as próprias batalhas senão de acordo com o Partido Socialista. E nós respeitamos todos os direitos do Partido. Hoje, indubitavelmente o grupo parlamentar socialista é um órgão do Partido socialista e a fórmula da nossa moção poderia parecer um afastamento*

---

4 - Neste ponto o discurso se torna um pouco confuso, faltando algumas palavras.

da direção do Partido, e modificamos nossa moção neste sentido: 'convida a Direção do Partido a valer-se dos seus órgãos para que a definitiva solução do conflito dos metalúrgicos leve à obtenção de que os estabelecimentos desta indústria passem para a gestão direta dos operários no interesse da coletividade.' (...)

Eu me regozijo que vocês que aqui representam o proletariado da Itália sentem a solenidade do movimento e a responsabilidade. Vocês devem dizer honestamente, com seu voto, corajosamente com o seu pensamento.

Se vocês acreditam que neste momento nós devemos levar as nossas fileiras ao erro em uma ação de fundo, ou se, ao invés disso, acreditam que, ainda que não abandonando a meta distante, em direção da qual se volta continuamente o nosso pensamento, é necessário levar em conta a eficiência das nossas forças, levar em consideração as possibilidades do nosso proletariado, dizer se vocês são favoráveis a uma ação até o fundo, ou se são favoráveis a uma ação gradual, que marche, entretanto, em direção ao fundo.

**Colombino lê a moção D'Aragona (acima transcrita) e em seguida a moção apresentada pelos companheiros Schiavello e Bucco:**

*'O Conselho Nacional da Confederação Geral do Trabalho;*

*Constatado que a situação criada no país após a agitação dos metalúrgicos não admite soluções de caráter econômico, e criou um estado de ânimo na classe trabalhadora que, superados os interesses de categoria, ascende a altas aspirações de caráter político;*

*Solicita à Direção do Partido a tarefa de dirigir o movimento, endereçando-o a soluções máximas do programa socialista, e portanto à socialização dos meios de produção e de troca.'*

**Colombino lê o êxito da votação, cujo resultado foi o seguinte:**

D'Aragona	591.245 votos
Bucco	409.569 votos
Maioria	181.676 votos
Abstenções	93.623

**Gennari:** Sinto o dever de fazer imediatamente uma declaração em nome da Direção do Partido, que corresponde às legítimas apreensões que cada um de vocês pode ter no tocante à natureza das relações entre a Direção do Partido e a Confederação Geral do Trabalho após a votação desta tarde. Eu me lembro que entre a Confederação e a Direção do Partido existe um pacto de aliança que, pressuponho, que nenhum de nós teve a intenção de romper, especialmente neste momento, no qual é indispensável unir as forças do proletariado para uma luta que pode iniciar-se em um certo sentido, mas que deve ser conduzida até o fim. O pacto de aliança estabelece que para todas as questões de natureza política se deve buscar um acordo entre a Direção do Partido e a Confederação Geral do Trabalho. Quando não se tinha chegado a tal acordo, a Direção do partido pode assumir a responsabilidade diretamente de evocar a si a direção do movimento, e a Confederação se empenha de não obstaculizar o movimento.

Neste momento, a direção do Partido não pretende se valer de tal faculdade, que lhe é atribuída pelo pacto de aliança. Poderia acontecer que, em seguida, por uma mudança das circunstâncias, por uma nova situação política, a

*Direção do Partido entenda como seu dever apelar ao pacto estabelecido entre nós e vocês, e estou certo que cada um de nós honrará este pacto. A direção do Partido, frente à necessidade inderrogável da luta, assume o voto do Conselho nacional da Confederação, e declara estar ao lado do movimento, reservando-se, eventualmente, o direito de evocar para si a direção, se as circunstâncias se alterarem. (aplausos fragorosos)*

*Depois disto, estou certo que as esperanças dos nossos inimigos serão fustigadas, e que em cada momento estaremos de acordo para o triunfo do socialismo (uma chuva de aplausos).*

**D'Aragona** *(recebendo vivos aplausos assim que se apresenta à mesa): Eu devo agradecer-lhes em nome do Conselho Diretivo. Os aplausos demonstraram que devemos agradecer à Direção do Partido pelas declarações feitas. Nós estávamos seguros que a direção do partido não poderia abandonar a nossa organização em um momento tão grave e difícil. Podemos garantir à Direção do Partido que, quando essa entender ser oportuno assumir a responsabilidade completa da direção do movimento, nós, assim como hoje, lhes ofereceremos nesse dia todas as forças confederais (aplausos).<sup>5</sup>*

---

5- Reproduzido em MANACORDA, G – Il socialismo nella storia d'Italia. vol. 2, p. 437-444.

## B) CONVERSA TELEFÔNICA ENTRE ALBERTINI E AMENDOLA

Roma, 15 de setembro de 1920, 9:00

Roma (Amendola) Bom dia, diretor

Milão (Albertini) Aqui a situação é desastrosa.

Roma Sim? As coisas não se acomodam?

Milão Parece-me o esfacelamento

Roma É terrível.

Milão A mais elementar função de governo em Milão não existe mais.

Roma Eu entendo.

Milão Não há mais nada, absolutamente nada, que se assemelhe a um governo.

Roma Mas o que se poderia fazer nessa situação?

Milão Da o poder à Confederação Geral do Trabalho.

Roma Mas isso é o extremo!

Milão Não, não, é muito melhor do que está acontecendo agora. Não é possível avançar assim, meu caro!

Roma Mas, resumindo, o que o senhor diz é: façamos a revolução e adeus! Acabou! Mas para não fazê-la, o que se pode fazer?

Milão Justamente, para não fazê-la, o único meio é conferir o poder à CGL.

Roma E fazer o quê?

Milão O Conselho de fábrica, tudo o que quiserem... Mas, pelo menos, haverá uma ordem... Haverá alguém que se imponha aos industriais... aos operários.. acontecerá aquilo que hoje não há, que hoje ninguém impõe nem aos industriais nem aos operários.

Roma Mas se os industriais pensam até mesmo no controle das fábricas, porque não se colocam de acordo?

Milão Nem todos têm essa opinião, alguns sim e outros não. Depois, dizem que as associações operárias são tantas, que se não existir ordem de governo, ordem estatal, teremos o controle das fábricas por parte dos sindicalistas, dos padres, de qualquer outro grupo... tantos Conselhos de fábrica quanto quiserem... Não é uma coisa possível. É necessário que o Estado intervenha.

Roma Tudo isso é justo. Tudo aquilo que se está discutindo em Milão é de tal gravidade que não se pode determinar como o simples resultado de um conflito entre a Confederação e os industriais. É necessário considerar a coisa de um ponto de vista geral.

Milão Mas, nesse ponto, os industriais dizem: que o governo nos exproprie as fábricas, organize as cooperativas, qualquer coisa, mas que exista um governo que comanda, governo socialista, como quiserem, mas o estado atual é algo tão grande que nunca se viu no mundo.

Roma  
Milão Sei, sei.  
Dizem: nós não podemos aceitar isso sem que ninguém o imponha com uma certa autoridade, porque os nossos técnicos e nossos empregados não querem entrar nas fábricas. Então que vocês imponham isso a eles. Mas o Estado, parece que não é capaz nem ao menos disso.

Roma  
Milão É uma coisa terrível, realmente grave.  
É assim.

Roma  
Milão E do ponto de vista das negociações, em que ponto estamos?  
Ontem à tarde foram interrompidas e adiadas para Quinta-feira porque o Senador Conti não consegue obter um mandato de confiança. Esse é o verdadeiro estado dos fatos.

Roma Mas se existisse entre os industriais uma maioria disposta a aceitar...

Milão Não há, não há. Se existisse...

Roma Se existisse, sempre se poderia colocar essas condições, vale dizer, que tudo isso não será sancionado pelas duas organizações, mas pelo governo, levado ao parlamento. Deve existir a responsabilidade total do estado.

Milão Mas não existe essa maioria.

Roma E aqueles que não são maioria, onde querem chegar?

Milão Um número notável (deles) é favorável à transição, mas os outros querem a resistência. Que o estado os exproprie, os mande embora... que faça tudo aquilo que quer, mas não podemos terminar assim, por vontade nossa. Portanto, o governo deveria intervir impor uma solução. Quando o governo abre mão de qualquer defesa das leis que regulam a sociedade atual, é necessário que pelo menos diga: façam assim.

Roma É claro.

Milão Agora, veja, eu não sou da sua opinião. Me desagrade que na tarde de ontem Rossini tenha feito aquela nota contrária à convocação da Câmara... Ao contrário, é necessário favorecê-la.

Roma Mas, veja. Se houvesse um plano de governo para aplanar as diferenças, e deste plano fizesse parte a convocação do parlamento, o senhor teria razão. Mas neste estado de anarquia convocando o parlamento não se faz outra coisa que aumentar a repercussão da coisa.

Milão E haverá uma constituinte!

Roma E agora não sabemos para onde estamos indo.

Milão E se continua assim, com essa anarquia, daqui a pouco chegaremos a revoltas nas praças! Em Roma não se tem a exata sensação da situação em Milão e Turim.

Roma Estou entendendo.

Milão Nunca se viu situação semelhante.

Roma O senhor acha que o governo poderia ter impedido a ocupação das fábricas?

Milão Mas é certo!

Roma Milão Então, poderia?  
 Não totalmente, mas, criando divergências, poderia fazer alguma coisa em Turim, poderia dar lugar a um conflito nas ruas. Sobretudo essa venda, essa roubalheira, seria possível combatê-la. Bastaria considerar as mercadorias compradas como recusadas. Ao invés disso, nada, nada! Fomos sequestrados em termos de pessoas, ladroagem, homicídio, tudo, tudo é permitido!

Roma Milão Por Deus! Isso está ficando mesmo sério por aqui.  
 Infelizmente! Agora acredito que não exista outra possibilidade do que demitir e conferir o poder à Confederação do trabalho. É necessário dizer-lhes: vocês estão no comando, então assumam o poder legalmente.

Roma E aí eles decretarão a República, e depois os soviets, em todos os lugares.

Milão Não, não!

Roma O senhor não está olhando os chefes. Se eles tivesse suficiente poder sobre as massas, não teriam chegado a esse ponto!

Milão Então, por favor, me diga como faremos.

Roma Não saberia dizer, isso é resultado de uma política bestial que fizemos por algum tempo.

Milão É que chegou ao auge.

Roma É bestial. Nunca quiseram contatos com os socialistas, nem uma política de paz... E agora, como se faz? É difícil dizer. É claro que o que o senhor diz eu compreendo, mas não quer dizer que devamos nos jogar no abismo.

Milão Não acredito nisso.

Roma Se eu estivesse no governo, entraria em contato com essa gente, perguntaria o que querem fazer... Não a limitaria, como faz Giolitti... Ele tem a tendência de limitar o conflito ao campo econômico.

Milão O senhor não compreendeu nada.

Roma Essa não é só uma questão econômica, é questão fundamental, que diz respeito à vida do Estado, portanto é necessário resolvê-la com chefes políticos, perguntar a eles onde se quer chegar e se eles afirmam uma forma aceitável, (se) aceita, e, com o parlamento, se faz uma modificação da situação e se vai em frente.

Milão É por isso que eu digo que é necessário convocar o Parlamento.

Roma Mas convocar o parlamento, dado este conceito que o governo tem da situação quer dizer colocar-se nas mãos do acaso. O conceito do governo é o mesmo que Giolitti tinha há dez anos. Por exemplo, eu ouvi dizer que se Giolitti tivesse ocupado as fábricas, teria colocado os soldados dentro e deixado os operários fora, nas praças, ao contrário, preferiu que (os operários) permanecessem ali, e Ter nas mãos a força pública. Ora, tendo em vista essas idéias, me parece que Giolitti não compartilhe das nossas idéias. Então teremos Modigliani, que retornaria como um dos cavaleiros do apocalipse. E que coisa fazemos? Esta é uma das representações que, repito, é necessário pensar. Eles dizem: vão

embora que nós assumiremos o poder, e nós poderemos ter, rapidamente, a república de tipo alemão... uma espécie de socialismo tipo alemão... se isto nos convém...

Milão É muito menos pior do que está acontecendo agora! Nós o preferiríamos porque aquilo que acontece supera os confins do previsível. Agora serão eles a pensarem no pão, nos funcionários, em todos esses espinhos.

Roma Falta pouco para isso, mas é necessário observar de perto as coisas.

Milão Eu pergunto uma coisa: como se avança, então?

Roma Não se sabe.

Milão É trágico o negócio!

Roma Eu sei. Mas não há muito o que fazer.

Milão É necessário que, esta tarde, o senhor faça uma observação a propósito da abertura das fábricas.

Roma O que queremos dizer?

Milão Que é necessário haver uma direção, que assim não se pode ir para frente, em geral. Existe uma grande crise política e de regime... é que necessário ter diretrizes.

Roma É justo, é disso que se trata. Depois do almoço eu a redigirei e a enviarei logo ao senhor.

Milão Muito bem.

Roma O senhor poderia vir até aqui por esses dias?

Milão Até que as coisas não se acomodem, não.

Roma Está bem. O senhor me diz. Parece-me que a ausência de uma vontade no governo, ainda que se chegue a consertar uma última vez esta situação, deixa subentendido que este problema horroroso permanecerá na moção até depois de ter se exaurido.

Milão Esta é a minha convicção. Outro dia, na assembléia dos senadores e deputados, fiz triunfar, por unanimidade, este conceito.

Roma Não podemos solicitar o arbitramento do Parlamento, para determinar as formas de solução?

Milão Não se trata de questão de formas, se fosse, seria fácil. Eles dizem: como fazemos para abaixar nossa própria cabeça? Que imponham eles esse estado das fábricas, com materiais roubados, com operários que enfrentaram os diretores... Não podemos aceitar. Como se faz para entrar nas fábricas sem mandar embora aqueles que pegaram os diretores e os chefes pelo pescoço? Eles, acredite, são os mais danosos. Revetti, por exemplo, diz: eu tenho 450 milhões de mercadorias dentro da fábrica, mas os 450 milhões vão ficar aqui, até que vocês cedam. Eles chegaram a esse ponto de exasperação.

Roma Mas agora não se pode fazer com que os operários aceitem o conceito geral (porque estamos chegando a algo mais sério), de solicitar à CGL que distinga entre movimento político e aquele que foi o movimento político e criminoso?

Milão Procura-se fazer isso, mas é possível contar com essa

Confederação até um certo ponto, atrás de nós estão os extremistas, prontos e emboscados.

Roma Eu sei, e por isso é necessário agir além do campo político. É necessário dizer: nós lhes daremos isso, isso, e aquilo, mas vocês têm que vir até o governo.

Milão É natural. Se a Câmara tivesse alguma lógica, deveria colocar abaixo este governo, mas (o controle da) situação é atribuído à CGL, que fará o que quiser... Mas constitucionalmente não há escapatória. A Câmara deveria destituir estes ministério, e dar mandato ao Ilustríssimo Turati e ao ilustríssimo Modigliani.

Roma Mas esse método é inconstitucional!

Milão Mas os industriais não estão preocupados com a Constituinte.

Roma Mas é necessário levar em conta todo o país, não apenas os industriais, porque, senão, onde terminaremos? Queremos passar por cima da Constituição? Isso se fala da boca para fora, mas fazer a coisa não é assim tão simples.

Milão Olhe, Amendola, pior do que está não pode ficar.

Roma Eu concordo, esta é uma coisa que nos transporta ao campo político.

Milão É natural.

Roma Tudo o que está acontecendo é mesmo um desastre, mete medo.

Milão É mesmo.

Roma Depois do almoço farei a nota e enviarei ao senhor.

Milão Bom dia.